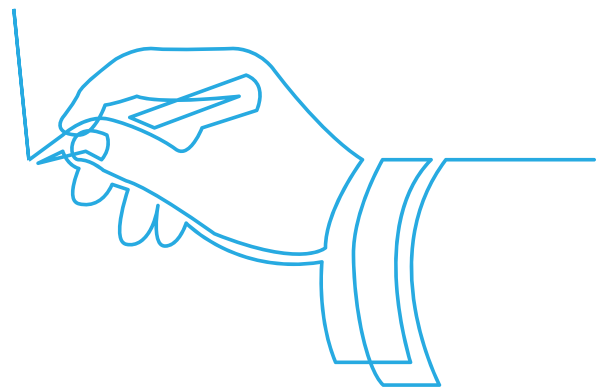
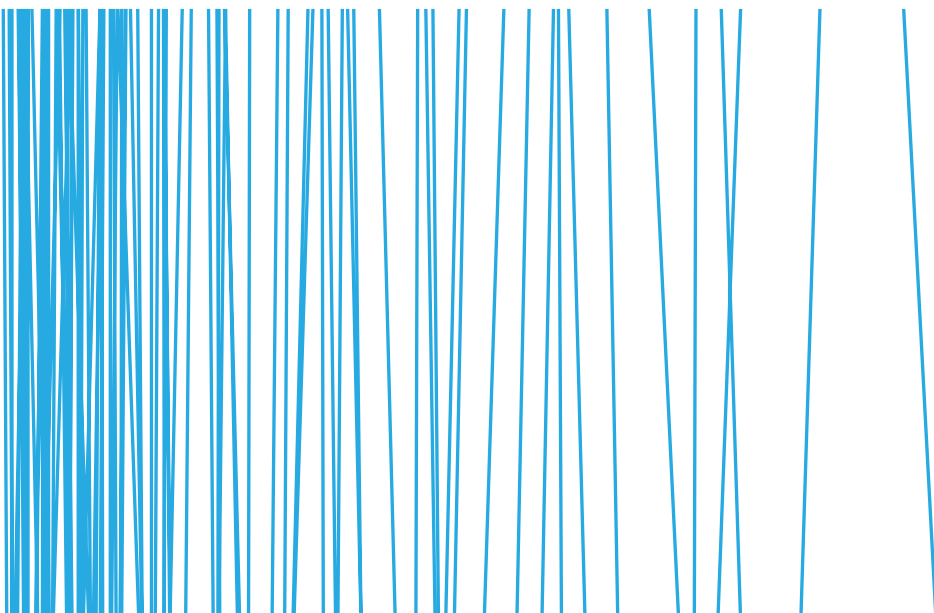
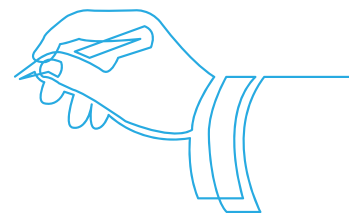


RELATÓRIO & CONTAS '17



\ Índice \



Mensagem do CEO \ 06

Órgãos Sociais \ 13

Relatório do Conselho de Administração \ 16

- 01\ Introdução \ 16
- 02\ Missão \ 17
- 03\ Objetivos \ 17
- 04\ Iniciativas estratégicas \ 18
- 05\ Ética e *compliance* \ 19
- 06\ Sistema de gestão de riscos e controlo interno \ 21
- 07\ Recursos humanos \ 22
- 08\ Responsabilidade social \ 25
- 09\ Defesa do meio ambiente \ 28
- 10\ Prevenção rodoviária \ 30
- 11\ Patrocínios desportivos \ 32
- 12\ Projetos Institucionais \ 35
- 13\ Enquadramento macro-económico \ 36
- 14\ Mercado segurador \ 42
- 15\ A Atividade da Liberty Seguros \ 43
- 16\ Estrutura e Prática do governo societário \ 54
- 17\ Divulgação da informação não financeira e informação sobre diversidade \ 55
- 18\ Perspetivas de evolução \ 56
- 19\ Proposta de aplicação de resultados e distribuição de dividendos \ 56
- 20\ Considerações finais \ 56

Demonstrações Financeiras \ 60

Notas ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas \ 73

- 01\ Informação geral \ 76
- 02\ Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas \ 77
- 03\ Caixa e equivalentes e depósitos à ordem \ 104
- 04\ Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos \ 105
- 05\ Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas \ 105
- 06\ Ativos financeiros disponíveis para venda \ 107
- 07\ Empréstimos concedidos e contas a receber \ 110
- 08\ Terrenos e edifícios \ 110
- 09\ Afetação dos investimentos e outros ativos \ 112
- 10\ Outros ativos tangíveis \ 114
- 11\ Inventário \ 115
- 12\ Outros ativos intangíveis \ 115
- 13\ Provisões técnicas de resseguro cedido \ 117
- 14\ Outros devedores por operações de seguro e outras operações \ 118
- 15\ Ativos e passivos por impostos \ 119
- 16\ Acréscimos e diferimentos \ 124
- 17\ Provisões técnicas \ 124
- 18\ Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento \ 129

- 19\ Outros passivos financeiros \ 130
- 20\ Outros credores por operações de seguros e outras operações \ 130
- 21\ Outras provisões \ 131
- 22\ Capital \ 132
- 23\ Reservas, resultados transitados e resultado do exercício \ 133
- 24\ Prémios adquiridos líquidos de resseguro \ 135
- 25\ Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços \ 138
- 26\ Custos com sinistros líquidos de resseguro \ 139
- 27\ Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) \ 142
- 28\ Custos e gastos de exploração líquidos \ 142
- 29\ Gastos com pessoal \ 146
- 30\ Activos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo \ 147
- 31\ Rendimentos/réditos de investimentos \ 160
- 32\ Ganhos em investimentos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas \ 161
- 33\ Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos \ 162
- 34\ Diferença de câmbio \ 163
- 35\ Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro \ 163
- 36\ Outras provisões (variação) \ 163
- 37\ Outros rendimentos/gastos \ 164
- 38\ Reporte por segmentos \ 165
- 39\ Entidades relacionadas \ 170
- 40\ Divulgações relativas a instrumentos financeiros \ 172
- 41\ Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro \ 182
- 42\ Adequação dos prémios e das provisões \ 202
- 43\ Compromissos \ 202
- 44\ Passivos contingentes \ 203
- 45\ Elementos Extrapatrimoniais \ 203
- 46\ Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores \ 203

Anexos às Notas \ 206

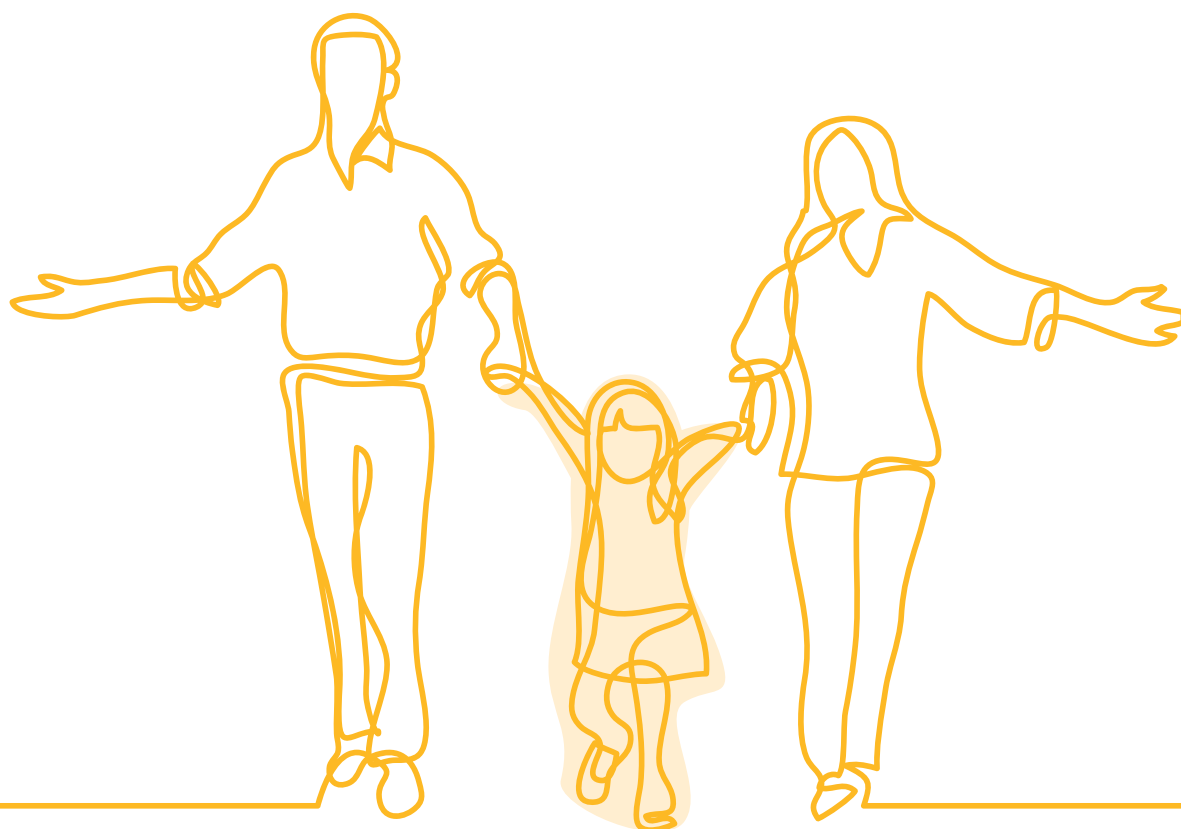
- Anexo 1\ Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros \ 206
- Anexo 2\ Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções) \ 218
- Anexo 3\ Discriminação dos custos com sinistros \ 218
- Anexo 4\ Discriminação de alguns valores por ramos \ 219

Relatórios Oficiais \ 226



Estar seguro
é ter a melhor
companhia

\ Mensagem do CEO \



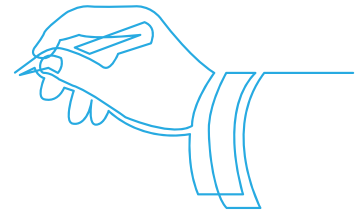
\ Mensagem do CEO \

O ano de 2017 foi marcado pelo crescente sentimento de confiança dos operadores de mercado, quer a nível internacional, quer sobretudo a nível local. A economia global cresceu de forma sustentada e robusta, havendo a registar crescimentos notáveis na maioria das regiões económicas de relevância no panorama internacional, com Japão, China, União Europeia e os EUA a crescerem acima dos valores registados no exercício anterior. Portugal beneficiou fortemente desta conjuntura internacional positiva, pelo que não foi exceção. A nossa economia registou um dos maiores crescimentos das últimas décadas (2.7%), alicerçado essencialmente no setor do turismo, no setor exportador (que já representa um peso superior a 40 % do PIB), e no consumo das famílias.

O mercado de trabalho, que tem vindo a recuperar graças a esta evolução económica positiva, deverá continuar a ter um desempenho que permita que o desemprego se venha a situar em níveis similares, ou mesmo inferiores, aos observados na generalidade dos parceiros da União Europeia.

Infelizmente, e como já comentávamos no relatório do ano passado, a nossa situação económica continua fortemente dependente de fatores externos voláteis, cujos efeitos positivos na nossa economia poderão desaparecer num ápice, deixando-nos novamente a braços com desafios dificilmente superáveis sem recorrer a ajuda externa. A nossa banca tem vindo a recuperar, mas tem ainda em balanço uma percentagem de “non-performing loans” (vulgo crédito mal parado) importante, e muito superior aos níveis que se encontram na banca internacional, e o endividamento geral da economia, em particular o das famílias, continua a níveis que são altamente preocupantes.

Continuamos pois a insistir na importância que teria para o país desenhar um plano de negócios estratégico de longo prazo, consensuado amplamente a nível político, e que permita enfrentar decisivamente os desequilíbrios estruturais dos que enfermamos historicamente, e combater de forma eficaz as tentativas sucessivas feitas por diversas corporações de interesses para capturar fatias crescentes do orçamento de Estado, ou para recuperar privilégios que já no passado recente nos levaram ao descalabro e à vergonha de ter de pedir ajuda externa.



Nesse sentido gostaríamos de destacar neste relatório uma louvável iniciativa, consubstanciada numa plataforma de intervenção cívica chamada “Manifesto Europa & Liberdade”, que visa criar recomendações amplamente partilhadas e consensuadas na sociedade, visando promover 5 princípios básicos fundamentais para que Portugal se desenvolva de forma sustentada e independente, com os olhos postos no futuro:

- 1) O crescimento do rendimento das famílias
- 2) Um horizonte estratégico estável e sustentável
- 3) A integração europeia como matriz da configuração portuguesa
- 4) O combate à captura de interesses
- 5) A resposta de Portugal aos desafios das novas competências e das desigualdades

Os pontos tocam no essencial tudo aquilo que temos vindo a dizer ao longo dos anos sobre a necessidade de o país se preparar para ser realmente independente, tomando as rédeas do seu destino nas próprias mãos. Um verdadeiro desígnio nacional que certamente estaremos disponíveis para apoiar.

Em 2017 a atividade do setor segurador cresceu tanto no ramo vida como no ramo não-vida. Segundo dados da Associação Portuguesa de Seguradores de Portugal (APS), o lucro consolidado da totalidade do setor segurador foi de 344 milhões de euros, um aumento significativo face aos 81 milhões de euros registados em 2016, sendo, no entanto, de notar que o grosso deste resultado é gerado pelo ramo Vida, já que os Ramos Não-Vida na totalidade do mercado apenas geraram um resultado antes de imposto consolidado de 77 milhões de euros. Embora ainda insuficiente para consolidar o setor e compensar os resultados dos anos anteriores criando as reservas necessárias para enfrentar situações extraordinárias.

Os resultados positivos que se verificaram tanto no ramo Não-Vida como no ramo Vida, são naturalmente o reflexo puro e duro do que acontece na economia real. O crescimento do Produto Interno Bruto, a recuperação no mercado de trabalho e também o crescimento das poupanças das famílias, permitiu que ambos os ramos tivessem um bom desempenho em 2017.

Ainda segundo os dados publicados pela APS, o ano de 2017 encerrou com um volume de prémios de seguro direto total (Vida e Não-Vida) de 11,4 mil milhões de euros apresentando um crescimento de 6,1% quando comparado com período homólogo do ano anterior. Esta contração contribuiu para que o peso do nosso setor no produto interno bruto aumentasse para os 6,0%. Em 2016, o volume de prémios havia atingido os 10,7 mil milhões de euros representando 5,9% do PIB.

Analisando, no entanto, separadamente a atividade nos ramos Não-Vida e no ramo Vida, verifica-se um crescimento de 7,0% em Não-Vida, e um crescimento de 5,5% em Vida, respetivamente.

Em 2003 quando a Liberty Seguros começou a operar em Portugal, o mercado segurador português, sempre segundo dados da APS, em Não-Vida apenas, representava 3.881,9 milhões de euros de volume de prémios. Catorze anos depois, e segundo a previsão da APS, o volume de prémios em 2017 andarà um pouco acima do montante de 2016. Ou seja, catorze anos depois do arranque do nosso projeto em 2003, o mercado português ainda está, em termos de volume de negócios Não-Vida, ligeiramente acima do que estava então. Mais de uma década perdida em termos de evolução do negócio Não-Vida. O crescimento em 2017 do volume de prémios no conjunto dos ramos Não-Vida (7,0%) deve-se substancialmente ao crescimento verificado no ramo automóvel (6,3%) e no ramo de acidentes de trabalho (13,0%). Já o ramo doença apresenta um acréscimo de 9,1% refletindo a crescente preocupação da população portuguesa com os cuidados de saúde.

O crescimento do ramo Vida (5,5%), deve-se principalmente ao aumento dos produtos de PPR (30,1%). Nos produtos de risco e capitalização, ao contrário dos anteriormente enumerados, verificou-se um decréscimo na ordem dos 0,7% e 3,6% respetivamente. A volatilidade nos números de produção deste ramo ao longo dos anos demonstra claramente o domínio que a banca tem nesta área. A descida brutal (5.000 milhões) no volume de negócios do Ramo Vida de 2010 para 2011, a descida adicional de 2011 para 2012, e a recuperação em 2013 e em 2014, a diminuição em

\ Mensagem do CEO \

2015 e 2016 e o novo crescimento em 2017 muito têm a ver com a política comercial dos bancos, que vão canalizando as poupanças dos clientes ora para depósitos a prazo, ora para poupança via PPR e seguros de capitalização nas seguradoras do grupo, consoante as necessidades específicas não dos clientes, ou das suas próprias seguradoras, mas dos próprios bancos.

Neste contexto difícil, instável e desafiante em que vivemos, a Liberty Seguros, no seu décimo quarto ano completo de atividade em Portugal, encerrou o exercício de 2017 com números que mais uma vez nos enchem de orgulho, satisfação e motivação. A entrada da Liberty Seguros em Portugal tem-se saldado num êxito não só ao nível da melhoria dos diversos indicadores de gestão, mas também, e consequentemente, dos resultados.

O exercício de 2017 encerrou com um volume de negócios consolidado de 346,9 milhões de euros, que representa um acréscimo de 7,8% em relação a 2016. O resultado líquido do ano atingiu os 2,9 milhões de euros, 2,0 milhões de euros menos do que no período homólogo do exercício anterior, ficando o Retorno aos acionistas (ROE) fixado em 1,9%.

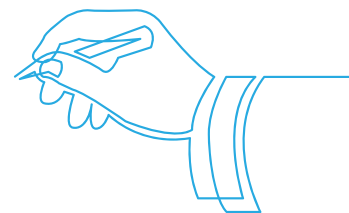
A taxa de sinistralidade Não-Vida foi de 73,7%, aumentando face a 2016, em que tinha atingido o valor de 72,0%. E por fim a quota de mercado em Não-Vida, que tem vindo a crescer sustentadamente desde a entrada da Liberty Seguros em Portugal, atingindo 7,2% em 2017, superando os valores de 2016. Este crescimento é fruto do nosso crescimento ser superior ao do mercado. Um especial destaque para a quota alcançada no Ramo Automóvel, de 10,2%, representando mais do dobro da quota que a companhia tinha em 2003.

Durante o ano de 2017, continuámos a apostar em diversas iniciativas de responsabilidade social, que traduzem uma verdadeira e positiva diferenciação competitiva na nossa forma de estar e operar no mercado. Mais uma vez, todas elas nos enchem de orgulho e satisfação, mas há algumas às quais eu gostaria de dar um especial destaque.

- a) Pelo nono ano consecutivo prestámos ajuda humanitária a crianças vítimas da terrível tragédia nuclear que afetou Chernobyl, trazendo

a Portugal mais 37 dessas crianças para passarem o verão com famílias de Colaboradores, Parceiros de Negócio e Clientes da Liberty Seguros.

- b) Pelo sexto ano consecutivo o Grupo Liberty Mutual realizou em todas as suas Unidades de Negócio a nível mundial, o projeto Serve With Liberty. Em 2017, durante a Semana do Serve with Liberty, a Liberty Seguros procedeu a uma recolha de bens de primeira necessidade através dos seus Colaboradores e Parceiros de Negócio. Os alimentos recolhidos tiveram como destino a CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo. Integrada também nesta iniciativa, a Corrida e Caminhada Vertical juntou nove Colaboradores a correr nas escadas do Edifício Sede e mais de uma centena a caminhar. Por cada dia de Participação os Colaboradores da Liberty Seguros contribuíram com 12 euros para a instituição CASA, através da aquisição de bens alimentares.
- c) Plantámos 3000 árvores com a colaboração de um grupo de voluntários composto por colaboradores e parceiros de negócio da Liberty Seguros no concelho de Ourém.
- d) No âmbito da Prevenção Rodoviária, promovemos o Projeto ALCOKART junto de cerca de 100 alunos com o objetivo de os sensibilizar para o tema da sinistralidade rodoviária. Associámo-nos novamente à Estrada Viva para assinalar o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada.
- e) Em outubro de 2017 a Liberty Seguros foi a seguradora oficial do passeio nocturno da Make a Wish (Cycle a Wish), que ocorreu no Parque das Nações em Lisboa e reuniu cerca de centena de entusiastas.
- f) Demos continuidade ao projeto de prevenção rodoviária, este ano com o objetivo de prevenir o risco de atropelamento de noite e nos períodos de menor visibilidade, tendo sido efetuadas diversas ações de promoção e outros meios de divulgação, nomeadamente a colocação de 350 outdoors em todo o território nacional.



- g) Fomos patrocinadores do QSP Summit 2017, uma das mais prestigiadas conferências de marketing da Europa.
- h) A Liberty Seguros patrocinou o 8º Congresso Nacional dos Agentes e Corretores de Seguros. Nesta edição, que contou com uma plateia de 500 conferencistas, foram abordados temas de grande interesse e atualidade para o sector como a nova Lei de Mediação de Seguros, os desafios do digital na mediação de Seguros e a produtividade no sector.
- i) Reforçámos a biblioteca da Liberty Seguros apoiando o lançamento de vários livros, entre eles “O Verão Azul dos afetos”, “Como chegar novo a velho”, “Inteligência Comercial”, entre outros.
- j) Durante o ano 2017 a Liberty Seguros foi a seguradora oficial da Ocean Alive, uma organização não governamental de proteção dos oceanos, sobretudo na margem sul (Troia, Setúbal e margem sul do Tejo).
- k) Para além das iniciativas mencionadas, um considerável número de mais atividades, apoios e ações vocacionadas para agradecer e, portanto, partilhar com a sociedade em que estamos inseridos o êxito assinalável que temos alcançado.

Para encerrar não poderia obviamente deixar de apresentar o meu tributo de carinho, consideração, respeito e agradecimento aos nossos Parceiros de Negócio, os intermediários profissionais de seguros, aos nossos Prestadores de Serviços e Fornecedores, bem como à extraordinária equipa de Colaboradores da Liberty Seguros.

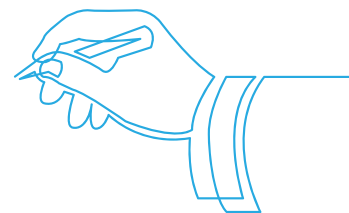
O alinhamento de todos à volta de uma estratégia simples, baseada em princípios éticos fortes, de que todos nos orgulhamos, e que procuramos executar com eficiência, permitiu que pudéssemos encerrar o exercício de 2017 com a profunda satisfação do dever cumprido, por ser mais um exercício memorável, rico em vivências positivas e enaltecidas, e com resultados globais positivos.

Estar seguro
é superar
desafios



\ Órgãos Sociais \





\ Órgãos Sociais Quadriénio 2017-2020 \

\ MESA DA ASSEMBLEIA GERAL \

Presidente Dr. Frederico José de Melo Pereira Coutinho

Secretária Dra. Ana Marta Henriques Pimenta Pereira da Silva de Carvalho Marques

\ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO \

Presidente e Administrador Delegado Dr. José António da Graça Duarte de Sousa

Vogal Dr. Juan Pablo Barahona Flores

Vogal Dra. Ana Paula Caniço Neto Moradas

Vogal Dra. Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Vogal Dr. Rogério Paulo Carretero Bicho

\ CONSELHO FISCAL \

Presidente Dr. José Milheiro de Oliveira Barbosa, R.O.C. n.º 474

Vogal Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, R.O.C. n.º 1314

Suplente Dr. Arlindo Dias Duarte Silva, R.O.C. n.º 393

\ REVISOR OFICIAL DE CONTAS \

KPMG & Associados - S.R.O.C., n.º 189

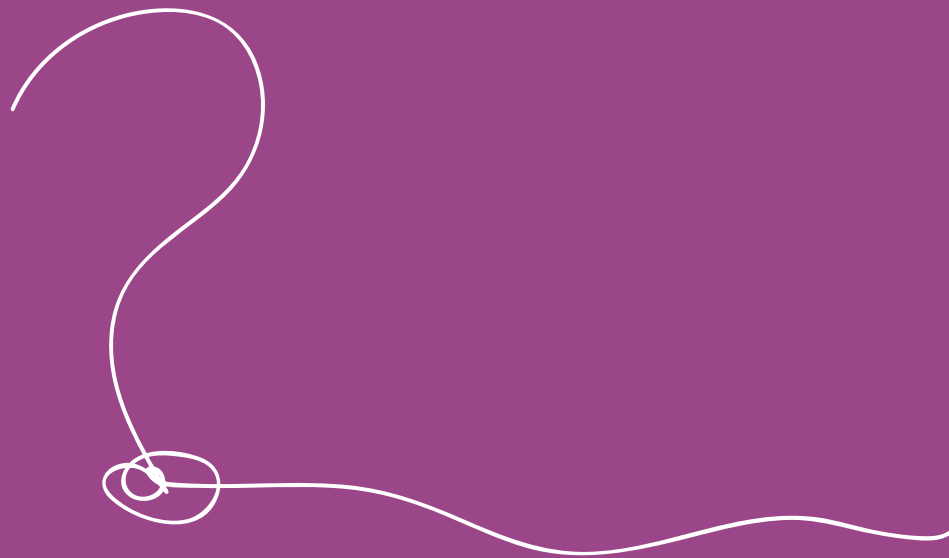
Representada por Dr. Fernando Gustavo Duarte Antunes, R.O.C. n.º 1233

\ SECRETÁRIO DA SOCIEDADE \

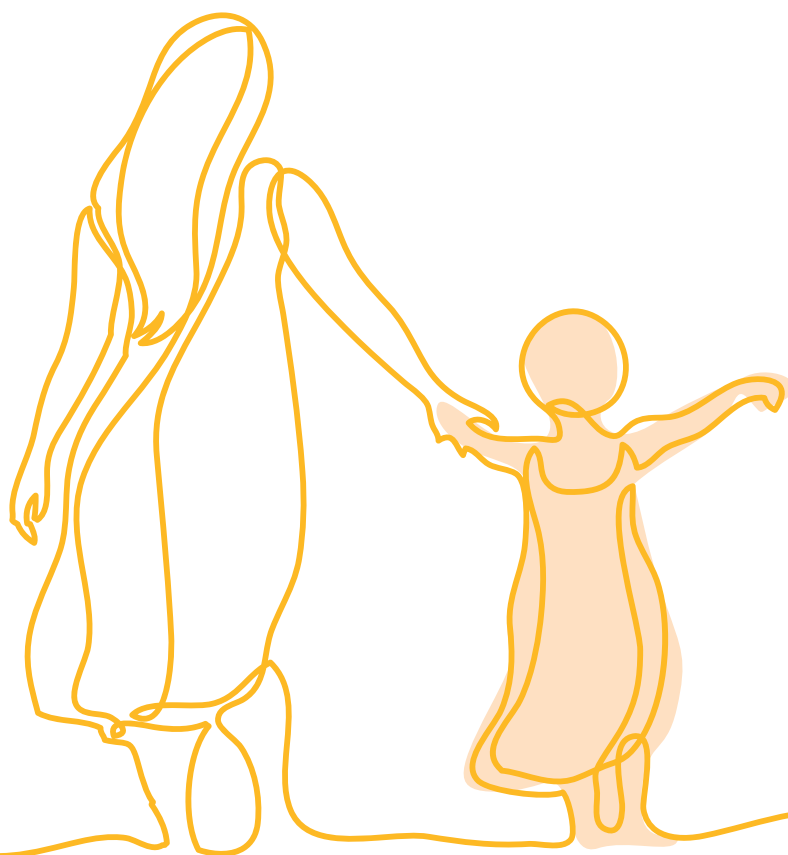
Efectivo Dra. Ana Marta Henriques Pimenta Pereira da Silva de Carvalho Marques

Suplente Dra. Carla Marina Pepe Mariano

Estar seguro é
descobrir
novos rumos



\ Relatório do Conselho
de Administração \



\ Relatório do Conselho de Administração \

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Liberty Seguros, S.A., nos termos legais e estatutários, submete à vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2017.

01 \ INTRODUÇÃO

A Liberty Seguros

A Liberty Seguros, S.A. está presente em Portugal, desde 23 de Maio de 2003, através da aquisição ao grupo Suíço - Crédit Suisse - da antiga Companhia Europeia de Seguros, S.A.. A sua denominação social foi alterada para Liberty Seguros, S.A. por deliberação da Assembleia Geral de 2 de Fevereiro de 2004.

No final do ano de 2010 procedeu-se à incorporação da carteira da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros, sucursal em Portugal, através de aumento de capital com contribuição em espécie.

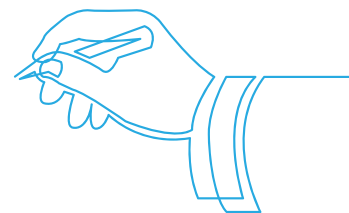
Com oito décadas de experiência, a Liberty Seguros conta com a dedicação de cada um dos seus 547 Colaboradores, na procura de melhores soluções de proteção para as famílias portuguesas, particulares e para as pequenas e médias empresas, com maior enfoque nos ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho e Incêndio.

Em todo o território nacional a Companhia possui 32 espaços comerciais designados por Espaços Liberty Seguros e 6 escritórios que apoiam os escritórios de Agentes de Seguros, aliados estratégicos da Companhia, através dos quais se oferece uma ampla gama de produtos e serviços que permitem aos Clientes usufruir de uma vida mais segura e protegida.

O Grupo Liberty Mutual Insurance

Fundado em 1912, o Grupo Liberty Mutual Insurance, com sede em Boston nos Estados Unidos da América, é constituído por um conjunto de companhias internacionais de serviços financeiros diversificados e é um dos maiores grupos seguradores dos Estados Unidos da América.

Com mais de 50 000 Colaboradores distribuídos por mais de 800 escritórios em todo o mundo, o Grupo Liberty Mutual oferece uma ampla gama de produtos e serviços de elevada qualidade para particulares e empresas.



02\ MISSÃO

Em Portugal, como no resto do mundo, a Liberty Seguros defende Valores como a Solidariedade, o Espírito de Equipa, a Dedicção, o Empenho no Trabalho e a Responsabilidade para com a Comunidade. Estes Valores encontram-se em perfeita sintonia com a sua missão **Pela Proteção dos Valores da Vida**, procurando:

- \\ Compreender e satisfazer as expectativas dos Clientes, a quem serve através de soluções inovadoras de segurança que lhes permitam atingir os seus objetivos. \
- \\ Ser líder nos mercados em que opera, criando valor para os acionistas. \
- \\ Manter a motivação e bem-estar dos Colaboradores proporcionando-lhes justas oportunidades de crescimento. \\



03\ OBJETIVOS

A Liberty Seguros orienta o seu negócio para os segmentos particulares, individuais e famílias, e pequenas e médias empresas, com maior incidência no ramo Não Vida, nomeadamente em Automóvel, Acidentes de Trabalho e Incêndio.

Os principais objetivos da Liberty Seguros passam por posicionar a Companhia nos 5 primeiros grupos a operar em Portugal, para os principais negócios Não Vida, focando o negócio no canal de distribuição Agentes.

\ Espaços e Escritórios Liberty Seguros

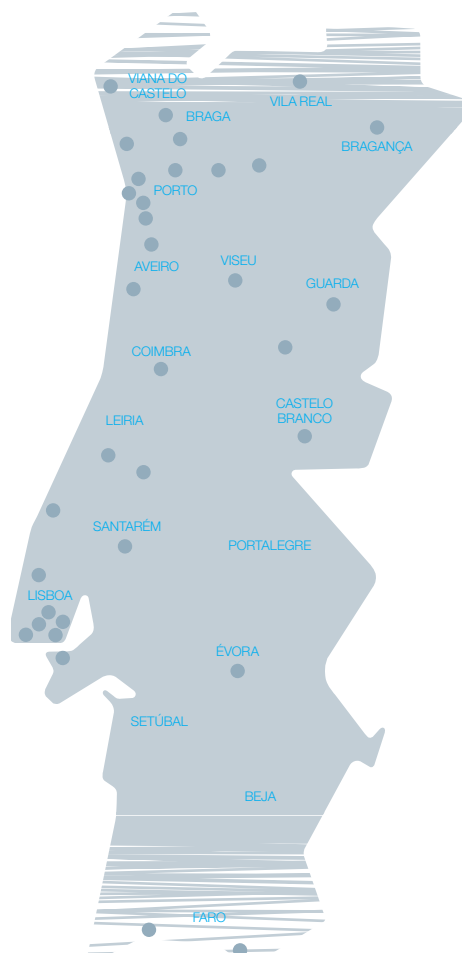
MADEIRA



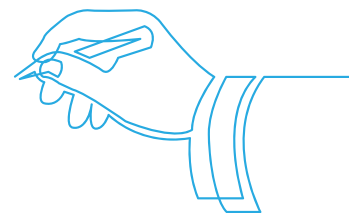
04 \ INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

A Companhia defende a **Proteção dos Valores da Vida** através de um serviço de qualidade e constante adequação às necessidades do mercado, garantindo a satisfação dos seus Clientes e o crescimento económico sustentado do Grupo, nomeadamente através de:

- \ Desenvolvimento de produtos mais adequados às necessidades de proteção de cada Cliente. \
- \ Aumento da presença geográfica nos principais mercados de forma a estar mais próximo dos Clientes. \
- \ Reforço do posicionamento da Liberty Seguros com base nos valores do Grupo e do mercado português. \
- \ Potenciar o uso das novas tecnologias que se encontram ao serviço dos canais de distribuição para oferecer um serviço inovador, mais eficaz e mais eficiente. \



- \ Reconhecimento do mercado como uma empresa socialmente responsável. \
- \ Alertar a sociedade para a temática da prevenção rodoviária. \



05 \ ÉTICA E COMPLIANCE

A condução da atividade ao longo da história da companhia rege-se segundo um compromisso de honestidade e integridade que é de crucial importância para a reputação e continuidade do sucesso da Liberty Seguros.

No quotidiano adotamos os direitos, liberdades e garantias consagradas na constituição da República Portuguesa, fomentando permanentemente o seu respeito junto dos que nos rodeiam.

A Liberty Mutual desenvolveu um Código de Ética e Conduta da Empresa (*Code of Business Ethics and Conduct*) para definir perante os seus trabalhadores os padrões adequados de conduta profissional, para nos ajudar a compreender esses mesmos padrões e, finalmente, para identificar e estabelecer requisitos de cumprimento. O Código sublinha a necessidade de todos os trabalhadores do Grupo Liberty Mutual Insurance adotarem uma postura ética e honesta na sua conduta profissional, evitarem e revelarem potenciais conflitos de interesses e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis.

Em Portugal e na Liberty Seguros, este código é aplicável a todos os seus Colaboradores desde 1 de maio de 2005, sendo periodicamente revisto.

Também neste aspeto se destaca a Liberty Seguros, primeira seguradora a operar em Portugal a ter um código de conduta com esta abrangência e que passou a ser divulgado no *website* público, em cumprimento da legislação em vigor que estipula o dever de estabelecimento e monitorização do cumprimento de códigos de conduta por parte das empresas de seguros.

No Código estabelecem-se importantes linhas éticas de orientação da conduta profissional e da forma como a Liberty Seguros e os nossos colaboradores devem conduzir a sua atuação profissional, proporcionando diretrizes nas seguintes áreas:

- \ Fazer negócios com honestidade e integridade, incluindo a responsabilidade de todas as chefias e funcionários neste aspeto; \
- \ Tratar clientes, parceiros e uns aos outros com respeito e dignidade; \
- \ Prevenir, evitar e revelar conflitos de interesse e potenciais conflitos de interesses, incluindo a oferta ou aceitação de presentes, entretenimento, atividades externas ou relacionamentos pessoais que possam criar um conflito com os interesses da empresa ou a mera aparência de tal conflito; \
- \ Adequado tratamento e utilização da informação, incluindo os requisitos de acordo com os quais usamos e protegemos a informação da Empresa e dos nossos Clientes e Parceiros, incluindo a informação profissional, direitos de propriedade industrial, segredos profissionais, direitos de autor e dados pessoais; \
- \ Cumprimento ou conformidade legal: é o capítulo do *Compliance* por excelência, versando sobre a importância do cumprimento de leis, normas e regulamentos, integridade de controlos financeiros e relatórios públicos, práticas comerciais proibidas, cumprimento das leis de defesa da concorrência, e prevenção de crimes, como o branqueamento de capitais;
- \ Reporte de Violações ao Código de Ética e Conduta Profissional, que explica os recursos dispo-

\ Relatório do Conselho de Administração \

níveis para os funcionários utilizarem na denúncia de condutas inadequadas e os procedimentos a adotar para reportar as possíveis violações das regras do Código ou outras preocupações sobre a conformidade legal. \

Em anexo ao Código, e de acordo com o procedimento nele previsto, existe um Termo de Declaração e Responsabilidade que é anualmente distribuído aos administradores, diretores, quadros superiores e outros Colaboradores com determinadas funções e pelo qual se recordam as regras do Código e se dá aos Colaboradores abrangidos a oportunidade de identificação de potenciais conflitos de interesses.

Tal como nos anos anteriores, durante o exercício de 2017 o procedimento acima descrito foi aplicado a todos os Colaboradores da Liberty Seguros.

A função de *Compliance* na Liberty Seguros está a cargo do respetivo Gabinete Jurídico & *Compliance*, que integra nas suas funções os aspetos mais relevantes para que toda a organização esteja em posição de conformidade legal ou cumprimento:

- \ Assessorar o Conselho de Administração e Direção de Topo relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis. \
- \ Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade da empresa. \
- \ Identificar e avaliar o risco de cumprimento (*compliance*). \
- \ Avaliar a adequação das medidas tomadas na empresa para prevenir o incumprimento. \

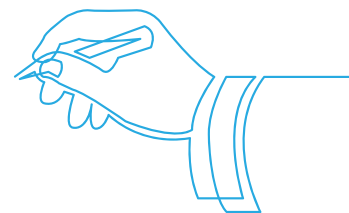
\ Garantir o apoio e resposta a todas as necessidades de conhecimentos, informação e apoio jurídicos decorrentes da prossecução dos objetivos da Liberty Seguros, criando as condições necessárias à observação e ao cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal (*compliance*) com impacto no desenvolvimento da atividade. \

\ Garantir a assessoria jurídica da Administração e Direções, assegurando a plena informação, esclarecimento e resolução de todas as questões de natureza técnico-jurídica, garantindo também a divulgação e conhecimento do quadro legislativo aplicável à atividade da Liberty Seguros. \

\ Assegurar a correção técnico-jurídica e conformidade com os interesses da Liberty Seguros de todos os contratos da qual esta seja outorgante, revendo e redigindo os respetivos clausulados e apoiando a respetiva negociação. \

\ Executar a supervisão e controle da coerência técnico-jurídica dos clausulados de todos os contratos de seguro comercializados pela Liberty Seguros; redação das Condições Gerais, Especiais e Particulares sobre textos propostos pelas áreas técnicas e revisão dos respetivos impressos e suportes. \





- \\ Assegurar a correção técnico-jurídica, a conformidade legal e a conformidade com as regras e diretivas do Grupo Liberty Mutual de todas as normas e regulamentos internos da Liberty Seguros. \
- \\ Exercer todas as tarefas adstritas à função de *Business Ethics Administrator*, de acordo com a definição do Grupo Liberty Mutual. \
- \\ Integrar o Comité de Gestão de Riscos, com as funções constantes da respetiva definição. \
- \\ Integrar a Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões dos Colaboradores da Liberty Seguros. \
- \\ Conceber e executar Ações de Formação sobre temas de *Compliance* e de Direito dos Seguros, dirigidas aos Colaboradores da Liberty Seguros e também à nossa Rede de Agentes. \

Decorrentes do exercício destas funções, algumas das atividades desenvolvidas durante o exercício de 2017 incidiram nas seguintes áreas de risco: reforço do sistema de governação da empresa, cumprimento dos requisitos legais e regulamentares inerentes ao regime Solvência II, proteção de dados pessoais e prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. As áreas de risco de prevenção e combate à corrupção, sanções internacionais, anti trust e defesa da concorrência também são continuamente seguidas e acompanhadas.

Todos os programas e atividades de *Compliance* desenvolvidos pelo Gabinete Jurídico & *Compliance* são monitorizados para garantir que a Liberty Seguros mantém as medidas apropriadas para a gestão dos riscos inerentes às respetivas operações. Adicionalmente, a Liberty Seguros colabora com o

Departamento Ética e *Compliance* Globais (GC&E) do Grupo Liberty Mutual *Insurance* localizado em Boston, Massachusetts, E.U.A.

Uma das áreas de risco que merece uma especial atenção do Grupo Liberty Mutual *Insurance* é a prevenção e combate à corrupção. A Política de Combate à Corrupção é também cumprida na Liberty Seguros, tal como em todas as companhias do Grupo Liberty Mutual *Insurance*, e integra a nossa normativa interna local desde 2011.

Esta Política é complementada com um processo de certificação anual que abrange a Direção de Topo da empresa, o Gerente do Espaço Liberty Açores e o *Controller* da empresa, sendo este o conjunto de pessoas considerado o mais adequado destinatário deste procedimento.

06 \ SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

A política de gestão de risco aplica-se transversalmente a todas as áreas da Companhia e define formalmente a estratégia e os objetivos da gestão de risco da Liberty Seguros, englobando as funções, responsabilidades e autorizações que suportam os processos adotados pela Companhia para alcançar os respetivos objetivos. Adicionalmente permite alertar e prevenir a Companhia para os diferentes tipos de risco em que a mesma incorre, assim como providenciar uma visão e conhecimento claro da gestão de risco exercida pela Liberty Seguros, pelos diversos intervenientes internos e externos e entidade de supervisão.

O Comité de Gestão de Risco é o órgão onde são analisados e debatidos os temas transversais a toda

\ Relatório do Conselho de Administração \

a empresa, relacionados com a Gestão de Risco e Controlo Interno, órgão este a quem compete a responsabilidade pela definição da política de gestão de risco e respetivas propostas de revisão.

A política de gestão de risco é objeto de aprovação do Presidente do Conselho de Administração, sendo sujeita, no mínimo a uma revisão e atualização anuais. A decisão sobre a adequação da política de risco da Companhia é da responsabilidade final do Presidente do Conselho de Administração, com base em recomendação do Comité de Gestão de Risco.

Os riscos Específico de Seguros, de Mercado, Liquidez, Crédito e Operacional foram analisados pela Liberty Seguros, e encontram-se divulgados no Anexo às contas na nota 41.

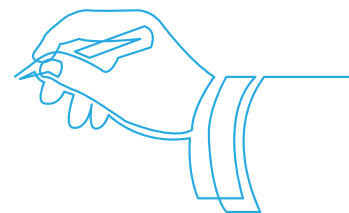
A área de Controlo Interno – SOX, no âmbito das suas funções de manutenção de um sistema de controlo interno sobre o reporte financeiro, eficácia e eficiência de operações e *Compliance*, efetuou durante o exercício de 2017 a atualização da documentação de suporte de um conjunto de processos que tiveram alterações ao seu circuito de tratamento de informação de natureza operacional e/ou financeira e/ou de *Compliance*. Adicionalmente realizou testes aos controlos significativos, elaborou recomendações de melhoria e acompanhou e testou a implementação das mesmas. A relação dos processos atualizados, controlos testados, ineficiências detetadas e melhorias implementadas encontra-se incluída no relatório anual de “Ponto de Situação do Sistema de Gestão de Risco”, documento integrante da Política de Gestão de Riscos.

07\ RECURSOS HUMANOS Política de Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos da Liberty Seguros é definida e orientada em função da estratégia da Companhia e consiste na planificação, organização, coordenação e controlo de técnicas que dão suporte e promovem o desempenho dos seus Colaboradores, apostando no contínuo desenvolvimento e crescimento profissional das suas pessoas.

Esta aposta assume uma importância significativa, face ao período conturbado que se vem a verificar e a manter, sem grandes alterações, no cenário macroeconómico, desestabilizando os mercados financeiros numa proporção mundial. É particularmente importante para a Liberty Seguros desenvolver e consolidar as competências dos seus colaboradores, contribuindo de uma forma estruturada e coesa para uma cultura que se pauta pelos valores de Honestidade, Excelência, Rigor, Compromisso e Espírito de Equipa e cujo especial enfoque é o cliente, bem como a qualidade de serviço que lhes é prestado.

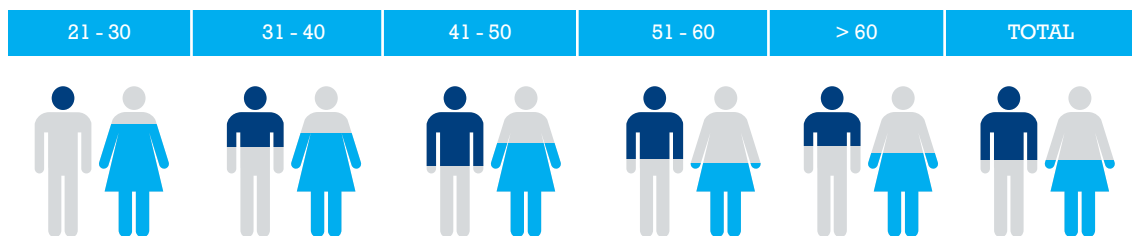
Dotar os Colaboradores destas competências é o principal objetivo da política e estratégia da Direção de Gestão e Suporte ao Talento: desenvolver e consolidar competências específicas orientadas para o cliente, superando as suas expectativas e antecedendo as suas necessidades.



A Liberty Seguros sabe que tem o talento no Capital Humano. Temos como foco a retenção e desenvolvimento do nosso talento, ajudando os colaboradores na gestão das suas expectativas e carreiras profissionais, promovendo o seu bem-estar e equilíbrio pessoal e profissional. É esta atitude e forma de estar, pró-ativa e orientada para o cliente, que nos diferencia no mercado segurador.

Proporcionar aos seus Colaboradores um justo crescimento e oportunidades de desenvolvimento e de carreira sustentado, é possível através da implementação e desenvolvimento de um conjunto de práticas e ferramentas de recursos humanos que dão suporte e incentivam este crescimento, aleadas a fortes características de Liderança da sua gestão de topo.

ESTRUTURA ETÁRIA



Formação

A Formação é uma área de excelência onde a Liberty Seguros investe continuamente. É através desta que impulsionamos e asseguramos o desenvolvimento dos nossos colaboradores, seja através de ações de formação internas ou externas ou outras atividades lúdicas com teor temático e formativo, com o foco nos resultados a que nos propomos alcançar. São vários os formatos que envolvem a área da formação que diferem de acordo com os objetivos:

\\ Parcerias com Instituições de Ensino Superior e Escolas Internacionais de Negócio, que visam o desenvolvimento de competências específicas através de cursos desenhados à medida para um

grupo específico de colaboradores. \

- \\ Bolsas de estudo que a Liberty Seguros participa. \
- \\ Cursos importados do Grupo Liberty Mutual *Insurance*. \
- \\ Academia Liberty: entre as diversas iniciativas elencadas na Academia Liberty, merecem destaque os vários módulos de formação realizados por colegas (formadores) internos, que revelaram elevada pré-disponibilidade para a realização dos mesmos, partilhando os seus conhecimentos e experiência com os restantes. \
- \\ Cursos de formação desenvolvidos à medida que

\ Relatório do Conselho de Administração \

têm como objetivo colmatar e desenvolver necessidades específicas diretamente ligadas ao desempenho da função \

\ "Ser Liberty" é um curso interno onde, em sala, os Colaboradores reforçam os valores e princípios da Liberty e em conjunto assumem os compromissos de mudança que vão fortalecer o espírito de equipa que se vive na Liberty Seguros. \

\ Na Rota para o Sucesso, é um curso de formação para destinatários com função de Gestão de Equipas, e tem como objetivo, desenvolver e consolidar competências de Gestão nesta população, bem como, o lançamento e implementação de projetos inovadores com retorno para a Companhia. \

\ SER Líder, é um curso de formação interno que visa o desenvolvimento e consolidação de competências de gestão, aplicado a todos os colaboradores que chefiam equipas. Neste curso são reforçados os valores e cultura da Liberty e aspetos direcionados à gestão de pessoas como, a gestão de talento, comunicação e negociação, avaliação de desempenho, recrutamento e seleção, como apresentar uma ideia ou iniciativa estratégica, entre outros. \

\ LMS – *Liberty Management System*, ações de formação para todos os Colaboradores que visam difundir nova filosofia de trabalhar na Liberty, assente em três pilares: O compromisso e desenvolvimento de competências dos colaboradores para fornecer um serviço excepcional aos nossos clientes, através da excelência operacional, de forma a criar valor para os nossos clientes, colaboradores e empresa, numa perspetiva de melhoria contínua. \

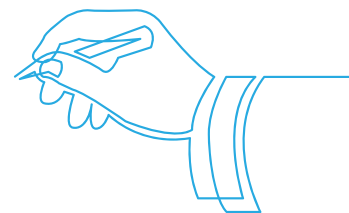
\ Ações de fortalecimento do Espírito de Equipa (*Team Building*) através de iniciativas que alinham ações e comportamentos, fortalecem as equipas, colocando-as face a situações ou problemas com os quais têm de lidar e solucionar, exercitando as capacidades individuais num cenário que apela à participação de todos. No fundo, o que se vivencia no quotidiano em contexto empresarial. \

A Liberty Seguros considera a formação um investimento, com notável retorno, mas é também um reconhecimento pelo trabalho dos seus colaboradores, porque acredita no seu potencial e que todas as pessoas podem dar mais de si, principalmente se tiverem as ferramentas adequadas ao seu desenvolvimento.

Sistema de Avaliação de Desempenho

A Liberty Seguros tem implementado, desde 2004, um sistema de Avaliação de Desempenho para todos os seus Colaboradores que pressupõe 3 fases: Planeamento, Acompanhamento e Avaliação, e no âmbito do qual Colaboradores e responsáveis se orientam por 2 parâmetros – Objetivos (Quantitativos) e Competências (Qualitativos). Em 2008, a Liberty Seguros complementou esta avaliação com a introdução de um sistema *feedback* 360° ao nível das competências, passando a ter mais do que um avaliador (o próprio que se autoavalia, a chefia hierárquica, os pares com funções idênticas e a equipa).

O objetivo do sistema de avaliação mantém-se enquanto ferramenta de suporte a uma gestão objetiva, focada no negócio, pelo que o 360° só vem



reforçar a avaliação de competências críticas, assim como o desenvolvimento de todos quantos contribuem para o objetivo a que a companhia se propõe.

O sistema de avaliação de desempenho é uma ferramenta conhecida por todos, que permite um alinhamento estratégico a todos os níveis hierárquicos. Os objetivos são claros, transparentes e mensuráveis e cada Colaborador é conhecedor do seu contributo para o todo da Companhia.

Excelência no Trabalho

Excelência é ter um conjunto de pessoas felizes e satisfeitas todos os dias que vêm trabalhar com um sorriso, porque têm boas condições de trabalho, justas oportunidades de crescimento, são reconhecidas e reconhecem a Companhia, sentem orgulho e são promotoras da mesma e dos seus produtos. Dão o *extramile*, para colocar a mesma na vanguarda face à concorrência.

A excelência significa que os processos e ferramentas que existem funcionam e dão resposta às necessidades internas, que as pessoas se sentem comprometidas e envolvidas com as mesmas, alinhadas para um objetivo que é comum a todos e que se reflete no que pretendemos para o nosso cliente – uma experiência de excelência em todos os contatos que tiver com a nossa Companhia.

Foram vários os anos em que participámos no estudo de melhores empresas para trabalhar, posicionando-nos sempre nos primeiros lugares, o que constitui mais um motivo de orgulho e incentivo para a família Liberty, na dedicação que sempre tem demonstrado. É o reconhecimento dos seus colaboradores pelas boas práticas e a sua elevada

satisfação e *engagement* para com a Companhia.

A participação nestes estudos de Excelência no Trabalho, que têm como objetivo reconhecer as melhores práticas de RH e as melhores empresas para trabalhar, tem proporcionado à Liberty uma experiência desafiante, porque permite aferir de um modo muito eficaz a opinião dos seus colaboradores relativamente aos temas abordados no estudo. Este ano o foco continua a ser equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e aqui estamos a introduzir, ainda como projeto piloto, o Teletrabalho, um sistema de Avaliação de Desempenho que avalie e dê feedback de forma contínua e ao longo do ano, e novas ferramentas e práticas de como reconhecer aqueles que se diferenciam, todos os dias, de forma genuína, mantendo ou melhorando o nível de *engagement*, e ainda garantir a sucessão e o desenvolvimento dos seus colaboradores nas competências adequadas por forma a projetar o futuro e a sustentabilidade da Companhia.

Julgamos, assim, estar mais perto do que é o verdadeiro sentir dos nossos colaboradores e permitir atuar sobre futuras melhorias em temas tão importantes para todos, os que constituem esta Família Liberty.

08\ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para a Liberty Seguros, as ações de responsabilidade social são de extrema importância, pois geram valor, tanto para os seus Colaboradores, como para toda a Sociedade. A Companhia considera que ao incorporar a responsabilidade social na sua estratégia empresarial, beneficia pela ligação que constrói com a comunidade, enquanto empresa cidadã.

\ Relatório do Conselho de Administração \

Durante o ano de 2017, destacaram-se as seguintes ações:

**\ Projeto “1.º Bebê do ano 2017” ** No âmbito da sua política de responsabilidade Social, e como mentora do projeto Liberty Seguros – 1º Bebê do Ano, a Liberty Seguros premiou novamente, os dois primeiros bebés que nasceram às zero horas do dia 1 de Janeiro de 2017. Assim, para celebrar o milagre da Vida foi atribuído a cada criança um seguro Liberty Poupança e um prémio adicional de 500,00€ \

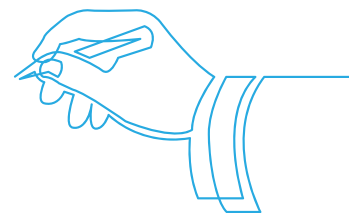


**\ Projeto “Verão Azul” ** Em parceria com Associação Cultural e Recreativa e de Solidariedade (ACLIS) a Liberty Seguros promoveu novamente o programa de ajuda às crianças vítimas de Chernobyl. Pelo nono ano consecutivo, o Verão foi “Azul” para um grupo de crianças ucranianas. O Projeto Verão Azul é um projeto que consiste na vinda para Portugal de um grupo de crianças residentes de áreas limítrofes de Chernobyl, com o objetivo de lhes proporcionar 1 mês de férias num ambiente mais saudável. Para além dos benefícios óbvios para a saúde destas crianças, este projeto vem sensibilizar a comunidade em geral para a temática dos perigos da energia nuclear. Este é um projeto realizado anualmente em



Parceria com a Associação de Colaboradores da Liberty Seguros (ACLIS) e em 2017 acolhemos 37 crianças. Durante cinco semanas estas crianças puderam viver num ambiente mais puro, com o conforto e os óbvios benefícios para a sua saúde. O impacto deste projeto nas vidas destas crianças e nas famílias que generosamente as receberam foi extraordinário. Paralelamente em 2017 foi lançado o livro “Verão Azul dos Afectos” em duas línguas, com apresentação na RTP e distribuição pelos Colaboradores, Parceiros e famílias envolvidas. Este livro foi acompanhado de uma exposição fotográfica itinerante que irá arrancar em 2018. \

**\ Serve with Liberty ** Pelo sexto ano consecutivo o Grupo Liberty Mutual realizou em todas as suas Unidades de Negócio, o Projeto Serve With Liberty. Em 2017, durante a Semana do Serve with Liberty, a Liberty Seguros procedeu a uma recolha de bens de primeira necessidade através dos seus Colaboradores e Parceiros de Negócio. Os alimentos recolhidos tiveram como destino a CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo. Integrada também nesta iniciativa, a Corrida e Caminhada Vertical juntou nove Colaboradores a correr nas escadas do Edifício Sede e mais de uma centena a caminhar. Por cada dia de Participação os Colaboradores da Liberty Seguros contribuíram com 12 euros para a



instituição CASA, através da aquisição de bens alimentares. \

**\ Pedalar pela Paz ** Com o apoio da Liberty Seguros António Figueiredo, médico ortopedista de Coimbra, Carlos Vieira, antigo bombeiro e Miguel Vilar, antigo piloto de automóveis, saíram do Vaticano a pedalar pela Paz até Fátima. Durante o percurso foram tocando o coração das pessoas e difundindo uma mensagem de paz e de esperança nas várias localidades por onde passaram. A chegada, um dia antes da chegada do Santo Padre ocorreu em direto para os principais canais de televisão. \

**\ Incêndios ** A Liberty Seguros como empresa socialmente responsável, não podia ficar parada face aos grandes incêndios de 15 e 16 de outubro. Para fazer face à tragédia, Colaboradores, Parceiros e amigos da Liberty Seguros juntaram nos vários ELS, Edifício Sede e Polo Técnico no Porto, mais de 100 sacos de roupa e alimentos. Nos primeiros dias de novembro, após alguns contactos para aferir a real necessidade, os bens foram entregues na Figueira da Foz (Grupo de Cidadãos da Figueira da Foz), Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Grupo Voluntários de Mafra, Comunidade Vida e Paz (Lisboa) e Cárita Diocesana de Leiria-Fátima. Nas entregas, além da satisfação de ajudar e dar condições para a melhoria de quem precisa, foi possível perceber o estado e as histórias de muitas famílias cuja estrutura esta tragédia abalou. \

**\ Cycle a Wish ** Em outubro de 2017 a Liberty Seguros foi a seguradora oficial do passeio nocturno da Make a Wish, que ocorreu no Parque das Nações em Lisboa e reuniu cerca de centena de entusiastas. \

**\ Ocean Alive ** Durante o ano 2017 a Liberty Seguros foi a seguradora oficial da Ocean Alive,

uma organização não governamental de proteção dos oceanos, sobretudo na margem sul (Troia, Setúbal e margem sul do Tejo). \

**\ Rota Solidária no Algarve ** Renovando o apoio de 2016, em 2017 a Liberty deu o nome à Rota Solidária integrada na Rota do Petisco no Algarve. Foram 13 as instituições apoiadas. A Rota do Petisco é um projeto de cariz cultural e recreativo, que consiste num roteiro gastronómico que envolve diversos estabelecimentos de restauração, distribuídos pelos vários concelhos algarvios. Os participantes na Rota, já conhecidos como os 'Petiscadores', são convidados a percorrer os diversos estabelecimentos aderentes, guiados através de um passaporte, no qual estão identificadas todas as paragens da Rota e a respetiva ementa especial confeccionada para o evento. Este ano, a Liberty Seguros junta-se à Rota do Petisco no âmbito da Rota Solidária Liberty Seguros; na qual o custo do passaporte (1€) reverte, na íntegra, para apoiar projetos sociais com atividades nos concelhos aderentes à iniciativa. \

**\ Passeio Bicicleta-Terena ** Em abril decorreu a 7.ª Edição do Passeio em Bicicleta Seixal-Terena, organizado pela Associação Anjos em Movimento, de Nelson e Sérgio Rosado (Anjos). Este Passeio contou com o apoio da Liberty Seguros e teve uma vertente solidária com doações para quatro instituições dos concelhos que integraram o percurso (Seixal, Montemor-o-Novo, Évora e Alandroal) os bens alimentares/vestuário/brinquedos oferecidos pelos participantes. Instituições Beneficiárias: no concelho do Seixal - Associação Janela Aberta; no concelho de Montemor-o-Novo - Santa Casa; no concelho de Évora - Associação Pão e Paz; no concelho de Alandroal - Centro Paroquial do Alandroal. \

**\ Liberty Seguros protege Peregrinos ** Dando seguimento à tradição de anos anteriores, a Liberty Seguros voltou em 2017 a apoiar os peregrinos

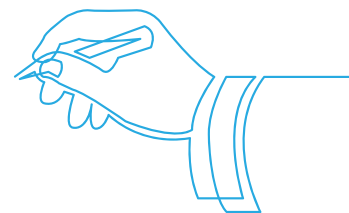
\ Relatório do Conselho de Administração \

portugueses na sua caminhada de fé, integrando o centenário das Aparições. Foram distribuídos 30.000 coletes e o mesmo número de folhetos. Este ano, com a parceria da GNR a distribuição dos coletes por esta força militar, em conjunto com conselhos e folhetos para a segurança na circulação, ajudou a aumentar a visibilidade e proximidade da acção. Foi também lançada a aplicação APPeregrinos com informação útil e “live” para uma peregrinação segura. Esta aplicação foi distinguida com o prémio inovação no certame Segurex onde a GNR a apresentou. \

09\ DEFESA DO MEIO AMBIENTE

\ **Limpeza na Tapada de Mafra** \ A Liberty Seguros marcou presença na Ação de Limpeza da Tapada de Mafra, que se realizou no dia 26 de maio. Esta ação desenvolvida pela EPIS – Associação Empresários pela Inclusão Social, contou com a Colaboração de 770 voluntários, 51 dos quais Colaboradores da Liberty Seguros. Envolvidos na maior ação de limpeza de sempre na Tapada de Mafra, juntos estes voluntários conseguiram limpar mais de 15 hectares. \





\\ **Plantação** \ No âmbito da Política de Responsabilidade Social, a Liberty Seguros doou no passado dia 20 de fevereiro **3 000 árvores** ao concelho de Ourém, ajudando desta forma a recuperar 5 dos 70 hectares que foram consumidos pelas chamas em 2012 e contribuindo desta forma para que seja recuperado o “pulmão verde” desta área natural. Esta atividade contou com 54 voluntários, entre Colaboradores e Parceiros de Negócio, que não se fizeram rogar e com determinação e espírito de equipa plantaram as duas espécies de arvores previstas: pinheiro manso e pinheiro bravo. \

\\ **Sensibilização interna** \ Temos nas nossas instalações contentores para a reciclagem do papel, plástico, vidro e pilhas. Temos também implementada a impressão frente e verso, com o objetivo de reduzir o consumo de papel e a consequente diminuição do abate de árvores, numa permanente sensibilização dos nossos colaboradores para a preservação do ambiente. Reciclamos o toner e reciclamos também os equipamentos informáticos em fim de vida que posteriormente são doados a Instituições de solidariedade. Promovemos também a circulação pelas escadas, evitando o elevador. \

10 \ PREVENÇÃO RODOVIÁRIA

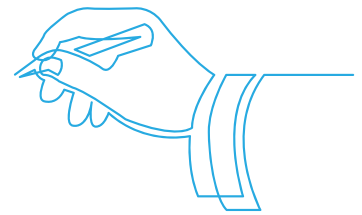
**\ 6º Aniversário Eu Respeito a Estrada ** Com o objetivo de promover uma maior segurança rodoviária, a Liberty Seguros lançou, em 2011, uma campanha de prevenção rodoviária que desafiou os portugueses a assumir uma nova atitude cívica nas estradas, através do movimento Eu Respeito a Estrada!. Em 2017 o movimento que continua activo no facebook, atingiu os 6 anos. \

**\ Projeto ALCOKART ** A Liberty Seguros promoveu em 2017, em parceria com a GARE - Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária – uma ação de prevenção e segurança rodoviária, junto de cerca de 100 alunos do secundário, na região do alentejo, com o objetivo de os sensibilizar para os perigos da condução de veículos sob o efeito do álcool e de outras substâncias, sendo certo que os dados estatísticos de sinistralidade rodoviária demonstram que os jovens são o grupo de maior risco. Para a Liberty Seguros e para a GARE, este projeto é ainda uma forma de partilharem a sua visão comum de segurança e educação rodoviária, que se consubstancia nas atividades que desenvolvem e que através desta iniciativa pretendem chegar junto do público jovem. \

**\ Nova Campanha de Sensibilização para a Segurança Rodoviária ** Alertar para o uso de equipamentos eletrónicos na condução foi o objetivo principal da campanha que a Prevenção Rodoviária Portuguesa, com o apoio da Liberty Seguros, levou a cabo durante 2017. Esta campanha é parte integrante de um projeto a 3 anos e enquadra-se nos objetivos gerais da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária no que respeita à proteção dos utentes rodoviários, aumento da segurança dentro das loca-

lidades, redução dos principais comportamentos de risco e desenvolvimento de campanhas de comunicação focadas na redução de comportamentos e atitudes de risco. No caso particular desta vertente da campanha apoiada pela Liberty Seguros, foram 350 outdoors colocados onde a velocidade máxima é de 50km/h e em todo o território nacional. \

**\ Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada ** A Liberty Seguros voltou em 2017 a associar-se à cerimónia nacional do Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada, sublinhando desta forma a sua empenhada participação nas ações de prevenção e segurança rodoviária desenvolvidas em Portugal. Tratando-se de uma iniciativa oficialmente patrocinada em todo o Mundo pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), esta cerimónia representa uma evocação pública da memória daqueles que perderam a vida ou ficaram incapacitados na sequência de acidentes rodoviários, significando não só um reconhecimento, por parte dos Estados e das suas populações, da trágica dimensão deste tipo de sinistralidade, mas também uma forma de apoio aos sobreviventes, ajudando-os a conviver com o trauma de memórias dolorosas resultantes desses acidentes. Em Portugal, esta efeméride tem sido assinalada desde 2004 pela “Estrada Viva – Liga contra o Trauma”, uma iniciativa que tem contado com o apoio da Liberty Seguros, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), a Direção-Geral de Saúde (DGS), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP). O evento decorreu em Évora e teve o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. \



\ Relatório do Conselho de Administração \

11 \ PATROCÍNIOS DESPORTIVOS

**\ 79.ª Volta a Portugal em Bicicleta ** Pelo 14º ano consecutivo, a Liberty Seguros voltou a apoiar a prova rainha do Ciclismo Nacional, que se realizou entre os dias 04 a 17 de agosto, de Lisboa a Viseu, e foi uma vez mais a patrocinadora da Camisola Azul de Montanha. Para a Liberty Seguros, a associação a esta prova mítica permite reforçar a defesa de valores defendidos pela própria marca com a superação pessoal e do coletivo perante os desafios, o trabalho em equipa, a honestidade, a excelência, o compromisso e o rigor. Em 2017, mais uma vez tivemos uma “Onda Azul” muito forte que já parte do espetáculo da Volta. Paralelamente à Volta realizaram-se também em 2017 outras importantes provas de referência do calendário nacional de ciclismo com apoio da Liberty Seguros como os Campeonatos Nacionais, a escalada da Subida à Glória e a Volta do Futuro e o Festival de Pista de Tavira, prova de encerramento da época desportiva. \



**\ Pedalar contra a esclerose Múltipla ** À semelhança das edições anteriores, a Liberty Seguros volta a promover uma iniciativa de responsabilidade

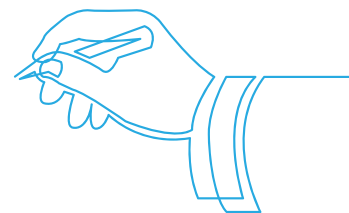
de social durante a Volta a Portugal. Este ano, a seguradora associou-se à Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM), entidade que procura dar resposta a um público-alvo de cerca de 8 mil pessoas com esclerose múltipla em Portugal, através de serviços especializados de atividades ocupacionais, neuro reabilitação, apoio domiciliário, psicologia, serviço social e aconselhamento jurídico. \



**\ Federação Portuguesa Ciclismo ** A Liberty Seguros continuou com o seu apoio as Seleções Nacionais de Ciclismo em 2017 e iniciativas desportivas como a organização da Volta a Portugal de Juniores, Volta a Portugal de Cadetes. \

**\ Bike Clube de Portugal ** Em 2017 a Liberty Seguros reiterou o seu apoio à Equipa Bike Clube de Portugal, um projeto inovador de ciclismo de formação de novos talentos que nesta nova temporada subiu mais um novo patamar ao se inscrever como equipa Continental não profissional. Esta ascensão conferiu acesso à participação da equipa em provas de referência nacional como a Volta ao Algarve e a emblemática Volta a Portugal. \

**\ Embaixadores David Rosa e João Correia ** A Liberty Seguros manteve o apoio ao atleta olímpico



de XCO – Cross Country, David Rosa que se prepara para os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020. Apoiamos também, João Correia, o primeiro atleta português a ganhar uma medalha internacional para o atletismo em cadeira de rodas, que bateu o recorde pessoal, carimbando a entrada no Programa de Preparação Paralímpica Tóquio 2020, num meeting realizado em Junho. \

**\ Equipa TrialPortugal ** A Liberty Seguros em 2017 voltou a apoiar a equipa TrialPortugal na dinamização da modalidade do trial bike em Portugal composta por Daniel Sousa, João Sousa e Pedro Araújo. Em 2017 esta equipa somou mais três etapas da iniciativa UP Stairs Challenge 2017 que incluiu o desafio de subir em bicicleta os 251 degraus do Edifício Sede da Liberty Seguros, os 281 degraus dos 13 andares do Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande e os 400 degraus do edifício da Câmara Municipal da Maia, o Maior edifício Camarário em Portugal. \



**\ 12ª Liberty Seguros Golf Trophy ** Em 2017 a Liberty Seguros promoveu a 12ª edição do Liberty Seguros Golf Trophy. A edição de 2017 decorreu no Algarve, no dia 17 de junho e juntou mais de 80 golfistas. \



**\ Corridas & Caminhadas ** Em 2017 a Liberty Seguros deu continuidade à parceria com a RunPorto e a Running Wonders promovendo enquanto seguradora oficial dezenas de corridas e caminhadas de norte a sul do país para a promoção e divulgação de estilos de vida saudáveis e ao ar livre. A cidade de Aveiro foi o palco da 7ª Corrida & Caminhada Solidária Liberty Seguros que angariou um total de 1 209 euros que reverteram a favor do centro Paroquial de São Jacinto uma instituição que acolhe crianças e oferece apoio a idosos. A fechar o ano realizou-se a “24ª Liberty Seguros S. Silvestre Cidade do Porto” que culminou com a entrega do grande donativo da ONDA AZUL SOLIDÁRIA que ao longo do ano participou solidariamente nas várias provas apoiadas pela seguradora. O montante de 8 000,00€ foi doado à SPEM – Sociedade Portuguesa Esclerose Múltipla. A Meia Maratona Manuela Machado de Viana do Castelo voltou a contar com a Liberty Seguros como seguradora oficial bem como o circuito de provas Running Wonders entre as quais se inclui a Meia Maratona do Douro Vinhateiro. \

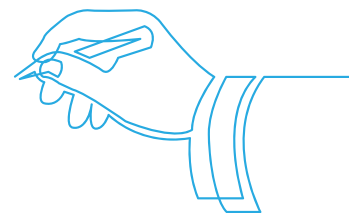
**\ 6ª Corrida e Caminhada da Paz Liberty Seguros ** Em 2017 a Liberty Seguros voltou a organizar com o apoio do Grupo de Atletismo de Fátima uma das

\ Relatório do Conselho de Administração \

suas mais emblemáticas provas: a 6ª Corrida e Caminhada da Paz Liberty Seguros. Esta prova direcionada às famílias, contou com a participação de 500 atletas (federados e não Federados) e com a Participação de mais de 5.000 inscritos. \

\ \ **Equipa Liberty Clássicos** \ A Liberty Seguros teve novamente na estrada em 2017 a Equipa de Clássicos que divulga o Liberty Auto Clássicos e que tem como piloto Eugénio Costa, Gerente ELS Viseu. A Equipa participou em várias provas e passeios organizados pelos clubes de clássicos de norte a sul do país. \





12 \ PROJETOS INSTITUCIONAIS

**\ 8º Congresso APROSE ** No dia 14 de outubro de 2017, a Liberty Seguros patrocinou o 8º Congresso Nacional dos Agentes e Corretores de Seguros. Nesta edição, que contou com uma plateia de 500 conferencistas, foram abordados temas de grande interesse e atualidade para o sector como a nova Lei de Mediação de Seguros, os desafios do digital na mediação de Seguros e a produtividade no sector. \

**\ Liberty Seguros patrocinou o QSP 2017 ** A Liberty Seguros foi novamente um dos Sponsors do QSP Summit 2017, uma das grandes referências da atualidade no marketing e na gestão, como espaço de reflexão sobre temas relevantes, procurando antecipar oportunidades e indicar caminhos para a resolução de novos desafios. Esta edição contou a participação de 1500 conferencistas e decorreu sob o tema “Understanding Consumer”, introduzindo uma reflexão sobre as profundas mudanças do consumidor e como estas se refletem nos comportamentos e locais de compras. \



**\ Conferência “Portugal, From Here to Where?” **

A Liberty Seguros foi a principal patrocinadora da Conferência “**Portugal, From Here to Where?**” macroeconomics challenges for the next decade” que se realizou a 19 de Maio, no Salão Nobre do Ritz Four Seasons Hotel Lisboa. O evento trouxe a Portugal Olivier Blanchard um dos maiores macroeconomistas mundiais, e que dedicou a sua vida académica e profissional ao estudo das crises financeiras mundiais, às políticas monetárias, às bolhas especulativas, à natureza do mercado de trabalho e ao desemprego. \

**\ Publicação de livros **

No âmbito da sua política de responsabilidade social a Liberty Seguros apoiou a publicação de vários Livros como **O Verão Azul dos Afetos**, uma obra que vai às origens do **Projeto Verão Azul** e que explica quais as razões pelas quais temos mantido vivo este projeto tão apaixonante, e ainda **Inteligência Comercial e Como chegar novo a velho.** \

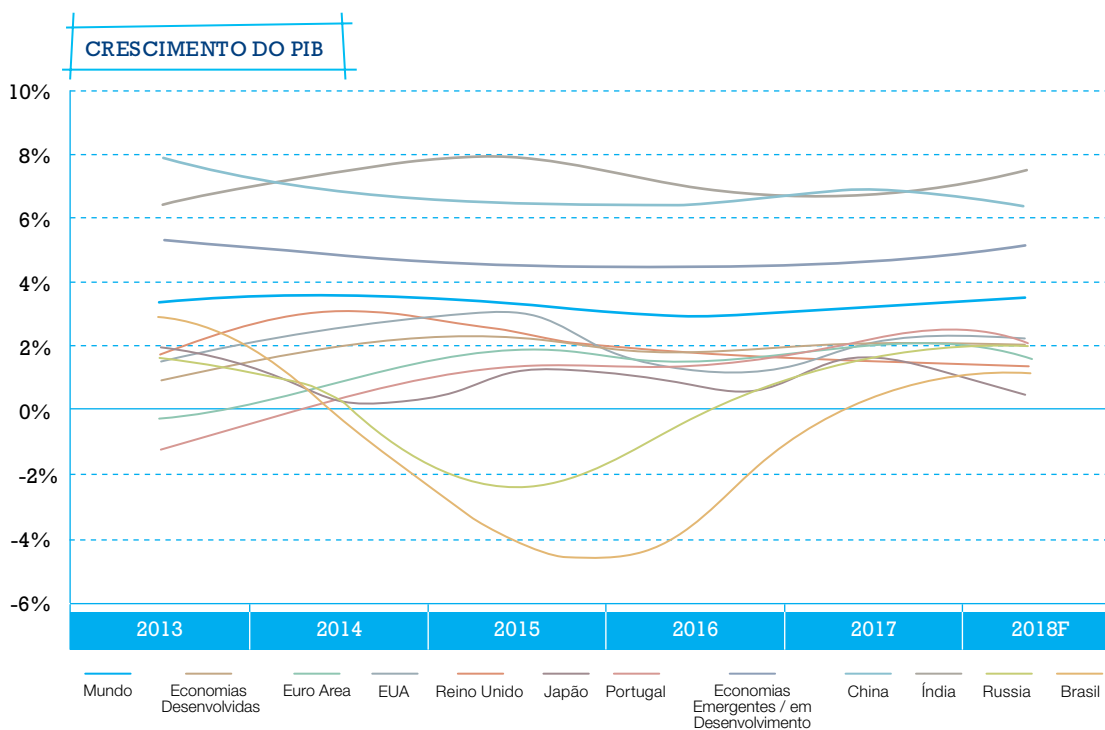
13\ ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Mundial

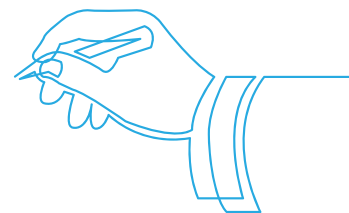
Em 2017 verificou-se um crescimento económico ligeiramente superior face aos últimos anos, ainda assim aquém do previsto, devido a vários acontecimentos Políticos e Sociais um pouco por todo o Mundo. As incertezas em torno dos impactos do Brexit na economia, a mudança de presidente nos Estados Unidos da América e também as perspetivas de abrandamento do programa de compra de dívida por parte do BCE, impediram que o crescimento económico mundial este ano fosse maior.

Na Europa, o BCE manteve a política de baixas taxas (mínimo histórico) de modo a injetar liquidez e sustentar o crédito, estando previsto o abrandamento desta política no decorrer do próximo ano. Nos Estados Unidos da América, a Reserva Federal continuou a aumentar as taxas de juro e prevê-se que assim se mantenha uma vez que os indicadores macroeconómicos têm sido positivos.

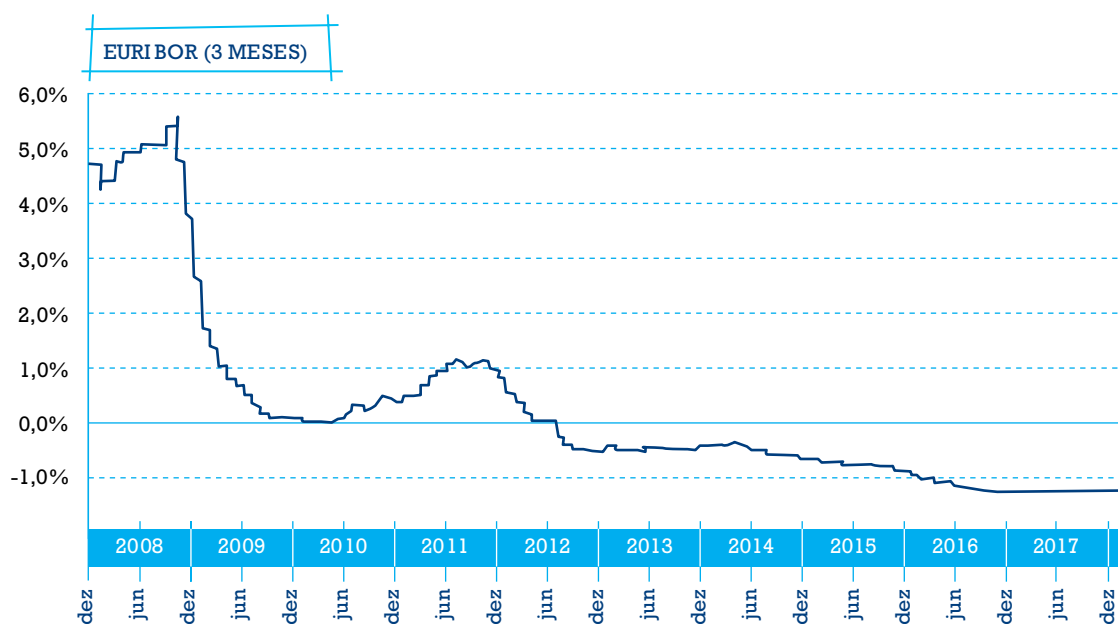
Contudo foi novamente determinante o bom desempenho dos mercados asiáticos, em especial da China e da Índia que tiveram performances fundamentais para que o crescimento mundial em 2017 atingisse um valor médio em torno dos 3,6%.



Fonte: FMI 2017

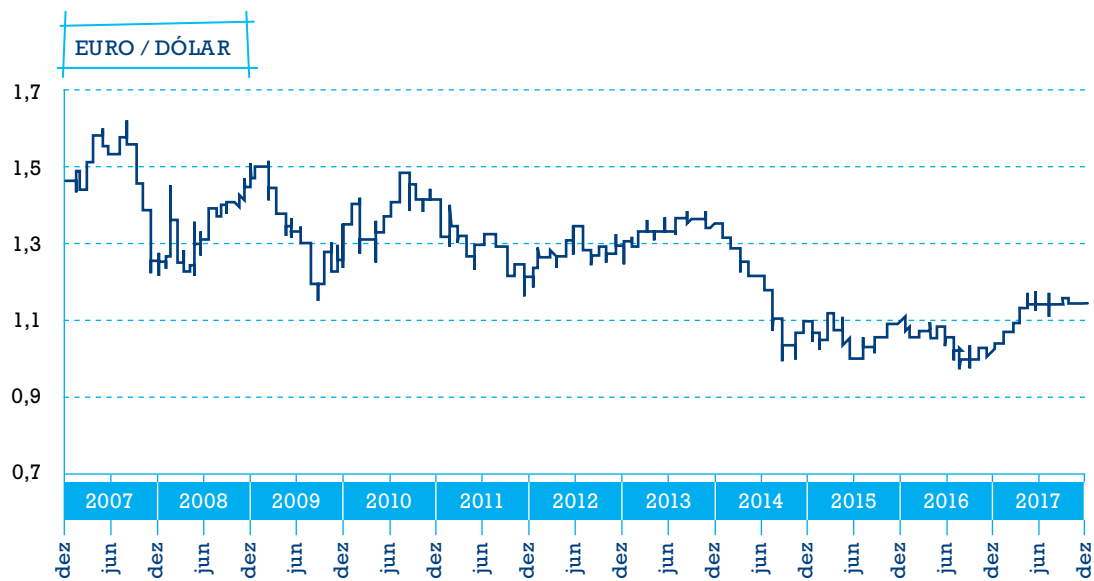


Para 2018 é de esperar um crescimento mundial em torno dos 3,7%. As economias emergentes continuarão a ter um papel importante no crescimento mundial, com especial destaque para a quebra na China e crescimento na Índia. Nas economias avançadas deverão continuar a existir algumas incertezas financeiras e crescimento económico sustentado. No caso particular da Europa, os casos de crise da dívida soberana ocorridos desde Novembro de 2010, assim como as tensões geopolíticas, continuarão a obrigar a sucessivas reavaliações das perspetivas de crescimento.



Fonte: Banco de Portugal

\ Relatório do Conselho de Administração \

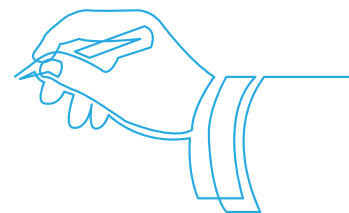


Fonte: Banco de Portugal

ECONOMIA NACIONAL

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015	2016	2017
Produto Interno Bruto	-1,1%	0,9%	1,8%	1,5%	2,6%
Exportações	7,0%	4,3%	6,1%	4,1%	7,6%
Taxa de Desemprego	16,2%	13,9%	12,4%	11,0%	9,7%
Índice de Preços do Consumidor	0,4%	-0,2%	0,5%	0,6%	1,5%

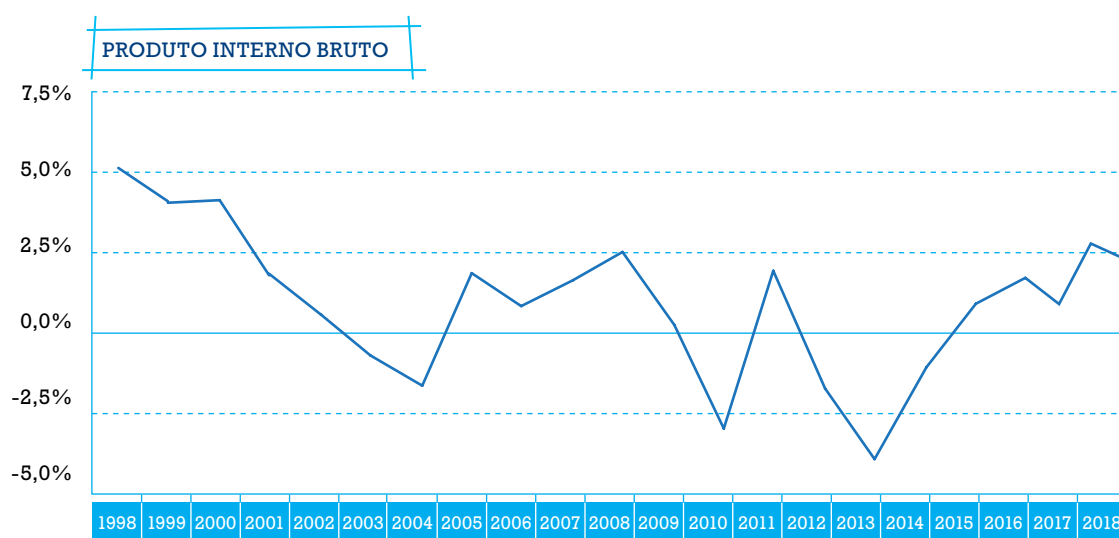
Fonte: OCDE



Economia Nacional

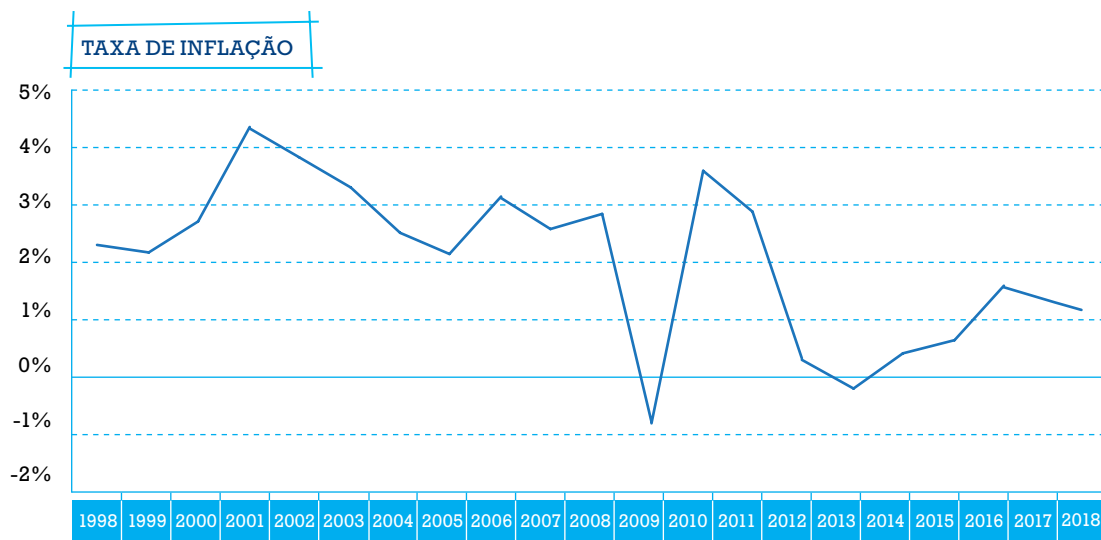
Durante o ano de 2017 verificou-se a continuação do processo de ajustamento aos desequilíbrios macroeconómicos que se verificaram durante a crise. Três anos após ter terminado oficialmente o plano de ajuda da Troika, Portugal manteve o objetivo de reduzir a dívida e manter um crescimento económico sustentado.

O crescimento da economia Portuguesa voltou a ter o impulso das exportações que atingiram o valor de 7,6%. Após este ciclo de recuperação, as agências de Rating aumentaram o nível de qualidade de crédito do país durante o último trimestre de 2017. Com esta melhoria de rating as taxas de juro continuaram a descer o que facilita a obtenção de financiamento externo.

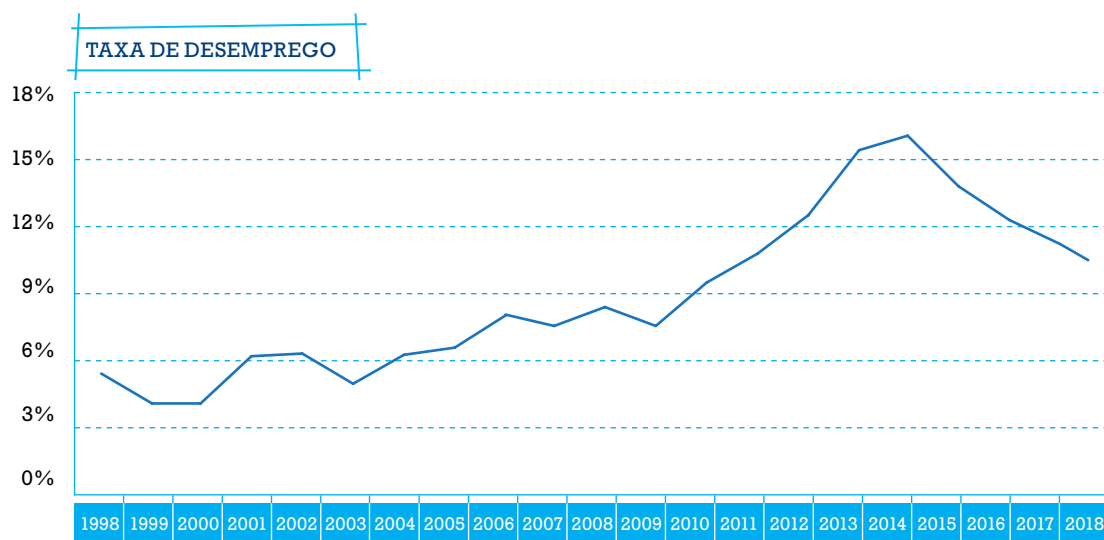


Fonte: OCDE

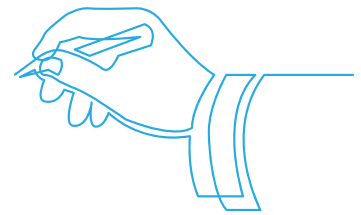
\ Relatório do Conselho de Administração \



Fonte: OCDE

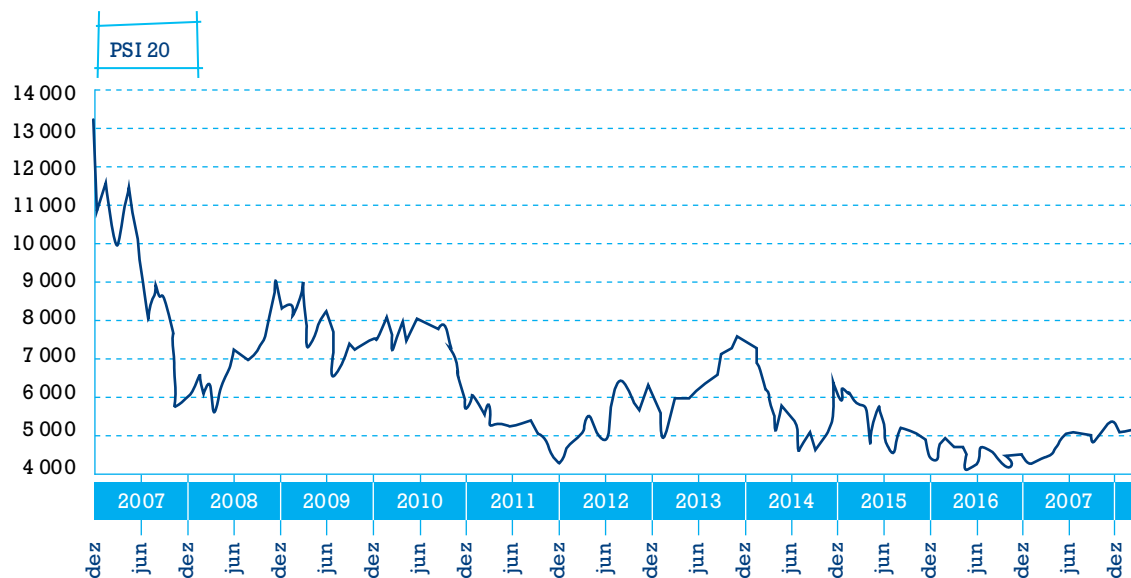


Fonte: OCDE



Nos últimos dez anos a economia portuguesa decresceu cerca de 2%, tendo o Banco de Portugal previsto um crescimento do PIB para 2018 e 2019 em torno dos 1,7% e 1,6% respetivamente. Em relação aos restantes indicadores prevê-se um crescimento de 0,5% ao nível do consumo público e um aumento de 1,4% ao nível do consumo privado, um aumento da procura interna de 1,8% bem como um aumento das exportações e das importações de 4,8% e 4,8% respetivamente.

À semelhança de 2016, este ano verificou-se um crescimento generalizado nos principais índices mundiais. Os maiores crescimentos registaram-se nos índices Nasdaq e Dow Jones com 28,2%, e 25,1% respetivamente, seguidos dos índices S&P 500, Nikkei 225 e PSI20 com variações na ordem dos 19,4%, 19,1% e 15,2% respetivamente. Os índices DAX Xetra, IBEX 35 e Euro Stoxx cresceram 12,5% e 7,4% e 6,5% face a 2016.



Fonte: Banco de Portugal

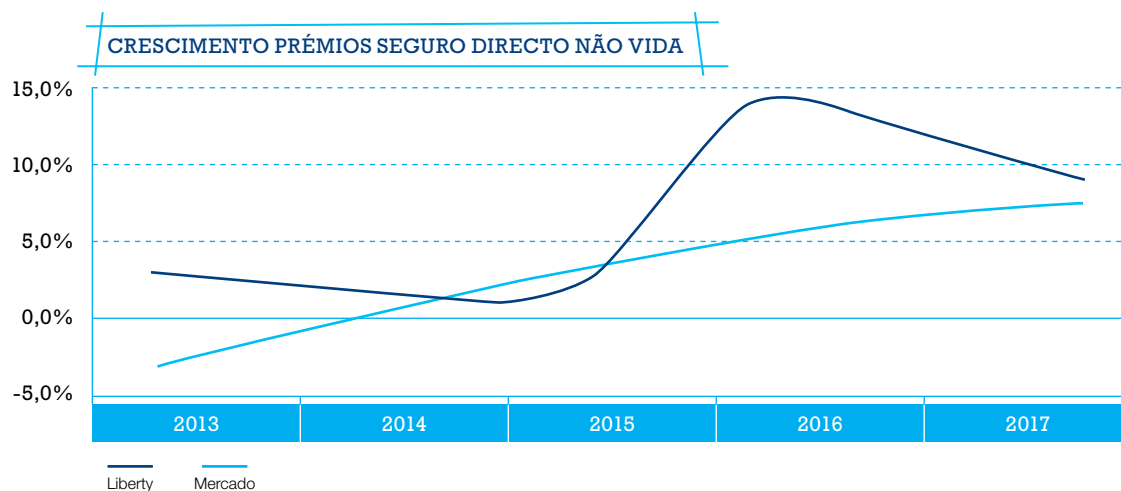
14 \ MERCADO SEGURADOR

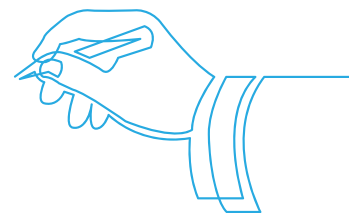
Dado que a atividade seguradora é um reflexo do que acontece na economia, ao longo dos anos temos vindo a assistir a um abrandamento desta atividade. Em 2017, verificamos um crescimento deste sector, em ambos os Ramos. Segundo dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores de Portugal, a atividade Não Vida cresceu cerca de 7,0% enquanto a atividade Vida cresceu 5,5%.

O volume de prémios de seguro direto total, segundo dados da APS, cresceu 6,1% ascendendo a 11,4 mil milhões de euros. Quanto ao peso do sector segurador no PIB, este passará de 5,9% em 2016 para 6,0% em 2017.

O ramo Não Vida cresceu 7,0% em 2017, principalmente influenciado pelo aumento do ramo Acidentes de Trabalho (13,0%) e de seguros do Ramo Automóvel e Incêndio (6,3% e 3,1%).

De salientar o desempenho da Liberty Seguros face ao mercado, desde a sua entrada em Portugal, apresentando ao longo deste período, taxas de crescimento superiores às do mercado, com a exceção do ano de 2015 onde ficou 0,7 p.p. abaixo. Esta *performance* deve-se em grande parte à relação que a Liberty Seguros estabelece com os parceiros e com os clientes.





15\ A ATIVIDADE DA LIBERTY SEGUROS

Para a Liberty Seguros, 2017 representa o seu décimo quarto ano completo de atividade, onde apresentou mais uma vez a real consolidação dos resultados apresentados nos anos anteriores. A entrada da Liberty em Portugal tem-se saldado num êxito não só ao nível da melhoria dos diversos indicadores de gestão mas também, e consequentemente, dos resultados. O ano de 2017 apresentou-se bastante produtivo, tendo o resultado atingindo o valor de aproximadamente 2,9 milhões de euros, menos 1,9 milhões de euros que o valor alcançado em 2016.

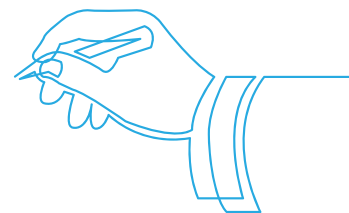
Indicadores Liberty Seguros	2015	2016	2017
Prémios de Seguro Directo *	281 122	321 852	346 899
Não Vida	250 854	284 787	312 355
Vida	30 268	37 066	34 544
Prémios Brutos Emitidos *	281 122	321 852	346 899
Prémios de Resseguro Cedido *	40 609	59 086	64 259
Quota de Mercado (Não Vida)	6,5%	7,0%	7,2%
Taxa Crescimento de Prémios Brutos Emitidos (Total)	4,6%	14,5%	7,8%
Taxa Crescimento de Prémios Brutos Emitidos (Não Vida)	2,6%	13,5%	9,7%
Taxa de Sinistralidade (Não Vida) **	67,8%	72,0%	73,7%
Resultado Líquido *	5 845	4 890	2 944
Resultado Líquido * / Prémios Brutos Emitidos	2,1%	1,5%	0,8%

\ Relatório do Conselho
de Administração \

Indicadores Liberty Seguros (cont.)	2015	2016	2017
Prémios por Trabalhador *	542	593	621
Apólices	1 220 157	1 387 829	1 408 103
Apólices por trabalhador	2 353	2 556	2 519
Ativo Líquido *	693 220	751 466	797 814
Total de Instrumentos Financeiros (excluindo investimentos em Filiais e outras empresas Participadas e Participantes) *	624 641	658 802	701 695
Capitais Próprios *	149 817	157 668	156 199
Provisões Técnicas *	492 217	537 403	569 962
Provisão Matemática Vida *	221 217	242 335	254 495
Provisão para Sinistros *	183 892	200 057	217 536
Custos com Sinistros Brutos *	175 350	192 901	224 254
Custos com Sinistros Líquidos *	162 068	174 929	204 795
Custos e Gastos de Exploração Líquidos *	78 838	74 872	84 324
ROE	3,7%	3,2%	1,9%

* Valores em milhares de euros.

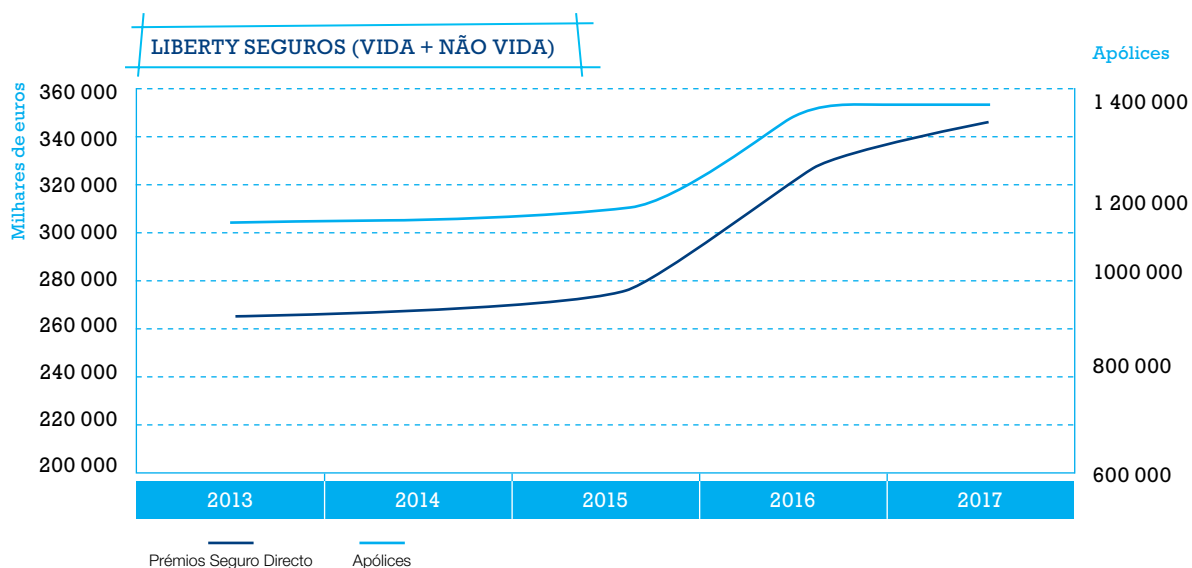
** Taxa calculada com base nos custos com sinistros líquidos de resseguro e prémios líquidos adquiridos.



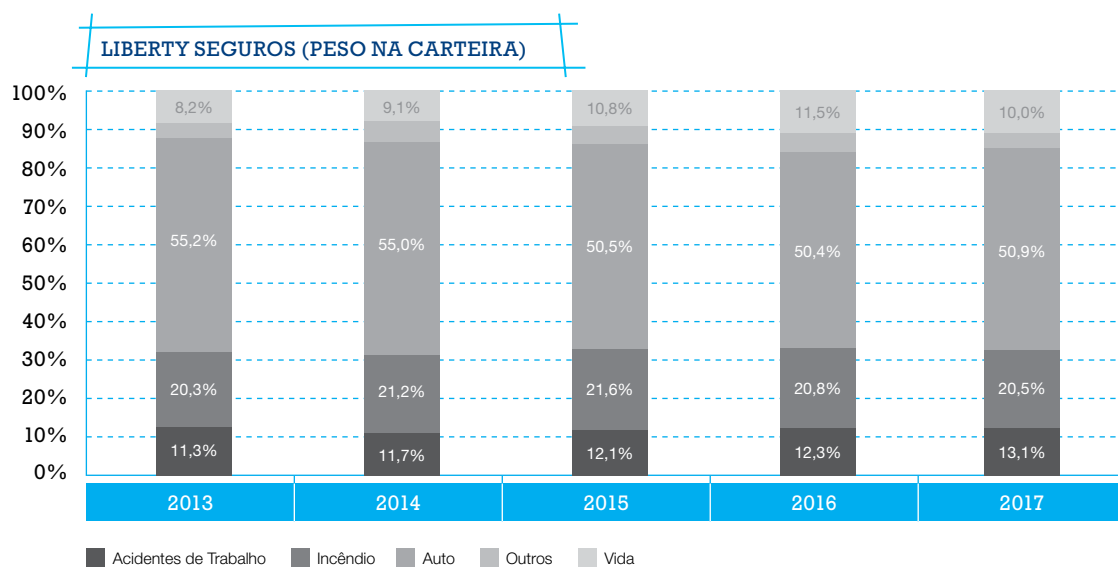
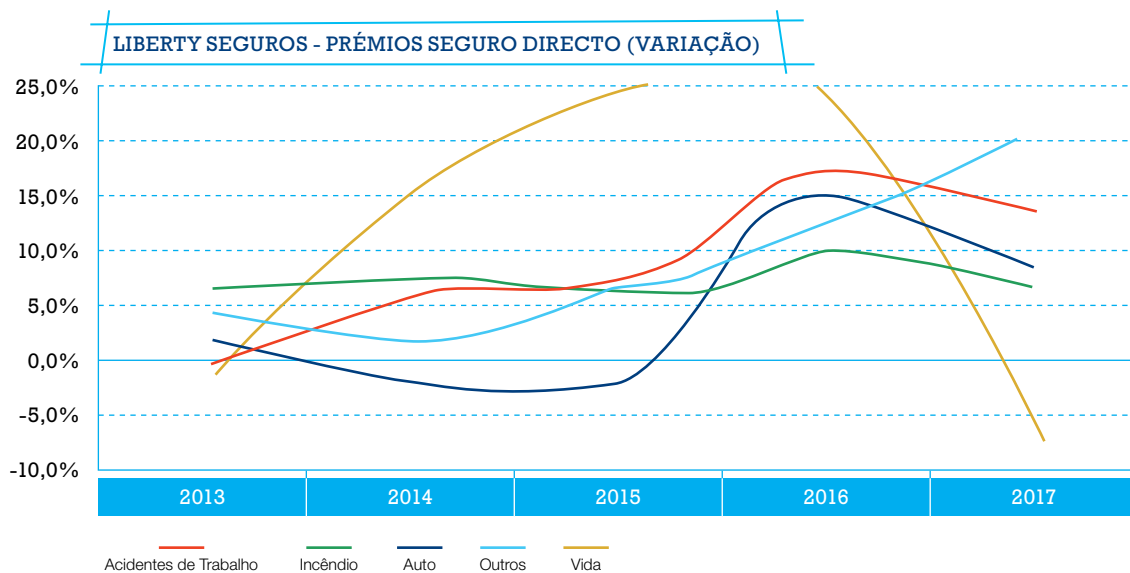
Produção e Apólices

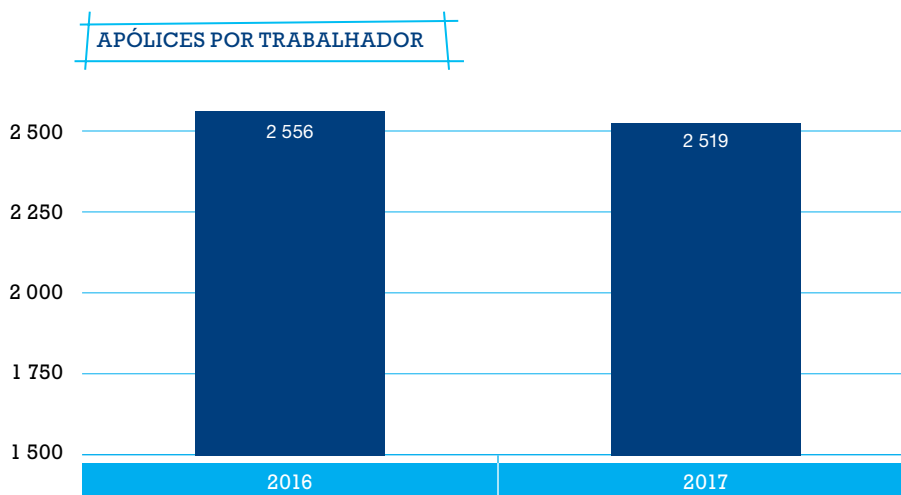
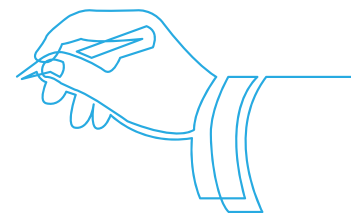
Em termos globais, a Liberty Seguros alcançou um volume de prémios brutos emitidos de 346,9 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 7,8% face ao período homólogo do ano anterior.

Analisando o negócio Não Vida, verificamos que o volume de prémios brutos emitidos atingiu o montante de 312,4 milhões de euros, enquanto o negócio Vida atingiu um volume de prémios brutos emitidos no montante de 34,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,7% e um decréscimo de 6,8% respetivamente face ao ano anterior.



\ Relatório do Conselho
de Administração \





Custos de Exploração

Os custos de exploração totais da Liberty Seguros atingiram os 84,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 12,6% comparativamente aos 74,9 milhões gastos no ano anterior. Em termos de custos de aquisição verifica-se um aumento na ordem dos 4,9 milhões de euros, totalizando 80,6 milhões de euros.

Ao nível de custos administrativos, a Companhia

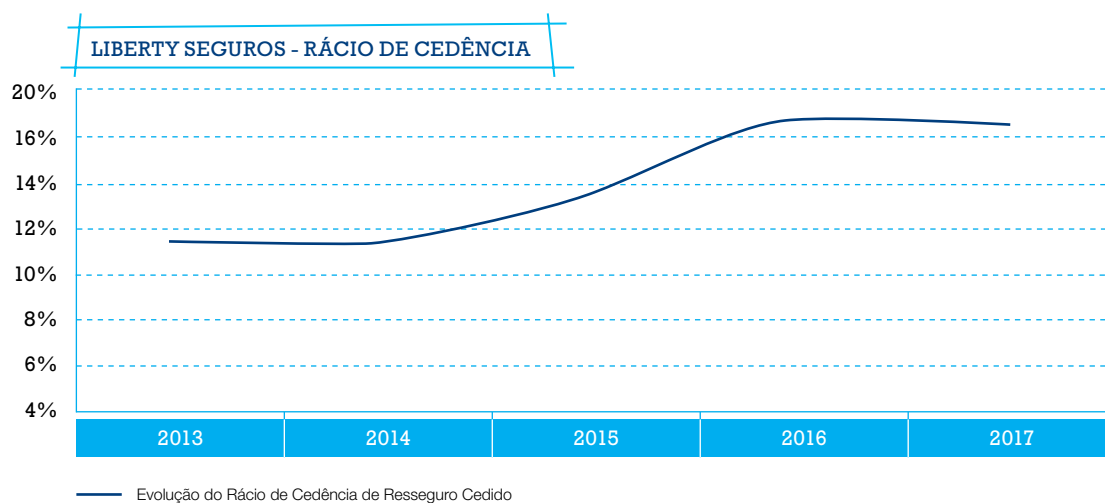
obteve gastos de 22,0 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 9,3% (mais 1,9 milhões de euros) quando comparado com o ano anterior.

Os custos de exploração Não Vida atingiram os 77,6 milhões de euros, mais 8,5 milhões de euros que o valor atingido em 2016.

Quanto ao negócio Vida, o rácio de exploração, atingiu os 19,5% dos prémios de seguro direto, aumentando o seu valor face ao rácio obtido em 2016.

Custos	% sobre prémios		
	2015	2016	2017
Custos de Exploração	28,0%	23,3%	24,3%
Custos de Aquisição	24,9%	23,5%	23,2%
Administrativos	6,8%	6,3%	6,3%

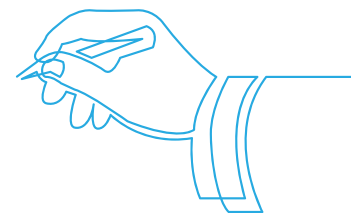
Resseguro



Participações e Instrumentos Financeiros

Valores em milhares de euros

Investimentos	2015	2016	2017
Obrigações	621 421	654 683	696 917
Ações	23	27	34
Fundos	3 198	4 092	4 744
Outros	0	0	0
Total de Investimentos	624 641	658 802	701 695
Carteira Não Vida	315 508	309 597	320 951
Carteira Vida	277 977	312 592	326 440
Livres	31 156	36 614	54 303



Valores em milhares de euros

Investimentos	2015	2016	2017
Ações	23	27	34
Obrigações Governo	215 121	220 205	247 310
Obrigações Empresas	406 300	434 478	449 607
Fundos	3 198	4 092	4 744
Outros	0	0	0
TOTAL DE INVESTIMENTOS	624 641	658 802	701 695

Valores em milhares de euros

Investimentos	2015	2016	2017
Setor de Atividade			
Governo	215 121	220 205	247 310
Financeiro	145 968	156 069	163 012
Utilidades	98 416	98 331	94 882
Comunicações	56 460	61 961	60 202
Bens de Consumo - Cíclico	19 374	29 641	25 093
Energia	21 687	16 802	18 472
Bens de Consumo - Não Cíclico	20 884	21 951	37 662
Indústria	23 544	28 577	37 879
Materiais Básicos	10 493	13 005	6 511
Diversos	8 372	7 082	6 387
Tecnologia	4 324	5 179	4 283
TOTAL DE INVESTIMENTOS	624 641	658 802	701 695

\ Relatório do Conselho de Administração \

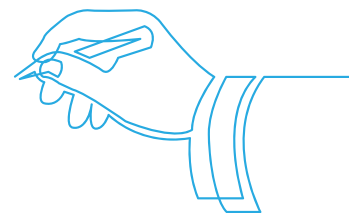
Valores em milhares de euros

Investimentos	2015	2016	2017
Rating			
AAA a AA	132 829	107 522	104 159
AA- a A-	144 551	172 538	182 228
BBB+ a BB	324 533	356 323	409 085
Outros	22 728	22 419	6 223
TOTAL DE INVESTIMENTOS	624 641	658 802	701 695

Dadas as condições da conjuntura económica sentidas durante os últimos anos, a Liberty Seguros continua a apostar numa gestão de liquidez de curto prazo que permite evitar a realização de perdas significativas decorrentes do acréscimo no volume de resgates e / ou sinistros.

Valores em milhares de euros

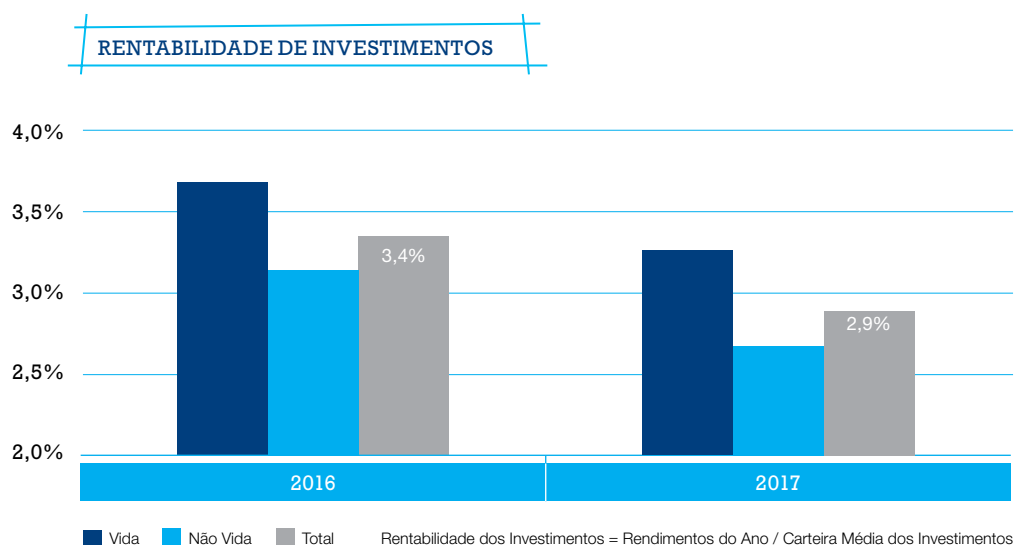
Investimentos	2015	2016	2017
Maturidades			
< 1 ano	49 059	55 501	46 298
1 a 3 anos	113 864	116 288	151 709
3 a 5 anos	163 757	161 915	163 624
5 a 10 anos	175 756	207 249	226 134
> 10 anos	118 985	113 731	109 152
Sem maturidade	3 221	4 119	4 778
TOTAL DE INVESTIMENTOS	624 641	658 802	701 695



Periodicamente a Liberty efetua uma análise da liquidez dos títulos em carteira.

A Liberty Seguros possui a maioria dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. A 31 de Dezembro de 2017, o montante de valias potenciais de ativos disponíveis para venda ascende a 71 455 milhares de euros positivos, menos 551

milhares de euros que em 2016.

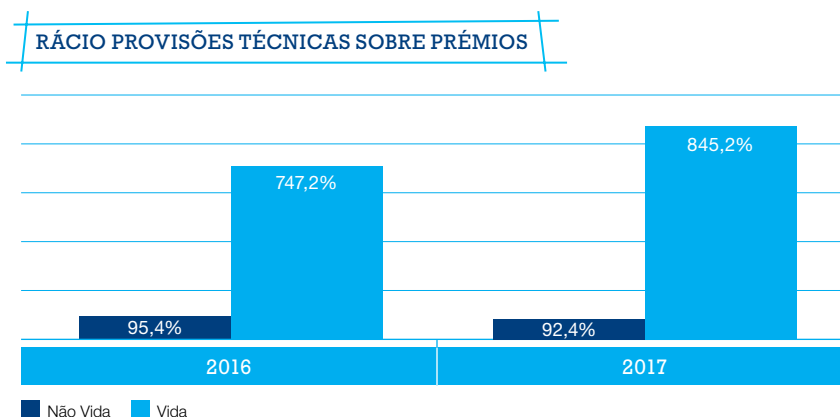


Investimentos em Filiais, Associadas, Empreendimentos Conjuntos e Outras Empresas Participadas e Participantes

A Liberty Seguros, SA durante o ano de 2015 adquiriu 20% de participação na empresa de assistência RNA – Rede Nacional de Assistência, no valor de 360 000 Euros.

Este investimento é valorizado de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo o valor atual de 1 003 224 Euros.

Provisões Técnicas



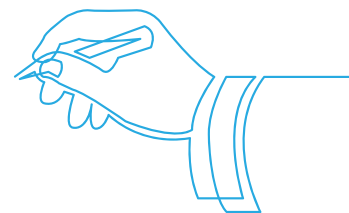
Margem de Solvência

	2016		2017	
	Com MT	Sem MT	Com MT	Sem MT
Fundo próprios totais elegíveis para cobertura do SCR	147 942	89 926	150 946	99 210
Requisito de capital de solvência	89 215	89 215	90 613	90 613
Rácio de fundos próprios elegíveis sobre o SCR	166%	101%	167%	110%

A 1 de Janeiro de 2016 entrou em vigor um novo regime de cálculo do requisito de capitais e dos fundos próprios suportados pela Lei 147/2015, de 9 de Setembro.

Durante o ano de 2016 a Liberty Seguros efetuou à ASF o pedido de autorização de utilização das Medidas Transitórias sobre as provisões técnicas.

O referido pedido foi aprovado a 4 de Agosto, podendo a companhia diferir por um período de 16 anos o montante de 60 793 218 Euros, referente a contratos de Vida e de 17 190 672 Euros, referentes a responsabilidades com Acidentes de Trabalho.



Durante o ano de 2017 diferiu-se 15/16 do montante aceite, o que corresponde a um diferimento de 56 993 642€ para os contratos de Vida e 16 116 255€ para as responsabilidades com Acidentes de Trabalho.

Os valores de requisito de Capital de Solvência nos anos de 2016 e 2017 foram 89 215 milhares de euros e 90 613 milhares de euros, respetivamente.

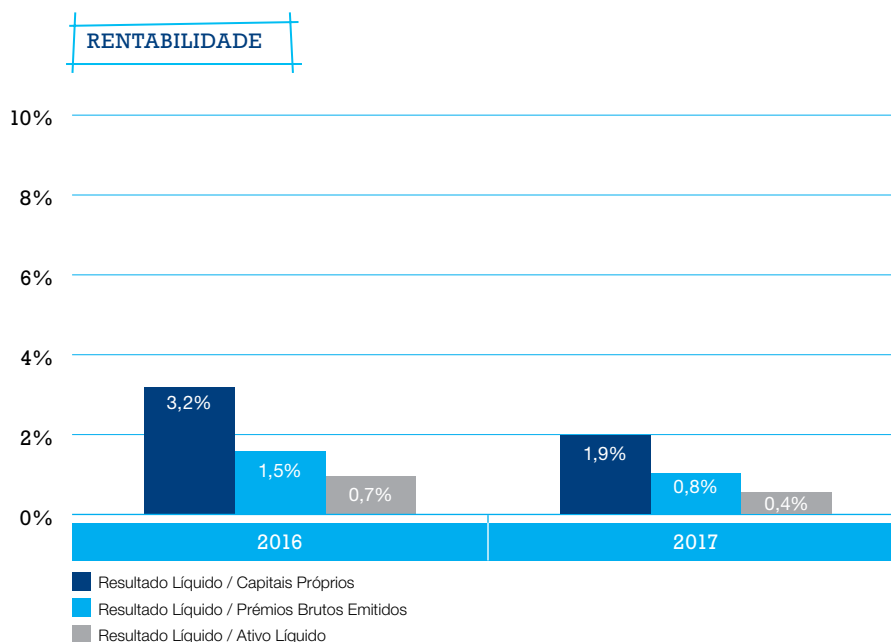
Resultados

\\ Resultado da Conta Técnica Não Vida e Vida

Os resultados das contas técnicas Não Vida e Vida da Liberty Seguros foram de 2 186,8 milhares de euros e -229,9 milhares de euros, respetivamente. O que representa um decréscimo total face a 2016 de 3 762,6 milhares de euros.

\\ Resultado Líquido

O resultado líquido da Liberty Seguros foi positivo em 2 944,5 milhares de euros. O resultado obtido reflete um decréscimo de 39,8% face aos 4 890,0 milhares de euros do ano anterior.



16\ ESTRUTURA E PRÁTICA DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Companhia segue os princípios e recomendações sobre transparência e governo societário, introduzidos através das recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Estrutura de Capital

O capital social da Liberty Seguros encontra-se representado por 506 937 ações, de valor nominal 52,37€, não admitidas à negociação, não existindo categorias diferentes de ações, possuindo todas os mesmos direitos e deveres. Não existem restrições à transferência das ações nem cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade das mesmas. As ações podem ser emitidas sob a forma de títulos de várias ações.

O capital social da Liberty Seguros é detido pela acionista única Liberty Seguros, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A., com 100% do capital social, sendo considerado uma participação qualificada. Não existem titulares de direitos especiais nem participação dos trabalhadores no capital, nem restrições em matéria de direito de voto.

Não existem acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Modelo de Governação

A estrutura de administração e fiscalização compreende os seguintes Órgãos:

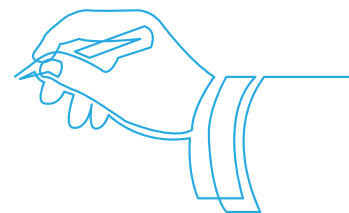
**\ Assembleia Geral ** Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos por um mandato de quatro anos, com permissão de reeleição. Deve representar mais de cinquenta por cento do Capital Social. \

**\ Conselho de Administração ** Composto por 5 membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 4 anos, nomeando entre os seus membros um Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis nos termos da lei, são atribuídos a dois Administradores, a um Administrador-delegado, a um Administrador e um Procurador ou a um ou mais Procuradores, no âmbito dos respetivos poderes. \

**\ Conselho Fiscal ** Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais. \

**\ Revisor Oficial de Contas ** Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal. \

A Assembleia Geral é o órgão supremo da Liberty Seguros, estando os seus poderes definidos nos estatutos da Sociedade, nomeadamente:



\\ Decidir sobre os relatórios anuais do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sobre as Demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados e reservas. \

\\ Eleger os membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. \

\\ Modificar os estatutos da Sociedade. \

\\ Deliberar sobre a fusão, reunião ou dissolução da Sociedade. \

Os poderes do Conselho de Administração também se encontram descritos nos estatutos da Sociedade e incluem os poderes mais amplos para a gerência e administração da Sociedade, nomeadamente:

\\ Gerir todos os negócios sociais, celebrar contratos de qualquer natureza necessários à prossecução dos fins sociais e efetivar todas as operações relativas ao objeto social, observando as normas prudenciais, as diretrizes emanadas das entidades de supervisão e as regras de conduta das empresas de seguros. \

\\ Elaborar regulamentos internos para os diferentes serviços da Sociedade. \

\\ Zelar e defender os bens e valores da Sociedade, tomando todas as medidas que julgar necessárias. \

\\ Decidir sobre a colocação dos capitais disponíveis e sobre o emprego das reservas. \

\\ Entender-se com as entidades competentes em tudo o que respeita à realização, execução ou modificação de contratos. \

\\ Decidir judicialmente ou extrajudicialmente sobre os direitos e interesses da Sociedade, podendo desig-

nadamente transigir e comprometer-se em árbitros. \

\\ Organizar os balanços e contas a submeter à Assembleia Geral e elaborar o relatório respetivo sobre a situação económica da Sociedade, propondo a aplicação a dar ao resultado. \

\\ Propor à Assembleia Geral projetos sobre a fusão, reunião ou dissolução da Sociedade, alteração de estatutos. \

\\ Decidir sobre tudo o que for de interesse da Sociedade e não seja expressamente reservado à Assembleia Geral. \

O Conselho de Administração reúne por convocação do seu Presidente, sempre que o exijam os interesses da Sociedade.

O Conselho de Administração delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador Delegado, sendo os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

17\ DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA E INFORMAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE

De acordo com o artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, ponto 9, alínea b, aditado pelo decreto-lei 89/2017 de 28 de Julho, artigo 3º a Liberty Seguros irá disponibilizar no seu site público até 30 de Junho de 2018, um relatório correspondente ao exercício anual de 2017, contendo as informações exigidas para a demonstração não financeira.

18\ PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

O Grupo Liberty Mutual Insurance comunicou no passado dia 4 de Dezembro de 2017 a sua intenção de consolidar as suas operações de seguros em Portugal, Irlanda e Espanha sob uma única entidade, a Liberty Seguros, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. em Espanha, e que é a atual acionista única da Liberty Seguros.

No desenvolvimento desta intenção, e sujeito à devida avaliação e aprovação das autoridades de supervisão competentes, está prevista a criação de sucursais da Liberty Espanha em Portugal e na Irlanda, que serão as gestoras do negócio dos respetivos países, e a fusão das três empresas, tudo a concretizar-se em 2018.

De acordo com a liderança do grupo, este processo permitirá aos três mercados um melhor serviço aos clientes e agentes através da criação de uma entidade, mas eficiente e robusta e com o acesso a um maior número de recursos. Esta mudança também permitirá a partilha das melhores práticas e conhecimentos entre as operações nacionais.

Finalmente, está também em curso o alinhamento das estruturas organizacionais de determinadas funções globais: Financeira, Informática, Atuarial, Jurídica, Compliance e Auditoria Interna.

19\ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Liberty Seguros, S.A. apresentou no exercício de 2017 um resultado positivo de 2 944 457,73 euros, que propomos que seja aplicado da seguinte forma: para Reserva Legal o valor de 294 445,77 euros e para resultados transitados o valor de 2 650 011,96 euros.

20\ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar a seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Associação Portuguesa de Seguradores, os Acionistas e os restantes Órgãos Sociais.

Agradecemos também aos nossos Clientes pela sua preferência, prometendo desde já o máximo esforço para continuarmos a corresponder às suas necessidades e expectativas.

Finalmente gostaríamos de agradecer a todos os nossos Colaboradores e Redes de Distribuição todo o esforço demonstrado.

Lisboa, 16 de abril de 2018.

O Conselho de Administração

José António da Graça Duarte de Sousa

Presidente e Administrador Delegado

Juan Pablo Barahona Flores

Vogal

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Vogal

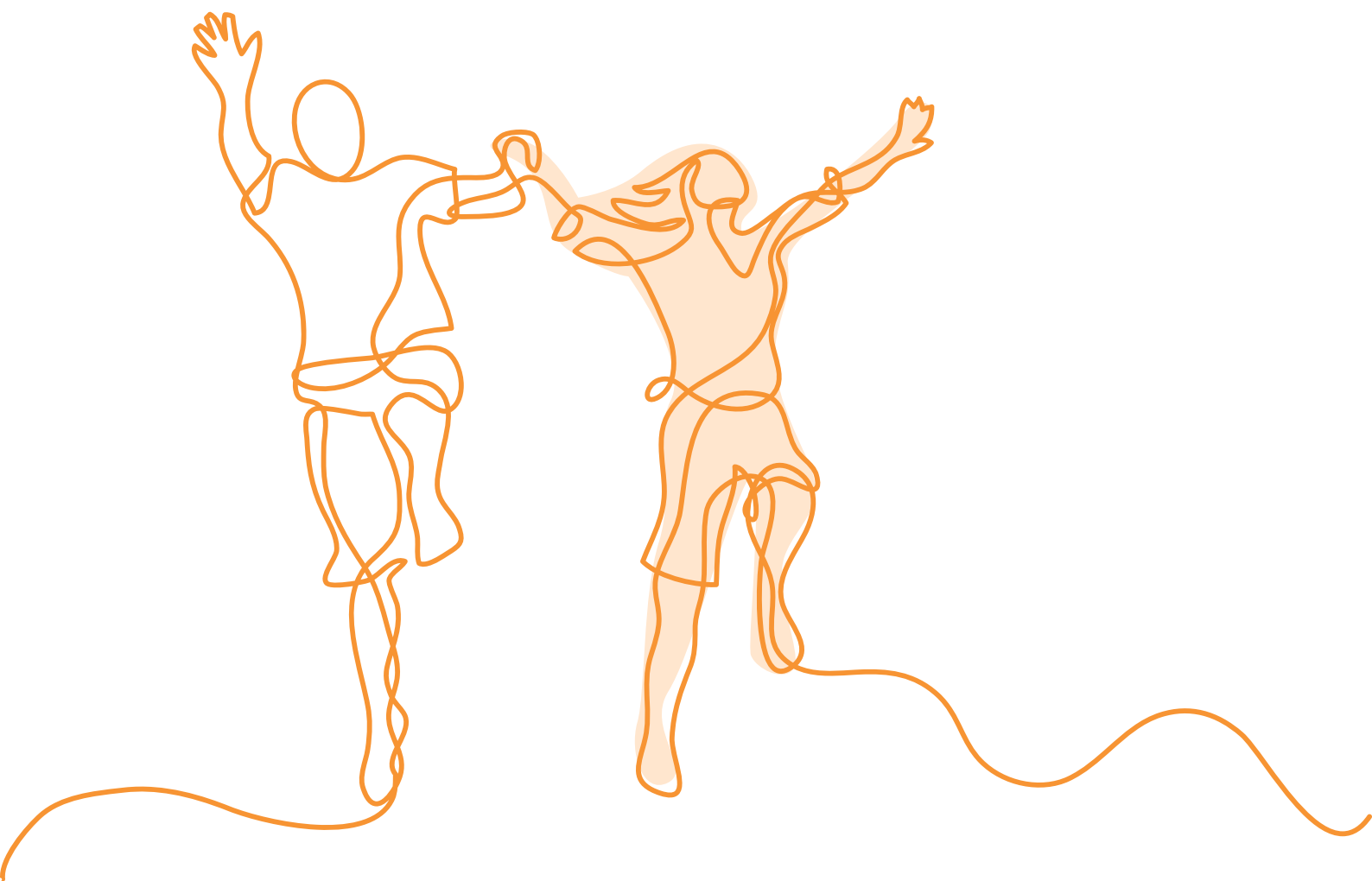
Rogério Paulo Carretero Bicho

Vogal

Ana Paula Caniço Neto Moradas

Vogal

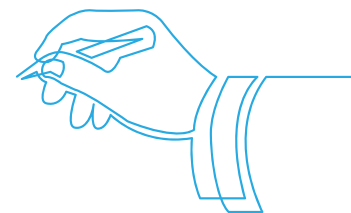
\ Demonstrações
Financeiras \



\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Notas do Anexo	Balanço	2017			2016
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
3 e 9	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 906 114	-	3 906 114	21 729 696
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 003 224	-	1 003 224	685 575
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
5 e 9	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7 991 338	-	7 991 338	7 858 029
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6, 9, e 40	Ativos disponíveis para venda	693 703 636	-	693 703 636	650 944 261
	Empréstimos e contas a receber				
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
7 e 9	Outros depósitos	48 810	-	48 810	5 048 810
7 e 9	Empréstimos concedidos	145 280	-	145 280	181 110
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Total Empréstimos e contas a receber	194 090	-	194 090	5 229 919
	Investimentos a deter até à maturidade				
8 e 9	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	11 744 622	391 869	11 352 754	8 895 302
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
	Total Terrenos e edifícios	11 744 622	391 869	11 352 754	8 895 302
10	Outros ativos tangíveis	15 460 275	11 077 471	4 382 805	3 939 537
11	Inventários	-	-	-	-
	<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
12	Outros ativos intangíveis	31 489 609	11 257 448	20 232 161	16 667 204



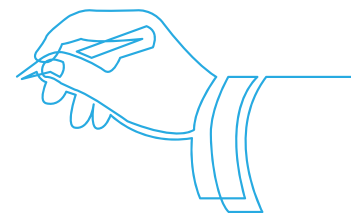
Valores em euros

Notas do Anexo	Balanço	2017			2016
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO (cont.)					
13	Provisões técnicas de resseguro cedido				
13 e 41	Provisão para prémios não adquiridos	3 049 238	-	3 049 338	3 031 174
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
13	Provisão para sinistros	12 840 674	-	12 840 674	10 394 038
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Total Provisões técnicas de resseguro cedido	15 889 912	-	15 889 912	13 425 212
30	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 655 761	-	1 655 761	3 733 276
14	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
	Contas a receber por operações de seguro direto	21 059 346	1 304 664	19 754 682	14 061 183
	Contas a receber por outras operações de resseguro	522 635	-	522 635	585 001
	Contas a receber por outras operações	1 962 366	223 416	1 738 950	2 668 898
	Total Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23 544 347	1 528 080	22 016 267	17 315 083
15	Ativos por impostos				
	Ativos por impostos correntes	-	-	-	-
	Ativos por impostos diferidos	14 950 200	-	14 950 200	723 124
	Total Ativos por impostos	14 950 200	-	14 950 200	723 124
16	Acréscimos e diferimentos	535 926	-	535 926	319 855
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	822 069 056	24 254 867	797 814 188	751 466 074

\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	2017	2016
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
17	Provisões técnicas		
	Provisão para prémios não adquiridos	64 047 558	60 333 990
	Provisão matemática do Ramo Vida	254 495 078	242 334 816
	Provisão para sinistros		
	De Vida	5 066 705	4 383 761
	De Acidentes de Trabalho	101 662 199	92 612 645
	De outros Ramos	110 806 873	103 060 931
	Total provisão para sinistros	217 535 777	200 057 337
	Provisão para participação nos resultados	21 789 754	19 039 384
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	9 737 058	8 529 929
	Provisão para riscos em curso	2 356 279	7 107 595
	Outras provisões técnicas	-	-
	Total provisões técnicas	569 961 504	537 403 050
18	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	10 603 696	11 183 305
19	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	161 461	134 157
	Outros	400 000	-
	Total Outros passivos financeiros	561 461	134 157
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 619 405	1 439 163
20	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
	Contas a pagar por operações de seguro direto	15 403 625	8 240 983
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2 942 585	3 429 139
	Contas a pagar por outras operações	2 090 658	2 286 411
	Total Outros credores por operações de seguros e outras operações	20 436 868	13 956 533



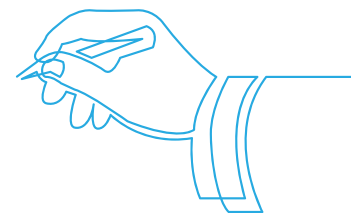
Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	2017	2016
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO (cont.)		
15	Passivos por impostos		
	Passivos por impostos correntes	5 830 387	7 396 480
	Passivos por impostos diferidos	23 135 842	10 797 950
	Total Passivos por imposto	28 966 229	18 194 430
16	Acréscimos e diferimentos	9 316 847	10 573 269
21	Outras Provisões	149 015	914 539
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	641 615 025	593 798 446
	CAPITAL PRÓPRIO		
22	Capital	26 548 291	26 548 291
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
23	Reservas de reavaliação	52 399 175	55 794 492
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Total Reservas de reavaliação	52 399 175	55 794 492
23	Reserva por impostos diferidos	(13 792 680)	(15 561 169)
23	Outras reservas	33 318 858	35 615 956
23	Resultados transitados	54 781 062	50 380 096
	Resultado do exercício	2 944 457	4 889 962
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	156 199 163	157 667 628
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	797 814 188	751 466 074

\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
CONTA DE GANHOS E PERDAS						
24	Prémios adquiridos líquidos de resseguro					
	Prémios brutos emitidos	34 543 957	312 355 333	346 899 290	321 852 275	
	Prémios de resseguro cedido	(658 529)	(63 600 723)	(64 259 252)	(59 085 601)	
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(2 232 292)	(2 232 292)	(5 304 817)	
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	18 064	18 064	145 046	
	Total Prémios adquiridos líquidos de resseguro	33 885 428	246 540 382	280 425 809	257 606 903	
25 e 18	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	26 017	-	26 017	29 319	
26	Custos com sinistros, líquidos de resseguro					
	Montantes pagos					
	Montantes brutos	22 516 544	183 932 066	206 448 610	180 836 381	
	Parte dos resseguradores	(189 702)	(16 822 591)	(17 012 294)	(14 430 752)	
	Total Montantes pagos	22 326 841	167 109 475	189 436 316	166 405 629	
	Provisão para sinistros (variação)					
26	Montante bruto	682 944	17 122 613	17 805 557	12 065 080	
	Parte dos resseguradores	(27 304)	(2 419 331)	(2 446 635)	(3 541 337)	
	Total Provisão para sinistros (variação)	655 640	14 703 283	15 358 922	8 523 743	
	Total Custos com sinistros líquidos de resseguro	22 982 481	181 812 758	204 795 238	174 929 372	
27	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(3 544 187)	(3 544 187)	1 418 047	
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro					
	Montante bruto	11 838 954		11 838 954	20 747 473	
	Parte dos resseguradores	-		-	-	
	Total Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	11 838 954		11 838 954	20 747 473	
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	246 127	400 000	646 127	302 184	
28	Custos e gastos de exploração líquidos					
	Custos de aquisição	2 447 207	78 116 247	80 563 454	75 647 875	
	Custos de aquisição diferidos (variação)	17	1 481 276	1 481 293	(2 232 061)	
	Gastos administrativos	4 548 446	17 442 164	21 990 610	20 125 263	
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	(275 895)	(19 435 007)	(19 710 902)	(18 669 239)	
	Total Custos e gastos de exploração de resseguro	6 719 775	77 604 681	84 324 455	74 871 838	



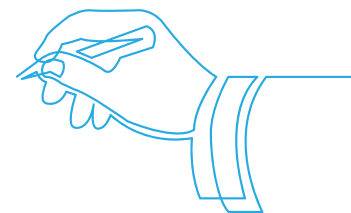
Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
CONTA DE GANHOS E PERDAS (cont.)						
31	Rendimentos					
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	11 621 539	9 944 098	1 088 911	22 654 549	18 243 802
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	277 227
	Outros	114 770	3 816	35 966	154 553	5 751 460
	Total Rendimentos	11 736 309	9 947 915	1 124 877	22 809 101	24 272 489
	Gastos Financeiros					
31	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1 449 784	1 229 731	374 303	3 053 818	2 597 880
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	161 872	-	-	161 872	-
28	Outros	700 472	785 676	84 193	1 570 341	1 430 817
	Total Gastos Financeiros	2 312 129	2 015 407	458 495	4 786 031	4 028 697
32	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
	De ativos disponíveis para venda	815 205	1 161 540	14 223	1 990 968	364 435
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	479 715	-	-	479 715	(149 277)
	De outros	-	-	-	-	-
	Total Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 294 921	1 161 540	14 223	2 470 683	215 158
33	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(41 319)	-	309 697	268 378	468 172
	Total Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(41 319)	-	309 697	268 378	468 172
34	Diferenças de câmbio	(624 084)	(86 976)	(523 547)	(1 234 606)	875 468

\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	Exercício 2017				Exercício Anterior 2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
CONTA DE GANHOS E PERDAS (cont.)						
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Total Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
35	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	9 008	495 863	-	504 871	303 289
36	Outras provisões (variação)			(133 683)	(133 683)	(124 298)
37	Outros rendimentos/gastos			2 386 584	2 386 584	1 131 042
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	347 649	347 649	325 575
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2 186 816	(229 936)	3 334 670	5 291 551	9 054 102
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2 340 969	2 340 969	2 919 382
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			6 124	6 124	1 244 758
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			987 576	2 944 457	4 889 962



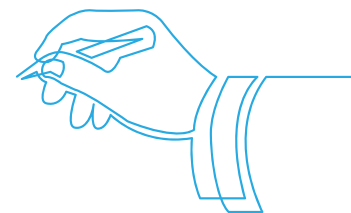
Valores em euros

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas			Resultados Transi-tados	Resultado do Exercício	Total
				Reserva Legal	Prêmios de Emissão	Outras Reservas			
BALANÇO DE ABERTURA A 31 DEZEMBRO 2016	26 548 291	55 794 492	(15 561 169)	12 347 483	9 594 097	13 674 375	50 380 096	4 889 962	157 667 627
Aumentos/reduções de Capital									-
Transação de ações próprias									-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(3 395 317)							(3 395 317)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de ativos intangíveis									-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									-
Ganhos líquidos por ajustamentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			1 768 490						1 768 490
Aumentos de reserva por aplicação de resultados				488 996			4 400 966	(4 889 962)	-
Distribuição de reservas									-
Distribuição de lucros/prejuízos									-
Alterações de estimativas contabilísticas									-
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio						(2 786 094)			(2 786 094)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas			(1)	1					-
TOTAL DAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	-	(3 395 317)	1 768 489	488 997	-	(2 786 094)	4 400 966	(4 889 962)	(4 412 921)
Resultado líquido do período								2 944 457	2 944 457
Distribuição antecipada de lucros									-
BALANÇO A 31 DEZEMBRO 2017	26 548 291	52 399 175	(13 792 680)	12 836 480	9 594 097	10 888 281	54 781 062	2 944 457	156 199 163

\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas			Resultados Transi-tados	Resultado do Exercício	Total
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Prêmios de Emissão	Outras Reservas			
BALANÇO DE ABERTURA A 31 DEZEMBRO 2015	26 548 291	51 141 380	(13 785 053)	11 762 999	9 594 097	13 591 013	45 119 734	5 844 847	149 817 307
Aumentos/reduções de Capital									-
Transação de ações próprias									-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		4 653 112							4 653 112
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de ativos intangíveis									-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									-
Ganhos líquidos por ajustamentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			(1 776 117)						(1 776 117)
Aumentos de reserva por aplicação de resultados				584 485			5 260 362	(5 844 847)	-
Distribuição de reservas									-
Distribuição de lucros/prejuízos									-
Alterações de estimativas contabilísticas									-
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio						83 363			83 363
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas									-
TOTAL DAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	-	4 653 112	(1 776 117)	584 485	-	83 383	5 260 362	(5 844 847)	2 960 358
Resultado líquido do período								4 889 962	4 889 962
Distribuição antecipada de lucros									-
BALANÇO A 31 DEZEMBRO 2016	26 548 291	55 794 492	(15 561 169)	12 347 483	9 594 097	13 674 375	50 380 096	4 889 962	157 667 628



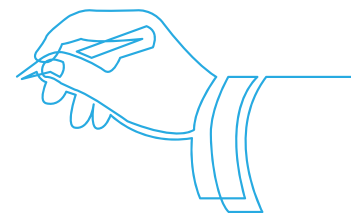
Valores em euros

Demonstração de Fluxos de Caixa	2017	2016
CASH FLOW		
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais		
Prémios recebidos	347 529 802	322 136 557
Prémios resseguro cedido	(67 287 833)	(54 566 554)
Sub-total	280 241 969	267 570 004
Fluxos de Caixa de Atividades Seguros		
Sinistros Pagos	(206 341 398)	(179 288 136)
Sinistros recebidos Resseguro Cedido	18 797 034	11 589 356
Comissões líquidas	(34 959 907)	(33 798 612)
Despesas gerais pagas	(38 859 234)	(40 371 126)
Outros Impostos Pagos	(4 032 442)	(2 107 331)
Outras Despesas Pagas	705 024	(1 986 975)
Sub-total	(264 690 923)	(245 962 824)
Rendimentos de Investimentos Recebidos	21 893 801	23 227 236
Fluxo de Caixa Operacional Antes Impostos	37 444 847	44 834 416
Impostos Pagos	(4 209 197)	652 528
Fluxos de Caixa líquido Gerado (Usado) pelas Operações	33 235 650	45 486 944

\ Demonstrações Financeiras \

Valores em euros

Demonstração de Fluxos de Caixa	2017	2016
CASH FLOW (cont.)		
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento		
Compras de Investimentos	(141 139 892)	(95 608 045)
Vendas e Maturidade de Investimentos	100 149 379	64 211 563
Bens e Equipamentos de Compras	(9 999 694)	(15 784 970)
Bens e Equipamentos de Vendas	228 499	1 023 262
Empréstimos Tomadores de Seguros	-	-
Outras aquisições	-	-
Sub-total	(50 761 708)	(461 158 190)
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento		
Tomadores de Seguro de Atividade Líquida	(297 524)	424 525
Empréstimos Subordinados	-	-
Dividendos aos acionistas	-	-
Sub-total	(297 524)	424 525
Fluxos de Caixa decorrente Operações		
Varição Líquida em Caixa, Equivalentes e Dep. Ordem	(17 823 582)	(246 721)
Caixa e Equivalentes no início do período	21 729 696	21 976 417
Caixa e Equivalentes no fim do período	3 906 114	21 729 696



Valores em euros

Demonstração de Rendimento Integral	2017	2016
Resultado líquido do exercício	2 944 457	4 889 962
a) Ativos financeiros disponíveis para venda - Ganhos líquidos	(953 607)	5 440 104
b) Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício - Alienação	(2 441 709)	(786 992)
c) Impostos diferidos e impostos correntes	1 768 490	(1 776 117)
d) Outros Ganhos e Perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	(2 786 094)	83 363
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(1 468 465)	7 850 320

2017

a) **Corresponde à variação das Reservas de Reavaliação** resultantes do ajustamento líquido (valias potenciais) para o justo valor da carteira de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

b) **Corresponde ao montante de Reservas de Reavaliação** que são transferidas para resultados do exercício resultantes das vendas de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda durante o exercício.

c) Imposto diferido 2017:

1 167 574€ Valias potenciais de títulos exceto vida com participação nos resultados

Imposto diferido Fundo de Pensões 2017:

727 735€

Imposto corrente 2017:

-126 819€ Valias potenciais de títulos de vida com participação nos resultados

d) Reservas livres

2016

a) **Corresponde à variação das Reservas de Reavaliação** resultantes do ajustamento líquido (valias potenciais) para o justo valor da carteira de activos financeiros classificados como disponíveis para venda.

b) **Corresponde ao montante de Reservas de Reavaliação** que são transferidas para resultados do exercício resultantes das vendas de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda durante o exercício.

c) Imposto corrente 2016:

-1 093 134€ Valias potenciais de títulos com participação vida com participação nos resultados.

Imposto diferido Fundo de Pensões 2016:

-33 320€

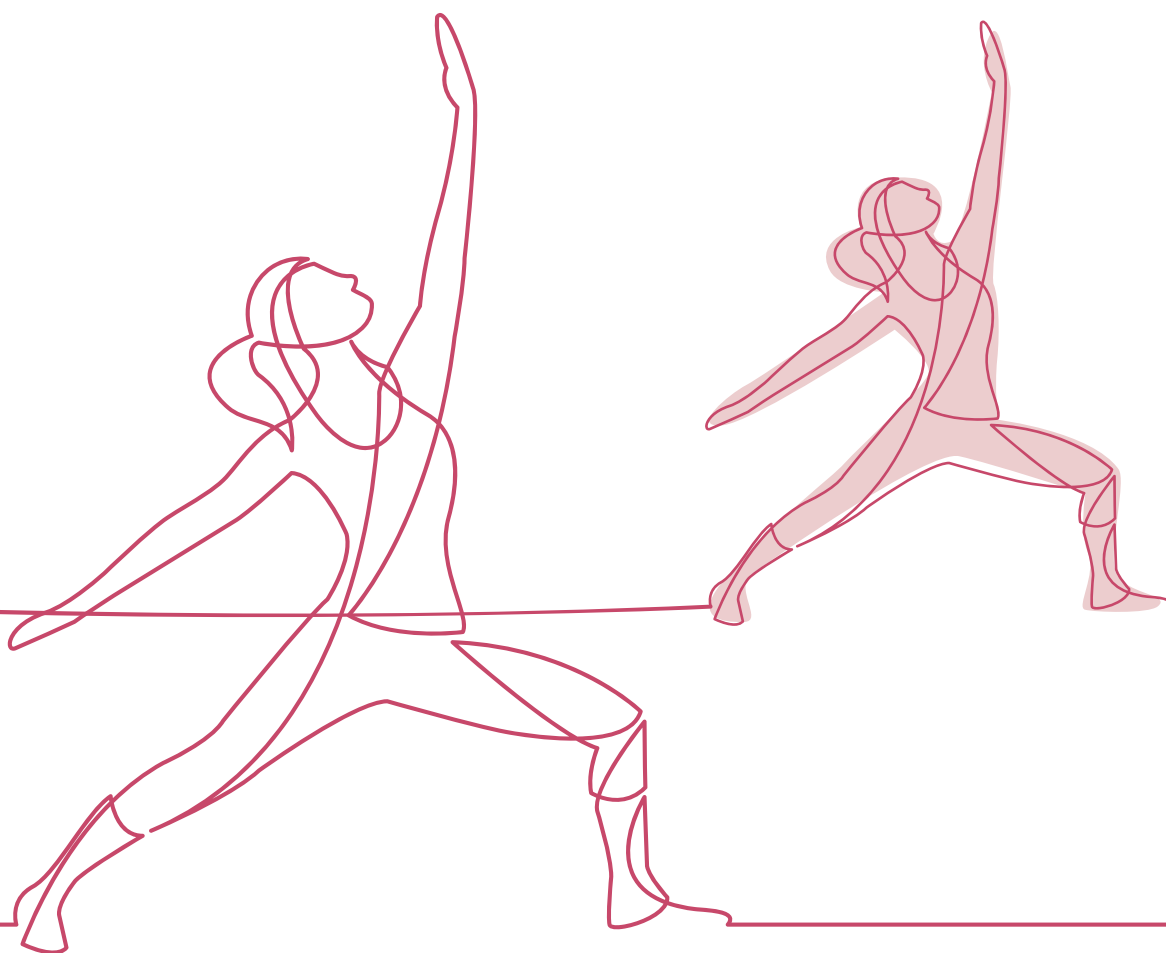
Imposto diferido 2016:

-649 663€ Valias potenciais de títulos exceto vida com participação nos resultados.

d) Reservas livres

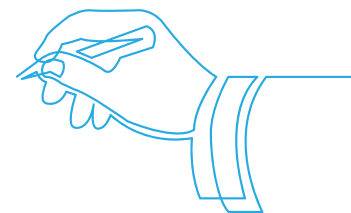
Estar seguro é ganhar
flexibilidade

\ Notas ao Balanço e à Conta
de Ganhos e Perdas \



\ Índice \

- 01\ **Informação geral** \ 76
- 02\ **Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas** \ 77
 - 02.1\ **Bases de Apresentação** \ 77
 - 02.2\ **Principais políticas contabilísticas adotadas** \ 78
 - 2.2.1\ Classificação dos produtos \ 78
 - 2.2.2\ Ativos intangíveis \ 79
 - 2.2.3\ Ajustamentos de recibos por cobrar e ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa \ 79
 - 2.2.4\ Terrenos e edifícios e outros ativos tangíveis \ 80
 - 2.2.5\ Inventário \ 82
 - 2.2.6\ Instrumentos financeiros \ 82
 - 2.2.7\ Imparidade \ 86
 - 2.2.8\ Provisões técnicas de resseguro cedido \ 88
 - 2.2.9\ Reembolso de sinistros \ 88
 - 2.2.10\ Imposto sobre o rendimento \ 88
 - 2.2.11\ Passivos financeiros \ 89
 - 2.2.12\ Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros \ 89
 - 2.2.13\ Benefícios aos empregados \ 89
 - 2.2.14\ Provisões e passivos contingentes \ 90
 - 2.2.15\ Acréscimos e diferimentos \ 91
 - 2.2.16\ Provisões técnicas de seguro direto \ 91
 - 2.2.17\ Provisões não técnicas \ 95
 - 2.2.18\ Comissões de mediação \ 96
 - 2.2.19\ Operações em moeda estrangeira \ 96
 - 2.2.20\ Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem \ 96
 - 2.2.21\ Imputação de gastos por funções e segmentos \ 96
 - 2.2.22\ Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos \ 96
 - 2.2.23\ Outras provisões \ 97
 - 02.3\ **Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações** \ 97
 - 2.3.1\ Natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas \ 97
 - 2.3.2\ Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Liberty Seguros, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras \ 97
 - 2.3.3\ Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que Liberty Seguros, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações financeiras \ 98
 - 2.3.4\ Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Liberty Seguros, S.A. \ 101
 - 02.4\ **Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras** \ 102
 - 2.4.1\ Provisões técnicas \ 103
 - 2.4.2\ Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda \ 103
 - 2.4.3\ Pensões e outros benefícios a empregados \ 104
 - 2.4.4\ Impostos sobre os lucros \ 104
- 03\ **Caixa e equivalentes e depósitos à ordem** \ 104
- 04\ **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** \ 105
- 05\ **Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas** \ 105
- 06\ **Ativos financeiros disponíveis para venda** \ 107
- 07\ **Empréstimos concedidos e contas a receber** \ 110
- 08\ **Terrenos e edifícios** \ 110
- 09\ **Afetação dos investimentos e outros ativos** \ 112
- 10\ **Outros ativos tangíveis** \ 114
- 11\ **Inventário** \ 115
- 12\ **Outros ativos intangíveis** \ 115
- 13\ **Provisões técnicas de resseguro cedido** \ 117
- 14\ **Outros devedores por operações de seguro e outras operações** \ 118
- 15\ **Ativos e passivos por impostos** \ 119



- 16\ Acréscimos e diferimentos \ 124
- 17\ Provisões técnicas \ 124
- 18\ Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento \ 129
- 19\ Outros passivos financeiros \ 130
- 20\ Outros credores por operações de seguros e outras operações \ 130
- 21\ Outras provisões \ 131
- 22\ Capital \ 132
- 23\ Reservas, resultados transitados e resultado do exercício \ 133
- 24\ Prémios adquiridos líquidos de resseguro \ 135
- 25\ Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços \ 138
- 26\ Custos com sinistros líquidos de resseguro \ 139
- 27\ Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) \ 142
- 28\ Custos e gastos de exploração líquidos \ 142
- 29\ Gastos com pessoal \ 146
- 30\ Activos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo \ 147
 - 30.1\ Plano Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma \ 147
 - 30.2\ Planos Benefício Definido \ 148
 - 30.3\ Planos de Rendimentos de Sobrevivência e Orfandade (Benefícios dos empregados a Longo Prazo) \ 156
 - 30.4\ Complemento de reforma adicional \ 157
- 31\ Rendimentos/réditos de investimentos \ 160
- 32\ Ganhos em investimentos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas \ 161
- 33\ Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos \ 162
- 34\ Diferença de câmbio \ 163
- 35\ Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro \ 163
- 36\ Outras provisões (variação) \ 163
- 37\ Outros rendimentos/gastos \ 164
- 38\ Reporte por segmentos \ 165
- 39\ Entidades relacionadas \ 170
- 40\ Divulgações relativas a instrumentos financeiros \ 172
- 41\ Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro \ 182
 - 41.1\ Análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos \ 186
 - 41.1.1\ Análises de Sensibilidade \ 186
 - 41.1.2\ Concentrações de Risco \ 188
 - 41.2\ Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional \ 192
 - 41.2.1\ Risco de mercado \ 192
 - 41.2.2\ Risco de crédito \ 195
 - 41.2.3\ Risco de Liquidez \ 198
 - 41.2.4\ Risco Operacional \ 200
- 42\ Adequação dos prémios e das provisões \ 202
- 43\ Compromissos \ 202
- 44\ Passivos contingentes \ 203
- 45\ Elementos Extrapatrimoniais \ 203
- 46\ Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores \ 203

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

01 \ INFORMAÇÃO GERAL

A Liberty Seguros, SA (adiante também denominada por Companhia) está presente em Portugal através da aquisição ao grupo Suíço - *Crédit Suisse* – da antiga Companhia Europeia de Seguros, S.A.. Esta alterou a sua denominação social, por deliberação da Assembleia Geral, a 2 de fevereiro de 2004 e subsequente autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF), tendo sido também efetuada a correspondente alteração do pacto social.

No dia 28 de dezembro de 2005 teve lugar a transmissão das 464 937 ações, representativas de 100% do capital social da Companhia, efetuada pela sociedade Liberty International Iberia, S.L., Sociedad Comanditaria Simple, a favor da sociedade Liberty Insurance Group, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A.. Esta operação foi previamente apreciada pela ASF.

Adicionalmente, no dia 29 de dezembro de 2010, foi efetuado um aumento de capital em espécie, no montante total de 11 793 637,39€, através da incorporação para a Companhia de todos os ativos e passivos da sucursal em Portugal da Genesis Seguros Generales, Sociedade Anónima de Seguros y Reaseguros.

A morada de registo da Companhia é Av. Fontes Pereira de Melo nº 6-11º Dto, 1069-001 Lisboa, Portugal.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos aos quais obteve as devidas autorizações por parte da ASF. Em volume de prémios diretos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo automóvel, acidentes de trabalho e doença.

Presentemente, a Companhia opera através de 32 espaços e 5 escritórios localizados em várias zonas do país.

A Liberty Seguros apresenta no seu Relatório de Gestão nos pontos 13 a 15 uma breve apresentação sobre o ambiente macroeconómico em que a Companhia opera, bem como a tendência recente do mercado.

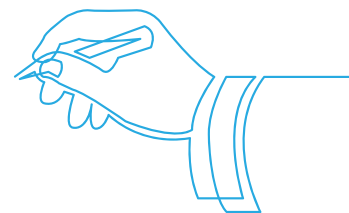
O Grupo Liberty Mutual Insurance comunicou no passado dia 4 de Dezembro de 2017 a sua intenção de consolidar as suas operações de seguros em Portugal, Irlanda e Espanha sob uma única entidade, a Liberty Seguros, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A. em Espanha, e que é a atual acionista única da Liberty Seguros.

No desenvolvimento desta intenção, e sujeito à devida avaliação e aprovação das autoridades de supervisão competentes, está prevista a criação de sucursais da Liberty Espanha em Portugal e na Irlanda, que serão as gestoras do negócio dos respetivos países, e a fusão das três empresas, tudo a concretizar-se em 2018.

De acordo com a liderança do grupo, este processo permitirá aos três mercados um melhor serviço aos clientes e agentes através da criação de uma entidade mais eficiente e robusta e com o acesso a um maior número de recursos. Esta mudança também permitirá a partilha das melhores práticas e conhecimentos entre as operações nacionais.

Finalmente, está também em curso o alinhamento das estruturas das organizações de determinadas funções globais: Financeira, Informática, Atuarial, Jurídica, Compliance e Auditoria Interna.

As demonstrações financeiras da Liberty Seguros



em referência a 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Abril de 2018.

O relatório de gestão e as demonstrações financeiras vão ser submetidos, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, em 3 de Maio de 2018.

02\ BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

02.1\ BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) e o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e sujeitas à supervisão da ASF, estabelecido na Norma 10/2016 de setembro de 2016.

Este plano de contas acolheu, em geral, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, no âmbito do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos

de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e estão expressas em Euros e arredondadas à unidade. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

Ao preparar as demonstrações financeiras a Companhia recorre a julgamentos e estimativas e utiliza pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos utilizados são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos valorizados unicamente através destas fontes de informação. Alterações nos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

Na nota 2.4 encontra-se a análise às áreas que envolvam um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

02.2\ PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.2.1\ CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas no qual se encontra definida uma componente de participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registrado como um instrumento financeiro.

Para os contratos classificados como contratos de seguros os prêmios são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição da provisão matemática (no ramo Vida) e provisão para prêmios não adquiridos (no ramo Não Vida).

\ Contratos de seguro ramo Vida

As responsabilidades expressas na provisão matemática de Vida correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar e das despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prêmios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prêmios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

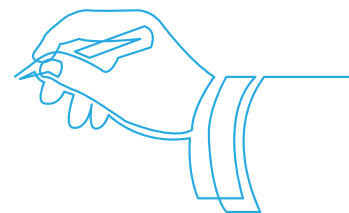
\ Contratos de seguro ramo Não Vida

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo Não Vida, os prêmios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prêmios não adquiridos representa o montante dos prêmios emitidos, deduzido dos custos associados, relativos aos riscos não decorridos.

\ Contratos de investimento

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit linked*) foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros.

Os passivos correspondem ao valor da unidade de



participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações sendo classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos depende do justo valor dos ativos financeiros que integram o fundo de investimento coletivo “*Unit linked*”. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

A Companhia detém um produto puro de capitalização sem transferência de risco e sem participação discricionária nos resultados que foi reclassificado, na transição para o novo PCES, para contrato de investimento.

Em 2015 a Companhia lançou um produto puro de capitalização a prémio único com taxa de rendimento variável (não *Unit linked*) sem transferência de risco e sem participação discricionária que foi classificado como contrato de investimento.

2.2.2\ ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Desde 2010, a Companhia está a desenvolver a reformulação do sistema informático core. Como a vida útil esperada este ativo é superior a 3 anos, a empresa optou por amortizar o mesmo em 20 anos.

De acordo com os requisitos da IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros”, a revisão da vida útil em ativos depreciáveis trata-se de uma alteração de estimativa sendo que o efeito de uma alteração numa estimativa contabilística deve ser reconhecido prospectivamente.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia procede ao desreconhecimento de um ativo fixo intangível no momento da alienação, ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento é apurada pela diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item. Este ganho ou perda é reconhecido em resultados.

A Companhia efetua análises de perda por imparidade aos seus ativos intangíveis, de acordo com a metodologia proposta na IAS 36 em articulação com a IAS 38. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados para os ativos registados ao custo.

2.2.3\ AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR E AJUSTAMENTOS DE CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Cumpra prever, relativamente aos ajustamentos de recibos por cobrar, um tratamento específico que considere o enquadramento legal das relações contratuais entre as empresas de seguros e os segurados.

O regime do pagamento dos prémios de seguro, atualmente previsto no regime jurídico do contrato de seguro aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

de abril (o qual mantém, no essencial, o regime anterior previsto no Decreto-Lei n.º 142/2000, de 15 de julho) estabelece, com algumas exceções, que a falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração, e que a falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

Este diploma estabelece ainda que a falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- I. Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
- II. Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
- III. Um prémio adicional resultante de uma modificação de contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

Este regime jurídico tem nomeadamente como consequência, em termos contabilísticos, a anulação dos prémios dos ramos Não Vida contabilizados, na data em que a empresa de seguros verifica que o prémio não foi cobrado. Esta é a política aplicada pela Companhia e, conseqüentemente, não há lugar a avaliação de imparidade, a qual poderia conduzir à eventual necessidade de ajustamentos de recibos por cobrar.

É entendimento da ASF, segundo a Circular nº 9/2008, que:

- I. As empresas de seguros devem avaliar, à data de cada balanço, se existe qualquer evidência objetiva de que as contas a receber estejam com

imparidade, devendo reconhecer perdas de imparidade nos termos da IAS 39;

- II. Essa redução de valor pode ser registada diretamente ou indiretamente, neste último caso por meio do uso das contas de abatimento denominadas no PCES como “Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa” e “Ajustamentos de recibos por cobrar”;
- III. No caso dos ajustamentos de recibos por cobrar, as empresas de seguros devem avaliar se existe evidência objetiva de imparidade em base individual para os recibos emitidos que sejam individualmente significativos, e em base individual ou coletiva para os recibos emitidos que não sejam individualmente significativos.

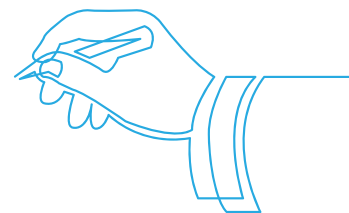
Relativamente aos recibos por cobrar do ramo Vida bem como outras operações de seguro direto, a Companhia efetua uma análise casuística das contas a receber por operações de seguro direto, por operações de resseguro e por outras operações de forma a avaliar a existência ou não de imparidade. Para as situações identificadas como estando em imparidade é efetuada a redução da totalidade do montante a receber, através de ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, por contrapartida de resultados.

2.2.4\ TERRENOS E EDIFÍCIOS E OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

\ Terrenos e edifícios

Os edifícios que a empresa utiliza para as suas instalações são classificados como de uso próprio.

O custo de um edifício próprio é reconhecido de acordo com os critérios definidos na IAS 16, sendo considerado um ativo, na medida em que existem benefícios económicos para a Companhia associa-



dos a este bem e o custo pode ser adequadamente mensurado.

Os edifícios de uso próprio encontram-se mensurados no momento inicial ao seu valor de aquisição, incluindo os impostos de compra não reembolsáveis e dos custos diretamente atribuídos para colocar o ativo nas condições de funcionamento.

A quantia pela qual um edifício próprio está reconhecido após dedução de depreciações acumuladas e perdas por imparidade é desconhecida no momento da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desconhecimento é apurada pela diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item. Este ganho ou perda é reconhecido em resultados.

Os edifícios próprios são valorizados pelo modelo do custo, pelo que o valor de ativo corresponde ao valor de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

O valor da imparidade é determinado para cada edifício, pela comparação da quantia escriturada com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados a cada três anos, anualmente é avaliada a existência ou não de indícios de imparidade.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico a eles associado.

A depreciação dos edifícios inicia-se quando o ativo está disponível para uso, tendo sido escolhido como método de depreciação a aplicar de uma forma sistemática à vida útil estimada de 50 anos, o método de depreciação em linha reta. O valor do ativo sujeito a depreciação corresponde a 75% do valor de aquisição do terreno e edifício, sendo que os 25% remanescentes correspondem ao valor estimado para o terreno. O custo da depreciação em cada período é reconhecido em resultados.

\ Outros ativos tangíveis

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Liberty Seguros opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período.

A Companhia procede ao desconhecimento de um ativo fixo tangível no momento da alienação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desconhecimento é apurada pela diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do bem. Este ganho ou perda é reconhecido em resultados.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflete o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do ativo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de ativos.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

O número de anos estimados de vida útil para cada uma das categorias de ativos tangíveis é o seguinte:

Categorias de ativos tangíveis	Anos
Equipamento administrativo	4-8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5-8
Material de transporte	4
Equipamento hospitalar	7
Outro equipamento	4-8

Sempre que haja evidência objetiva que o valor escriturado dos ativos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

O valor realizável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.2.5\ INVENTÁRIO

Os inventários são valorizados pelo custo de aquisição sendo o custo médio o método de custeio aplicado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.2.6\ INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

\ Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- I. A Liberty Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- II. São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- III. Não se enquadram nas categorias abaixo referidas.

\ Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

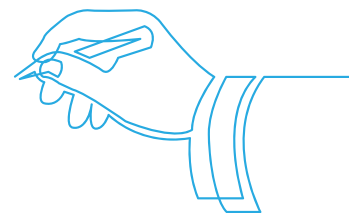
Esta categoria inclui:

- I. Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- II. Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor (carteiras *Unit Linked* e fundos de capital de risco).

\ Empréstimos concedidos e contas a receber

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados



num mercado ativo e que não são classificados como negociação ou disponíveis para venda. Esta categoria inclui, nomeadamente, outros depósitos em instituições de crédito afetos a contratos de seguro e empréstimos hipotecários concedidos.

2.2.6.1\ RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO INICIAL E DESRECONHECIMENTO

\ Ativos financeiros

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação (“*Trade Date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto quando classificados em ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos são reconhecidos em resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- I. Expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- II. A Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou;
- III. Não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e de instrumentos financeiros classificados ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nos resultados do exercício utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetivo, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais forem reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

A taxa de juro efetiva é a taxa que atualiza os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), estes são reconhecidos quando atribuídos.

\ Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Há lugar a um desreconhecimento de um empréstimo concedido e contas a receber, quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou quando o ativo financeiro é transferido e a transferência enquadra-se dentro dos critérios de desreconhecimento aplicáveis a este tipo de ativos, conforme os critérios definidos na IAS 39.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

2.2.6.2\ MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

\ Ativos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao acionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para ganhos e perdas. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas, e no caso de serem positivas, transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, pela parte que é do tomador de seguro.

Ainda relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre:

- I. As amortizações, de acordo com a taxa de juro efetiva – por contrapartida de resultados do exercício;
- II. As variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira e no caso de se tratar de um item monetário) – por contrapartida de resultados. No caso de se tratar de um item não monetário – por contrapartida de capital;
- III. As variações no justo valor (exceto risco cambial), conforme descrito no parágrafo anterior - por contrapartida de reservas.

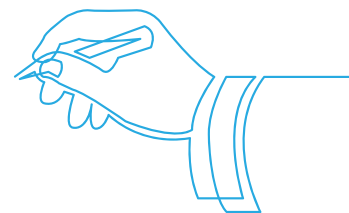
O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação ou face a evidência de inexistência de mercado ativo, o justo valor é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Deste modo e de acordo com a IAS 39, parágrafos AG74 a AG79, para títulos que se encontrem sem mercado ativo, a Companhia aplicará como meio de apuramento do justo valor a metodologia de avaliação *Mark-to-Model*, desenvolvida internamente, que assenta no método dos cash-flows descontados.

Este modelo apenas será aplicado a carteiras classificadas como “Disponíveis para Venda” e para títulos caracterizados como sendo transacionados em mercados ilíquidos. Este modelo será revisto e calibrado mensalmente.

Para a classificação dos títulos, a Companhia definiu um conjunto de critérios, não cumulativos, e que serviram de base à avaliação da carteira, nomeadamente:

- I. Não existência de transações de títulos emitidos por uma determinada emissora;
- II. Aumento da diferença entre o *Bid* e o *Ask Prices* (*Widening*) de cada ativo financeiro;
- III. Volatilidade do preço dos títulos medida durante 12 meses, e que no caso em que esta, apesar de volátil, apresentasse intervalos curtos se acrescentou a série de ocorrências do ano anterior;
- IV. Número de dias sem cotação.



Os títulos enquadráveis nos critérios acima identificados serão depois valorizados com base num modelo desenvolvido internamente e cuja metodologia foi desenvolvida com base na utilização do:

- I. Método dos *cash-flows* descontados;
- II. Como *spreads* de desconto:
 - a. *Yield* associada a ativos financeiros de dívida pública para determinar o risco do país associado ao *benchmark* do título em questão;
 - b. *Yield* da curva *swap* associada ao país do *benchmark* para determinar a liquidez do mercado;
 - c. *Credit Default Swap (CDS)* do ativo financeiro para medir o risco de crédito da empresa emissora.

Com o objetivo de melhorar a coerência e a comparabilidade na valorização do valor justo e divulgações relacionadas, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis as técnicas de avaliação utilizadas. O maior nível na hierarquia do justo valor é dado aos preços cotados (não ajustados) em ativos mercados para ativos idênticos ou passivos (Nível 1) e o menor nível corresponde aos dados não observáveis (Nível 3).

Os três níveis da hierarquia do justo valor são:

**\ Nível 1 ** Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

**\ Nível 2 ** Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

**\ Nível 3 ** Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

\ Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, consoante a sua natureza.

2.2.6.3\ RECLASSIFICAÇÃO

De acordo com as exigências da IAS 39, a Liberty Seguros não procede à reclassificação de Instrumentos Financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

2.2.6.4\ TRANSFERÊNCIA ENTRE CARTEIRAS

A Companhia procede à transferência de carteiras cumprindo todos os requisitos estabelecidos na circular nº 3/2008, de 15 de maio, para garantir que os tomadores de seguros ou outros beneficiários dos contratos são tratados com equidade:

- I. A transferência de ativos entre carteiras é efetuada pelo valor de mercado;
- II. As transferências de ativos entre carteiras, não implica a reclassificação dos instrumentos financeiros;
- III. Os reajustamentos no valor do ativo transferido ocorrido até à data de transferência ficam na carteira de origem;
- IV. Os reajustamentos no valor do ativo transferido após a data de transferência ficam afetos à carteira de destino;
- V. Aquando da alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, que tenham sido objeto de transferências em carteiras com participação nos resultados, o correspondente ganho ou perda deve ser repartido por essas carteiras de acordo com o montante dos ajustamentos no justo valor reconhecidos previamente à alienação.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

De acordo com o mencionado, durante o ano de 2017, não foram realizadas transferências de ativos financeiros entre carteiras.

2.2.6.5\ PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR ("SHADOW ACCOUNTING")

De acordo com os critérios e regras definidos na Circular nº3/2008 da ASF, de 15 de maio, a provisão para participação nos resultados a atribuir considera, em cada exercício a parte estimada a atribuir ao tomador de seguros ou beneficiário do contrato, apurada nos termos do plano de participação nos resultados definido pela empresa de seguros, sendo constituída por contrapartida de gastos ou, na parte aplicável, pelas apropriadas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor.

A provisão para participação nos resultados a atribuir é constituída por contrapartida das apropriadas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor.

A estimativa dos montantes a atribuir sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados e os ativos afetos.

Aquando da alienação de um investimento classificado como disponível para venda afeto a produtos com participação nos resultados são anuladas as correspondentes transferências diretas para a provisão para participação nos resultados a atribuir.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da Provisão para Participação nos Resultados

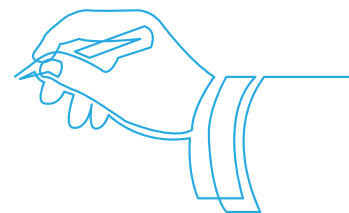
a Atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência, para a Provisão para Participação nos Resultados Atribuída, de forma a que a participação nos resultados seja atribuída aos contratos na medida em que estes tenham contribuído para esses resultados.

2.2.7\ IMPARIDADE

A Liberty Seguros avalia regularmente a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade. Perante tal evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de ganhos e perdas.

A Companhia considera, de acordo com a norma IAS 39, que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva nas seguintes situações:

- I.** Instrumentos de dívida, um ativo ou grupo de ativos financeiros está com imparidade e são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existir prova objetiva de imparidade, isto é se existirem dados observáveis que chamam a atenção do detentor do ativo acerca dos seguintes acontecimentos de perda:
 - a.** Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
 - b.** Uma quebra do contrato, tal como um incumprimento ou relaxe nos pagamentos de juro ou de capital;
 - c.** O mutuante, por razões económicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, oferece ao mutuário uma con-



cessão que o mutuante de outra forma não consideraria;

- d.** Tornar-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
 - e.** O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras, ou
 - f.** Dados observáveis indicando que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os ativos financeiros individuais do grupo, incluindo:
 - i.** Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários do grupo;
 - ii.** As condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com os incumprimentos relativos aos ativos do grupo.
- II.** Instrumentos de capital, além dos acontecimentos referidos para os títulos de rendimento fixo, consideram-se as seguintes situações:
- a.** Alterações significativas que provoquem um efeito adverso e que tenham tido lugar no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere;
 - b.** Um declínio significativo ou prolongado no justo valor abaixo do seu custo.

Deste modo, a Companhia avalia os títulos de rendimento variável cotados pelos seguintes critérios quantitativos: é registada imparidade em caso de uma desvalorização continuada ao longo de, pelo menos, 6 meses, ou quebra de valor significativo na sua cotação pelo menos 20% em relação ao custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos fi-

nanceiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para ganhos e perdas.

No caso dos instrumentos de dívida, se num período subsequente ao reconhecimento da perda por imparidade, o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade então esta deve ser revertida por contrapartida dos resultados do exercício.

As perdas por imparidade relativas aos instrumentos de capital, não são revertidas através de lucros ou prejuízos. Em caso de reconhecimento de imparidade de desvalorizações subsequentes são reconhecidas diretamente em Resultados. Em caso de valorizações subsequentes ao registo de imparidade, as correspondentes valias potenciais são registadas em reservas.

Quando se verifica uma perda por imparidade, de acordo com os acontecimentos referidos em (i) e aplicáveis à rubrica de empréstimos concedidos e contas a receber, cuja mensuração é a do custo amortizado, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor registado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, sendo o valor do ativo reduzido e a perda reconhecida em resultados. Se, num período subsequente, houver uma prova objetiva da diminuição do valor de imparidade determinado, a perda por imparidade anteriormente reconhecida será revertida, por aumento do valor do ativo e o ganho registado em resultados. A reversão não pode conduzir a um valor de ativo superior ao valor que esse ativo deveria ter pelo custo amortizado caso não existisse a imparidade.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

2.2.8\ PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

A provisão para prêmios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com:

- \ Os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes;
- \ As percentagens de especialização do seguro direto.

2.2.9\ REEMBOLSO DE SINISTROS

Os reembolsos de sinistros são gerados sempre que existe uma posição formal da Companhia sobre o seu direito de regresso e quando já se encontram liquidadas as despesas de sinistros que são reembolsáveis. Dentro deste âmbito encontram-se todos os processos de sinistros que são geridos ao abrigo das Convenções de Regularização de Sinistros, sendo o valor de reembolso estimado em função do número de processos em gestão multiplicados pelo custo médio reembolsável.

2.2.10\ IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Estes são reconhecidos em ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida de reservas por impostos. Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de im-

posto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos reconhecidos em reservas advêm da reavaliação de investimentos disponíveis para venda e da reserva de SORIE e são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que os investimentos, que lhes deram origem, forem igualmente reconhecidos.

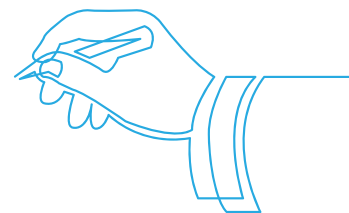
Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

2.2.11\ PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.



Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto, resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor (*carteira Unit Linked*).

2.2.12\ RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da provisão para prémios não adquiridos, o critério de reconhecimento inicial é ajustado, de forma, a que o mesmo se reflita ao longo do período de risco dos contratos.

Os custos com os sinistros do seguro direto e de resseguro cedido são reconhecidos, em resultados, na data de ocorrência dos sinistros, do apuramento das provisões e da liquidação financeira dos sinistros ou emissão dos reembolsos.

2.2.13\ BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

\ Responsabilidades com pensões

A companhia constituiu um fundo de pensões, que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes aos trabalhadores que estavam no ativo admitidos antes de 22 de junho de 1995, pré-reformados e reformados.

Com a entrada em vigor do novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para o sector segurador, todos os colaboradores no ativo e em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passam a beneficiar de planos individuais de reforma (PIR). Deste modo, deixou de existir distinção, nas contribuições efetuadas anualmente pela companhia, entre os colaboradores admitidos antes e depois de 22 de junho de 1995.

Para os colaboradores admitidos antes de 22 de junho de 1995, a contribuição inicial para o plano individual de reforma (PIR) correspondeu ao valor das responsabilidades com serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011.

Para os colaboradores no ativo com contrato de efetividade, e posteriores a 22 de junho de 1995, passam a estar incluídos nos planos individuais de reforma, tendo sido constituída apólices individuais como veículos de financiamento.

Os colaboradores em situação de reforma com data anterior a 1 de janeiro de 2012 e pré-reforma, bem como os participantes associados do SINAPSA, sindicato que não aderiu ao novo CCT, mantêm o regime anterior, continuando a aplicar-se o plano de benefício definido.

Adicionalmente, no final do exercício 2008, a Companhia constituiu um seguro de capitalização para fazer face a um complemento de reforma previsto contratualmente. Este complemento constitui um plano de benefícios definidos, uma vez que existe uma obrigação legal e construtiva por parte da Companhia para liquidar a responsabilidade na altura da reforma do empregado, assim como efetuar contribuições adicionais para colmatar alterações de critérios subjacentes ao cálculo da avaliação da responsabilidade. Assim,

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

esta apólice não é elegível nos termos da IAS 19, verificando-se idêntico tratamento dos ativos e passivos.

As contribuições para o fundo e as atualizações dos prêmios, no respeitante ao plano de benefício definido, são determinadas de acordo com o respetivo plano atuarial, que é revisto anualmente e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução dos participantes e das responsabilidades a garantir.

No que respeita ao fundo de pensões, o balanço apresenta o resultado líquido entre os ativos e passivos que o compõem.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos numa rubrica específica do capital próprio, por aplicação do método SORIE. O custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

\ Benefícios de longo prazo

De acordo com a cláusula 41 do novo CCT, é obrigação da Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a

50% do seu ordenado efetivo mensal.

Após o trabalhador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na companhia a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- I. Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- II. Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- III. Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

A Companhia reconhece esta responsabilidade de acordo com o definido na IAS 19, para benefícios de longo-prazo (especialização anual da respetiva responsabilidade).

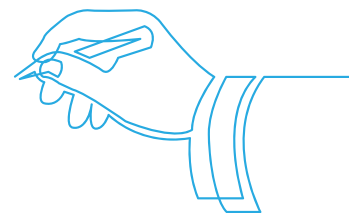
\ Benefícios de curto prazo

A companhia, de acordo com as cláusulas 44 e 45 do novo CCT, concede um benefício de assistência médica e de vida aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. Estes benefícios são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu pagamento.

A companhia concede um subsídio de sobrevivência e orfandade que não está contemplado no CCT, através de uma apólice vida grupo.

2.2.14\ PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia constitui esta provisão quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de



eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade da Companhia.

2.2.15\ ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação.

O rendimento das ações em carteira só é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

Os restantes custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, encontra-se contabilizada a provisão para férias e subsídio de férias, correspondente a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

2.2.16\ PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

2.2.16.1\ PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto é baseada na determinação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguros.

A Companhia, de acordo com as normas da ASF, calculou o montante de prémios a diferir mediante a aplicação do método “*pró-rata temporis*” contrato a contrato. A provisão constante do balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição diferidos na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

2.2.16.2\ CUSTOS DE AQUISIÇÃO

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos tendo em conta os limites impostos pela regulamentação da ASF.

2.2.16.3\ PROVISÃO PARA SINISTROS

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro que se insiram nas cláusulas dos contratos, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia, é reconhecido como perda nos resultados, através da constituição de provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até 31 de dezembro desse ano, quer tenham sido declarados ou não, após a dedução dos valores já pagos respeitantes a esses sinistros.

As provisões para sinistros de todos os ramos da Liberty Seguros, S.A. são avaliadas actuarialmente por métodos estatísticos internacionalmente aceites, na base do “*Best Estimate*” e separando devidamente os tipos de sinistros em grupos homogéneos (RC Materiais, RC Corporais inferiores a 100 000€, RC Corporais superiores a 100 000€, danos próprios, ocupantes, proteção jurídica).

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

A Companhia constitui para o ramo de Não Vida:

I. Provisão para IBNR (*Incurred But Not Reported*)

Corresponde à provisão para os sinistros constituída pela Companhia para fazer face aos sinistros ocorridos nesse ano até 31 de dezembro, mas que ainda não foram declarados nesta data – *Incurred But Not Reported (IBNR)* - com base em projeções atuariais baseadas no método “*Chain Ladder*”.

É uma provisão estimada mensalmente, em função da realidade da gestão de sinistros e da evolução da carteira da Companhia.

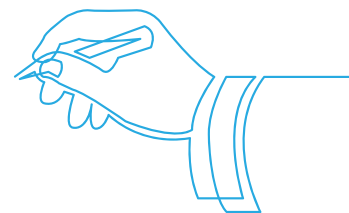
Relativamente aos sinistros ocorridos no ano para todo o ramo Não Vida, a provisão IBNR no final do ano corresponde a 12% dos custos com sinistros do exercício. O total da provisão para IBNR no balanço da Liberty Seguros representa 9,2% dos prémios Não Vida adquiridos em 2016 e 10,4% no total das provisões para sinistros.

II. Provisão para despesas futuras com gestão de sinistros

A Liberty Seguros calcula esta provisão tendo por base os custos reais imputados à função sinistros, excluindo apenas os considerados de investimento. É calculado o rácio de despesas de gestão de sinistros sobre os pagamentos de sinistros, e esse rácio é aplicado à provisão para sinistros, originando a provisão para despesas futuras de gestão de sinistros.

A provisão para despesas futuras com gestão de sinistros ocorridos até ao final do ano, para todo o ramo Não Vida, corresponde a 4,6% dos custos com sinistros do ano. O total da provisão para despesas futuras de gestão no balanço da Liberty Seguros representa 2,2% dos prémios Não Vida adquiridos e 2,5% do total da provisão para sinistros.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros apresenta um nível de subjetividade. Contudo,



a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias definidas refletem de forma adequada a melhor estimativa das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Para o ramo de Acidentes de Trabalho, a Companhia inclui como provisão para sinistros as seguintes estimativas:

I. Assistência vitalícia

No caso particular da provisão para indemnizações de assistência vitalícia no âmbito do seguro de acidentes de trabalho, a Liberty Seguros calcula:

- a. Para cada caso conhecido, o valor atual dos custos médicos futuros considerando a inflação médica futura;
- b. Uma provisão IBNR de assistência vitalícia considerando o número de casos esperados multiplicados pelo custo médio.

Este estudo inclui também as incapacidades permanentes e mortes do ramo Acidentes de Trabalho.

O valor dessa provisão é ajustado mensalmente em função do aumento ou diminuição da carteira.

II. Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

A provisão matemática do ramo de Acidentes de Trabalho regista as responsabilidades da Companhia com sinistros que envolvam pagamento de pensões ou remiçoes, já decididas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, por sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final.

Os pressupostos que servem de base de cálculo às reservas matemáticas de acidentes de trabalho, para os casos de remição obrigatória, estão de acordo com o estipulado no nº1 do artigo 56º do Decreto-Lei nº 143/99.

Esta provisão tem como objetivo igualmente fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potenciais incapacidades de sinistrados e é calculada de acordo com:

	Tábua de Mortalidade	Taxa de Juro	Taxa de Gestão
Remição obrigatória (n.º1 do art. 56.º DL n.º 143/99)	TD 88/90	5,25 %	0 %
Pensionistas não remíveis com incapacidade	155% GRMF (95)	3,50%	4%
Pensões aos familiares por falecimento do sinistrado	GRMF (95)	3,50%	4%

A Liberty calcula uma provisão IBNR de provisões matemáticas, estimando o número de sinistros ocorridos e ainda não participados de incapacidades permanentes e mortes, bem como o seu custo médio. A provisão IBNR é obtida multiplicando o número de sinistros IBNR esperados pelo custo médio.

III. Provisão para FAT

A responsabilidade relativa ao incremento anual de pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo que é gerido pela ASF cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de segu-

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

ro do ramo Acidentes de Trabalho. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT.

Para fazer face às contribuições anuais futuras para o FAT relativamente aos beneficiários atuais, a Liberty Seguros, S.A. constituiu uma provisão, com base numa percentagem, de cerca de 7,3% sobre o total da reserva matemática.

2.2.16.4\ PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

A provisão matemática do ramo Vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices em vigor. O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais plenamente enquadrados no normativo da ASF.

As provisões matemáticas do ramo Vida foram calculadas contrato a contrato segundo o método atuarial prospetivo, tendo em conta, quer as prestações garantidas, quer as participações nos resultados já distribuídos.

Nas modalidades “*Universal Life*” as provisões matemáticas referentes à componente de poupança, foram calculadas apólice a apólice, através da capitalização diária dos movimentos de cada conta poupança, tendo em conta, quer o juro técnico, quer a participação nos resultados.

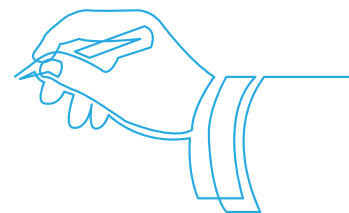
As provisões matemáticas do ramo Vida são calculadas com os pressupostos atuariais definidos por modalidade de seguro, que resumimos no quadro seguinte:

Provisões Matemáticas Vida	Tabela de Mortalidade	Taxa de Juro técnico
Seguros em caso de morte	AF, PM 60/64, (70 a 100%) GKM 80	2,75%, 3,5%, 4,0%
Seguros em caso de vida	PF 60/64, TV 73/77, GRM/GRF 95	2,75%, 4,0%, 6,0%
Rendas vitalícias		
Outros	RF, PF 60/64, GKF 80, GRM/GRF 95	2,75%, 3,0%, 3,25%, 3,5%, 4,0%, 70% taxa euribor a 12 meses, taxa anunciada anualmente com mínimo de 1%

Para os produtos atualmente em comercialização, as tábuas aplicadas são as mais recentes e a taxa de juro técnico é definida anualmente.

2.2.16.5\ PROVISÕES PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedem o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.



A provisão foi calculada por aplicação dos requisitos definidos de acordo com as normas da ASF. De acordo com o estipulado pela ASF, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, ponderado pela taxa de rendimento, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios processados imputáveis aos exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

2.2.16.6\ PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO RAMO VIDA

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos Tomadores de Seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é atribuída uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor.

A participação nos resultados é distribuída em 31 de dezembro de cada ano ou nas datas aniversárias das apólices, consoante as modalidades. Na nota 17 apresenta-se o movimento ocorrido no

exercício, relativamente a algumas modalidades.

A política contabilística aplicável à provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow Accounting*) encontra-se descrita na nota 2.2.6.5.

2.2.16.7\ PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

A provisão foi calculada por aplicação dos requisitos definidos de acordo com as normas da ASF. Está a ser calculada com base nas taxas específicas estabelecidas pela ASF e aplicadas ao resultado técnico positivo dos ramos Caução e Risco Atómico (resseguro aceite). Também é calculada para o risco Fenómenos Sísmicos, através da aplicação de um fator de risco definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

2.2.17\ PROVISÕES NÃO TÉCNICAS

São reconhecidas provisões quando:

- I. A Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- II. Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- III. Quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. A constituição e desconstituição desta provisão, é efetuada por contrapartida de resultados.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recur-

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

tos, é classificado de acordo com a IAS 37 como um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.18\ COMISSÕES DE MEDIAÇÃO

A comissão de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguro. As comissões contratadas com agentes e angaradores são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio. Estas comissões são capitalizadas e diferidas pelo período de vida dos contratos.

2.2.19\ OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em conformidade com a IAS 21, à data da preparação das demonstrações financeiras, os itens monetários em moeda estrangeira são transpostos pelo uso da taxa cambial de fecho, os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação e os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são transpostos pelo uso de taxas de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.

O apuramento das diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários e não monetários ou da transposição de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram transpostos no reconhecimento inicial durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores devem ser

reconhecidos nos resultados do período em que estas ocorram.

2.2.20\ CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

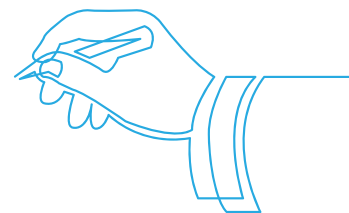
2.2.21\ IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E SEGMENTOS

A Companhia procede à imputação de gastos por funções (aquisição, administrativa, investimentos e sinistros) e segmentos (Vida, Não Vida e Não Técnicos) através de uma matriz com chaves de repartição dos custos em função dos trabalhadores em cada área, rácios financeiros, indicadores económicos de modo a refletir uma distribuição real dos custos entre os vários segmentos.

2.2.22\ INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e



operacionais da entidade. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Liberty numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em conformidade com o estabelecido na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

2.2.23\ OUTRAS PROVISÕES

Nesta rubrica, a companhia inclui provisões para possíveis contingências fiscais e obras em edifícios arrendados. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

2.3\ ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES

2.3.1\ NATUREZA, IMPACTO E JUSTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

\ Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

\ Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

2.3.2\ NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE ENTRARAM EM VIGOR E QUE A LIBERTY SEGUROS, S.A. APLICOU NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

\ Foram emitidas pelo IASB:

Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de Novembro).

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de Novembro).

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efectiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

A Liberty Seguros, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

2.3.3\ NORMAS CONTABILÍSTICAS E/OU INTERPRETAÇÕES, ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA, MAS QUE LIBERTY SEGUROS, S.A. DECIDIU OPTAR PELA NÃO APLICAÇÃO ANTECIPADA NA ELABORAÇÃO DAS SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

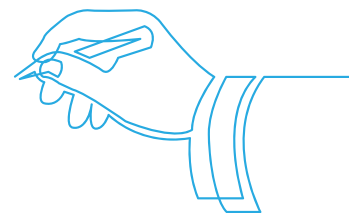
\ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI



será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua

apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

De acordo com as alterações à “IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de Setembro de 2016)”, a Liberty Seguros, S.A., que cumpre os critérios especificados, adoptou a excepção temporária à IFRS 9 e manterá a aplicação da IAS 39 até 1 de Janeiro de 2021.

Não obstante, a Liberty Seguros, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Liberty Seguros, S.A..

\ IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes \

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta nor-

ma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

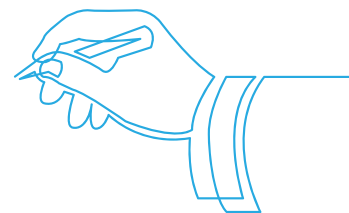
A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- I. No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- II. Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

A Liberty Seguros, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

\ IFRS 16 - Locações \

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações.



A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Liberty Seguros, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

2.3.4\ NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFETIVAS PARA A LIBERTY SEGUROS, S.A.

**\ IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias **

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Liberty Seguros, S.A.

**\ IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos **

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018. A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido

adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Liberty Seguros, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

**\ IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos **

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adoptada antecipadamente.

A Liberty Seguros, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

\ Outras alterações \

Foram ainda emitidas pelo IASB:

Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em ações.

Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS

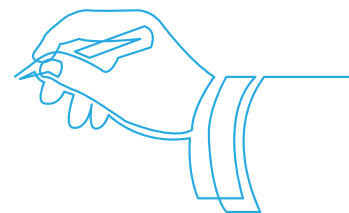
pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um activo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Liberty Seguros, S.A. não antecipa qualquer impacto destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

2.4 \ PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) acolhidas pela Norma 10/2016, estabelecem



uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias, de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia, são sumarizadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na nota 2.2.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

2.4.1\ PROVISÕES TÉCNICAS

As Provisões Técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro e incluem:

- I. Provisão matemática de contratos Vida;
- II. Provisão matemática de Acidentes de Trabalho;
- III. Provisão para sinistros;
- IV. Provisão para sinistros ocorridos e não reportados (IBNR);
- V. Provisão para despesas de regularização de sinistros;

- VI. Provisão para participação nos resultados Vida;
- VII. Provisão para prémios não adquiridos;
- VIII. Provisão para riscos em curso;
- IX. Provisão para desvios de sinistralidade.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo total de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de fatos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Na nota 2.2.16 encontra-se discriminada a metodologia e os pressupostos que a Companhia determina a responsabilidade quanto aos contratos de seguro.

2.4.2\ IMPARIDADE DOS ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia os fatores referidos na nota 2.2.7.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Adicionalmente poderão vir a verificar-se valores diferentes dos registados contabilisticamente decorrentes da metodologia aplicada.

2.4.3\ PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados. Os pressupostos e metodologia de cálculo das responsabilidades com pensões e outros benefícios a empregados encontram-se divulgados na nota 30.

2.4.4\ IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A determinação dos impostos sobre os lucros requer

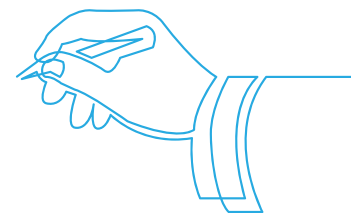
determinadas interpretações e estimativas.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal em relação aos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3\ CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é decomposto como segue:



	Valores em euros	
	2017	2016
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	3 821 325	21 643 328
Caixa e seus equivalentes	84 789	86 368
Disponibilidades constantes do balanço	3 906 114	21 729 696

4\ INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A Liberty Seguros, SA durante o ano de 2015 adquiriu 20% de participação na empresa de assistência RNA – Rede Nacional de Assistência, no valor de 360 000 Euros.

A RNA S.A. é uma sociedade anónima cuja sede social fica situada em Lisboa na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco. Foi constituída em 28 de Setembro de 2009 e tem como principal atividade a prestação de serviços, gestão, assistência e consultoria a pessoas e bens no ramo de qualquer sinistro.

Este investimento é valorizado de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo o valor atual de 1 003 224 Euros.

5\ ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica no final de 2017 e 2016 é decomposto como se segue:

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

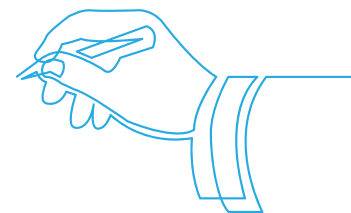
	Valores em euros	
	2017	2016
Investimentos relativos a contrato <i>Unit-linked</i>	3 852 468	4 390 957
Instrumentos de capital		
Instrumentos de capital e unidades de participação		
Outros		
De emissores nacionais	-	-
De emissores estrangeiros	4 138 869	3 467 072
Sub-total	4 138 869	3 467 072
TOTAL	7 991 338	7 858 029

Os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, que são geridos pela Companhia, dividem-se em investimentos relativos a contratos *Unit-linked*, cujo risco é suportado pelo tomador do seguro e em investimentos em fundos de capital de risco. Todos estes ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados, relativa aos *Unit-linked*, refletida na rubrica “Passivos financeiros da compo-

nente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 2017 e 2016, os investimentos afetos aos contratos *Unit-linked* apresentam a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2017	2016
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Obrigações e outros títulos:		
De emissores nacionais	975 099	1 249 527
De outros emissores		
Obrigações e outros títulos:		
De emissores estrangeiros	2 272 288	2 516 739
Sub-total	3 247 387	3 766 265
Instrumentos de capital		
Instrumentos de capital e unidades participação		
Unidades de participação fundos investimentos mobiliários		
De emissores estrangeiros	605 081	624 692
Sub-total	605 081	624 692
TOTAL	3 852 468	4 390 957



A Companhia, com a valorização/desvalorização dos investimentos no exercício de 2017 reconheceu um ganho líquido no montante de 13 517 Euros, sendo que em 2016 tinha reconhecido uma perda líquida de 32 304 Euros.

6\ ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica no exercício de 2017 e 2016 é o seguinte:

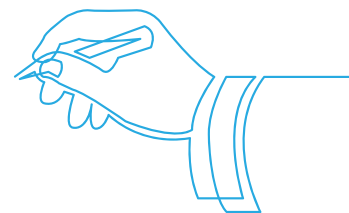
	Valores em euros	
	2017	2016
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Obrigações e outros títulos:		
De emissores nacionais	87 013 109	39 187 628
De emissores estrangeiros	136 348 608	155 173 221
De emissores públicos		
Obrigações e outros títulos:		
De emissores estrangeiros	25 248 395	31 888 190
De outros emissores		
Obrigações e outros títulos:		
De emissores nacionais	1 609 220	19 076 421
De emissores estrangeiros	443 450 150	405 591 643
Sub-total	693 669 482	650 917 102
Instrumentos de capital		
Instrumentos de capital e unidades de participação		
Ações		
De emissores nacionais	34 154	27 159
Sub-total	34 154	27 159
TOTAL	693 703 636	650 944 261

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Estes saldos decompõem-se da seguinte forma:

Valores em euros

2017	Custos de aquisição	Juros a receber	Valores antes de imparidade	Valor líquido	Diferença de câmbio	Reserva de Justo Valor	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores nacionais	77 388 875	1 179 286	78 568 161	78 568 161	-	8 444 948	87 013 109
De emissores estrangeiros	113 634 775	2 368 611	116 003 386	116 003 386	-	20 345 222	136 348 608
De emissores públicos							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores estrangeiros	19 567 612	642 499	20 210 111	20 210 111	-	5 038 284	25 248 395
De outros emissores							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores nacionais	1 593 525	1 674	1 595 199	1 595 199	-	14 021	1 609 220
De emissores estrangeiros	399 149 551	7 403 899	406 553 450	406 553 450	(704 486)	37 601 186	443 450 150
Sub-total	611 334 338	11 595 969	622 930 307	622 930 307	(704 486)	71 443 661	693 669 482
Instrumentos de capital							
Instrumentos de capital e unidades de participação							
Ações							
De emissores nacionais	22 500	-	22 500	22 500	-	11 654	34 154
Sub-total	22 500	-	22 500	22 500	-	11 654	34 154
TOTAL	611 356 838	11 595 969	622 952 807	622 952 807	(704 486)	71 455 315	693 703 636



Valores em euros

2016	Custos de aquisição	Juros a receber	Valores antes de imparidade	Valor líquido	Diferença de câmbio	Reserva de Justo Valor	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores nacionais	37 575 286	588 946	38 164 233	38 164 233	-	1 023 395	39 187 628
De emissores estrangeiros	129 134 499	2 783 122	131 917 622	131 917 622	-	23 255 600	155 173 221
De emissores públicos							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores estrangeiros	25 046 553	733 226	25 779 780	25 779 780	-	6 108 410	31 888 190
De outros emissores							
Obrigações e outros títulos:							
De emissores nacionais	18 322 972	219 126	18 542 098	18 542 098	-	534 323	19 076 421
De emissores estrangeiros	355 846 142	7 820 637	363 666 779	363 666 779	844 506	41 080 359	405 591 643
Sub-total	565 925 453	12 145 058	578 070 511	578 070 511	844 506	72 002 088	650 917 102
Instrumentos de capital							
Instrumentos de capital e unidades de participação							
Ações							
De emissores nacionais	22 500	-	22 500	22 500	-	4 659	27 159
Sub-total	22 500	-	22 500	22 500	-	4 659	27 159
TOTAL	565 947 953	12 145 058	578 093 011	578 093 011	844 506	72 006 746	650 944 261

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Para estes ativos financeiros quando o funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos, em consonância com as normas internacionais de contabilidade e a circular nº. 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia aplicará como meio de apuramento do justo valor a metodologia de avaliação *Mark-to-Model*, desenvolvida como descrita na nota 2.2.6. Desde 2009 que não há necessidade de utilização deste modelo.

A Companhia realizou também um teste de imparidade aos ativos, não tendo sido necessário reconhecer qualquer perda por imparidade.

7\ EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

São classificados como empréstimos concedidos e contas a receber os depósitos a curto prazo em instituições bancárias, os empréstimos hipotecários e os empréstimos sobre apólices e cauções.

O saldo desta rubrica no exercício de 2017 e 2016 é decomposto como se segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos hipotecários	145 280	181 110
Outros		
Depósitos a prazo	-	5 000 000
Depósitos à ordem em instruções de crédito	48 810	48 810
Sub-total	48 810	5 048 810
TOTAL	194 090	5 229 919

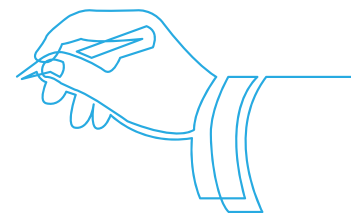
8\ TERRENOS E EDIFÍCIOS

No decorrer do ano, dos 32 espaços onde a Companhia opera, foram adquiridos 4, totalizando 28 o número de imóveis detido pela Liberty.

Estes imóveis foram classificados como edifícios de uso próprio não afetando provisões técnicas, sendo valorizados pelo modelo do custo.

O critério de mensuração usado para determinar o valor do ativo foi o do valor de aquisição escriturado em Cartório Notarial, acrescidos dos respetivos impostos: imposto municipal de transações, imposto de selo e melhorias ao edifício.

O método de depreciação aplicado foi o das quotas constantes, sendo que a vida útil dos ativos depreciáveis foi, para efeitos fiscais, o período durante o qual



se amortiza totalmente o seu valor, conforme Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

A vida útil do ativo adquirido em 2009 é de 50 anos, no entanto para os imóveis adquiridos este ano, optou-se por seguir as regras do Grupo e amortizar os mesmos a 40 anos.

De modo a dar cumprimento ao Art.º 10, n.º 2, alínea a), do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e, não havendo indicação expressa do valor do terreno, aplicou-se o articulado do n.º.3, alínea a) do mesmo artigo, fixando-se o valor a atribuir ao terreno em 25% do valor global.

O ativo imobiliário, nos exercícios de 2017 e 2016, pode ser detalhado como se segue:

Valores em euros

	2017			2016		
	Em uso	Em curso	Total	Em uso	Em curso	Total
Saldo inicial						
Valor bruto	6 342 994	2 776 018	9 119 012	712 928	-	712 928
Imparidade	(87 905)	-	(87 905)	(87 905)	-	(87 905)
Amortizações	(135 805)	-	(135 805)	(65 897)	-	(65 897)
Sub-total	6 119 284	2 776 018	8 895 302	559 126	-	559 126
Aquisições	1 710 898	403 323	2 114 221	5 630 066	2 776 018	2 114 221
Outras adições (benfeitorias)	511 390	-	511 390	-	-	511 390
Transferências	2 916 902	(2 916 902)	-	-	-	-
Amortizações/Depreciações	(168 159)	-	(168 159)	(69 908)	-	(69 908)
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Saldo Final						
Valor bruto	11 482 184	262 439	11 744 623	6 342 994	2 776 018	9 119 012
Imparidade	(87 905)	-	(87 905)	(87 905)	-	(87 905)
Amortizações	(303 964)	-	(303 964)	(135 805)	-	(135 805)
TOTAL	11 090 315	262 439	11 352 754	6 119 284	2 776 018	8 895 302

Não existem quaisquer restrições de titularidade em relação aos ativos adquiridos.

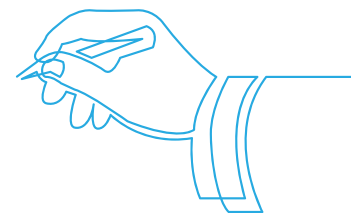
\ Notas ao Balanço e Conta
de Ganhos e Perdas
em 31 de dezembro de 2017 \

9\ AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

As rubricas de investimentos apresentavam a seguinte
composição de acordo com a respetiva afetação:

Valores em euros

Exercício 2017	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguro não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	27 384	-	11 308	3 867 422	-	3 906 114
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	11 352 754	11 352 754
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	3 852 468	-	4 138 869	7 991 338
Ativos financeiros disponíveis para venda	305 369 829	4 264 609	12 953 429	320 951 409	50 164 361	693 703 636
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	145 280	48 810	194 090
Outros ativos tangíveis	93 486	-	-	783 075	-	876 561
Outros ativos	15	-	-	14 918 580	1 003 224	15 921 819
TOTAL	305 490 714	4 264 609	16 817 205	340 665 766	66 708 017	733 946 311



Valores em euros

Exercício 2016	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguro não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	33 053	-	15 463	21 681 181	-	21 729 696
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	8 895 302	8 895 302
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4 390 957	-	3 467 072	7 858 029
Ativos financeiros disponíveis para venda	292 364 080	3 853 428	11 983 316	309 596 826	33 146 610	650 944 261
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	181 110	5 048 810	5 229 919
Outros ativos tangíveis	79 785	-	-	708 123	-	787 907
Outros ativos	31	-	-	19 917 916	685 575	20 603 522
TOTAL	292 476 949	3 853 428	16 389 736	352 085 155	51 243 368	716 048 637

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

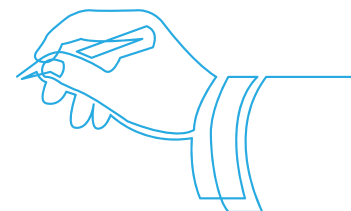
10\ OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os critérios de mensuração encontram-se descritos na nota 2.2.4.

Os movimentos que se verificaram, nos ativos tangíveis ao longo do exercício, são apresentados no quadro seguinte:

Valores em euros

Rubricas 2017	Saldo Inicial		Aumentos	Transfer. e Abates	Alienações	Amortizações Exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortiz.	Aquisições			Reforço	Regulari.	Valor Líquido
Equipamento administrativo	737 301	(702 859)	13 939	-	-	(10 297)	-	38 084
Máquinas e ferramentas	550 385	(331 052)	33 082	649	-	(42 775)	-	210 289
Equipamento informático	6 877 243	(6 448 152)	301 793	1 542	-	(244 095)	-	488 331
Instalações interiores	8 235	(8 235)	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	5 820 001	(2 605 545)	1 657 890	(1 272 985)	-	(1 410 889)	1 044 486	3 232 958
Equipamento hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	140 810	(100 788)	36 357	-	-	(42 666)	-	33 713
Património artístico	166 957	(166 957)	1 200	-	-	(1 200)	-	-
Imobilizações em curso	2 192	-	379 426	(2 192)	-	-	-	379 426
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14 303 125	(10 363 588)	2 423 687	(1 272 985)	-	(1 751 921)	1 044 486	4 382 805



Valores em euros

Rubricas 2016	Saldo Inicial		Aumentos	Transfer. e Abates	Alienações	Amortizações Exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortiz.	Aquisições			Reforço	Regulari.	Valor Líquido
Ativos Tangíveis								
Equipamento administrativo	720 501	(694 040)	16 418	382	-	(8 819)	-	34 442
Máquinas e ferramentas	394 806	(309 444)	155 580	-	-	(21 608)	-	219 333
Equipamento informático	7 999 467	(7 747 577)	396 303	(1 518 526)	-	(226 899)	1 526 325	429 092
Instalações interiores	8 235	(8 235)	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	5 712 245	(3 134 533)	2 190 828	(2 083 072)	-	(1 422 832)	1 951 820	3 214 455
Equipamento hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	130 389	(87 597)	9 989	432	-	(13 191)	-	40 022
Património artístico	166 957	(166 957)	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	8 613	-	2 192	(8 613)	-	-	-	2 192
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15 141 214	(12 148 384)	2 771 309	(3 609 397)	-	(1 693 350)	3 478 145	3 939 537

11\ INVENTÁRIO

A 31 de dezembro de 2017 verificou-se que a Companhia não possuía Inventário ativos.

O critério de valorização está descrito na nota 2.2.5.

12\ OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O critério de mensuração utilizado pela Companhia

é o modelo do custo, na qual os ativos intangíveis, após o seu reconhecimento inicial, apresentam-se registados pelo seu custo, deduzido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As políticas contabilísticas aplicáveis a esta rubrica de Balanço encontram-se descritas na nota 2.2.2.

Os ativos intangíveis da Companhia apenas respeitam a despesas com aplicações informáticas. O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Valores em euros

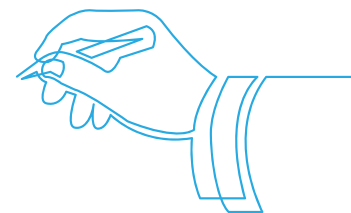
Rubricas 2017	Saldo Inicial		Aumentos	Transfer. e Abates	Amort. Exercício	Saldo Final
	Valor Bruto	Amortiz.	Aquisições		Reforço	Valor Líquido
Ativos Intangíveis						
Despesas c/aplicações informáticas	25 151 976	(9 872 009)	1 656 477	959 329	(1 385 439)	16 510 334
Imobilizações em curso	1 387 237	-	3 293 919	(959 329)	-	3 721 827
TOTAL	26 539 213	(9 872 009)	4 950 396	-	(1 385 439)	20 232 161

Rubricas 2016	Saldo Inicial		Aumentos	Transfer. e Abates	Amort. Exercício	Saldo Final
	Valor Bruto	Amortiz.	Aquisições		Reforço	Valor Líquido
Ativos Intangíveis						
Despesas c/aplicações informáticas	14 390 237	(8 704 221)	3 387 956	7 373 783	(1 167 788)	15 279 967
Imobilizações em curso	7 541 398	-	1 219 622	(7 373 783)	-	1 387 237
TOTAL	21 931 636	(8 704 221)	4 607 578	-	(1 167 788)	16 667 204

Apresenta-se seguidamente informação em referência a 2017 relativo aos períodos de amortização ainda em falta:

Valores em euros

Ativos intangíveis	2018	2019	2020	2021	2022
Amortizações futuras de Activos Intangíveis	5 561 796	7 642 544	1 432 939	322 616	53 807



O novo projeto de substituição do sistema informático core tem duração prevista até ao final de 2018, com um custo total de novo investimento estimado em 27 milhões Euros.

13\ PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Os quadros seguintes refletem a reconciliação das provisões técnicas de resseguro cedido referente aos exercícios de 2016 e 2017:

Valores em euros

	2016			2017	
	Saldo inicial	Variação	Saldo final	Variação	Saldo final
Provisão para Prémios Não Adquiridos					
Prémios Não Adquiridos	4 222 761	211 742	4 434 503	62 648	4 497 151
Custo Aquisição Diferido	(1 336 633)	(66 696)	(1 403 329)	(44 585)	(1 447 913)
Sub-total	2 886 128	145 046	3 031 174	18 063	3 049 238
Provisão Matemática de Vida					
	-	-	-	-	-
Provisão para Sinistros					
Vida	206 214	(72 057)	134 157	27 305	161 461
Acidentes Trabalho	1 270 855	29 462	1 300 318	84 231	1 384 549
Outros Seguros	5 375 632	3 583 931	8 959 564	2 335 100	11 294 664
Provisão para irrecuperabilidade	-	-	-	-	-
Sub-total	6 852 702	3 541 337	10 394 038	2 446 636	12 840 674
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
TOTAL	9 738 829	3 686 383	13 425 213	2 464 699	15 889 912

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

14\ OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES

Nos exercícios de 2017 e 2016 a composição é a seguinte:

Valores em euros

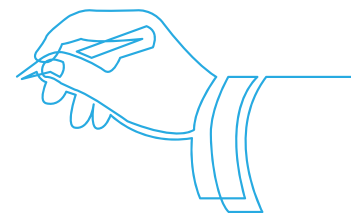
	2017	2016
Contas a receber por operações de Seguro Direto		
Recibos por cobrar	3 883 433	1 162 078
Reembolsos de sinistros	11 242 407	11 616 942
Mediadores	5 284 111	1 753 112
Conseguradores	649 395	817 049
Sub-total	21 059 346	15 349 182
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(1 280 751)	(1 264 085)
Créditos de cobrança duvidosa	(23 913)	(23 913)
Sub-total	(1 304 664)	(1 287 998)
Total	19 754 682	14 061 183
Contas a receber por operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	519 267	581 797
Contas correntes de ressegurados	3 368	3 204
Sub-total	522 635	585 001
Ajustamentos		
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Sub-total	-	-
Total	522 635	585 001
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	1 962 366	3 021 925
Sub-total	1 962 366	3 021 925
Ajustamentos		
Créditos de cobrança duvidosa	(223 416)	(353 027)
Sub-total	(223 416)	(353 027)
Total	1 738 950	2 668 898
SALDO FINAL	22 016 267	17 315 083

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da

aquisição de direitos ou da propriedade, encontram-se contabilizados sob as rubricas:

Valores em euros

	2017	2016
Outros tomadores de Seguros - reembolsos de sinistros	11 242 407	11 616 942
TOTAL	11 242 407	11 616 942



O montante contabilizado na rubrica de reembolsos resulta sempre da aceitação expressa e solvente de terceiros quanto ao reembolso considerado. Os reembolsos respeitam a:

- I. Reembolsos IDS no montante de 8 211 000 Euros (9 485 675 Euros em 2016);
- II. Reembolso das congéneres referentes a Acidentes de Trabalho, cuja responsabilidade não é da Companhia, no valor de 2 295 684 Euros;
- III. Outros reembolsos decorrentes de sinistros no montante de 735 645 Euros (540 555 Euros em 2016).

A Companhia considera que não existe probabilidade de não recuperação dos montantes referentes a reembolsos IDS, pelo que nenhuma perda por imparidade foi registada nos termos da IAS 39.

Relativamente aos outros reembolsos de sinistros, a Companhia efetuou uma análise de recuperabilidade, em consonância com o definido na política contabilística da nota 2.2.7, tendo concluído pela inexistência de imparidade pelo que nenhuma perda foi reconhecida em resultados, de acordo com os critérios definidos na IAS supracitada.

15\ ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos dos ativos e passivos por imposto nos exercícios de 2017 e 2016 são os seguintes:

	Valores em euros	
	2017	2016
Ativos por imposto corrente		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	-
Sub-total	-	-
Passivos por imposto corrente		
Imposto sobre o rendimento a pagar	53 115	1 794 524
Outros		
Retenção na fonte	555 590	611 296
IVA	280 593	332 393
Imposto de selo	1 912 872	2 004 249
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (ANPC)	278 267	277 552
Taxa Instituto de Seguros de Portugal (ISP)	381 414	367 466
Taxa Cartões Responsabilidade Civil Automóvel	71 322	81 560
Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)	469 053	501 270
Fundo de Garantia Automóvel (FGA)	543 395	553 878
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	412 929	420 444
Segurança Social	871 837	451 747
Sub-total	5 830 387	7 396 480
Saldo líquido impostos correntes	(5 830 387)	(7 396 480)

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

(Cont.)

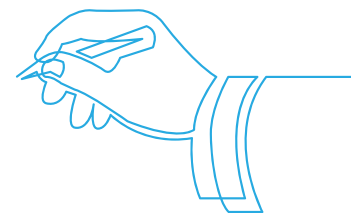
Valores em euros

	2017	2016
Saldo líquido impostos correntes		
Ativos por imposto diferido		
Com impacto em OCI	506 634	-
Com impacto em resultados	873 243	723 124
Sub-total	1 379 877	723 124
Passivos por imposto diferido		
Com impacto em OCI	8 840 970	10 229 641
Com impacto em resultados	724 552	568 308
Sub-total	9 565 522	10 797 950
Saldo líquido impostos diferido	(8 185 645)	(10 074 826)
TOTAL	(14 016 032)	(17 471 306)

O imposto sobre o rendimento a recuperar/ pagar é decomposto da seguinte forma:

Valores em euros

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(2 340 969)	(2 919 382)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(126 819)	(649 663)
Sub-total	(2 467 788)	(3 569 045)
Retenção na fonte	-	-
Pagamento por conta	2 414 673	1 774 521
TOTAL	(53 115)	(1 794 524)



Apresenta-se de seguida o suporte ao cálculo da estimativa de imposto corrente reconhecido no exercício:

Valores em euros

	2017	2016
Resultado antes de impostos	5 291 551	9 054 102
Diferenças permanentes		
Variação anual de Valias potenciais Vida c/Participação	512 095	2 538 520
Benefícios fiscais	(652 324)	(509 848)
Excesso de Estimativa	-	-
Outras diferenças permanentes	1 195 406	(534 101)
Sub-total	1 055 177	1 494 571
Diferenças temporárias		
Provisões	(140 666)	(327 101)
Amortizações Extraordinárias	-	-
Outras diferenças temporárias	(85 534)	(405)
Sub-total	(226 198)	(327 506)
Lucros/(Prejuízos) fiscais gerados	6 120 529	10 221 167
Prejuízos Fiscais Reportados	-	-
Matéria Colectável	6 120 529	10 221 167
Colecta	1 423 927	2 462 503
Crédito fiscal ao investimento	-	-
Derrama	91 808	153 318
Tributação autónoma	952 054	953 224
TOTAL	2 467 788	3 569 045

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2017 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 25,79% (2016: 25,59%), as quais correspondem à taxa nominal aprovada à data de balanço.

Permanece o diferendo relativo a prejuízos fiscais não aceites pelas entidades fiscais das sucursais Winterthur Seguros Generales, Sociedade Anónima de Seguros e Resseguros e Winterthur Vida, Sociedade Anónima de Seguros sobre La Vida, no valor de:

I. Ano 2000:	13 252 791 Euros
II. Ano 2001:	17 147 752 Euros

Em fevereiro de 2005, pelo Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul a integração destes prejuízos fiscais foi diferida. A Administração Fiscal interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo (STA), que em 12 de julho de 2006 decidiu desfavoravelmente à Liberty Seguros S.A.. Em 1 de agosto de 2006 a Liberty Seguros S.A. apresentou pedido de nulidade do acórdão que foi indeferido pelo STA. Em 30 de novembro de 2006 a Liberty Seguros S.A. deduziu recurso para o Tribunal Constitucional. O recurso foi admitido pelo que o processo subiu ao Tribunal Constitucional para apreciação.

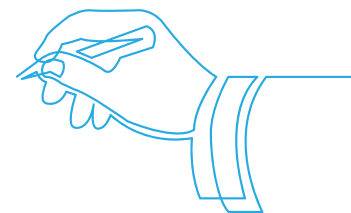
No dia 5 de fevereiro de 2009 o Supremo Tribunal Administrativo através do despacho do relator admitiu a julgamento o recurso de uniformização de jurisprudência, conformando-se com a reforma do acórdão (revogou anteriores decisões negativas do relator e da conferência) não encontrando razões para rejeitar o recurso.

Durante o ano de 2017 não existiram alterações significativas no processo, somente desenvolvimentos processuais.

Dessa forma, os montantes associados aos prejuízos fiscais não aceites pelas entidades fiscais não se encontram, numa ótica de prudência, reconhecidos como ativos.

O montante reconhecido como imposto diferido, com impacto em ganhos e perdas dos impostos diferidos, calculado sobre diferenças temporárias, para o exercício 2017 e 2016 pode ser resumido como segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Reconhecido nos Resultados		
Impostos diferidos ativos		
Provisões Comerciais	(116 955)	(16 931)
Amortizações Extraordinárias	-	-
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	(22 744)	58 605
Seguros/Operações do Ramo Vida	-	-
Crédito Fiscal ao Investimento	-	-
Prejuízos fiscais	-	-
Imparidade Imóvel Almada	352	(1 319)
Instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor	29 764	107
Depreciações de imóveis a uma taxa superior ao limite legal	(10 666)	-
Sub-total	(120 249)	40 462
Impostos diferidos passivos		
Fundo de Pensões	129 227	78 668
Amortizações Projeto BlueOcean	(2 854)	1 125 628
Sub-total	126 373	1 204 295
TOTAL	6 124	1 244 758



O imposto reportado em reservas para 2017 e 2016 explica-se como segue:

Valores em euros

	2017	2016
Imposto Corrente		
Saldo inicial	(5 331 527)	(4 681 864)
Valores Potenciais de Títulos com Participação Vida	(126 819)	(649 663)
Correções de imposto corrente relativas a anos anteriores	-	-
Sub-total	(5 458 346)	(5 331 527)
Imposto Diferido		
Saldo inicial	(10 229 641)	(9 103 188)
Fundo de Pensões com impacto em reservas	727 735	(33 320)
Valias Potenciais de Títulos exceto Vida com Participação	1 167 572	(1 093 134)
Correção do saldo inicial - alteração da taxa de imposto	-	-
Sub-total	(8 334 334)	(10 229 641)
TOTAL	(13 792 682)	(15 561 169)

Os montantes refletidos na rubrica de reservas por imposto decorrem:

- I. Estimativa de imposto do exercício;
- II. Imposto diferido apurado no exercício referente ao Fundo de Pensões;
- III. Imposto diferido referente a valias potenciais de ativos detidos para venda e associados à carteira de Vida sem participação nos resultados e Não Vida.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

Valores em euros

	Reconhecido nos Resultados	
	2017	2016
Impostos calculado com base na taxa de imposto		
Resultado antes dos impostos	5 291 550	9 054 102
Taxa de imposto	24,76%	25,59%
Sub-total	1 310 188	2 317 143
Imposto sobre o RAI e diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(161 547)	(130 481)
Excesso de estimativa	-	-
Outras diferenças permanentes	296 040	(136 688)
Ajustamento da taxa nominal (derrama)	-	-
Sub-total	1 444 681	2 049 974
Prejuízos Fiscais	-	-
Crédito Fiscal ao Investimento	-	-
Tributação autónoma	952 054	953 224
TOTAL	2 396 735	3 003 198

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

16\ ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica de acréscimos e diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	Valores em euros	
	2017	2016
Gastos diferidos		
Seguros	17 716	16 196
Outros custos diferidos	150 000	150 000
Outros acréscimos de rendimentos	270 052	4 052
Rendas e alugueres	98 158	149 607
Sub-total	535 926	319 855
Acréscimos de gastos		
Remunerações e respetivos encargos a liquidar	(2 858 225)	(2 651 643)
Outros acréscimos de gastos	(6 458 622)	(7 921 627)
Sub-total	(9 316 847)	(10 573 269)
TOTAL	(8 780 919)	(10 253 414)

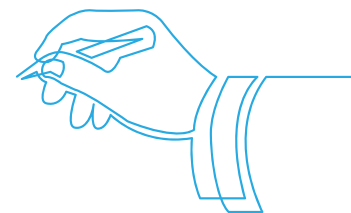
A rubrica de “Outros acréscimos de gastos” compreende, entre outros valores, despesas já incorridas mas ainda não faturadas e bónus pelos serviços prestados durante o exercício de 2017.

17\ PROVISÕES TÉCNICAS

A Companhia não considerou quaisquer alterações nos exercícios de 2017 e 2016 nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica contempla as provisões técnicas de seguro direto e as de resseguro aceite, e têm a seguinte distribuição:

	Valores em euros	
	2017	2016
Resseguro Cedido		
Provisão para prémios não adquiridos	64 047 558	60 333 990
Provisão matemática de Vida	254 495 078	242 334 816
Provisão para sinistros	217 535 777	200 057 337
Provisão para participação nos resultados	21 789 754	19 039 384
Provisão para desvios de sinistralidade	9 737 058	8 529 929
Provisão para riscos em curso	2 356 279	7 107 595
TOTAL	569 961 504	537 403 050



A provisão para prémios não adquiridos é composta como se segue:

Valores em euros

Ramo	2017			2016		
	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Total	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Total
Acidentes e Doença						
Acidentes de Trabalho	4 382 397	862 743	3 519 654	4 229 562	845 179	3 384 383
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1 281 554	253 600	1 027 954	1 116 849	222 121	894 728
Doença	106 871	21 353	85 519	102 673	19 422	83 252
Sub-total	5 770 822	1 137 696	4 633 127	5 449 084	1 086 721	4 362 362
Incêndio e Outros Danos	14 924 698	2 953 224	11 971 474	14 950 369	2 955 208	11 995 161
Automóvel						
Responsabilidade Civil	27 038 327	5 328 933	21 709 394	26 416 360	5 283 242	21 133 118
Outras coberturas	18 228 194	2 451 872	15 776 322	17 322 148	3 449 158	13 872 990
Sub-total	45 266 521	7 780 805	37 485 716	43 738 508	8 732 400	35 006 109
Marítimo e Transportes	354 771	70 284	284 487	347 029	68 942	278 087
Mercadorias transportadas	124 634	24 666	99 968	135 762	27 155	108 608
Responsabilidade Civil Geral	1 252 343	197 017	1 055 326	1 197 739	204 948	992 790
Crédito e Caução	7 611	1 011	6 600	14 678	2 703	11 975
Proteção jurídica	2 706 099	374 555	2 331 544	2 625 260	523 031	2 102 229
Assistência	7 117 875	938 559	6 179 316	6 834 655	1 357 986	5 476 669
TOTAL	77 525 374	13 477 817	64 047 558	75 293 083	14 959 093	60 333 990

A provisão matemática de Vida decompõe-se da seguinte forma:

Valores em euros

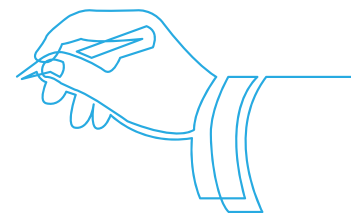
	2017	2016
Rendas	2 114 727	1 983 813
Vida inteira	31 059	34 784
Capitais diferidos	41 522 134	36 157 934
Mistos	1 676 983	1 799 239
Temporários	2 419 071	2 614 030
<i>Universal Life</i>	108 257 540	108 334 426
PPR's	98 473 564	91 410 590
SALDO FINAL	254 495 078	242 334 816

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

A provisão para sinistros é decomposta da seguinte forma:

Valores em euros

Ramo	2017	2016
Seguro de Vida	5 066 705	4 383 761
Seguro de Não Vida		
Acidentes e Doença		
Acidentes de Trabalho	101 662 199	92 612 645
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1 673 973	1 611 552
Doença	157 875	101 739
Sub-total	103 494 047	94 325 937
Incêndio e Outros Danos	12 480 580	10 697 156
Automóvel		
Responsabilidade Civil	79 354 531	77 529 714
Outras coberturas	14 107 539	10 195 136
Sub-total	93 462 070	87 724 850
Marítimo e Transportes	1 261 733	873 167
Mercadorias transportadas	510 997	1 031 625
Responsabilidade Civil Geral	1 049 755	809 832
Crédito e Caução	3 191	14 240
Proteção jurídica	14 678	18 037
Assistência	192 021	178 731
Sub-total	212 469 072	195 673 576
TOTAL	217 535 777	200 057 337



Os pressupostos utilizados no ramo Não Vida, na mensuração e metodologias de cálculo das estimativas, foram:

I. Sinistros pendentes de liquidação - Os sinistros participados são valorizados casuisticamente, com base na informação obtida e na experiência passada com sinistros semelhantes. No caso de processos de sinistro de danos materiais do ramo Automóvel, existem sinistros independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor. Os valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas

imputáveis a terceiros, apenas são contabilizados quando existe evidência concreta de que os montantes são recuperáveis;

II. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER) e sinistros pendentes de declaração (IBNR) – estão descritos na nota 2.2.16;
 III. Responsabilidades com assistência vitalícia – descritos na nota 2.2.16.

A provisão para sinistros de Vida é decomposta pelas seguintes modalidades:

Valores em euros

	2017	2016
Seguro de Vida		
Rendas	47	607
Vida inteira	7 782	48 067
Capitais diferidos	24 204	36 766
Mistos	263 252	314 101
Temporários	2 709 928	2 372 438
<i>Universal Life</i>	1 199 224	889 916
PPR's	862 269	721 866
Outros	-	-
SALDO FINAL	5 066 705	4 383 761

A provisão para participação nos resultados decompõe-se da seguinte maneira:

Valores em euros

	2017	2016
No início do exercício	19 039 384	15 626 886
Participação nos resultados atribuída	246 127	302 184
Participação nos resultados a atribuir	2 843 886	3 484 951
Resultados distribuídos		
Por aumento da provisão matemática	301 669	347 168
Por aumento das importâncias seguras	19 623	22 641
Por pagamento em numerário	18 351	4 828
SALDO FINAL	21 789 754	19 039 384

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Os critérios utilizados no cálculo da participação nos resultados, relativamente às modalidades que o preveem, baseiam-se em contas de resultados técnicos e financeiros, elaborados por modalidade ou grupos de modalidades em conformidade com o estabelecido no plano de participação nos resultados.

O valor da participação nos resultados é estimado mensalmente em função da evolução dos resultados das diversas modalidades sendo o valor definitivo apurado no final de cada ano e creditado na provisão para participação nos resultados.

Os critérios de distribuição de resultados respeitam o estabelecido nas condições dos contratos de seguro e plano de participação nos resultados.

A provisão para desvios de sinistralidade efetua-se para incendio e elementos da natureza, riscos múltiplos, caução e perdas pecuniárias diversas, cujo saldo é decomposto da seguinte forma:

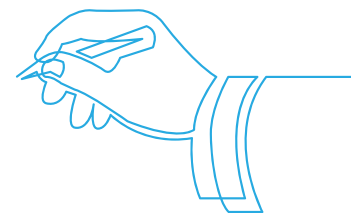
Valores em euros

	2017	2016
Incêndio e elementos da natureza	1 027 964	987 724
Riscos múltiplos	8 420 238	7 257 015
Incêndio outros	39 139	37 391
Caução	199 859	199 859
Perdas pecuniárias diversas	49 858	47 940
TOTAL	9 737 058	8 529 929

A provisão para riscos em curso é desdobrada da seguinte maneira:

Valores em euros

	2017	2016
Acidentes de Trabalho	-	697 588
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	145 492	358 518
Incêndio e Outros Danos	-	1 424 180
Automóvel	2 061 209	4 427 930
Marítimo e Transportes	149 578	199 232
Diversos	-	147
TOTAL	2 356 279	7 107 595



18\ PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

De acordo com os requisitos da IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Liberty Seguros que não expõem a seguradora a um risco de seguro significativo e que não têm participação nos resul-

tados discricionária, são classificados como contratos de Investimento.

Os passivos financeiros correspondem ao valor líquido dos depósitos recebidos, acrescidos das taxas de juro técnicas definidas ou dos créditos dos rendimentos gerados pelos investimentos afetos aos contratos de investimento e deduzidos dos respetivos encargos de aquisição, gestão e cobrança e benefícios pagos.

Os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento em 2017 e 2016 são analisados como se segue:

Valores em euros

	2017			
	Contratos Ligados a Fundos de Investimento	Contratos de Investimento de Produtos com Taxa de Rendimento Fixa	Contratos de Invest. de Produtos com Taxa de Rend. Variável	Contratos de Investimento
Saldo no início do exercício	4 121 411	521 927	6 539 968	11 183 306
Depósitos recebidos	126 199	-	382 021	508 220
Comissões				
Subscrição e Resgate	(5 650)	-	(609)	(6 259)
Gestão	(19 759)	-	-	(19 759)
Sub-total	(25 408)	-	(609)	(26 017)
Benefícios pagos	(692 230)	(2 798)	(113 661)	(808 689)
Juros creditados	82 299	-	161 872	244 171
Outros movimentos	(11)	(499 572)	2 288	(497 295)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	3 612 259	19 558	6 971 880	10 603 696

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Valores em euros

	2016			
	Contratos Ligados a Fundos de Investimento	Contratos de Investimento de Produtos com Taxa de Rendimento Fixa	Contratos de Invest. de Produtos com Taxa de Rend. Variável	Contratos de Investimento
Saldo no início do exercício	4 919 916	524 186	5 363 821	10 807 923
Depósitos recebidos	176 958	-	1 083 171	1 260 129
Comissões				
Subscrição e Resgate	(5 838)	-	(574)	(6 413)
Gestão	(22 907)	-	-	(22 907)
Sub-total	(28 745)	-	(574)	(29 319)
Benefícios pagos	(1 031 921)	(2 259)	(54 864)	(1 089 044)
Juros creditados	95 762	-	148 635	244 397
Outros movimentos	(10 559)	-	(220)	(10 779)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	4 121 411	521 927	6 539 968	11 183 306

Valores em euros

19\ OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

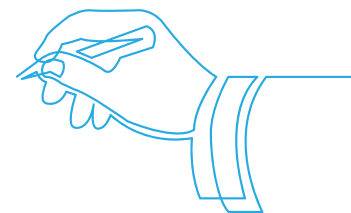
Esta rubrica é composta unicamente por depósitos recebidos de resseguradores.

No exercício de 2017 o saldo é de 561 461 Euros e em 2016 o saldo era de 134 157 Euros.

20\ OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos recebidos antecipadamente	4 870 681	1 432 757
Estornos a pagar	125 726	233 573
Mediadores	10 376 555	6 503 221
Cosseguradores	30 663	71 431
Sub-total	15 403 625	8 240 983
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	2 942 585	3 429 139
Sub-total	2 942 585	3 429 139
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2 090 658	2 286 411
Sub-total	2 090 658	2 286 411
TOTAL	20 436 868	13 956 533



21\ OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica tem o montante de 149 015 Euros que inclui:

Valores em euros

	2017			2016		
	Saldo inicial	Reforço / (Diminuição)	Saldo final	Saldo inicial	Reforço / (Diminuição)	Saldo final
Ajustamentos e Outras Provisões						
Provisão para processos juridico-laborais	-	-	-	30 000	(30 000)	-
Provisões diversas	352 039	(230 721)	121 318	352 040	-	352 040
Provisão para entidades em litígio	512 500	(484 803)	27 697	512 500	-	512 500
Provisão para obras em edifício arrendado	50 000	(50 000)	-	200 000	(150 000)	50 000
TOTAL	914 539	(765 524)	149 015	1 094 540	(180 000)	914 539

As provisões diversas refletem maioritariamente valores de impostos no montante de 121 318 Euros e que contempla:

- I. IRS no montante de 36 381 Euros;
- II. Imposto de Selo de 84 937 Euros.

A provisão para entidades em litígio no montante de 27 698 Euros reflete em grande parte um litígio do qual tomámos conhecimento em Agosto de 2009 relativo a factos lesivos praticados por um mediador de seguros ligado (e pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros), que utilizou de forma abusiva e imprópria os poderes e documentos que lhe conferimos para induzir clientes a confiarem-lhe as suas poupanças, e cujo destino desconhecemos.

Perante esta situação, procedemos à imediata cessação do vínculo contratual com o mediador, a quem retirámos toda a nossa documentação, e expedimos cartas de aviso a todos os clientes potencialmente afetados ou que pudessem ser vítimas destes indivíduos, contra quem já apresentámos queixa junto das autoridades competentes.

Para minimizar o risco de repetição destes factos e para prevenção do público em geral, procedemos à publicação de anúncios na imprensa alertando para a situação.

No exercício de 2009 reconhecemos uma provisão pelo montante de 300 000 Euros para fazer face a possíveis reclamações extrajudiciais realizadas por tomadores de seguro lesados. Durante o ano de 2010 aguardámos o normal desenvolvimento dos processos judiciais e administrativos sem que tivéssemos indícios ou notícias sobre novos desenvolvimentos pelo que, no final desse ano, anulámos o valor da provisão.

No decorrer do ano de 2011, face a uma reclamação judicial realizada por tomadores de seguro lesados no âmbito deste processo constituímos uma provisão no montante de 487 280 Euros.

Durante o ano de 2014, efetuou-se a anulação de 12 280 Euros, ficando a provisão no montante de 475 000 Euros.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017\

Não houve desenvolvimentos nestes litígios, deste modo, a provisão mantém-se em 27 698 Euros.

À semelhança do ano anterior, o arrendatário efetuou obras, pelo que reduzimos o valor da provisão para obras em edifício arrendado no montante de 50 000 Euros.

22\ CAPITAL

A totalidade do capital social, no valor de 26 548 291 Euros, é representada por 506 937 ações nominativas de valor nominal unitário de 52,37 Euros. Todas as ações emitidas estão inteiramente realizadas. As ações pertencem à sociedade Liberty Insurance Group, Compania de Seguros e Reaseguros, S.A com sede em Madrid (464 937 ações) e à Genesis Seguros Generales S.A. de Seguros y Reaseguros (42 000 ações). Ambas as entidades pertencem ao Grupo Liberty cuja empresa mãe de topo é a Liberty Mutual Holding Company com sede em Boston, EUA.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor nominal de cada ação é de 52,37 Euros.

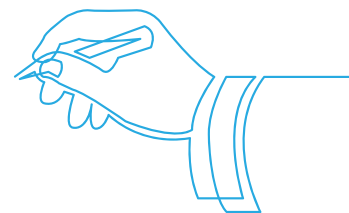
	Valores em euros	
	2017	2016
Capital Social	26 548 291	26 548 291
Número de ações nominativas	506 937	506 937
Valor nominal unitário	52,37	52,37

Por referência a 29 de dezembro de 2010 procedeu-se ao aumento de capital em espécie por transferência de todos os ativos e passivos da sucursal em Portugal da Genesis Seguros Generales S.A. de Seguros e Reaseguros. Foram emitidas 42 000 ações ordinárias com o valor nominal unitário de 52,37 Euros, a que corresponde um aumento de capital social na importância de 2 199 540 Euros e um prémio de emissão por ação de 222,78 Euros no montante global de 9 594 097 Euros. O aumento total de capital ascendeu a 11 793 637 Euros.

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	2 944 457	4 889 962
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	506 937	506 937
Resultado por ação básico (€)	5,81	9,65



23\ RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2017	2016
Reservas de Reavaliação		
Por ajustamento no justo valor de ativos financeiros	52 399 175	55 794 492
Sub-total	52 399 175	55 794 492
Reservas por impostos diferidos		
Por ajustamento no justo valor de ativos financeiros	(14 299 314)	(15 340 069)
Por movimentos no Fundo de Pensões	506 634	(221 100)
Sub-total	(13 792 680)	(15 561 169)
Reserva Legal	12 836 480	12 347 484
Outras Reservas	20 482 378	23 268 473
Sub-total	33 318 858	35 615 956
Resultados Transitados	54 781 062	50 380 096
Resultado de exercício	2 944 457	4 889 962

\ Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido

\ Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores

\ Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

\ Outras reservas

Nesta rubrica a Companhia tem registado as Reservas livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas, Prémios de emissão e o saldo resultante de Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

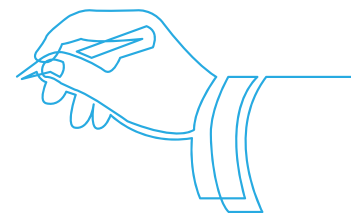
\ Movimentos das reservas e resultados

A variação ocorrida na rubrica de reservas encontra-se detalhada na demonstração de variações no capital próprio.

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 e 2016 efetuou-se da seguinte forma:

Valores em euros

	2017	2016
Aplicação de resultados do exercício		
Reserva legal	294 446	488 996
Resultados transitados	2 650 011	4 400 966
Distribuição de resultados	-	-
TOTAL	2 944 457	4 889 962



24 \ PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios brutos emitidos estão decompostos de seguinte maneira para os exercícios de 2017 e 2016:

Valores em euros

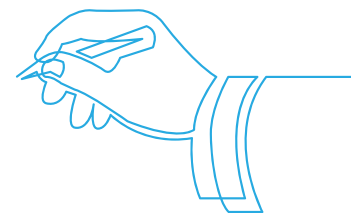
Prémios Brutos Emitidos	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total
Ramo Vida	34 543 957	(658 529)	33 885 428	37 065 534	(646 967)	36 418 567
Ramo Não Vida						
Acidentes e Doença						
Acidentes de Trabalho	45 363 353	(772 073)	44 591 280	39 640 552	(722 054)	38 918 498
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	5 151 765	(111 409)	5 040 356	3 956 731	(112 140)	3 844 591
Doença	8 508 457	(6 422 523)	2 085 934	6 730 504	(5 568 932)	1 161 573
Sub-total	59 023 575	(7 306 005)	51 717 570	50 327 787	(6 403 126)	43 924 662
Incêndio e Outros Danos	66 474 503	(41 522 453)	24 952 050	62 510 921	(38 471 625)	24 039 296
Automóvel						
Responsabilidade Civil	87 089 281	(413 351)	86 675 930	80 521 284	(369 248)	80 152 037
Outras coberturas	63 824 026	(339 736)	63 484 290	58 080 239	(264 766)	57 815 474
Sub-total	150 913 307	(753 087)	150 160 220	138 601 524	(634 013)	137 967 510
Marítimo e Transportes	779 617	(23 446)	756 171	761 923	(37 849)	724 074
Mercadorias transportadas	826 723	(62 349)	764 374	917 538	(54 287)	863 250
Responsabilidade Civil Geral	3 656 897	(328 444)	3 328 453	3 419 128	(347 462)	3 071 666
Crédito e Caução	22 670	-	22 670	26 151	(24)	26 127
Proteção jurídica	8 460 331	(173 117)	8 287 214	7 880 472	(167 492)	7 712 980
Assistência	22 197 710	(13 431 822)	8 765 888	20 341 297	(12 322 755)	8 018 542
Total Não Vida	312 355 333	(63 600 723)	248 754 610	284 786 741	(58 438 634)	226 348 107
TOTAL	346 899 290	(64 259 252)	282 640 038	321 852 275	(59 085 601)	262 766 674

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

A variação da provisão para prémios não adquiridos tem a seguinte decomposição:

Valores em euros

Variação da Provisão para Prémios Não Adquiridos	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total
Ramo Vida	-	-	-	-	-	-
Ramo Não Vida						
Acidentes e Doença						
Acidentes de Trabalho	152 835	-	152 835	537 116	-	537 116
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	164 749	467	165 216	92 038	(467)	91 571
Doença	4 198	-	4 198	23 935	-	23 935
Sub-total	321 782	467	322 249	653 089	(467)	652 622
Incêndio e Outros Danos	(25 671)	(11 449)	(37 120)	754 896	(123 865)	631 031
Automóvel						
Responsabilidade Civil	619 636	-	619 636	(1 860 948)	-	(1 860 948)
Outras coberturas	906 002	-	906 002	3 516 714	-	3 516 714
Sub-total	1 525 638	-	1 525 638	1 655 765	-	1 655 765
Marítimo e Transportes	7 742	-	7 742	2 185	-	2 185
Mercadorias transportadas	(11 128)	-	(11 128)	(1 223)	2 292	1 069
Responsabilidade Civil Geral	54 605	(7 081)	47 524	89 044	(23 006)	66 037
Crédito e Caução	(4 736)	-	(4 736)	7 660	-	7 660
Proteção jurídica	80 839	-	80 839	607 532	-	607 532
Assistência	283 221	-	283 221	1 535 870	-	1 535 870
Total Não Vida	2 232 292	(18 064)	2 214 228	5 304 817	(145 046)	5 159 771
TOTAL	2 232 292	(18 064)	2 214 228	5 304 817	(145 046)	5 159 771



Deste modo, os prémios adquiridos líquidos de resseguro têm a seguinte decomposição:

Valores em euros

Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	2017			2016		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	Total
Ramo Vida	34 543 957	(658 529)	33 885 428	37 065 534	(646 967)	36 418 567
Ramo Não Vida						
Acidentes e Doença						
Acidentes de Trabalho	45 210 518	(772 073)	44 438 445	39 103 436	(722 054)	38 381 382
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	4 987 015	(111 875)	4 875 140	3 864 693	(111 673)	3 753 020
Doença	8 504 259	(6 422 523)	2 081 736	6 706 569	(5 568 932)	1 137 637
Sub-total	58 701 792	(7 306 471)	51 395 321	49 674 699	(6 402 659)	43 272 039
Incêndio e Outros Danos	66 500 174	(41 511 003)	24 989 171	61 756 025	(38 347 760)	23 408 266
Automóvel						
Responsabilidade Civil	86 469 645	(413 351)	86 056 294	82 382 233	(369 248)	82 012 985
Outras coberturas	62 918 025	(339 736)	62 578 289	54 563 525	(264 766)	54 298 760
Sub-total	149 387 670	(753 087)	148 634 583	136 945 758	(634 013)	136 311 745
Marítimo e Transportes	771 875	(23 446)	748 428	759 738	(37 849)	721 889
Mercadorias transportadas	837 851	(62 349)	775 502	918 760	(56 579)	862 181
Responsabilidade Civil Geral	3 602 292	(321 363)	3 280 929	3 330 085	(324 456)	3 005 629
Crédito e Caução	27 406	-	27 406	18 491	(24)	18 468
Proteção jurídica	8 379 492	(173 118)	8 206 376	7 272 940	(167 492)	7 105 448
Assistência	21 914 489	(13 431 822)	8 482 666	18 805 427	(12 322 755)	6 482 672
Total Não Vida	310 123 041	(63 582 659)	246 540 382	279 481 924	(58 293 588)	221 188 336
TOTAL	344 666 998	(64 241 188)	280 425 809	316 547 457	(58 940 555)	257 606 903

Os prémios de contratos de seguro encontram-se detalhados no Anexo 4 às Notas.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

25\ COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADAS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

De acordo com a IAS 18, o reconhecimento das comissões obedece ao princípio da especialização dos exercícios.

As comissões e outros proveitos similares são relativas às comissões de subscrição e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo.

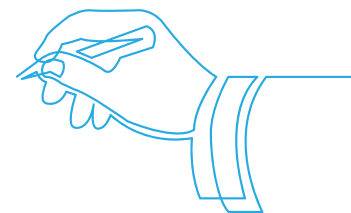
Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados deixaram de ser reconhecidos sob a forma de prémios passando apenas a ser registada a comissão de subscrição e de gestão dos mesmos como proveitos.

As políticas contabilísticas adotadas para o tratamento das comissões encontram-se descritas na nota 2.2.

As comissões recebidas são constituídas pelas comissões de subscrição, de gestão e de resgates dos diversos tipos de contratos.

De acordo com os requisitos do IFRS4 os contratos de seguros e operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento passaram a ser considerados como depósitos de um passivo financeiro sem registo de prémios, sendo apenas considerado como proveitos as comissões de subscrição, de gestão e de resgate de acordo com a análise que se segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Comissões de Subscrição	4 340	4 812
Comissões de Gestão	19 759	22 907
Comissões de Resgate	1 918	1 601
TOTAL COMISSÕES	26 017	29 319



26\ CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A informação referente aos reajustamentos de sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2016 encontra-se refletida no Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas. Adicionalmente, no Anexo 3 é apresentada a discriminação dos custos com sinistros. Todos os movimentos decorrem da gestão corrente dos sinistros, não sendo significativos face ao montante de provisões constituídas.

Apresenta-se, de seguida, a discriminação dos custos com sinistros, líquidos de resseguro, para 2017 e 2016:

Valores em euros

	2017	2016
Montantes Pagos	195 571 383	170 772 766
Custos imputados à função de sinistros	10 877 227	10 063 616
Varição da provisão de sinistros	17 805 557	12 065 080
Sub-total	224 254 167	192 901 461
Resseguro Cedido		
Montantes Pagos	(17 012 294)	(14 430 752)
Varição da provisão para sinistros	(2 446 635)	(3 541 337)
Sub-total	(19 458 929)	(17 972 089)
TOTAL	204 795 238	174 929 372

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas, rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), rácio de cedência e rácio de sinistralidade de resseguro cedido:

Rácios	2017	2016	Varição
Rácio de Sinistralidade SD + RA	65%	61%	4%
Rácio de Despesas	30%	30%	1%
Rácio de Combinado SD + RA	95%	90%	5%
Rácio Operacional	66%	141%	-75%
Rácio de Cedência	19%	18%	0%
Rácio de Sinistralidade RC	30%	30%	0%

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

\ RÁCIOS DE SINISTRALIDADE NÃO VIDA

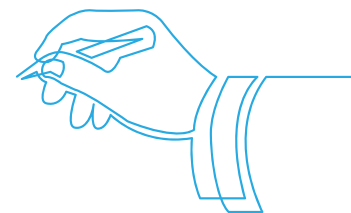
Rátios	2017					
	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rácio de Sinistralidade SD + RA	66%	65%	80%	48%	80%	8%
Rácio de Despesas	20%	31%	24%	44%	31%	20%
Rácio de Combinado SD + RA	86%	96%	104%	92%	111%	28%
Rácio Operacional	0%	-8%	25%	-52%	-375%	395%
Rácio de Cedência	2%	20%	12%	62%	0%	39%
Rácio de Sinistralidade RC	33%	30%	60%	36%	-1 %	0%

Rátios	2016					
	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rácio de Sinistralidade SD + RA	41%	63%	78%	44%	79%	9%
Rácio de Despesas	16%	31%	23%	47%	32%	10%
Rácio de Combinado SD + RA	57%	95%	102%	91%	111%	19%
Rácio Operacional	91%	46%	96%	-107%	-213%	270%
Rácio de Cedência	2%	21%	13%	62%	0%	39%
Rácio de Sinistralidade RC	17%	31%	59%	29%	440 %	2%

O rácio de sinistralidade do ramo automóvel apresenta-se 5 p.p. acima relativamente a 2016 quando comparamos com 2017 e do ramo Incêndio e Outros Danos apresenta-se 4 p.p. acima quando comparamos 2017 com 2016.

No que respeita ao rácio de despesas total, este mantém-se estável face ao do ano anterior.

O rácio operacional apresenta-se superior ao do ano anterior muito devido a um inferior desempenho nos ramos de Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos, mas um desempenho muito superior nos restantes ramos.



\\ RÁCIOS DE SINISTRALIDADE VIDA

Rátios		2017		2016	
		Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro	Contratos Investimento
Rácio Sinistralidade SD	Vencimentos	16,0%	-0,6%	12,1%	1,8%
	Resgates	35,2%	0,6%	24,3%	0,4%
	Sinistros	14,5%	0,0%	4,1%	0,1%
	TOTAL	65,7%	0,0%	40,5%	2,4%
Rácio Sinistralidade RC		33,0%	-	17,4%	-
Rácio Sinistralidade RC vs SD		4,3%	-	7,1%	-
Rácio Cedência		1,9%	-	1,7%	-

O rácio de custos com sinistros do Seguro Direto em 2017 sofreu um decréscimo de 16,7 p.p. que se deve essencialmente ao decréscimo do ritmo de sinistros face ao ano anterior.

O rácio de custos com sinistros de Resseguro Cedido versus Seguro Direto é de 4,3% em 2017 e de 7,1% em 2016, sendo o rácio de sinistralidade do Resseguro Cedido de 33% em 2017 e de 17,4% em 2016.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

27\ OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

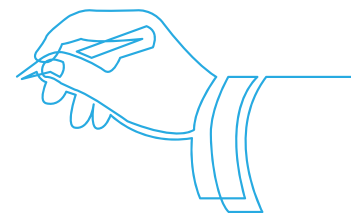
Esta rubrica é decomposta da seguinte forma, nos anos de 2017 e 2016:

	Valores em euros	
	2017	2016
Provisão de Desvios de Sinistralidade		
Incêndio e elementos da natureza	40 240	38 643
Riscos múltiplos	1 163 223	582 749
Incêndio outros	1 748	1 540
Perdas pecuniárias diversas	1 918	1 844
Sub-total	1 207 129	624 776
Provisão de Riscos em Curso		
Acidentes e Doença	(910 758)	(2 725 788)
Incêndio e Outros Danos	(1 424 180)	1 424 180
Automóvel	(2 366 724)	2 093 734
Marítimo e Transportes	(49 654)	48 486
Mercadorias Transportadas	-	-
Diversos	-	(47 342)
Sub-total	(4 751 316)	793 270
TOTAL	(3 544 187)	1 418 047

28\ CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados à função sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas. Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais encontram-se descritos na nota 2.2.21.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os gastos e perdas incorridos pela Companhia apresentavam a seguinte composição atendendo à sua função:



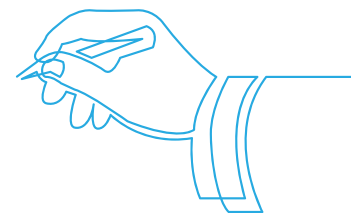
Valores em euros

2017	Aquisição	Administração	Sinistros	Investimentos	Total
Vida					
Custos com o pessoal	372 000	1 676 780	166 966	49 936	2 265 682
Fornecimento e serviços externos	330 860	2 581 434	144 686	8 067	3 065 047
Impostos e Taxas	19 763	4 734	233	60	24 790
Amortizações do exercício	45 650	283 778	24 343	2 953	356 724
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	639 456	639 456
Sub-Total	768 273	4 546 726	336 228	700 472	6 351 699
Não Vida					
Custos com o pessoal	12 096 253	5 717 043	5 815 946	61 449	23 690 691
Fornecimento e serviços externos	11 306 727	7 992 607	3 942 873	11 799	23 254 006
Impostos e Taxas	1 829 133	14 461	296 685	66	2 140 345
Amortizações do exercício	1 564 476	866 896	513 546	3 479	2 948 397
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	708 883	708 883
Sub-Total	26 796 589	14 591 007	10 569 050	785 676	52 742 322
Livres					
Custos com o pessoal	-	-	-	7 403	7 403
Fornecimento e serviços externos	-	-	-	1 679	1 679
Impostos e Taxas	-	-	-	7	7
Amortizações do exercício	-	-	-	398	398
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	74 706	74 706
Sub-Total	-	-	-	84 193	84 193
Total das Despesas Imputadas					
Custos com o pessoal	12 468 253	7 393 823	5 982 912	118 788	25 963 776
Fornecimento e serviços externos	11 637 587	10 574 041	4 087 559	21 545	26 320 732
Impostos e Taxas	1 848 896	19 195	296 918	133	2 165 142
Amortizações do exercício	1 610 126	1 150 674	537 889	6 830	3 305 519
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	1 423 045	1 423 045
TOTAL	27 564 862	19 137 733	10 905 278	1 570 341	59 178 214

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Valores em euros

2016	Aquisição	Administração	Sinistros	Investimentos	Total
Vida					
Custos com o pessoal	418 346	1 446 987	155 686	42 731	2 063 750
Fornecimento e serviços externos	368 748	2 281 139	118 440	5 799	2 774 126
Impostos e Taxas	21 604	1 270	311	61	23 245
Amortizações do exercício	45 503	244 946	18 985	3 063	312 498
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	105	105
Comissões	-	-	-	587 120	587 120
Sub-Total	854 201	3 974 341	293 422	638 880	5 760 844
Não Vida					
Custos com o pessoal	12 290 799	5 274 292	5 408 215	53 055	23 026 361
Fornecimento e serviços externos	11 948 465	7 183 067	3 653 381	7 104	22 792 017
Impostos e Taxas	1 691 447	3 968	269 630	75	1 965 120
Amortizações do exercício	1 425 905	734 344	454 489	3 449	2 618 187
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	652 340	652 340
Sub-Total	27 356 616	13 195 670	9 785 716	716 023	51 054 025
Livres					
Custos com o pessoal	-	-	-	6 402	6 402
Fornecimento e serviços externos	-	-	-	832	832
Impostos e Taxas	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	-	-	-	360	360
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	68 320	68 320
Sub-Total	-	-	-	75 914	75 914
Total das Despesas Imputadas					
Custos com o pessoal	12 709 145	6 721 278	5 563 901	102 188	25 096 512
Fornecimento e serviços externos	12 317 213	9 464 206	3 771 821	13 735	25 566 975
Impostos e Taxas	1 713 051	5 238	269 941	136	1 988 365
Amortizações do exercício	1 471 408	979 290	473 475	6 873	2 931 046
Provisões para riscos e encargos	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	105	105
Comissões	-	-	-	1 307 781	1 307 781
TOTAL	28 210 817	17 170 012	10 079 138	1 430 817	56 890 784



Os custos e gastos de exploração líquidos apresentam-se detalhados no quadro abaixo:

	Valores em euros	
	2017	2016
Custos de Aquisição		
Comissões por Intermediação de Produtos de Seguro Direto	45 514 096	40 811 915
Custos Imputados à Função de Aquisição	27 564 862	28 210 817
Outros	7 484 496	6 625 143
Sub-total	80 563 454	75 647 875
Custos de Aquisição Diferidos	1 481 293	(2 232 061)
Gastos Administrativos		
Custos Imputados à Função Administrativos	19 137 733	17 489 550
Remunerações de Mediação	2 852 877	2 635 714
Sub-total	21 990 610	20 125 263
Comissões e participação nos Resultados de Resseguro	(19 710 902)	(18 669 239)
TOTAL	84 324 455	74 871 838

A sociedade de revisores oficiais de contas e entidades relacionadas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

	Valores em euros	
	2017	2016
Revisão Legal das Contas	169 303	135 815
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	81 795	25 850
Consultoria Fiscal	27 675	15 000
TOTAL	278 773	176 665

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos e gastos incorridos pela Companhia apresentavam a seguinte composição atendendo à sua natureza:

	Valores em euros	
	2017	2016
Custos com pessoal	25 963 776	24 876 274
Fornecimentos e serviços externos	26 320 731	25 566 975
Impostos e taxas	2 165 143	1 988 365
Amortizações e depreciações		
Ativos fixos intangíveis	1 385 439	1 167 788
Terrenos e Edifícios	168 159	69 908
Ativos fixos tangíveis	1 751 921	1 693 350
Sub-total	3 305 519	2 931 046
Juros Suportados		
Juros de depósitos de resseguradores	-	105
Outros	-	-
Sub-total	-	105
Comissões de administração de valores	1 423 045	1 307 781
TOTAL	59 178 214	56 670 546

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

29\ GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores no período, ao serviço da Companhia por categorias profissionais (revisto em 2017 de acordo com o novo CCT), era o seguinte:

Categorias profissionais	2017	2016
Quadros superiores	11	12
Quadros médios	152	152
Prof. Altamente qualificados / / qualificados	379	357
Prof. Semi-qualificados	1	1
Dirigentes	4	4
TOTAL	547	526

O montante das despesas com o pessoal referente aos exercícios de 2017 e 2016 apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

Montante de Despesas com o Pessoal	2017	2016
Remunerações	20 455 522	18 812 310
Encargos sobre remunerações	3 167 599	4 479 070
Benefícios pós emprego		
Planos de contribuição definida	238 698	233 035
Planos de benefícios definidos	213 525	(142 640)
Sub-total	452 223	90 395
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	(1 526)	(7 324)
Seguros obrigatórios	499 300	571 628
Outros gastos com empregados	1 390 658	930 196
TOTAL	25 963 776	24 876 274

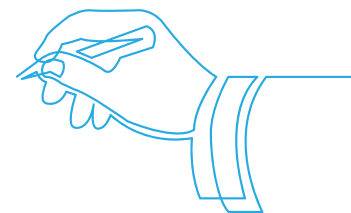
A justificação para o montante registado em Benefícios pós-emprego encontra-se descrita na nota 30.

As remunerações, pagas aos membros dos órgãos sociais de administração e supervisão, em 2017 e 2016, foram as seguintes:

Valores em euros

	2017	2016
Conselho de Administração		
Remunerações	404 829	385 718
Bónus	368 128	210 643
Sub-total	772 957	596 361
Conselho Fiscal		
Remunerações	17 840	14 802
	17 840	14 802
TOTAL	790 797	611 163

Estes valores encontram-se detalhados na nota 39.



30\ ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Os saldos apresentados no ativo respeitantes a obrigações com benefícios de empregados decompõem-se como seguem:

Valores em euros

	2017	2016
Fundos de pensões	9 807	2 276 734
Apólice individual	1 619 405	1 439 162
Outros	26 549	17 380
TOTAL	1 655 761	3 733 276

O saldo passivo é decomposto da seguinte maneira:

Valores em euros

	2017	2016
Apólice individual	1 619 405	1 439 162
TOTAL	1 619 405	1 439 162

30.1\ PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PLANO INDIVIDUAL DE REFORMA

Estão abrangidos por este plano de contribuição definida todos os trabalhadores da Liberty Seguros no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, que tenham aderido ao novo CCT.

De acordo com o referido na nota 2.2.13, nos termos do estabelecido no novo CCT, a companhia assumiu a responsabilidade do financiamento do custo anual

do plano individual de reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	Contribuição PIR (%)
2012	1
2013	2,25
2014	2,5
2015 e seguintes	3,25

De acordo com o novo CCT o valor capitalizado das contribuições para o PIR é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

Os valores integralmente financiados das responsabilidades pelos serviços passados, calculados a 31 de dezembro de 2011, relativos às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.^a, n.º 4, do anterior CCT, que ascendiam a 394 347 Euros, foram convertidos em contas individuais desses trabalhadores, tendo sido integrados como contribuições iniciais nos respetivos planos individuais de reforma. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

ou pré-reformados, nem aos trabalhadores no ativo, filiados no sindicato SINAPSA, que não aderiram ao novo CCT. O valor e a taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano são compostos da seguinte forma:

Valores em euros

	2017		2016	
	Valor	Taxa	Valor	Taxa
Fundos de pensões	2 384 817	1,28%	499 053	5,39%
Apólices individuais de seguros de vida	1 011 845	2,53%	764 630	2,50%
Total dos ativos	3 396 662		1 263 683	

O valor da contribuição paga, reconhecida como um gasto em 2017 foi de 238 562 Euros e de 240 469 Euros em 2016.

30.2\ PLANOS BENEFÍCIO DEFINIDO

O plano de benefício definido aplica-se:

I. Aos trabalhadores reformados até 31 de dezembro de 2011;

II. Aos trabalhadores em situação de pré-reforma cujos contratos de pré-reforma tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 2011, conforme definido no Capítulo X – “Disposições finais e transitórias”, cláusula 52.^a “Pré-reformados e reformados até 31.12.2011”, do Novo CCT. O Plano de Benefício Definido garante também o pagamento das pensões de pré-reforma celebradas após 1 de janeiro de 2012, conforme descrito na cláusula 50.^a “Pré-reformas” do Novo CCT;

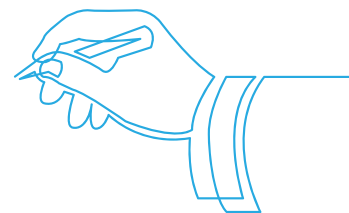
III. Aos participantes do Fundo que não aderiram ao Novo CCT. Para estes participantes o plano de pensões a financiar é o que estava previsto no Anterior CCT.

A determinação das responsabilidades com este plano é efetuada pelo departamento de atuariado vida, que determina as responsabilidades com pensões em pagamento e os serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

Valores em euros

Método Atuarial	2017	2016
	<i>Projected Unit Credit</i>	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	S.O.A. Trans Male	S.O.A. Trans Male
Taxa de Desconto	1,77% Participantes	1,87% Participantes
Taxa de Crescimento dos Salários	1,12% Beneficiários 3,0%	1,18% Beneficiários 3,0%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,6% e 0,5%	0,3% e 0,5%
Taxa de Crescimento das Pré-Reformas	0,6%	0,3%
Tabela de Saídas	-	-



\ Indicação dos benefícios assegurados

Reforma por Velhice (participantes do fundo que não aderiram ao Novo CCT)

A pensão de reforma a atribuir aos trabalhadores que sejam reformados por velhice, é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14/12 * R) - (0,022 * n * S/60)$$

Em que:

P = pensão mensal;

R = último salário efetivo mensal na data da reforma;

n = número de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social ou sistemas equiparados;

S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidiram contribuições para a segurança social.

No caso de o resultado do produto do fator 0,022 por n ser inferior a 0,3 ou superior a 0,8 serão estes os valores a considerar, respetivamente.

Reforma por Invalidez (participantes do fundo que não aderiram ao Novo CCT)

A pensão mensal a atribuir aos trabalhadores que sejam reformados por invalidez pela segurança social, é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,022 * t * 14/12 * R) - (0,022 * n * S/60)$$

Em que:

P = pensão mensal;

R = último salário efetivo mensal na data da reforma;

n = número de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social ou sistemas equiparados;

S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidiram contribuições para a segurança social;

t = tempo de serviço em anos na atividade seguradora (qualquer fração de um ano conta como um ano completo).

Se o resultado da operação $0,022 * t$, for inferior a 0,5 ou superior a 0,8, serão estes os valores a considerar, respetivamente.

No caso de o resultado de $(0,022 * n)$ seja inferior a 0,3 ou superior a 0,8 serão estes os valores a considerar, respetivamente.

\ Pré-Reforma

Os trabalhadores Participantes do fundo que não aderiram ao Novo CCT, quando atingirem 60 anos de idade e 35 de serviço na atividade seguradora, podem acordar com a entidade patronal a passagem à situação de pré-reforma.

O acordo será efetuado por escrito e determinará a data do seu início, bem como os direitos e obrigações de cada uma das partes, nomeadamente o valor da prestação anual de pré-reforma, modo da sua atualização, número de prestações mensais em que será paga e composição do salário para efeito de cálculo das futuras pensões de reforma ou invalidez.

O direito às prestações de pré-reforma cessa na data em que o pré-reformado preencher as condições legais mínimas para requerer a reforma à segurança social ou se reformar por invalidez.

Na data em que os trabalhadores pré-reformados atingirem a idade mínima legal para requererem à segurança social a reforma por velhice, ou passarem à situação de reformados por invalidez, a sua pensão de reforma será calculada a partir dessa data, por aplicação das fórmulas para a pensão de reforma por velhice ou invalidez consoante a situação à data da reforma.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

I. Direitos adquiridos

De acordo com a cláusula 55.^a do CCT a entidade responsável pelo pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez é a empresa ao serviço da qual o trabalhador se encontrava à data da reforma.

Havendo entidades patronais anteriores, abrangidas pelo CCT, estas são solidariamente responsáveis pelo pagamento das pensões de reforma.

II. Atualização das pensões de reforma e pré-reforma

Trabalhadores reformados abrangidos pelo C.C.T. publicado no boletim de Trabalho e Emprego n.º 23 – 1.^a série de 22-6-1995.

As pensões de reforma por velhice e invalidez são atualizadas anualmente pela aplicação de um fator igual ao índice oficial de preços no consumidor, sem inclusão da habitação, relativo ao ano anterior.

As prestações de pré-reforma são atualizadas conforme estiver estabelecido no acordo individual de pré-reforma de cada trabalhador ou, sendo este omissivo, nos termos da lei aplicável.

A pensão de reforma anual resultante da atualização prevista para as pensões de reforma por velhice e invalidez adicionada da pensão anual recebida da segurança social, não poderá ultrapassar o valor do ordenado mínimo líquido anual, que o trabalhador receberia se estivesse no ativo, com o prémio de antiguidade que tinha quando se reformou, não podendo ultrapassar 30% do ordenado base do nível X.

A pensão de reforma não poderá ser reduzida por efeito do disposto nos números anteriores, embora se possa manter inalterada sem qualquer atualização.

Constituem exceção, 3 reformados que têm garantido um aumento anual das respetivas pensões igual ao

índice de preços no consumidor sem o limite máximo acima referido.

III. Trabalhadores reformados entre Janeiro 1984 e Julho 1995.

Todos os trabalhadores reformados beneficiam de aumentos nas suas pensões complementares de reforma sempre que a tabela salarial seja alterada.

Os aumentos serão iguais ao que sofrer a tabela salarial na categoria em que o trabalhador foi reformado.

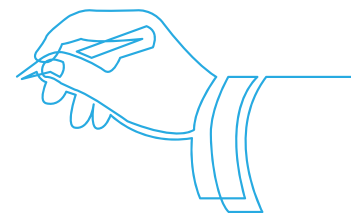
Para efeitos de atualização aplica-se a seguinte fórmula:

$$A * 14 / 12 * P$$

Em que “A” corresponde ao valor do aumento verificado no mínimo da banda salarial da categoria onde o reformado se integraria, caso estivesse ao serviço, de acordo com a tabela de correspondência entre categorias prevista no Anexo VI do Novo CCT. O valor do fator “A”, constante do Anexo VII, é válido apenas no ano nele expressamente referido, para aplicação da fórmula de atualização das pensões de reforma, mantendo-se o valor da pensão assim atualizada até haver nova revisão dos valores das bandas salariais.

Em caso algum poderá a pensão total anual ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual, que o trabalhador receberia, se encontrasse no ativo com a antiguidade que tinha no momento em que se reformou.

Os trabalhadores já reformados à data da entrada em vigor do CCT publicado no boletim de trabalho e emprego, 1.^a série, n.º s 1 e 10, de 8 de Janeiro de 1984 e 15 de março de 1984. As pensões de reforma serão atualizadas de acordo com a fórmula anterior, deduzidas do quantitativo que a segurança social vier a aumentar-lhes.



IV. Prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos

A duração das responsabilidades do plano é de 23,37 anos para pensionistas e 8,02 para a população de participantes, sendo a duração modificada de 22,94 e 7,93 respetivamente.

\ Valor e a taxa de rendibilidade efetiva dos ativos do plano

Estes valores são apresentados como se segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Valor dos Ativos do Plano Benefício Definido	6 768 132	8 995 145
Taxa de rendibilidade efetiva dos ativos do Plano Benefício Definido	0,54%	7,13%

\ Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades com o Plano de Benefício Definido encontram-se cobertas por um Fundo de Pensões. O Fundo poderá aceitar transferências de outros Fundos de Pensões desde que resultem de contribuições de entidades subscritoras do anterior.

	Valores em euros	
	2017	2016
Valor Atual da Responsabilidade por serviços passados	201 000	234 887
Valor Atual dos benefícios em pagamento	6 332 483	6 788 921
Responsabilidade passada com benefícios pós emprego	6 533 483	7 023 808
Variações face ao Cenário Base		
Responsabilidade passada com benefícios pós emprego	-213 804	242 634

\ A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego

Apresenta-se no quadro seguinte a responsabilidade com serviços passados, segregada entre o valor atual da responsabilidade por serviços passados e o valor atual dos benefícios já em pagamento.

	Valores em euros	
	2017	2016
Valor Atual da Responsabilidade por serviços passados	212 037	72 452
Valor atual dos benefícios em pagamento	6 546 287	6 645 959
Responsabilidade passada com benefícios pós emprego	6 758 324	6 718 411

Aproveitamos para inserir a análise de sensibilidade das responsabilidades passadas com benefícios pós-emprego.

	Valores em euros	
	2017	2016
Crescimento Pensões: D: -0,5 p.p.		
Taxa Técnica / / Rendimento: D: -0,5p.p.		
Valor Atual da Responsabilidade por serviços passados	201 000	234 887
Valor Atual dos benefícios em pagamento	6 332 483	6 788 921
Responsabilidade passada com benefícios pós emprego	6 533 483	7 023 808
Variações face ao Cenário Base		
Responsabilidade passada com benefícios pós emprego	-213 804	242 634

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Um decréscimo de 0,5 p.p. na taxa de crescimento das pensões reduz a responsabilidade por serviços passados em 213 804 Euros. A mesma redução nas taxas de desconto e juro técnico tem um impacto positivo de 242 634 Euros.

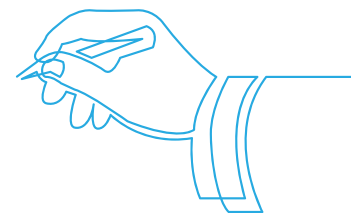
\ Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos

O quadro abaixo apresenta a reconciliação dos saldos de abertura com os valores de fecho:

	Valores em euros	
	2017	2016
Responsabilidades em 1 de janeiro	6 718 411	7 059 287
Custo do serviço corrente	2 361	1 688
Custo dos juros	80 494	130 016
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	2 481 760	197 438
Benefícios pagos pela Companhia	(669 106)	(670 019)
Transferências de Plano Contribuição Definida	(1 855 595)	-
Responsabilidades em 31 de dezembro	6 758 325	6 718 411

\ Cobertura das responsabilidades

A obrigação de benefícios definidos, a qual em 31 de dezembro de 2017 ascende a 6 758 325 Euros, encontra-se financiada por um Fundo de Pensões no valor de 6 768 132 Euros, o que representa um nível de financiamento de 100,15%. A Companhia não tem responsabilidades por financiar.



\ Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo

O quadro abaixo apresenta a reconciliação dos saldos de abertura com os valores de fecho:

	Valores em euros	
	2017	2016
Saldo do Plano Benefício Definido em 1 de janeiro	8 995 145	9 023 426
Retorno esperado dos ativos do plano	285 582	360 937
(Ganhos) e perdas atuariais	(243 445)	280 801
Contribuições do empregador	255 551	-
Benefícios pagos pela Companhia	(669 106)	(670 019)
Transferência do Plano Contribuição Definida	(1 855 595)	-
Saldo do Plano Benefício Definido em 31 de dezembro	6 768 132	8 995 145

\ Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e o justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, com os ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Valores em euros	
	2017	2016
Responsabilidades em 31 de dezembro	6 758 325	6 718 441
Saldo do Plano Benefício Definido em 31 de dezembro	6 768 132	8 995 145
(Excesso) / Insuficiência do Fundo	(9 807)	(2 276 734)
Outras quantias reconhecidas no balanço	(9 807)	(2 276 734)
(Ativo) / Passivo reconhecido em Balanço	(9 807)	(2 276 734)

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

\ Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente

Valores em euros

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Custo de serviços correntes	2 361		1 688	
Custo de Juros	80 494		130 016	
Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolso	(285 582)		(360 937)	
TOTAL	(202 727)		(229 233)	

\ Quantia cumulativa de ganhos e perdas atuariais

O valor acumulado de perdas atuariais à data de 31 de dezembro de 2017 em rubrica específica de capital próprio era de 1 948 593 Euros e à data de 31 de dezembro de 2016 era de (754 138) Euros.

\ Percentagem e quantia de cada categoria principal dos investimentos do plano e outros ativos, que constituem o justo valor do total dos ativos do plano

A carteira de ativos do Fundo Pensões é composta da seguinte forma (por classe de ativos):

Valores em euros

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Títulos de Rendimento Fixo	6 542 826	98,74%	8 966 904	99,65%
Outros	83 291	1,26%	31 307	0,35%
TOTAL	6 626 117		8 998 211	

\ Quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano relativas a instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado pela empresa de seguro

A Companhia não utiliza ativos do Fundo de Pensões. O Fundo não detém títulos emitidos por entidades da Companhia.

\ Base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos ativos

Tendo por base a política de investimentos decorrente do Fundo de Pensões foi determinada a taxa esperada global de retorno dos ativos tendo por base os ganhos expectáveis dos ativos contratados.

As taxas *yields* relativas aos juros dos títulos de rendimento fixo foram determinadas através do reembolso bruto das taxas *yields* à data de fecho do balanço.

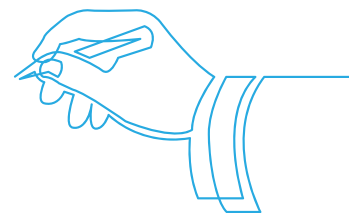
\ Retorno real dos ativos do plano e sobre direitos de reembolso reconhecidos como um ativo

O retorno real dos ativos do plano foi de 42 137 Euros em 2017 e de 641 738 Euros em 2016.

\ Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados pela Companhia

A informação apresentada foi retirada do relatório atuarial anual de avaliação do Fundo de Pensões..

- (i) Taxas de desconto pensionistas: 1,18%;
- (ii) Taxa de desconto para participantes e ex-participantes: 1,87%;
- (iii) Taxas esperadas do retorno dos ativos do plano: 4,0%;



- (iv) Taxas esperadas de crescimento das remunerações: 3,0%;
- (v) Taxas de tendência do crescimento dos custos médicos: não aplicável;
- (vi) Tábuas de mortalidade, de invalidez e de rotação de empregados e taxas de passagem à situação de pré-reforma/reforma antecipada.

Tábua de mortalidade: TV 88/90 - O Fundo não é suficiente para poder efetuar análises e extrair conclusões credíveis sobre a mortalidade real destas populações.

Tábua de Invalidez: S.O.A. Trans Male

Rotação de serviço: 0,0%

Decrementos utilizados no cálculo da probabilidade dos participantes se encontrarem no ativo à idade de reforma por velhice: Na tábua de mortalidade foram utilizados decrementos por invalidez.

Crescimento das pensões após a INR: 2,0%

Crescimento das pensões em pagamento: 0,6% / 0,5%

Pensões de pré-reformados: crescimento de 0,3%.

Pensões de reforma em pagamento (crescimento de 0,3% para beneficiários que tenham tido um aumento maior ou igual ao índice de preços em qualquer dos anos de 2005 a 2015; crescimento de 0,5% para restantes beneficiários).

Os métodos, pressupostos e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial mantiveram-se de 2016 para 2017 à exceção do seguinte:

\ Crescimento das Pensões

Na avaliação de 2016 considerou-se um crescimento igual à média das taxas de IPC nos últimos 4 anos para as pensões que têm tido aumento maior ou igual ao IPC e 0,5% para as restantes.

Na avaliação de 2017 considerou-se a média das taxas de IPC nos últimos 4 anos. A taxa resultante passou de 0,3% para 0,6%.

\ Taxa de Desconto

Para as avaliações de 2017 e 2016, as taxas de desconto foram definidas tendo por base a curva de rendimento iBoxx AA Corporate Bond do último dia do ano.

\ Elementos respeitantes aos planos de amortização regulamentarmente previstos

Em conformidade com o definido no artigo 5º da Norma 10/2016 de 15 de setembro, da ASF, “as empresas de seguros podem reconhecer em resultados transitados, com base num plano de amortização de prestações uniformes anuais pelo prazo máximo de cinco anos, o impacto da aplicação do novo regime contabilístico aplicável aos compromissos relativos a planos de pensões com os seus trabalhadores.” Esta disposição não foi utilizada pela Companhia porque todos os custos foram reconhecidos em 2015.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

\ Quantias do período anual corrente e dos quatro períodos anuais anteriores

Valores em euros

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	6 758 325	6 718 411	7 059 287	8 123 445	7 957 579
Justo valor dos ativos do plano Benefício Definido	6 768 132	8 995 145	9 023 426	9 604 865	8 580 297
Déficit / (excedente) do plano benefício Definido	(9 807)	(2 276 734)	(1 964 139)	(1 481 420)	(622 719)
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	2 481 760	197 438	(507 834)	579 110	(156 427)
Ajustamentos de experiência resultantes dos ativos do plano	243 445	(280 801)	294 043	(1 376 024)	(277 196)

\ Estimativa das contribuições para o próximo exercício

A contribuição prevista para 2018 é de 6 420 Euros.

30.3\ Planos de Rendas de Sobrevivência e Orfandade (Benefícios dos empregados a Longo Prazo)

Os custos são reconhecidos anualmente decorrentes do valor do seguro.

O grupo de pessoas abrangidas por este plano, são todos os colaboradores efetivos da Liberty Seguros, com menos de 65 anos.

Tem como benefício, efetuar um pagamento ao cônjuge sobrevivente, em caso de morte de um Colaborador, uma renda de sobrevivência a partir do dia 1 do mês seguinte ao falecimento.

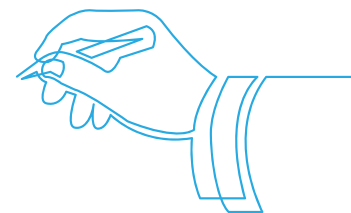
Esta renda é expressa nas percentagens a seguir indicadas sobre o rendimento anual seguro, de

acordo com a idade do colaborador e a data da sua morte:

Idade	%
Menos de 35	35%
De 36 a 55	25%
De 56 e 65	15%

A renda de sobrevivência será paga ao cônjuge sobrevivente até à morte deste. Se o cônjuge sobrevivente voltar a contrair matrimónio, a sua renda anual cessará.

Se o colaborador falecido deixar filhos, naturais ou plenamente adotados, será paga ao cônjuge sobrevivente enquanto aqueles forem menores, ou aos próprios filhos quando estes atingirem a maioridade, uma renda de orfandade a partir do dia 1 do mês seguinte ao falecimento desse colaborador.



Estas rendas são calculadas nas percentagens a seguir indicadas sobre o rendimento anual seguro, nos seguintes termos:

N.º de filhos	%
1 filho	7,5% ou 15% sendo órfão de pai e mãe
2 filhos	15% ou 30% sendo órfão de pai e mãe
3 ou mais filhos	22,5% ou 45% sendo órfão de pai e mãe

As rendas de órfãos terminam no fim do mês em que estes completem 20 anos de idade ou na data do seu falecimento. Os órfãos que prossigam os seus estudos com aproveitamento terão ainda direito a receber as suas rendas até à conclusão dos seus cursos, não podendo em qualquer caso ultrapassar os 25 anos de idade – data em que cessarão.

Entende-se por rendimento anual seguro o ordenado efetivo líquido anual recebido pelo respetivo colaborador nos doze meses anteriores à data do falecimento, com exclusão das horas extraordinárias, abonos para falhas, remunerações variáveis e subsídios de almoço.

Prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos: não aplicável.

\ Veículo de financiamento utilizado

Apólice de seguro de Vida na modalidade temporário anual renovável

\ Quantia dos ativos do plano e a taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

A apólice de seguro de vida tem data de renovação em 1 de janeiro de cada ano, pelo que não existem ativos em 31 de dezembro.

\ Quantia reconhecida como um gasto

O valor do prémio pago em 2017 é de 252 295 Euros e em 2016 foi de 249 745 Euros.

30.4\ Complemento de reforma adicional

O complemento de reforma adicional garante o pagamento de uma pensão de reforma aos 65 anos cujo valor se estabelece por negociação em contrato de trabalho individual.

Contempla uma opção de remissão da pensão em capital à data da reforma e confere direitos adquiridos em função dos anos de serviço passados.

O prazo esperado de liquidação dos compromissos é de 3 anos.

Este complemento foi criado no ano de 2008.

Os principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados pela Companhia são:

Método atuarial	2017	2016
Tábua de mortalidade	GRM 95	GRM 95
Taxa de desconto	0,072%	0,139%
Taxas esperadas do retorno dos ativos do plano	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	NA	NA
Taxas de tendência do crescimento dos custos médicos	NA	NA

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Os custos deste são reconhecidos quando o respetivo benefício é auferido. Os ganhos e perdas atuariais de cada ano são reconhecidos em rubrica específica do capital próprio.

\ Veículo de financiamento utilizado

A cobertura da responsabilidade foi efetuada com base numa apólice de Seguro de Vida constituída na própria Companhia e, como tal, não elegível para efeitos da IAS 19.

\ Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

	Valores em euros	
	2017	2016
Valor dos ativos do plano	1 619 405	1 439 162
Taxa de rentabilidade efetiva	4,75%	4,65%

\ Responsabilidade passada com benefícios pós-emprego

	Valores em euros	
	2017	2016
Valor dos ativos do plano benefício definido	1 619 405	1 439 162
Valor atual dos benefícios em pagamento	0,00%	0,00%

\ Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos

Valores em euros

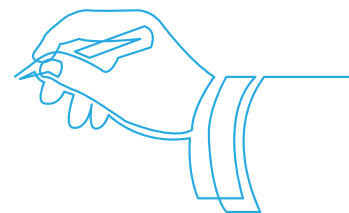
	2017	2016
Responsabilidades em 1 de janeiro	1 439 162	1 388 061
Custo do serviço corrente	168 089	51 101
Custo dos juros	12 154	-
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-	-
Responsabilidades em 31 de dezembro	1 619 405	1 439 162

\ Cobertura das responsabilidades

A obrigação de benefícios definidos, a qual em 31 de dezembro de 2017 ascende a 1 619 405 Euros, encontra-se financiada a 100%. A Companhia não tem planos por financiar.

\ Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo

	Valores em euros	
	2017	2016
Saldo do Fundo em 1 de janeiro	1 439 162	1 388 061
Retorno esperado dos ativos do plano	115 672	-
Ganhos e Perdas atuarias	20 268	-
Contribuição do empregador	44 302	51 101
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	1 619 405	1 439 162



\ Retorno real dos ativos do plano e direitos de reembolso reconhecidos como um ativo

O retorno real dos ativos do plano foi de 641 738 Euros.

\ Quantias do período anual corrente e dos três primeiros anuais anteriores

Valores em euros

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1 619 405	1 503 733	1 388 061	1 272 390	1 108 905
Justo valor dos ativos do plano Benefício Definido	1 619 405	1 503 733	1 388 061	1 272 390	1 108 905
Défice / (excedente) do plano benefício Definido	-	-	-	-	-
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	-	-	-	-	-
Ajustamentos de experiência resultantes dos ativos do plano	-	-	-	-	-

\ Estimativa das contribuições para o próximo exercício

Estima-se que não será necessário efetuar um reforço do prêmio.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

31\ RENDIMENTOS/RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

As políticas adotadas no reconhecimento dos rendimentos encontram-se descritas na nota 2.2.6.1 e 2.2.6.2.

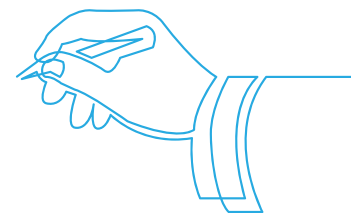
Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de rendimentos líquidos de gastos financeiros (sem custos imputados), apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017			2016		
	Dividendos	Juros	Total	Dividendos	Juros	Total
Ramo Vida						
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	114 770	114 770	-	169 914	169 914
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	10 171 755	10 171 755	-	10 610 501	10 610 501
Passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(161 872)	(161 872)	-	-	-
Ramo Não Vida						
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edeifícios e rendimento	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8 714 367	8 714 367	-	10 209 892	10 209 892
Empréstimos e Contas a Receber	-	3 816	3 816	-	6 599	6 599
Não Afetos						
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	-	30	30	-	52	52
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	750 545	750 545	-	677 651	677 651
Empréstimos e Contas a Receber	-	-	-	-	-	-
	-	19 593 411	19 593 411	-	21 674 610	21 674 610

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Encontram-se também registados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.



32\ GANHOS EM INVESTIMENTOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017			2016		
	Valias Realizadas Positivas	Valias Realizadas Negativas	Líquido	Valias Realizadas Positivas	Valias Realizadas Negativas	Líquido
Ramo Vida						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 124 878	(309 673)	815 205	32 361	(158 345)	(125 984)
Ramo Não Vida						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 251 484	(89 944)	1 161 540	1 001 436	(59 501)	941 935
Não Afetos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 354	(19 131)	14 223	-	(451 517)	(451 517)
	2 409 715	(418 748)	1 990 968	1 033 797	(669 362)	364 435

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

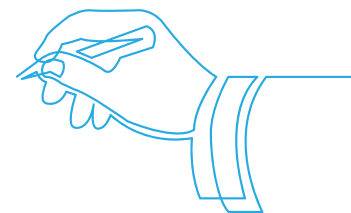
33\ GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017			2016		
	Ganhos por aumentos no justo valor	Perdas por reduções no justo valor	Líquido	Ganhos por aumentos no justo valor	Perdas por reduções no justo valor	Líquido
Ramo Vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	136 046	(113 526)	22 520	88 380	120 685	(32 304)
Passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(63 839)	(63 839)	182 034	-	182 034
Sub-total	136 046	(177 365)	(41 319)	270 415	120 685	149 730
Ramo Não Vida	-	-	-	-	-	-
Não Afetos						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	489 171	(179 474)	309 697	488 881	171 302	317 579
Sub-total	489 171	(179 474)	309 697	488 881	171 302	317 579
TOTAL	625 217	(356 839)	268 378	759 296	291 987	467 309

Esta variação inclui os movimentos no justo valor dos passivos financeiros.



34\ DIFERENÇA DE CÂMBIO

Nesta rubrica, estão considerados os ativos da Companhia que têm saldos expressos em moeda estrangeira. No decorrer do ano de 2017 a companhia vendeu todas as obrigações denominadas em USD que detinha, sendo que o valor atual diz respeito apenas aos Fundos de Capital de Risco.

A participação nos Fundos de Capital de Risco aumentou em 2017 para 4 138 869 Euros que representa o total da carteira investido em moeda estrangeira.

Todos os movimentos inerentes aos ativos expressos em moeda estrangeira originaram uma diferença de câmbio no valor de (1 234 606) Euros em 2017 e de 875 468 Euros em 2016.

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem, no entanto as conversões para Euros do valor dos títulos em moeda estrangeira são efetuadas com a taxa de câmbio em vigor na data de fecho.

35\ OUTROS RENDIMENTOS / /GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017	2016
Relativos ao Ramo Vida		
Comissão gestão co-seguro	-	-
Gestão fundo de Pensões	9 008	8 991
Outros	-	-
Sub-total	9 008	8 991
Relativos ao Ramo Não Vida		
Outros	495 863	294 299
Sub-total	495 863	294 299
TOTAL	504 871	303 289

36\ OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de outras provisões (variação), apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017	2016
Ajustamentos crédito cobrança duvidosa		
Mediadores	33 428	(88 063)
Coseguro	-	-
Outras entidades	(129 611)	(36 235)
	(96 183)	(124 298)
Outros débitos letigiosos	(37 500)	-
	(133 683)	(124 298)

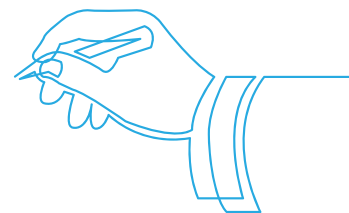
\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

37\ OUTROS RENDIMENTOS/ /GASTOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de outros rendimentos e gastos, apresentam a seguinte composição:

Valores em euros

	2017	2016
Rendimentos		
Não Correntes		
Restituição de impostos	-	-
Outros	3 885 586	745 177
Sub-total	3 885 586	745 177
Ganhos Financeiros		
Juros obtidos	15 857	-
Diferenças de câmbio favoráveis	80 571	428 272
Sub-total	96 428	428 272
Outros	2 275	162 562
Ganhos Ativos Tangíveis	457 170	903 223
Sub-total	4 441 459	2 239 235
Gastos		
Não Correntes		
Donativos	(83 672)	(99 437)
Mecenato	-	(1 955)
Multas	(5 121)	(2 738)
Quotizações	(6 038)	(4 363)
Outros gastos	(1 457 755)	(547 640)
Sub-total	(1 552 586)	(656 133)
Perdas Financeiras		
Juros suportados	(26 236)	(40 243)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(195 190)	(180 574)
Serviços bancários	(268 021)	(220 030)
Sub-total	(489 447)	(440 847)
Perdas Ativos Tangíveis	(12 842)	(11 213)
	(2 054 875)	(1 108 193)
	2 386 584	1 131 042



Nesta rubrica estão contempladas as diferenças de câmbio originadas pelas faturas de fornecedores e resseguradores que não estejam expressas em EUROS, nomeadamente a respeitante à Liberty Mutual.

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

38 \ REPORTE POR SEGMENTOS

De acordo com a IFRS 8-Segmentos Operacionais uma entidade deve divulgar informações que permitam aos utentes, das suas demonstrações financeiras, avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio em que está envolvida e os ambientes económicos onde opera.

Um Segmento Operacional é uma componente de uma entidade sobre os quais informações financeiras segregadas estão disponíveis para avaliação regular por parte dos gestores ao decidir como afetar recursos e medir desempenho.

Para uma melhor gestão, a Companhia está organizada em unidades de negócio com base nos seus produtos e serviços e opera nos seguintes segmentos operacionais:

\ 1. SEGMENTO VIDA

Compreende produtos de poupança e outros contratos de longo termo, incluindo ambos os produtos com ou sem risco ou participação nos resultados.

A Companhia detém uma ampla gama de produtos de vida, incluindo rendas, *universal life*, risco, capitais diferidos, mistos, contratos de investimento com ou sem garantia.

As receitas deste segmento advêm, principalmente, do prémio de seguro, taxas de gestão e comissões e dos rendimentos sobre os investimentos.

Este segmento de Vida e Pensões está estruturado da seguinte forma:

- (i) Produtos de risco;
- (ii) Produtos de capitalização;
- (iii) Produtos de poupança.

\ 2. SEGMENTO NÃO VIDA

Compreende tanto os produtos gerais; saúde para empresas ou para os indivíduos; automóvel; doméstico; comercial e de interrupção de negócios. São produtos que oferecem ao segurado a proteção dos seus bens e a transferência de responsabilidade dos danos e indemnizações cuja responsabilidade lhe pertence, por exemplo, o de acidentes de trabalho.

Os contratos de saúde não-vida servem para fornecer cobertura médica aos segurados.

As receitas deste segmento advêm, principalmente, de prémios de seguros e dos rendimentos sobre os investimentos.

Este segmento de Não Vida está estruturado da seguinte forma:

- a. Acidentes e Doença
- b. Incêndio e Outros Danos
- c. Automóvel
- d. Diversos

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Um Segmento Geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos, que são diferentes de outros segmentos, que operam em outros ambientes económicos.

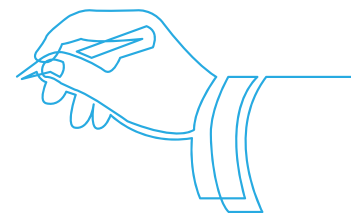
Todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um Segmento Geográfico.

Um Segmento de Negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

A empresa utiliza as provisões técnicas como critério de repartição das rubricas, do balanço e da demonstração de resultados, que não estão afetadas especificamente a uma área de negócio.

Valores em euros

Dezembro 2017	Segmentos operacionais							
	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros	Não Afetos	Total
Resultado								
Prémios brutos emitidos	34 543 957	312 355 333	59 023 575	66 474 503	150 913 308	35 943 947		- 346 899 290
Prémio de Resseguro Cedido	(658 529)	(63 600 723)	(7 306 005)	(41 522 453)	(753 087)	(14 019 178)		- (64 259 252)
Varição PPNA	-	(2 214 228)	(322 249)	37 120	(1 525 638)	(403 461)		- (2 214 228)
Outros Proveitos	310 920	19 933 408	763 825	18 646 345	482 976	40 262	4 441 459	24 685 787
Total Ganhos	34 196 348	266 473 790	52 159 146	43 635 516	149 117 558	21 561 570	4 441 459	305 111 597
Custos com sinistros líquidos de resseguro	22 982 481	181 812 758	42 670 038	17 352 360	119 115 214	2 675 146		- 204 795 238
Custos de exploração líquidos de resseguro	6 995 669	97 039 688	14 293 211	28 940 994	46 648 152	7 157 331		- 104 035 356
Outros Custos	12 085 081	(3 141 648)	(909 793)	(218 806)	(2 365 311)	352 263	1 921 192	10 864 625
Total Custos	42 063 231	275 710 797	56 053 456	46 074 547	163 398 055	10 184 739	1 921 192	319 695 221
Contratos de Investimento	254 004	-	-	-	-	-	-	254 004
Resultado Operacional	(7 612 879)	(9 237 007)	(3 894 310)	(2 439 031)	(14 280 496)	11 376 831	2 520 266	(14 329 620)
Resultado de Investimentos	9 799 695	9 007 072	4 621 059	897 204	3 224 838	263 971	814 404	19 621 171
Resultado Antes de Imposto	2 186 816	(229 936)	726 749	(1 541 827)	(11 055 659)	11 640 801	3 334 670	5 291 551
Imposto	-	-	-	-	-	-	(2 347 093)	(2 347 093)
Sub-total	2 186 816	(229 936)	726 749	(1 541 827)	(11 055 659)	11 640 801	987 576	2 944 457



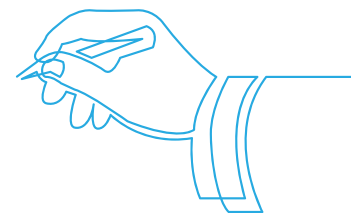
Valores em euros

Dezembro 2017 (cont.)	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros	Não Afetos	Total
Ativos								
Instrumentos financeiros	326 440 335	320 951 409	203 780 757	(165 467 249)	86 420 006	8 699 186	55 306 454	702 698 198
Terrenos e edifícios	5 604 089	5 748 665	2 156 624	676 020	2 649 334	266 686	-	11 352 754
Outros ativos tangíveis	2 163 495	2 219 310	832 579	260 982	1 022 793	102 956	-	4 382 805
Outros ativos intangíveis	9 987 253	10 244 908	3 843 400	1 204 761	4 721 476	475 272	-	20 232 161
Provisões técnicas de resseguro cedido	161 461	15 728 451	1 487 279	10 166 747	3 595 209	479 216	-	15 889 912
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	817 337	838 424	314 536	98 595	386 396	38 895	-	1 655 761
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	10 867 946	11 148 321	4 182 317	1 310 999	5 137 823	517 182	-	22 016 267
Ativos por impostos	7 379 905	7 570 295	2 840 013	890 237	3 488 852	351 194	-	14 950 200
Outros elementos do ativo	2 288 545	2 347 585	880 702	276 067	1 081 910	108 907	-	4 636 130
Sub-total	365 710 366	376 797 368	220 318 208	(150 582 841)	108 503 799	11 039 494	55 306 454	797 814 188
Passivos								
Provisões técnicas	281 351 537	288 609 967	108 272 665	33 939 394	133 008 995	13 388 913	-	569 961 504
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	10 603 696	-	-	-	-	-	-	10 603 696
Outros passivos financeiros	277 155	284 306	106 658	33 433	131 025	13 189	-	561 461
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	799 391	820 014	307 630	96 430	377 912	38 041	-	1 619 405
Outros credores por operações de seguros e outras operações	10 088 303	10 348 565	3 882 287	1 216 950	4 769 247	480 081	-	20 436 868
Passivos por impostos	14 298 673	14 667 556	5 502 566	1 724 847	6 759 700	680 443	-	28 966 229
Outros passivos	4 672 657	4 793 205	1 798 181	563 662	2 209 000	222 362	-	9 465 862
Sub-total	322 091 412	319 523 613	119 869 988	37 574 717	147 255 879	14 823 029	-	641 615 025
TOTAL SEGMENTOS	43 618 953	57 273 757	100 448 220	(188 157 557)	(38 752 081)	(3 783 535)	55 306 454	156 199 163
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos								153 254 707

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Valores em euros

Dezembro 2016	Segmentos operacionais							Total
	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros	Não Afetos	
Resultado								
Prêmios brutos emitidos	37 065 534	284 786 741	50 327 787	62 510 921	138 601 524	33 346 509	-	321 852 275
Prêmio de Resseguro Cedido	(646 967)	(58 438 634)	(6 403 126)	(38 471 625)	(634 013)	(12 929 870)	-	(59 085 601)
Varição PPNA	-	(5 159 771)	(652 622)	(631 031)	(1 655 765)	(2 220 353)	-	(5 159 771)
Outros Proveitos	248 773	18 753 076	650 983	17 756 026	294 342	51 725	2 239 235	21 241 084
Total Ganhos	36 667 339	239 941 412	43 923 022	41 164 291	136 606 087	18 248 011	2 239 235	278 847 986
Custos com sinistros liquidados de resseguro	15 626 255	159 303 117	35 043 731	16 072 832	105 678 109	2 508 446	-	174 929 372
Custos de exploração liquidados de resseguro	6 016 672	87 524 405	11 644 272	29 253 401	43 441 548	3 185 185	-	93 541 077
Outros Custos	21 049 657	1 418 047	(2 725 788)	2 047 112	2 093 734	2 988	983 895	23 451 599
Total Custos	42 692 584	248 245 569	43 962 214	47 373 346	151 213 391	5 696 618	983 895	291 922 048
Contratos de Investimento	33 620	-	-	-	-	-	-	33 620
Resultado Operacional	(5 991 625)	(8 304 157)	(39 192)	(6 209 054)	(14 607 304)	12 551 393	1 255 340	(13 040 442)
Resultado de Investimentos	10 632 676	10 559 844	4 737 840	971 991	4 210 517	639 496	902 024	22 094 544
Resultado Antes de Imposto	4 641 051	2 255 687	4 698 648	(5 237 063)	(10 396 787)	13 190 889	2 157 365	9 054 102
Imposto	-	-	-	-	-	-	(4 164 140)	(4 164 140)
Sub-total	4 641 051	2 255 687	4 698 648	(5 237 063)	(10 396 787)	13 190 889	(2 006 775)	4 889 962



Valores em euros

Dezembro 2016 (cont.)	Vida	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros	Não Afetos	Total
Ativos								
Instrumentos financeiros	312 591 783	309 596 826	195 530 772	(158 753 877)	84 377 283	8 190 407	37 299 256	659 487 865
Terrenos e edifícios	4 398 928	4 496 374	1 651 008	536 275	2 104 783	204 309	-	8 895 302
Outros ativos tangíveis	1 948 190	1 991 347	731 196	237 504	932 163	90 484	-	3 939 537
Outros ativos intangíveis	8 242 310	8 424 895	3 093 508	1 004 822	3 943 750	382 815	-	16 667 204
Provisões técnicas de resseguro cedido	134 157	13 291 056	1 403 514	7 692 952	3 603 495	591 094	-	13 425 212
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 846 189	1 887 087	692 913	225 069	883 358	85 747	-	3 733 276
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	8 562 700	8 752 383	3 213 757	1 043 881	4 097 049	397 696	-	17 315 083
Ativos por impostos	357 601	365 523	134 215	43 595	171 104	16 609	-	723 124
Outros elementos do ativo	13 490 315	13 789 156	5 063 192	1 644 608	6 454 796	626 560	-	27 279 471
Sub-total	351 572 173	362 594 645	211 514 073	(146 325 169)	106 567 780	10 585 720	37 299 256	751 466 074
Passivos								
Provisões técnicas	265 757 961	271 645 089	99 744 405	32 398 626	127 158 889	12 343 169	-	537 403 050
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	11 183 305	-	-	-	-	-	-	11 183 305
Outros passivos financeiros	66 344	67 813	24 900	8 088	31 744	3 081	-	134 157
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	711 698	727 464	267 115	86 763	340 531	33 055	-	1 439 163
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 901 821	7 054 712	2 590 395	841 403	3 302 358	320 556	-	13 956 533
Passivos por impostos	8 997 557	9 196 873	3 376 967	1 096 895	4 305 118	417 893	-	18 194 430
Outros passivos	5 680 981	5 806 827	2 132 189	692 570	2 718 215	263 854	-	11 487 808
Sub-total	299 299 667	294 498 779	108 135 971	35 124 345	137 856 854	13 381 609	-	593 798 446
TOTAL SEGMENTOS	52 272 505	68 095 867	103 378 102	(181 449 514)	(31 289 074)	(2 795 888)	37 299 256	157 667 628
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos								152 777 666

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

39\ ENTIDADES RELACIONADAS

\ PARTES RELACIONADAS

As contas da Companhia são consolidadas na Liberty Insurance Group, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A., em Espanha. Em 31 de dezembro de 2017 esta sociedade é detentora direta de 100% da Liberty Seguros. A Empresa mãe de topo é a Liberty Mutual Holding Company Inc sediada em Boston, Estado de Massachusetts, Estados Unidos da América.

A Liberty Seguros possui uma participação na RNA (Rede Nacional de Assistência S.A.).

Os relacionamentos existentes com as empresas mães, filiais e participadas são os seguintes:

Companhia	Relacionamento
<i>Liberty Mutual Insurance Company</i>	Resseguro Cedido
<i>Liberty Mutual Group Asset Management INC</i>	Gestão Investimentos
<i>Liberty Mutual Insurance Europe Limited</i>	Resseguro Cedido
<i>Liberty-Lloyds Syndicate 4472</i>	Resseguro Cedido
<i>Liberty International Europe IT</i>	Licenças de IT
<i>RNA Seguros de Assistência S.A.</i>	Resseguro Cedido e Participação

Apresenta-se no quadro abaixo um resumo das operações do exercício de 2017 e 2016, com estas entidades relacionadas (incluindo as Provisões Técnicas de Resseguro Cedido):

Valores em euros

Partes relacionadas	2017				2016			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
<i>Liberty Mutual Insurance Company</i>	11 284 083	705 859	18 403 577	13 243 487	9 262 211	1 012 060	17 304 603	14 471 548
<i>Liberty Mutual Group Asset Management INC</i>	-	96 657	1 229 296	-	-	83 083	1 120 881	-
<i>Liberty Mutual Insurance Europe Limited</i>	92 706	-	133 919	40 262	92 420	-	147 577	51 725
<i>Liberty-Lloyds Syndicate 4472</i>	-	-	-	-	-	-	9 000	-
<i>Liberty International Europe IT</i>	130 631	-	3 810 330	-	-	174 377	3 909 634	349 414
<i>RNA Seguros de Assistência S.A.</i>	1 003 224	1 052 593	13 680 777	347 649	685 575	1 054 815	12 483 129	325 575

\ REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

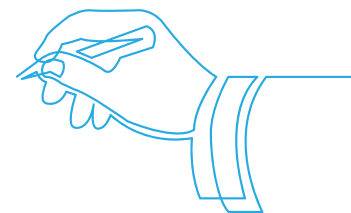
A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 16 do relatório de gestão.

Dando cumprimentos à Lei 28/2009, de 19 de junho, as remunerações pagas de uma forma agregada e individual aos membros dos órgãos sociais de administração e supervisão, em 2017, foram as seguintes:

I. Conselho de Administração

a) De uma forma agregada: 772 957€

b) De uma forma individual:



Valores em euros

Membros do Conselho de Administração	Remunerações
Dr. José António da Graça Duarte de Sousa Presidente do Conselho de Administração / CEO	
Vencimentos	201 917
Bónus de curto prazo	98 693
Bónus de longo prazo	134 022
Dra. Marta Sobreira Reis Alarcão Troni Vogal / CFO	
Vencimentos	69 443
Bónus de curto prazo	26 616
Bónus de longo prazo	20 352
Dr. Rogério Paulo Carretero Bicho Vogal / CSO	
Vencimentos	74 212
Bónus de curto prazo	25 779
Bónus de longo prazo	21 607
Dra. Ana Paula Caniço Neto Moradias Vogal / CUO	
Vencimentos	59 258
Bónus de curto prazo	25 295
Bónus de longo prazo	15 763
Sr. Juan Pablo Barahona Flores Vogal sem remuneração	

O bónus de curto prazo respeita às compensações atribuídas pela performance alcançada no ano, considerando objetivos qualitativos e quantitativos.

O bónus de longo prazo é atribuído em exclusivo aos presidentes das Companhias do grupo Liberty Mutual e aos seus *Direct Reports*, respeita às compensações atribuídas pela performance alcançada no triénio anterior, em termos mundiais e locais. O seu pagamento está dependente da manutenção em cada um dos anos de objetivos de resultados.

II. Conselho Fiscal

a) De uma forma agregada: 17 840€

b) De uma forma individual:

Valores em euros

Membros do Conselho Fiscal	Remunerações
Dr. José Milheiro Oliveira Barbosa Presidente	6 580
Dra. Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão Membro	5 661
Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos Membro	5 599
Dr. Arlindo Dias Duarte Silva Membro (Suplente)	-

\\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \\

40 \\ DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados na nota 2 deste Anexo.

Listagem das participações e instrumentos financeiros, que não sejam contratos de investimento de acordo com a distinção que se encontra na IFRS 4 por remissão para a IAS 39, de acordo com o modelo apresentado no Anexo 1.

Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos por:

- (i) Títulos de dívida e instrumentos de capital classificados como “Disponíveis para venda”;
- (ii) Títulos de dívida, instrumentos de capital e unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário, classificados “ao justo valor por ganhos e perdas”;
- (iii) Depósitos de curto prazo em instituições bancárias, empréstimos sobre apólices e cauções, classificados como “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

\\ JUSTO VALOR

Os métodos e pressupostos aplicados para determinação do justo valor são os seguintes:

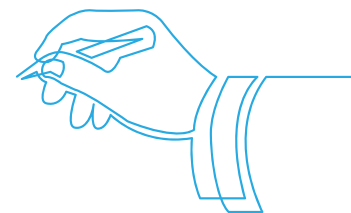
\\ Ativos Financeiros

Na nota 2.2.6 encontram-se descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos Instrumentos Financeiros detidos pela Companhia.

Os parágrafos seguintes refletem os procedimentos adotados para determinação do justo valor dos títulos em carteira.

A Companhia determina o justo valor dos títulos com base em preços de cotação, obtido na Bloomberg, quando disponíveis. Na ausência de cotação ou face a evidência de inexistência de mercado ativo, o justo valor é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Deste modo, os ativos financeiros da Companhia distribuem-se da seguinte forma:



Valores em euros

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total Justo Valor
Instrumentos Financeiros				
Ativos disponíveis para venda				
Instrumentos de Dívida	693 669 482	-	-	693 669 482
Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	-	-	34 154	34 154
Empréstimos sobre apólices	-	-	-	-
Sub-total	693 669 482	-	34 154	693 703 636
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Instrumentos de Dívida	3 247 387	-	-	3 247 387
Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	605 081	-	4 138 869	4 743 951
Empréstimos sobre apólices	-	-	-	-
Sub-total	3 852 468	-	4 138 869	7 991 338
TOTAL	697 521 950	-	4 173 023	701 694 973
<hr/>				
2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total Justo Valor
Instrumentos Financeiros				
Ativos disponíveis para venda				
Instrumentos de Dívida	650 917 104	-	-	650 917 104
Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	-	-	27 159	27 159
Empréstimos sobre apólices	-	-	-	-
Sub-total	650 917 104	-	27 159	650 944 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Instrumentos de Dívida	3 766 265	-	-	3 766 265
Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	624 692	-	3 467 072	4 091 764
Empréstimos sobre apólices	-	-	-	-
Sub-total	4 390 957	-	3 467 072	7 858 029
TOTAL	655 308 061	-	3 494 230	658 802 292

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

No exercício em análise não se procedeu à transferência de instrumentos financeiros entre níveis,

sendo que os ativos classificados em nível 3 são detalhados no quadro seguinte:

Valores em euros

	2017	2016
Saldo inicial	3 494 230	2 625 873
Aquisições	1 245 760	1 084 875
Alienações	(400 270)	(647 368)
Revalorizações	316 692	
Resultados	-	4 659
Capital Próprio	-	317 579
	-	322 238
Diferenças de Câmbio	(483 389)	108 613
SALDO FINAL	4 173 023	3 494 230

Os ativos financeiros que se encontram classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas englobam os fundos de capital de risco emitidos pelas seguintes empresas: Stepstone Group LLC, Adams Street Partners LLC, Marlin Equity Partners LLC e KPS Capital Partners LP.

de empresas comparáveis, a informação fornecida pela entidade emitente e uma análise às demonstrações financeiras da empresa ou emissor. Devido à subjetividade existente neste tipo de avaliações, consideramos que a estimativa do justo valor aqui considerada possa diferir de outras avaliações.

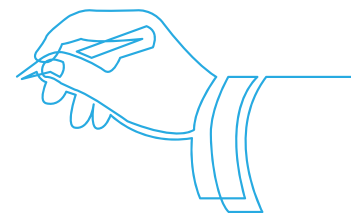
O justo valor destes instrumentos financeiros é determinado por uma análise conjunta entre a administração e gestores de fundos de capital de risco independentes que incidem em variáveis como o tipo de investimento, a dimensão da empresa, o custo inicial do ativo, a existência de quaisquer restrições contratuais embutidas no ativo, o preço, as previsões de lucros futuros, a extensão da negociação pública de ativos similares

A Companhia realizou também um teste de imparidade aos ativos, não tendo sido necessário reconhecer qualquer perda por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

Valores em euros

	2017			2016		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 906 114	3 906 114	-	21 729 696	21 729 696	-
Ativos disponíveis para venda	693 703 636	693 703 636	-	650 944 261	650 944 261	-
Empréstimos e contas a receber	194 090	194 090	-	5 229 919	5 229 919	-
Outros devedores	1 738 950	1 738 950	-	2 668 898	2 668 898	-



O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui maioritariamente depósitos a prazo cujo justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

\\ PASSIVOS FINANCEIROS

Para além dos *Unit-linked* a Companhia não possui outros passivos financeiros valorizados ao justo valor.

Os pressupostos utilizados para a valorização encontram-se descritos na nota 2.2.6.

\\ Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia à data de relato estão expostos a um conjunto de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

\\ RISCO DE MERCADO

O risco de mercado reflete, entre outros, movimentos que possam ter impacto no justo valor dos ativos da Companhia devido a flutuações da taxa de juro e da taxa de câmbio. O risco de concentração por sectores de atividade e por país inclui-se também neste ponto.

O quadro seguinte mostra a distribuição dos nossos ativos financeiros.

Valores em euros

2017	Outros	Unit-Linked	Total
Instrumentos Financeiros			
Ativos disponíveis para venda	693 703 636	-	693 703 636
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4 138 869	3 852 468	7 991 338
TOTAL	697 842 505	3 852 468	701 694 974

2016	Outros	Unit-Linked	Total
Instrumentos Financeiros			
Ativos disponíveis para venda	650 944 263	-	650 944 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3 467 072	4 390 957	7 858 029
TOTAL	654 411 335	4 390 957	658 802 292

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

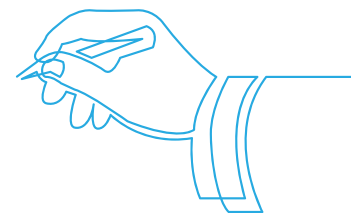
Os títulos de rendimento fixo representam 99,41% e 99,37%, respectivamente para os anos de 2017 e 2016.

Em termos de concentração por sector de indústria, a Companhia apresentava a seguinte estrutura:

Valores em euros

2017	Outros	Unit-Linked	Total	%
Setor de Indústria				
Governo	246 335 304	975 099	247 310 402	35%
Financeiro	162 290 108	721 851	163 011 959	23%
Industrial	37 371 815	507 245	37 879 060	5%
Energia	17 627 446	844 926	18 472 372	3%
Utilidades	94 882 258	-	94 882 258	14%
Tecnologia e comunicações	64 484 396	-	64 484 396	9%
Materiais básicos	6 511 430	-	6 511 430	1%
Consumo cíclico	25 093 279	-	25 093 279	4%
Consumo não cíclico	37 464 226	198 267	37 662 493	5%
Diversos	5 782 243	605 081	6 387 324	1%
TOTAL	697 842 506	3 852 468	701 694 974	100%

2016	Outros	Unit-Linked	Total	%
Setor de Indústria				
Governo	218 955 515	1 249 527	220 205 042	33%
Financeiro	155 329 726	739 644	156 069 370	24%
Industrial	28 305 884	271 321	28 577 205	4%
Energia	16 356 305	445 283	16 801 589	3%
Utilidades	98 016 789	313 820	98 330 609	15%
Tecnologia e comunicações	66 678 990	461 221	67 140 210	10%
Materiais básicos	13 004 866	-	13 004 866	2%
Consumo cíclico	29 543 783	96 960	29 640 743	4%
Consumo não cíclico	21 762 147	188 490	21 950 637	3%
Diversos	6 457 329	624 692	7 082 021	1%
TOTAL	654 411 335	4 390 957	658 802 292	100%



E por fim, a concentração por país emitente da carteira de investimentos da Liberty Seguros apresentava a seguinte distribuição:

Valores em euros

2016	Outros	Unit-Linked	Total	%
País				
Alemanha	25 900 141	-	25 900 141	4%
Espanha	56 850 978	414 966	57 265 944	8%
França	88 368 861	507 245	88 876 106	13%
Grã-Bretanha	63 493 138	205 166	63 698 304	9%
Itália	50 883 109	-	50 883 109	7%
Holanda	87 645 910	831 877	88 477 787	13%
Portugal	88 656 482	975 099	89 631 581	13%
Estados Unidos	109 866 340	-	109 866 340	16%
Bélgica	11 279 226	-	11 279 226	2%
Canadá	1 150 885	211 316	1 362 201	0%
México	14 274 358	-	14 274 358	2%
Luxemburgo	23 572 165	605 081	24 177 247	3%
Outros	75 900 912	101 718	76 002 630	11%
TOTAL	697 842 506	3 852 468	701 694 974	100%

2016	Outros	Unit-Linked	Total	%
País				
Alemanha	60 322 104	-	60 322 104	9%
Espanha	82 420 776	974 077	83 394 854	13%
França	78 448 086	214 883	78 662 969	12%
Grã-Bretanha	52 891 358	478 840	53 370 198	8%
Itália	64 470 319	-	64 470 319	10%
Holanda	13 129 053	99 569	13 228 621	2%
Portugal	58 291 207	1 249 527	59 540 734	9%
Estados Unidos	116 670 316	280 360	116 950 677	18%
Bélgica	12 781 060	-	12 781 060	2%
Canadá	3 044 633	96 960	3 141 593	0%
México	16 560 740	269 782	16 830 522	3%
Luxemburgo	482 195	624 692	1 106 886	0%
Outros	94 899 487	102 267	95 001 755	14%
TOTAL	654 411 335	4 390 957	658 802 292	100%

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

\ RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado ao risco de um participante de um instrumento financeiro não cumprir a sua obrigação provocando deste modo uma perda financeira.

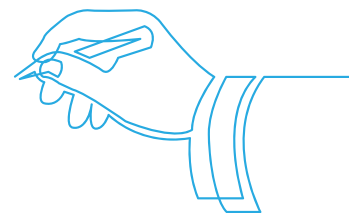
A evolução da estrutura de crédito da Companhia está traduzida no quadro seguinte:

Valores em euros

	2017		2016	
	Ativos Disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos Disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
AAA	46 538 487	-	59 430 162	-
AA	75 345 335	-	77 064 411	-
A	163 172 021	-	142 602 261	-
BBB	395 558 290	-	284 588 441	-
BB	12 218 287	-	74 484 924	-
B	837 063	-	11 490 475	-
CCC	-	-	1 256 430	-
CC	-	-	-	-
C	-	-	-	-
Sem Rating	34 154	4 138 869	27 159	3 467 072
Unit - Linked	-	3 852 468	-	4 390 957
TOTAL	693 703 636	7 991 338	650 944 263	7 858 029

Durante o exercício de 2017, as obrigações *High Yield* adquiridas em 2014 foram vendidas, explicando o desaparecimento dos Ratings mais baixos. As obrigações do Governo Português sofreram também um aumento de *Rating*, que justifica a variação entre *Rating* BB e BBB entre os exercícios de 2016 e 2017.

A Liberty Seguros à data de 31 de dezembro de 2017, considerando apenas a qualidade de crédito de ativos financeiros disponíveis para venda, que não estejam vencidos nem em imparidade, apresenta a seguinte estrutura por risco de crédito:



- I. 6,63% da carteira é constituída por ativos com a maior qualidade de crédito (AAA);
- II. Os ativos com cotação igual ou superior a A - representam 40,62% da carteira;
- III. Os ativos em carteira com cotação de BB ou inferior representam 3,00%.
- IV. Só existe um título em carteira com o *rating* B. Na rubrica sem *rating* encontram-se os fundos de capital de risco no montante de 4 138 869 Euros, emitidos em USD.

O valor de mercado a 31 de dezembro de 2017 bem como o respetivo peso sobre o total da carteira de investimentos da Companhia para os títulos de dívida pública de Portugal, Espanha e Itália apresenta-se como segue:

O risco de crédito da Companhia é adequadamente controlado através da política de gestão de investi-

Valores em euros

	2017		2016	
	Total de investimentos	%	Total de investimentos	%
Portugal	87 988 208	12,54%	40 437 155	6,14%
Espanha	23 933 263	3,41%	25 642 752	3,89%
Itália	28 403 404	4,05%	33 202 233	5,04%
TOTAL	140 324 875	20,00%	99 282 140	15,07%

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

\ RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

O quadro seguinte apresenta para o final dos últimos dois exercícios, a segmentação dos nossos ativos financeiros pela sua maturidade:

Valores em euros

	2017		2016	
	Ativos Disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos Disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
< 1 ano	45 780 763	516 776	53 961 068	1 540 039
1 a 3 anos	151 007 791	701 578	114 983 860	1 304 054
3 a 5 anos	163 179 888	444 390	161 184 436	730 108
5 a 15 anos	262 420 439	1 584 642	248 485 363	192 065
> 15 anos	71 280 602	-	72 302 377	-
Sem Maturidade	34 154	4 743 951	27 159	4 091 764
TOTAL	693 703 636	7 991 338	650 944 263	7 858 029

Comparando ambos os exercícios verifica-se a implementação de uma política de gestão da liquidez prudente onde se optou, dadas as condições de mercado, por diminuir os montantes investidos a longo prazo dando preferência a investimentos de curto prazo.

Em comparação com o quadro da nota 40.2 (na secção risco de liquidez) o quadro acima inclui os investimentos não afetos.

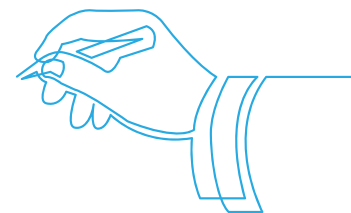
\ Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de risco

No âmbito de controlo e gestão interna da carteira de investimentos detida pela Liberty Seguros, desenvolveu-se um estudo periódico que pretende

analisar e acompanhar os diversos riscos que afetam a nossa carteira.

Deste modo, a análise efetuada tem uma maior incidência sobre questões de risco de mercado, nomeadamente, variações à taxa de juro medida pela Duração Modificada, concentração por setor de indústria e por entidade emitente. No âmbito do risco de crédito são também acompanhadas as variações das notações de crédito dadas pelas entidades responsáveis e respetiva concentração.

Por fim, é também realizada uma análise de risco de liquidez que pressupõe o estudo do *mismatching* entre ativos e passivos de forma a garantir que este está devidamente controlado.



Na nota 41.2 podemos encontrar a política interna e os respetivos procedimentos de gestão de risco.

\ Análise de sensibilidade por tipo de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado o risco de que o justo valor ou fluxo de caixa futuro de um investimento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado, que no caso dos Instrumentos Financeiros detidos pela Companhia à data de relato de 31 de dezembro de 2017 estão sujeitos às variações das taxas de juro e ao risco cambial.

A gestão destes riscos está essencialmente integrada no âmbito da política de gestão de investimentos em vigor, que pretende maximizar o retorno da carteira de investimentos cumprindo as restrições emanadas pela entidade supervisora. Pretende-se também otimizar a relação risco/rentabilidade de modo a obter um crescimento no longo prazo dos rendimentos e lucros.

Um acréscimo de 0,5% na taxa de juro resulta numa variação negativa de 2,34% no valor da Carteira da Companhia, por outro lado, uma redução de 0,5% na taxa de juro tem como consequência uma valorização de 2,44% da Carteira:

Valores em euros

	Valor Base	+0,5% taxa de juro	-0,5% taxa de juro
Obrigações	680 561 987	664 659 500	697 176 323
variação Valor	-	15 902 488	16 614 336
Variação %	0,00%	-2,34%	2,44%

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

41\ NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

\ OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E OS MÉTODOS USADOS PARA GERIR ESSES RISCOS

O risco inerente a cada contrato de seguro é a possibilidade do evento seguro ocorrer e a incerteza subjacente ao montante da indenização a pagar (risco de seguro). Desta forma, o principal risco que uma seguradora enfrenta corresponde à insuficiência dos passivos constituídos para fazer face às indenizações. Fatores de risco:

\ Frequência e severidade dos sinistros

A frequência e severidade dos sinistros reais face aos sinistros estimados pode ser um fator comprometedor da estabilidade de uma seguradora. Os eventos seguros são aleatórios e o seu nível altera de ano para ano face aos níveis estimados (utilizando técnicas estatísticas). Formas de mitigar este risco:

a\ Política de “Subscrição” Segmento Não Vida

A Liberty Seguros tem políticas de subscrição para todos os produtos. Essas políticas enumeram, para além dos riscos excluídos, riscos de aceitação condicionada, de aceitação normal e riscos alvos, as condições de aceitação dos melhores riscos e os limites de aceitação de riscos não alvo, bem como o nível geral de descontos comerciais. Mensalmente é feito o acompanhamento dos negócios vendidos, por segmento de risco e por responsável

comercial. Esse acompanhamento permite analisar os segmentos vendidos e o nível de desconto. Trimestralmente são efetuados perfis de carteira para os principais ramos (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Habitação, Comércio, Indústria, Acidentes Pessoais e Condomínio) onde constam prémios adquiridos, exposições ao risco, prémios médios, número esperado de sinistros, frequência, custo médio dos sinistros, taxa de sinistralidade, entre outros.

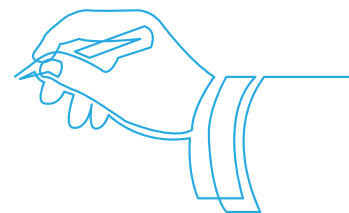
b\ Política de “Subscrição” Segmento Vida

No âmbito dos seguros vida risco, e para as garantias de subscrição mais frequente (morte e invalidez) existem grelhas de formalidades médicas para seguros com credor hipotecário e seguros que não têm credor hipotecário. No primeiro caso, a subscrição é um pouco mais flexível já que o risco de anti-seleção é menor.

Estas grelhas, que são alvo de discussão e revisão periódica em sintonia com os nossos resseguradores, estão estruturadas em duas dimensões (escalão etário e escalão de capital seguro) e são mais exigentes consoante se avança na idade e no capital.

c\ Coberturas Complementares

Para algumas coberturas complementares mais específicas onde a nossa carteira é reduzida e/ou onde a nossa experiência ainda não é tão significativa (exemplos: Diagnóstico de Doenças Graves, Enfarte Agudo do Miocárdio), existem ainda grelhas de formalidades médicas adicionais específicas exigíveis quando a sua subscrição é pretendida.



d\ Tarifação segmento Não Vida

As tarifas da Liberty Seguros são seletivas, no sentido em que têm bons preços para os segmentos de menor risco e preços normalmente acima do mercado para os piores riscos. As tarifas são aprovadas em conjunto pelo Diretor Técnico, pelo Diretor Comercial e pelo Diretor de Atuariado.

e\ Tarifação segmento Vida

No âmbito da cobertura morte, têm-se utilizado tábuas de mortalidade consideradas adequadas pelos serviços de atuariado. No âmbito das coberturas complementares, quando não existem estatísticas internas ou nacionais, é habitual recorrer-se aos serviços dos resseguradores e à sua experiência e estatísticas sobre a matéria. Existe alguma flexibilidade do ponto de vista comercial, com ajustamento aos nível do comissionamento (e encargos de subscrição), em função da opção do agente e/ou canal de distribuição, o que pode ter alguma influência no preço dos respetivos contratos.

f\ Incentivos comerciais segmento Não Vida e Vida

Os incentivos comerciais estão fortemente ligados à rentabilidade da carteira do agente, fator que contribui para a constituição de carteiras saudáveis.

g\ Tratados de resseguro Não Vida

Para multiriscos a Companhia tem um tratado de resseguro proporcional “*surplus*” e um tratado de excedente de sinistros para catástrofes (CAT XL) sobre a retenção. A capacidade máxima do tratado por risco (*surplus*) são 9 milhões Euros para habitação, 15 milhões Euros para riscos comerciais e industriais e

30 milhões Euros para condomínio; a proteção em caso de catástrofe são 113 milhões Euros.

Para os outros ramos a Companhia tem tratados não proporcionais de excedente de sinistros (XL).

h\ Tratados de resseguro Vida

O tipo de tratado de resseguro utilizado pela Companhia para o negócio de Vida é o proporcional. Este tratado tem dois plenos de retenção para garantias distintas. São elas:

- I. Garantia principal da apólice, nomeadamente morte e invalidez, com um pleno de retenção de 100 000 Euros por pessoa segura;
- II. Garantias complementares da apólice com um pleno de retenção mais prudente de 12 500 Euros.

Existe ainda um tratado não-proporcional (XL) para prevenir riscos catastróficos, que tem uma prioridade de 300 000 Euros e um limite anual de 4 000 000 Euros, sendo 2 000 000 Euros o limite por evento.

i\ Gestão de sinistros segmento Não Vida

A gestão de sinistros é centralizada, com equipas especializadas em cada ramo e em prevenção e deteção de fraude. A revisão dos processos obedece a normas específicas de forma que cada processo não fica mais de 45 dias sem ser revisto.

j\ Gestão de sinistros segmento Vida

A gestão dos sinistros vida risco é assegurada por colaboradores especializados e experientes na matéria. Para além disso, no âmbito da gestão do processo, o mesmo é sempre analisado e aprovado por superior hierárquico com competência para a

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

respetiva decisão. A própria emissão das respetivas ordens de pagamento está sempre sujeita à dupla validação/“assinatura informática”, nomeadamente, de quem cria/gere o processo e de quem autoriza a sua liquidação.

Existe ainda um controle de qualidade trimestral (por amostragem), que verifica a adequação da liquidação dos processos, nas suas várias vertentes, nomeadamente, garantias subscritas, capital seguro, parecer clínico, sinistro coberto, prazo de liquidação.

\ Gestão de Capital – Solvência II

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

\ Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros e assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

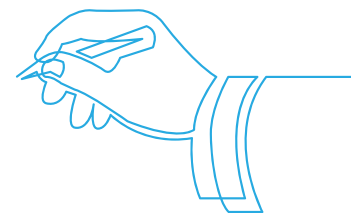
O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabele-

ce o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

\ Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação



das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e função atuarial). Um dos principais requisitos deste pilar é a realização da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a empresa deve efetuar uma avaliação prospectiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse. No âmbito do regime de solvência II é elaborado e remetido um relatório do ORSA para o supervisor, pelo menos, anualmente.

\ Pilar III (reporte prudencial e divulgações públicas)

O pilar III estabelece os novos requisitos de divulgação de informação pública e de envio ao supervisor. Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF de forma extraordinária a informação de abertura de Solvência II (1-1-2016) e, subsequentemente efetuou e passa a realizar reportes trimestrais e um específico anual durante o exercício. Adicionalmente, passa a ser publicado de forma anualizada, no segundo trimestre de 2017, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira” da empresa de seguros, o qual será certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável da empresa de seguros.

Durante o atual contexto regulamentar, com o desfazamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” (a reportar e certificar no 2º trimestre de 2017), importa referir que a Liberty Seguros evidencia o cumprimento do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo considerando os dados preliminares reportados à

ASF relativos ao reporte específico anual de 2016, tendo em consideração a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas nos termos da aprovação concedida por aquela autoridade.

\ Fontes de incerteza na criação de provisões

A criação de Provisões para Sinistros é um processo que envolve alguma incerteza. A Liberty Seguros calcula mensalmente, através de métodos estatísticos, os montantes de provisão para sinistros ocorridos mas ainda não participados, a provisão para excesso/insuficiência das reservas casuísticas, a provisão para gastos futuros de gestão de sinistros e a provisão para fazer face às responsabilidades futuras com o FAT. Trimestralmente são feitas avaliações atuariais completas e devidamente segmentadas por ramo e por tipo de sinistro dentro de cada ramo. Desta forma, as provisões contabilizadas vão acompanhando a evolução da carteira e a evolução dos sinistros. A realização mensal destas análises permite identificar rapidamente situações anormais. Segundo o relatório do atuário responsável a Liberty Seguros tem provisões adequadas e robustas.

No ramo vida a criação da provisão para sinistros é calculada por apólice e corresponde ao valor do capital a pagar em caso de sinistro, vencimento ou resgate, pelo que não existe incerteza associada a esta provisão.

A provisão para sinistros vida ocorridos mas ainda não participados é um processo que, à semelhança dos ramos Não Vida, envolve alguma incerteza. A Liberty Seguros calcula anualmente esta provisão através de métodos estatísticos e acompanha mensalmente a sua adequação.

Os pressupostos utilizados pela Companhia encontram-se descritos na nota 2.2.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

m\ Alteração de pressupostos no cálculo de provisões

No âmbito do seguro de Acidentes de Trabalho a Liberty ajustou em julho de 2013 os seguintes pressupostos:

- I. Tabela de mortalidade para cálculo de provisões matemáticas de pensionistas não remíveis com incapacidade e de provisões para indemnizações de assistência vitalícia passou a utilizar 155% das tabelas em vigor (GRM/F 95), a que corresponde uma mortalidade implícita de 130% face à experiência dos últimos 20 anos;
- II. Taxa de desconto: Passou de 3% para 3.5% no cálculo de pensões sem remição obrigatória e de provisões para indemnizações de assistência vitalícia.

Adicionalmente procedeu aos ajustamentos de pressupostos, que são normais nas técnicas atuariais, sempre com o objetivo de melhorar a estimativa para cada segmento, e que não têm afetado os montantes globais de provisionamento, pelo que estes se têm mantido estáveis.

n\ Impactos decorrentes de alterações regulamentares

A principal alteração regulamentar que o mercado português enfrenta é a nova tabela de indemnizações em danos corporais automóvel. A Companhia assim como o restante mercado se-

gurador, ainda não conseguiu estimar completamente o seu impacto.

41.1\ Análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos

41.1.1\ ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

A Companhia procedeu a análises de sensibilidade para o Ramo Vida e Não Vida.

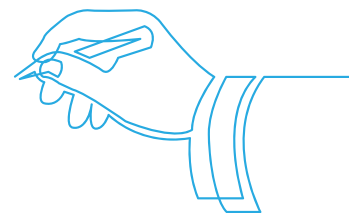
\ Análise de Sensibilidade do Ramo Vida

O quadro seguinte apresenta a análise de sensibilidade de efetuada ao valor atual dos lucros futuros de Vida.

Representa o impacto de diversos fatores de risco (mortalidade, despesas, resgates totais, anulações e taxas de juro) sobre o cenário base.

Valores em milhões de euros

Pressupostos	2017	2016
Aumento da Taxa de Rendimento da Carteira Vida (+0,5 p.p.)	9,1	8,5
Redução da Taxa de Rendimento da Carteira Vida (-0,5 p.p.)	(9,3)	(8,9)
Crescimento de 10% em despesas (sem comissões)	(2,1)	(1,9)
Crescimento de 10% na taxa de mortalidade	(1,1)	(1,5)
Crescimento de 10% em resgates totais e anulações	(0,9)	(1,6)
Decréscimo de 10% em resgates totais e anulações	1,3	2,1



O cenário base foi calculado para um conjunto de produtos que detêm 97% das provisões matemáticas vida em 2017.

Neste cenário as hipóteses de cálculo para a mortalidade, taxas de resgate, anulações e crescimento de despesas foram as seguintes:

I. Mortalidade	40% da tabela GKM 80
II. Taxas de resgate e anulação	Experiência de cada produto
III. Crescimento de despesas	1,6%

- II. Variação nas taxas de inflação médica;
- III. Variação nas taxas de desconto das provisões matemáticas e provisões para assistência vitalícia do Ramo de Acidentes de Trabalho.

\ Análise de Sensibilidade do Ramo Não Vida

Para os ramos Não Vida, os riscos que podem fazer com que os custos reais dos sinistros sejam diferentes das melhores estimativas atuariais são:

- I. Variações no custo dos sinistros, decorrentes de alterações de legislação ou de qualquer outro motivo;

Valores em euros

Pressupostos	Automóvel		Acidentes de Trabalho		Outros Ramos	
	Impacto em Provisões Sinistros Balanço	Impacto em Sinistros de 2017	Impacto em Provisões Sinistros Balanço	Impacto em Sinistros de 2017	Impacto em Provisões Sinistros Balanço	Impacto em Sinistros de 2017
Custo médio +10%	8 790 384	4 835 649	9 261 265	2 058 335	1 908 225	1 035 900
Custo médio -10%	(8 790 384)	(4 835 649)	(9 261 265)	(2 058 335)	(1 908 225)	(1 035 900)
Inflação Médica +lpp	-	-	3 719 300	289 390	-	-
Inflação Médica -lpp	-	-	(2 872 014)	(196 461)	-	-
Taxa de Desconto +lpp	-	-	(8 516 501)	(598 112)	-	-
Taxa de Desconto -lpp	-	-	10 813 054	800 515	-	-

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

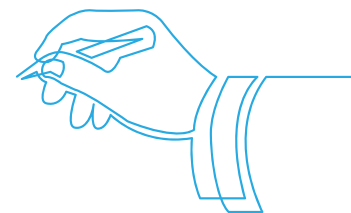
41.1.2\ CONCENTRAÇÕES DE RISCO

\ Concentração do risco no Ramo Não Vida

A Liberty Seguros apresenta em 2017 e 2016 a seguinte concentração de provisões para sinistros por Ramo:

Valores em euros

	2017		2016	
	Provisão para sinistros	%	Provisão para sinistros	%
Ramo Não Vida				
Acidentes e Doença				
Acidentes de Trabalho	101 662 199	47,9%	92 612 645	47,3%
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1 673 973	0,8%	1 611 552	0,8%
Doença	157 875	0,1%	101 739	0,1%
Sub-total	103 494 047	48,8%	94 325 937	48,2%
Incêndio e Outros Danos	12 480 580	6,9%	10 697 156	5,5%
Automóvel				
Responsabilidade Civil	79 354 531	38,7%	77 529 714	39,6%
Outras coberturas	14 107 539	4,2%	10 195 136	5,2%
Sub-total	93 462 070	42,9%	87 724 850	44,8%
Marítimo e Transportes	1 261 733	0,6%	873 167	0,4%
Mercadorias transportadas	510 997	0,2%	1 031 625	0,5%
Responsabilidade Civil Geral	1 049 755	0,5%	809 832	0,4%
Crédito e Caução	3 191	0,0%	14 240	0,0%
Proteção jurídica	14 678	0,0%	18 037	0,0%
Assistência	192 021	0,1%	178 731	0,1%
TOTAL	212 469 072	100,0%	195 673 576	100,0%



Conforme apresentado pela tabela, 91% (2016: 92%) das provisões para sinistros encontram-se concentradas nos ramos automóvel e acidentes de trabalho.

O quadro abaixo apresenta a relação em termos de frequência, custo médio e prêmio de risco (Frequência x Custo Médio) dos sinistros ocorridos em 2017 face aos sinistros ocorridos e estimados em 2016 para os principais ramos:

2017	Frequência (dez2017/dez2016)	Custo Médio (dez2017/dez2016)	Frequência x Custo Médio
Automóvel			
Responsabilidade Civil Material	0,9602	1,0006	0,9608
Responsabilidade Civil Corporal	0,9513	0,7975	0,7587
Danos Próprios	0,9787	1,0241	1,0023
Acidentes de Trabalho			
Despesas Médicas	0,9667	1,0177	0,9838
Incapacidades Temporárias	0,9645	1,0454	1,0083
Incapacidades Permanentes Parciais < 30%	1,0080	1,0198	1,0280
Incapacidades Permanentes Parciais > = 30%	1,0377	1,0198	1,0582
Incapacidades Permanentes Absolutas para o Trabalho Habitual	1,0377	1,0198	1,0582
Morte	0,8684	1,0198	0,8856
Assistências Vitalícias	1,0080	1,0000	1,0080

No ramo automóvel houve um aumento da frequência de sinistros e custo médio.

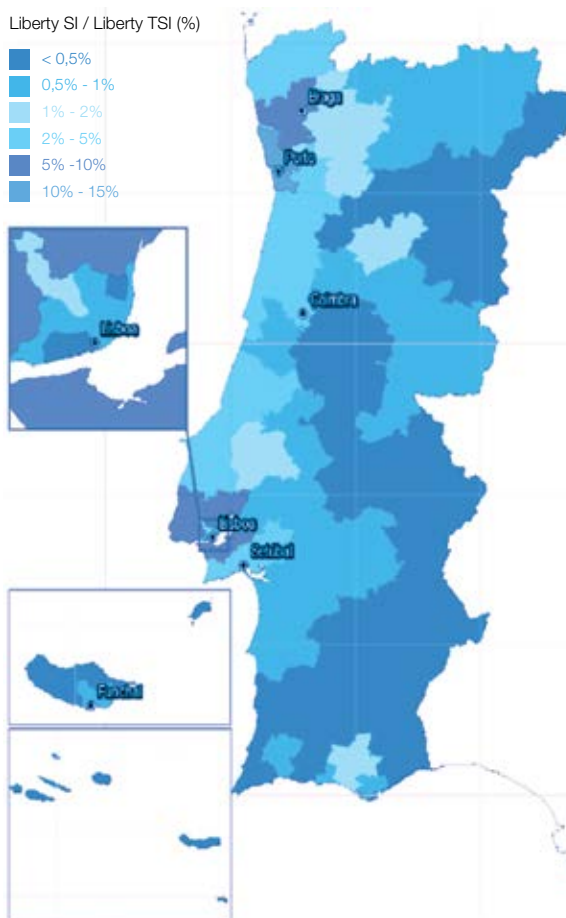
\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

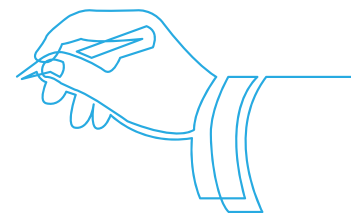
No ramo de acidentes de trabalho é relevante o aumento do custo médio das despesas médicas e incapacidade temporária, verifica-se, por outro lado, uma redução na frequência das mesmas.

Os restantes ramos não são materiais para análise. O programa de resseguro da Liberty Seguros é analisado anualmente por corretores de resseguro e é colocado na Liberty Mutual e no mercado.

Apesar de não apresentar um peso significativo nas provisões da Companhia, o ramo incêndio e outros danos, tem uma cobertura opcional, que envolve um dos maiores riscos que o mercado segurador português enfrenta, nomeadamente os tremores de terra. A exposição ao risco de tremores de terra é normalmente analisada em termos da sua dispersão pelo país (tanto em número de riscos, como em capitais seguros), já que o risco de ocorrência de um evento desta natureza tem maior probabilidade em certas zonas, como Lisboa e Algarve.

O seguinte mapa mostra a exposição da Liberty Seguros a fenómenos sísmicos tendo por base os capitais seguros líquidos do resseguro proporcional (*surplus + facultativo*).





\ Concentração do Risco no Ramo Vida

No que respeita ao ramo Vida, a concentração dos riscos da Companhia encontra-se refletida, por modalidade, como a seguir se apresenta:

Valores em euros

Modalidade	2017	2016
Individual		
Rendas	2 114 727	1 983 813
Vida Inteira	31 053	34 773
Capitais Diferidos	37 842 505	32 695 572
Mistos	1 621 239	1 739 978
Temporários	1 131 713	1 096 668
Universal Life	108 255 182	108 331 733
PPR, PPR/E	98 473 564	91 410 590
Complementares	174 078	170 274
	249 644 061	237 463 401
Grupo		
Capitais Diferidos	3 679 629	3 462 332
TAR	1 162 167	1 404 595
Liberty Saudade	667	624
Complementares	8 554	3 863
TOTAL	4 851 017	4 871 414
VALOR FINAL	254 495 078	242 334 815

De acordo com os dados apresentados, a carteira de Vida encontra-se concentrada a nível dos produtos de capitalização.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

41.2\ Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

41.2.1\ RISCO DE MERCADO

Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa de seguros, relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro, dos mercados imobiliários e do risco de *spread*. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros com derivados incorporados e produtos estruturados com características idênticas aos derivados. No âmbito da gestão do risco de mercado deve também ser tido em consideração o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.

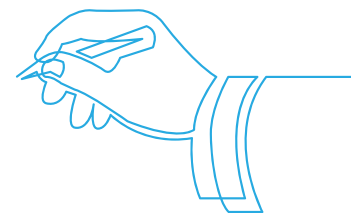
A gestão do risco de mercado na Liberty Seguros está essencialmente integrada no âmbito da política

de gestão de investimentos em vigor, a qual contempla os seguintes objetivos:

- I. Maximizar o retorno da carteira de investimentos, cumprindo com as restrições emanadas pela entidade supervisora e as estruturas de maturidade que reflitam o comportamento organizacional da Companhia;
- II. Otimizar a relação risco/rentabilidade ajustada após os efeitos fiscais, de modo a obter um crescimento no longo prazo dos rendimentos e lucros e a reforçar a posição competitiva da Companhia, os *ratings* financeiros e o potencial de crescimento.

O quadro seguinte mostra a distribuição dos ativos financeiros afetos a contratos de seguro e a contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento:

Valores em euros				
2017	Vida	Unit-Linked	Não Vida	Total
Ativos disponíveis para venda				
Títulos de Rendimento Variável	11 993 634	-	7 301 511	19 295 145
Títulos de Rendimento Fixo	310 594 233	-	313 649 898	624 244 132
Sub-total	322 587 867	-	320 951 409	643 539 277
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Títulos de Rendimento Fixo	-	3 247 387	-	3 247 387
Fundos	-	605 082	-	605 082
Sub-total	-	3 852 469	-	3 852 468
TOTAL	322 587 867	3 852 469	320 951 409	647 391 745

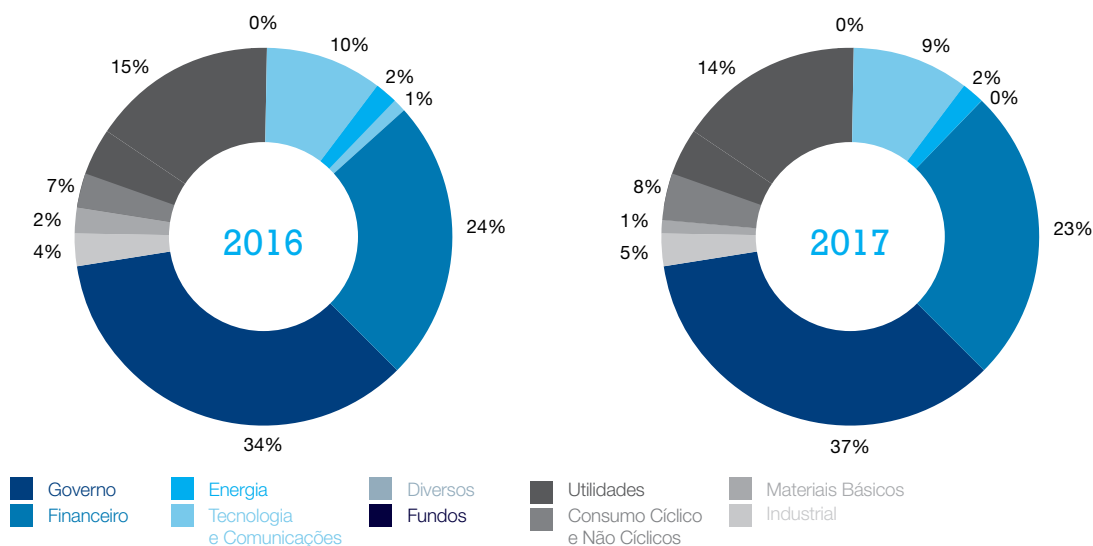


Valores em euros

2016	Vida	Unit-Linked	Não Vida	Total
Ativos disponíveis para venda				
Títulos de Rendimento Variável	8 776 927	-	2 653 794	11 430 720
Títulos de Rendimento Fixo	300 863 062	-	306 943 033	607 806 095
Sub-total	309 639 989	-	309 596 827	619 236 816
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Títulos de Rendimento Fixo	-	3 766 265	-	3 766 265
Fundos	-	624 692	-	624 692
Sub-total	-	4 390 957	-	4 390 957
TOTAL	309 639 989	4 390 957	309 596 827	623 627 773

A carteira de investimento afeta a 31 de dezembro de 2017 é composta quase na sua totalidade por obrigações (99,91%), cujo peso registou um ligeiro crescimento face ao exercício anterior, onde esta natureza de títulos representava 99,9% da totalidade da carteira afeta.

A Liberty Seguros à data de 31 de dezembro de 2017 apresentava a seguinte estrutura de ativos financeiros afetos a contratos de seguro e a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento por sector de indústria:

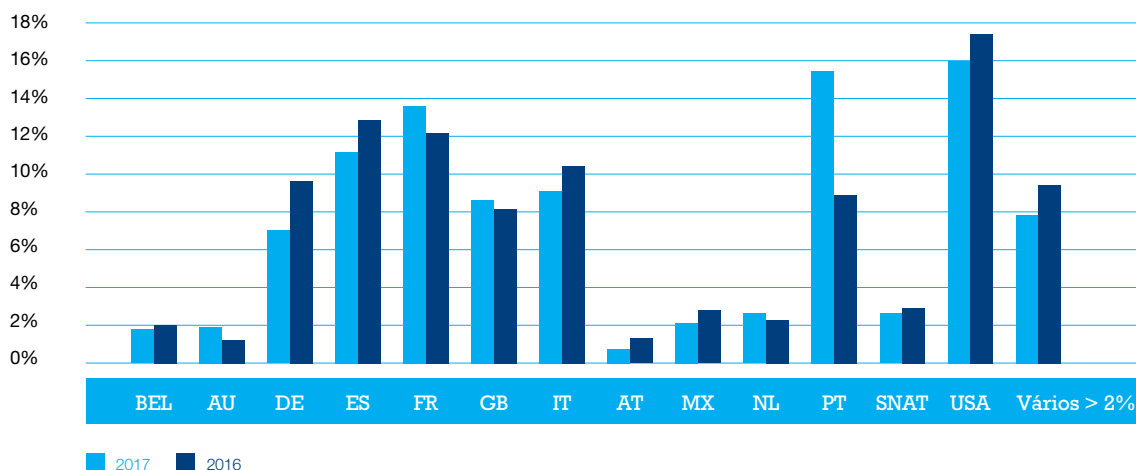


\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Durante o exercício de 2017 e exercícios anteriores, as operações de compra e venda de títulos foram monitorizadas visando o menor impacto em resultados e a manutenção da política risco/rentabilidade. Como resultado desta estratégia, não se verificaram alterações significativas na estrutura sectorial, sendo os setores financeiro, de governo e de utilidades os mais representativos com 74% do total de ativos em 2017, representando um aumento de 1 p.p. relativamente

a 2016 (73% do total de ativos). Registou-se um aumento do investimento no setor do Governo de 3 p.p. compensada por uma diminuição dos investimentos nos sectores financeiro e utilidades, ambos de 1 p.p..

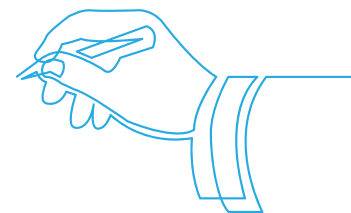
A distribuição do risco, por país emissor dos ativos financeiros acima indicados, à data de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontra-se repartida da seguinte forma:



Da análise por país verifica-se que, tal como no exercício anterior, existe diversificação por país emissor, sendo que Espanha, França, e Estados Unidos e este ano também Portugal os países mais representativos, com um peso de 56% no total de ativos em 2017 quando em 2016 era de 51%. De realçar que o investimento em ativos portugueses passou de 9% em 2016 para 15% em 2017, pas-

sando a ser o país com maior peso no total dos investimentos.

Em 2017 a totalidade do investimento foi feito em Euros, não tendo havido investimento em moeda estrangeira, que já em 2016 tinha sido residual (5%) no total dos investimentos. Anulou-se assim em 2017 a exposição da Liberty Seguros ao risco da taxa de câmbio.



Valores em euros

Moeda	Posição no fim do período			
	2017	%	2016	%
EUR	647 391 744	100%	592 127 592	95%
USD	-	-	31 500 181	5%
TOTAL	647 391 744	100%	623 627 773	100%

Para análise do Risco de Mercado observaram-se as razões da variação dos ativos, procurando quais os

fatores que tinham maior impacto nessa variação.

Valores em euros

Balanço 2017	Justo Valor	%	2017	Razões da variação do Capital			
				Carteira	Preços	Câmbio	Juros
Depósitos à Ordem							
Ações	34 154	-	6 995	-	6 995	-	-
Fundos de Investimento	605 081	-	(19 610)	(51 259)	31 653	-	-
Obrigações	646 752 509	100%	25 215 749	32 051 881	(6 160 893)	-	(675 239)
Fundos de Capital de Risco	-	-	-	-	-	-	-
	647 391 744	100%	25 203 134	32 000 622	(6 122 245)	-	(675 239)

Do quadro acima conclui-se que o aumento do Capital da Companhia no ano de 2017 se deveu a variação positiva da Carteira, enquanto os Preços tiveram uma variação negativa e sem qualquer influência da taxa de Câmbio.

41.2.2\ RISCO DE CRÉDITO

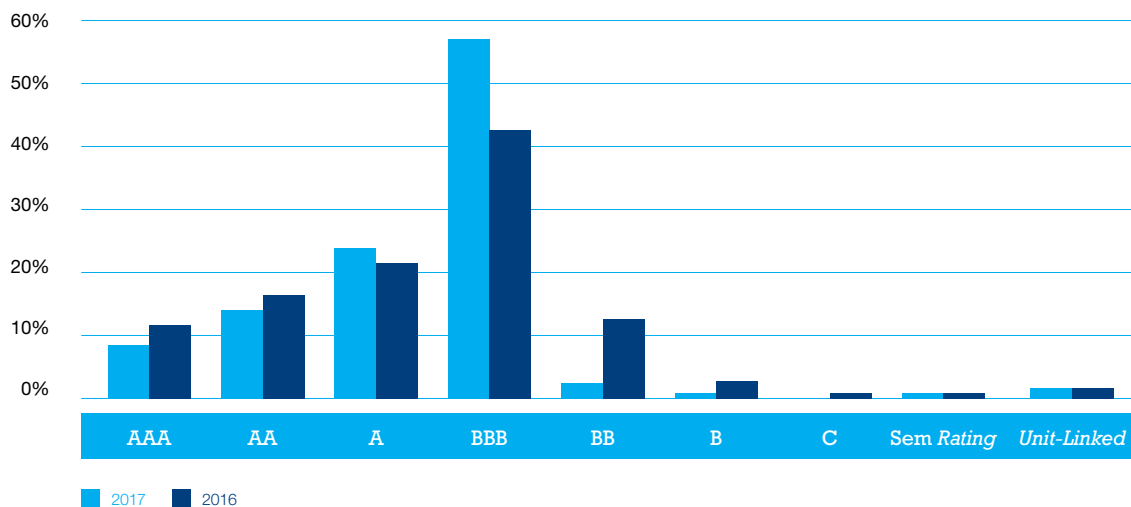
Risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestadores, mediadores, tomadores de seguro, cosseguradores e resseguradores que com ela se relacionam.

\ Ativos Financeiros

O risco de crédito dos ativos financeiros é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia.

A Liberty Seguros, à data de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentava a seguinte estrutura de ativos financeiros afetos a contratos de seguro e a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento por sector risco de crédito, de acordo com ratings obtidos da *Bloomberg*:

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \



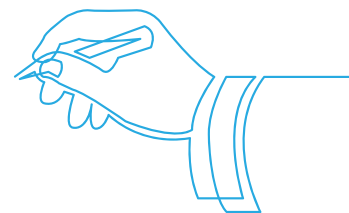
O risco de crédito da carteira de ativos da Liberty Seguros é adequadamente controlado, sendo que 7,2% da carteira é constituída por ativos com a maior qualidade de crédito (AAA), contra 9,5% em 2016.

A carteira de ativos em referência a 31 de dezembro de 2017, não sofreu alterações significativas face a 31 de dezembro de 2016, sendo que os ativos com uma cotação igual ou superior a “A” representam 41% da carteira, comparativamente com 43% no exercício anterior. Os ativos em carteira em 2017 com uma cotação de “BB” ou inferior são considerados de alto risco, visto apresentarem características mais especulativas e o seu peso na carteira é insignificante sendo cerca de 2%, valor inferior ao do exercício anterior onde o seu peso era de 13,4%. A variação a nível de ratings é reflexo da alteração dos ratings dos títulos em carteira, tal como referido no parágrafo acima.

\ Tomadores de seguro e mediadores

À semelhança dos anos anteriores, a Liberty Seguros dispõe de controlos aplicacionais, de acordo com o regime de pagamento de prémios de seguro em vigor, que lhe permitem mitigar o risco de crédito resultante da não liquidação dos prémios de seguro por parte dos tomadores de seguro.

O impacto do risco de crédito proveniente de mediadores é minimizado pela Companhia, através de um conjunto de procedimentos de análise instituídos e de controlos aplicacionais implementados, nomeadamente, o bloqueio de acesso ao sistema de prestação de contas caso exista um incumprimento dos prazos de liquidação, assim como, o circuito automático de cancelamento de apólices.



\ Resseguradores

No que respeita ao risco de incumprimento de resseguro, a Companhia dispõe de uma lista de Resseguradoras pré-aprovadas pelo Grupo, pelo que exceções a esta lista carecem de aprovação prévia do Comité Corporativo de Crédito de Resseguro, da Liberty Mutual Group.

A exposição a risco de crédito com resseguradores para os exercícios de 2017 e 2016 advém das seguintes rubricas:

Valores em euros

Resseguro	2017	2016
Resseguro Cedido		
Provisão para prémios não adquiridos	3 049 238	3 031 174
Provisão para sinistros Não Vida	12 679 213	10 259 882
Provisão para sinistros Vida	161 461	134 157
Contas a Receber por outras operações de Resseguro Cedido	471 945	581 797
Contas a Pagar por outras operações de Resseguro Cedido	(3 056 679)	(3 429 139)
Depósitos Recebidos de Resseguradores	(161 461)	-
TOTAL LÍQUIDO DE RESSEGURO CEDIDO	13 143 717	10 577 871
Resseguro Aceite		
Contas a Receber por outras operações de Resseguro Aceite	3 368	3 204
Contas a Pagar por outras operações de Resseguro Aceite	-	-
TOTAL LÍQUIDO DE RESSEGURO ACEITE	3 368	3 204
TOTAL LÍQUIDO DE RESSEGURO	13 147 085	10 581 076

A classificação creditícia dos resseguradores com que a Liberty Seguros operou em cada um dos exercícios económicos é a que se segue:

Valores em euros

Resseguro Cedido	2017	2016
AA+	(50 038)	71 447
AA-	988 452	1 157 743
A+	932 019	1 160 807
A	11 098 491	8 627 458
A-	368 686	753 374
Sem Rating	(190 525)	(1 189 754)
TOTAL	13 147 085	10 581 076

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

41.2.3\ RISCO DE LIQUIDEZ

Risco que advém da possibilidade da empresa de seguros não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que estes se vencem.

A política de gestão de liquidez da Liberty Seguros abrange duas grandes áreas:

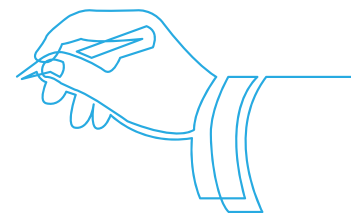
- I. Gestão de tesouraria – em que os mecanismos de controlo implementados para a Gestão de Tesouraria, têm uma periodicidade semanal e permitem identificar as necessidades ou excedentes de fundos para as semanas seguintes e em função disso, estabelecer os planos de ação necessários a cobrir as necessidades de tesouraria ou tomar decisões de investimento;
- II. Gestão de liquidez da carteira de Investimentos -
- Esta baseia-se na análise quantitativa e qualitativa do *matching* entre ativos e passivos. Relativamente ao Ramo Vida são efetuadas trimestralmente projeções, para cada uma das carteiras, dos montantes de cupões, maturidades e prémios a receber, assim como, dos resgates, sinistros e maturidades a pagar. Apurados estes montantes, para cada um dos anos em análise é calculada a diferença entre ativos e passivos. A análise destes resultados permite identificar as situações que carecem de reestruturação da carteira ou de linhas de crédito adicional, para colmatar necessidades de liquidez, sem se realizar valias negativas e tendo em conta a adequada cobertura das responsabilidades. Mensalmente são monitorizados os montantes projetados com os montantes reais, identificando-se os desvios existentes, de forma a adequar as projeções futuras à realidade existente.

Das análises periódicas de *Assets Liability Management (ALM)*, fazem parte integrantes a análise de taxas de juros, duração modificada, sector de indústria e país emite, diversificação por tipo de título e ratings, as quais se encontram ligadas com os riscos de mercado e riscos de crédito, mencionados nos pontos anteriores.

A Liberty Seguros durante o ano de 2017 monitorizou mensalmente, o conjunto de títulos da sua carteira, assegurando a inexistência de títulos para aplicação do critério valorimétrico *Market-to-Model*. Os títulos considerados neste modelo são transacionados em mercados não ativos, ilíquidos ou em situação de *distress sale*. Os critérios adotados na aferição das condições de mercado em que os ativos financeiros são transacionados, assim como, a metodologia e pressupostos utilizados na determinação do justo valor do *Market-to-Model*, encontram-se referidos na nota 2.2.6.

Os resultados obtidos da análise de *cash-flows* futuros durante o ano de 2017, demonstram, em termos totais, a existência de coberturas positivas para as carteiras de Vida.

Os quadros seguintes apresentam em referência a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a segmentação, pela sua maturidade, dos ativos financeiros e dos outros ativos afetos a contratos de seguro e a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:



Valores em euros

Exercício 2017	Ativos Disponíveis para venda		Ativos Financeiros justo valor por ganhos e perdas	Outros Ativos			Total
	Vida	Não Vida	Unit-Linked	Vida	Não Vida	Unit-Linked	
< 1 ano	27 847 965	16 999 123	516 776	-	-	-	45 363 865
1-3 anos	64 737 467	68 351 117	701 578	-	-	-	133 790 162
3-5 anos	64 556 149	81 272 167	444 390	-	-	-	146 272 705
5-15 anos	119 989 780	129 021 898	1 584 642	-	-	-	250 596 321
> 15 anos	45 422 352	25 307 104	-	-	-	-	70 714 895
Sem Maturidade	34 154	-	605 081	-	-	-	653 797
Total	322 587 867	320 951 409	3 852 468	-	-	-	647 391 744

Valores em euros

Exercício 2016	Ativos Disponíveis para venda		Ativos Financeiros justo valor por ganhos e perdas	Outros Ativos			Total
	Vida	Não Vida	Unit-Linked	Vida	Não Vida	Unit-Linked	
< 1 ano	9 615 686	43 345 153	1 540 039	-	-	-	54 500 877
1-3 anos	57 598 227	52 655 431	1 304 054	-	-	-	111 557 712
3-5 anos	72 522 817	74 357 592	730 108	-	-	-	147 610 517
5-15 anos	120 091 448	110 993 427	192 065	-	-	-	231 276 940
> 15 anos	49 784 652	28 245 223	-	-	-	-	78 029 875
Sem Maturidade	27 159	-	624 692	-	-	-	651 850
Total	309 639 989	309 596 827	4 390 957	-	-	-	623 627 773

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

Comparando os exercícios, verifica-se que a diferença não é significativa, resultando a mesma do processo de *ageing* natural da carteira.

41.2.4\ RISCO OPERACIONAL

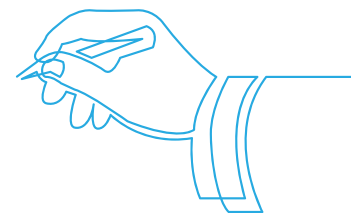
Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. De acordo com a orientação técnica Circular nº 7/2009, divulgada pela ASF sobre o risco operacional, para esta componente devem-se analisar os seguintes aspetos::

- I. Má conduta profissional intencional (Fraude Interna);
- II. Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (Fraude Externa);
- III. Práticas relacionadas com recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- IV. Clientes, produtos e práticas comerciais;
- V. Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- VI. Interrupção na atividade e falhas nos sistemas;
- VII. Riscos relacionados com os processos de negócio.

Relativamente à fraude interna, a Companhia apresenta algumas ações mitigadoras, tais como formação nas temáticas da fraude e código de conduta, assim como a existência de controlo de acessos físicos. Adicionalmente, no âmbito da gestão de sinistros, encontra-se em vigor uma ordem de serviço de regularização de sinistros, manuais de pagamento, bem como a definição de sistemas de *plafonds*.

No que concerne à fraude externa, existem planos de formação sobre o tema, bem como norma de fraude, no âmbito dos sinistros. A Companhia apresenta uma unidade especial de investigação e gestão de fornecedores, inserida na Direção de Serviço ao Cliente.

Comparativamente com 2016, verifica-se um aumento de 23,3% do número de fraudes detetadas, permitindo à Companhia uma poupança de 10,9 milhões. Registou-se também um acréscimo da percentagem do número de fraudes por sinistro, em 0,8 p.p.



Valores em euros

Ramo	Dez. 2017			Variação % - 2017/2016		
	N.º de Fraudes **	Valor Economizado Bruto	Valor Poupado Líquido *	N.º de Fraudes **	Valor Economizado Bruto	Valor Poupado Líquido *
Acidentes ****	636	3 302 091	3 268 823	22%	49%	49%
Auto	2 293	3 655 658	3 648 789	21%	5%	5%
Patrimoniais	2 357	3 931 494	3 657 580	26%	5%	4%
TOTAL	5 286	10 889 243	10 575 192	23%	15%	15%

Ramo	Dez. 2016			Variação % - 2016/2015		
	N.º de Fraudes **	Valor Economizado Bruto	Valor Poupado Líquido *	N.º de Fraudes **	Valor Economizado Bruto	Valor Poupado Líquido *
Acidentes ****	521	2 223 144	2 189 309	48%	8%	8%
Auto	1 895	3 497 039	3 489 858	22%	-15%	-14%
Patrimoniais	1 872	3 755 532	3 528 291	-2%	19%	23%
TOTAL	4 288	9 475 714	9 207 458	13%	1%	3%

* Valor Poupado Líquido = Valor Economizado Bruto - Custo de Averiguação
 ** Fraudes Confirmadas + Pseudo Fraudes + Para Reembolso

*** Acidentes Pessoais + Acidentes de Trabalho
 **** Acidentes Pessoais + Acidentes de Trabalho + Vida

Ao nível do risco de recursos humanos, a Liberty Seguros apresenta uma política de gestão de desempenho formalizada, planos de formação anuais, assim como normas que visam a conformidade com a legislação do trabalho.

Em termos de práticas comerciais, nomeadamente o risco de branqueamento, a Companhia tem em vigor normas com procedimentos para a prevenção de branqueamento de capitais.

De forma a mitigar o risco de ocorrência de desastres, a Liberty Seguros tem em vigor uma política de continuidade de negócio e um plano de recuperação de desastres, o qual é atualizado e testado numa base anual.

Na vertente do risco de *Outsourcing*, a Companhia tem contratos celebrados com os diversos prestadores de serviço, onde se encontram definidos níveis

de serviço a cumprir e respetivas penalizações por incumprimento. Os contratos incluem cláusulas de confidencialidade.

Durante o ano de 2017 não se verificaram alterações significativas ao nível dos procedimentos internos e as alterações que houve ao nível da reorganização de algumas direções não afetaram a avaliação do risco, pelo que se efetuou à semelhança do exercício de 2016, uma nova avaliação das matrizes de risco e controlo, relativamente a risco inerente, controlos mitigadores e risco residual, para os diferentes tipos de riscos, analisados no âmbito da gestão de riscos, entre os quais se encontra o risco operacional.

As matrizes de risco são analisadas pelo comité de gestão de riscos e integram o relatório anual de "Ponto de Situação do Sistema de Gestão de Risco" que é produzido de acordo com o definido na política de gestão de riscos da Liberty Seguros.

\ Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas em 31 de dezembro de 2017 \

42\ ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

\ SEGMENTO NÃO VIDA

A adequação das provisões técnicas é verificada através da estimativa atuarial do custo final dos sinistros, comparando essa estimativa com as provisões de balanço da Companhia. As técnicas atuariais utilizadas foram baseadas nos modelos *Chain Ladder*, com as devidas separações dos sinistros em grupos homogêneos e incorporando as necessárias seguranças nos casos onde a volatilidade é superior. Considerando a metodologia utilizada para avaliação das suas estimativas, a Companhia considera as suas provisões adequadas e robustas.

A adequação dos prêmios dos ramos não vida é efetuada com base na conta de resultados do ano e pela projeção dos resultados futuros, considerando as anulações, as evoluções de frequência, custo médio e prêmio médio em cada ramo e em cada garantia. Esta avaliação não considera o impacto imprevisível das ações dos competidores sobre os níveis globais de preços.

\ SEGMENTO VIDA

A adequação e suficiência de prêmios e provisões do ramo vida são avaliadas com base num modelo de *Embedded Value* que gera *cash-flows* e lucros futuros partindo da carteira existente no final de cada ano civil.

Os pressupostos de cálculo baseiam-se na melhor estimativa tendo em conta a evolução da inflação e

demais variáveis económicas, bem como a experiência de mortalidade, saídas de carteira por resgate e anulação nos diversos produtos.

Da análise efetuada, concluímos que para o cenário base, que corresponde à nossa melhor estimativa, o valor atual dos lucros futuros é positivo.

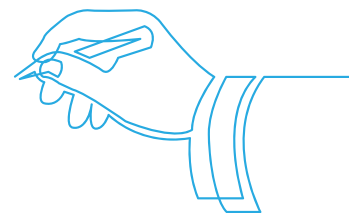
43\ COMPROMISSOS

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos e mobiliário de escritório. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

Valores em euros

Ano	Rendas vincendas de contratos de leasing
2018	128 254
2019	97 346
2020	16 052
2021	-
2022	-

Os contratos de locação não obrigam à aquisição dos bens no final do contrato.



44\ PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do conselho de administração da Companhia que face ao nível de provisões constituídas, é remota a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia.

As contingências fiscais da Companhia encontram-se descritas na nota 15 e 21 do Anexo.

45\ ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 o total de garantias bancárias ascendia a 267 570,50 Euros. Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

46\ ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do exercício.

O Técnico de Contas

Patrícia Nunes

O Presidente do Conselho de Administração

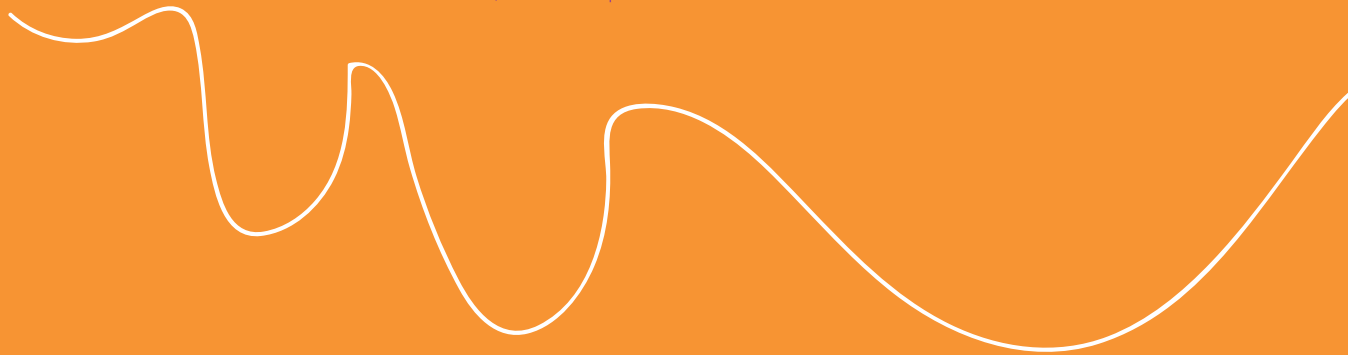
José António de Sousa

Diretora Financeira

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Lisboa, 16 de abril de 2018

Estar seguro é
fazer parte da
equipa



\ Anexos às Notas \

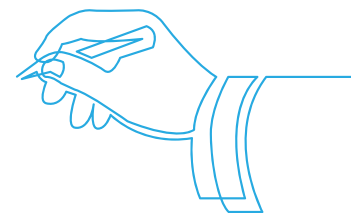


\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas	240 000			1,50	360 000		1 003 224
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas			-				
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL	240 000				360 000		1 003 224
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas			-				
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos			-				
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais	-				-		-
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

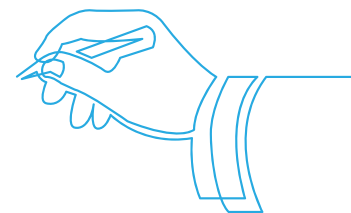
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes			-				
	SUBTOTAL							
	TOTAL	240 000				360 000		1 003 224
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	AUDATEX COMM	90			250	22 500	379,48	34 154
	SUBTOTAL	90				22 500		34 154
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.1.1.4 - Outros							
	SUBTOTAL	90				22 500		34 154
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTCON1OE0008	GOV PORTUG CONSOLIDADO		3 038	52,52		1 595	89,50	2 728
PTCON2OE0007	GOV PORTUG CONSOLIDADO		6 095	43,13		2 629	76,80	4 712
PTCON3OE0006	GOV PORTUG CONSOLIDADO		1 696	33,39		566	64,00	1 087
PTCON4OE0005	GOV PORTUG CONSOLIDADO		5 796	59,00		3 420	102,12	6 035
PTOTEAOE0021	OBRIGACOES DO TESOIRO		8 600 000	113,98		9 802 115	123,26	10 679 842
PTOTECO0029	OBRIGACOES DO TESOIRO		8 310 000	111,05		9 228 004	111,75	9 504 907
PTOTEKOE0011	OBRIGACOES DO TESOIRO		11 570 000	95,90		11 096 107	110,36	12 839 276
PTOTEMOE0027	OBRIGACOES DO TESOIRO		720 000	110,16		793 170	107,07	789 752
PTOTENOE0018	OBRIGACOES DO TESOIRO		1 010 000	99,10		1 000 959	102,18	1 056 656
PTOTEQOE0015	OBRIGACOES DO TESOIRO		200 000	121,96		243 912	127,29	264 477
PTOTESOE0013	OBRIGACOES DO TESOIRO		19 200 000	101,03		19 397 760	108,40	20 899 988
PTOTETOE0012	OBRIGACOES DO TESOIRO		11 400 000	95,33		10 867 578	109,14	12 589 680
PTOTEUOE0019	OBRIGACOES DO TESOIRO		8 205 000	102,76		8 431 792	118,72	10 063 424
PTOTEYOE0007	OBRIGACOES DO TESOIRO		8 055 000	99,41		8 007 676	112,53	9 285 645
	SUBTOTAL							
	TOTAL		77 286 625			78 877 282		87 988 208
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							

\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
	2.1.2.3 - De outros emissores	-						
PTTGUOOM0017	VERSE 3 SNR		1 593 525	100,00		1 593 525	100,88	1 609 220
	SUBTOTAL		1 593 525			1 593 525		1 609 220
	SUBTOTAL		78 880 149			80 470 806		89 631 581
	TOTAL		78 880 149			80 493 306		89 631 581
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0090865873	ABERDEEN LIQ LX-EURO FD-A-2	-	1 247	446,22		1 247	442,91	1 237
LU0129338272	CS LUX GLOBL VALUE EQ-BEUR		94 389	6,87		94 389	12,50	171 693
LU0476876080	ABERDEEN GL-EUROPEAN EQU-S-2		115 881	308,05		115 881	423,90	159 465
LU1646950771	Aberdeen Global - Euro Government Bond Fund		156 601	523,34		156 601	518,35	155 107
LU1646951316	Aberdeen Global - Euro Short Term Bond Fund		117 955	147,73		117 955	147,27	117 583
	SUBTOTAL		486 073			486 073		605 086
	2.2.1.4 - Outros							
	ADAMS ST GLOBAL SECONDARY 5		1 190 678	100,00		1 007 372	83,42	993 208
	MARLIN EQUITY IV LP		1 658 056	100,00		1 407 900	90,32	1 497 546
	KPS SPECIAL SITUATIONS IV		605 665	100,00		536 322	76,93	465 927
	STEPSTONE SECONDARY OPP II		1 563 864	100,00		1 348 017	75,59	1 182 190
	SUBTOTAL		5 018 263			4 299 612		4 138 871
	TOTAL		5 504 336			4 785 685		4 743 957
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
XS1080343277	SCSP AUSTRALIA ASSETS		2 000 000	106,23		2 124 560	106,50	2 150 240
XS1017435782	BANCO NAC DE DESEN ECONO		700 000	100,80		705 600	103,26	746 812
ES0224261042	CORES		1 200 000	99,95		1 199 400	104,43	1 254 922
FR0000473217	CAISSE NATL D'AUTOROUTES		800 000	105,70		845 584	101,15	836 686
FR0010347989	CAISSE D'AMORT DETTE SOC		2 000 000	99,61		1 992 200	117,51	2 366 452
FR0013213295	ELECTRICITE DE FRANCE SA		2 000 000	97,81		1 956 100	97,93	1 963 000
XS0177618039	SNCF RESEAU		2 000 000	110,05		2 201 029	151,38	3 050 339
XS0856023493	ESB FINANCE LIMITED		900 000	108,73		978 588	108,37	979 717



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

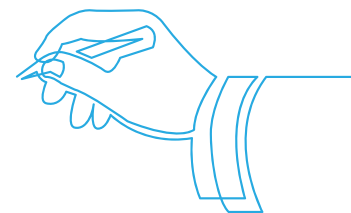
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS0992646918	ESB FINANCE LIMITED		500 000	100,59		502 950	116,16	597 764
XS1117296035	THREE GORGES FNCE II		400 000	99,36		397 432	103,86	419 275
XS0213101073	PETROLEOS MEXICANOS		850 000	127,94		1 087 490	118,10	1 043 673
XS0997484430	PETROLEOS MEXICANOS		3 000 000	105,78		3 173 500	107,25	3 226 490
XS1379157404	PETROLEOS MEXICANOS		225 000	106,75		240 188	104,12	241 015
XS0208469923	ALLIANDER NV		1 750 000	99,48		1 740 900	109,15	1 913 361
XS0789996245	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN		950 000	98,98		940 310	103,33	991 847
XS0835890350	PETROBRAS GLOBAL FINANCE		550 000	96,00		528 000	109,49	608 028
XS1046812712	AVINOR AS		1 400 000	106,41		1 489 740	105,04	1 489 796
XS0170239692	VATTENFALL AB		875 000	111,62		976 631	102,38	919 429
XS1258496790	EASTERN CREATION II INVE		1 600 000	98,93		1 582 880	101,83	1 639 466
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA		850 000	98,25		835 125	111,12	959 928
AT0000A04967	REPUBLIC OF AUSTRIA		1 500 000	93,25		1 398 750	151,96	2 329 194
AT0000A105W3	REPUBLIC OF AUSTRIA		1 000 000	97,54		975 360	109,96	1 103 100
BE0000304130	BELGIUM KINGDOM		1 500 000	104,86		1 572 900	160,35	2 462 600
BE0000312216	BELGIUM KINGDOM		500 000	108,09		540 470	101,14	520 983
BE0000318270	BELGIUM KINGDOM		1 501 500	100,14		1 503 588	111,56	1 689 784
BE0000327362	BELGIUM KINGDOM		500 000	108,86		544 310	106,15	534 629
BE0000328378	BELGIUM KINGDOM		500 000	97,79		488 930	112,51	568 485
XS1083844503	BULGARIA		1 760 000	111,36		1 959 848	115,13	2 043 402
XS1208855616	BULGARIA		2 000 000	98,85		1 976 980	108,45	2 199 795
XS1382693452	BULGARIA		1 350 000	98,96		1 335 954	108,57	1 485 484
XS1385239006	REPUBLIC OF COLOMBIA		1 500 000	105,13		1 576 875	116,50	1 792 832
XS0215153296	CZECH REPUBLIC		1 000 000	97,29		972 900	109,69	1 129 578
DE0001134922	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		1 450 000	119,63		1 734 635	137,67	2 086 032
DE0001135085	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		1 200 000	110,78		1 329 300	143,50	1 750 266
DE0001135275	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		1 000 000	97,79		977 900	152,81	1 567 784
DE0001135325	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		2 775 000	96,02		2 664 585	162,22	4 560 032
DE0001135390	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		3 500 000	103,64		3 627 505	107,82	3 886 559
DE0001135424	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND		3 450 000	96,76		3 338 183	109,10	3 849 549
ES0000011868	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		2 000 000	114,82		2 296 400	143,01	2 970 327
ES00000120N0	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		1 500 000	103,81		1 557 150	139,88	2 129 353
ES00000121G2	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		475 000	105,16		499 510	124,59	612 726
ES00000121L2	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		3 400 000	106,59		3 623 922	107,81	3 731 923
ES00000121O6	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		540 000	99,84		539 158	108,49	589 765
ES00000123U9	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		450 000	103,91		467 595	124,95	584 565
ES00000123X3	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		2 805 000	105,40		2 956 330	121,69	3 434 265

\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
ES0000012411	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		2 225 000	114,41		2 545 515	146,61	3 316 480
ES00000124W3	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		1 000 000	99,64		996 380	118,99	1 215 492
ES00000128B8	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		1 250 000	101,42		1 267 763	102,39	1 283 862
ES0000012932	BONOSY OBLIG DEL ESTADO		675 000	93,92		633 960	127,85	889 029
FR0000187635	FRANCE (GOVT OF)		1 200 000	116,14		1 393 680	164,11	1 982 139
FR0000571150	FRANCE (GOVT OF)		2 500 000	121,82		3 045 375	144,34	3 636 421
FR0000571218	FRANCE (GOVT OF)		1 500 000	116,75		1 751 250	150,80	2 318 688
FR0010192997	FRANCE (GOVT OF)		1 800 000	98,74		1 777 400	113,67	2 092 502
FR0010371401	FRANCE (GOVT OF)		1 050 000	94,32		990 360	147,35	1 555 016
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF)		970 000	100,86		978 381	124,62	1 216 533
FR0010854182	FRANCE (GOVT OF)		1 600 000	105,77		1 692 256	109,23	1 786 142
FR0010916924	FRANCE (GOVT OF)		2 000 000	97,50		1 950 040	125,59	2 560 007
FR0012517027	FRANCE (GOVT OF)		2 000 000	97,66		1 953 280	101,59	2 037 895
FR0012938116	FRANCE (GOVT OF)		3 000 000	100,80		3 023 850	105,00	3 152 921
IE00B2QTFG59	IRISH TSY 4.4% 2019		1 000 000	106,45		1 064 450	107,18	1 095 536
IE00B6089D15	IRISH TSY 5.9% 2019		450 000	113,07		508 815	111,51	507 243
XS1738511978	ICELAND (REPUBLIC OF)		800 000	100,85		806 800	100,57	804 700
IT0003256820	BUONI POLIENNALI DEL TES		2 600 000	115,08		2 992 100	139,34	3 684 937
IT0003493258	BUONI POLIENNALI DEL TES		2 000 000	94,49		1 889 800	104,88	2 132 880
IT0004356843	BUONI POLIENNALI DEL TES		650 000	98,56		640 627	120,41	795 510
IT0004361041	BUONI POLIENNALI DEL TES		1 000 000	102,40		1 024 040	102,91	1 047 809
IT0004489610	BUONI POLIENNALI DEL TES		3 850 000	102,84		3 959 331	107,36	4 188 447
IT0004634132	BUONI POLIENNALI DEL TES		1 900 000	93,57		1 777 864	110,96	2 132 308
IT0004848831	BUONI POLIENNALI DEL TES		7 270 000	109,09		7 931 199	122,37	8 963 665
IT0004898034	BUONI POLIENNALI DEL TES		2 925 000	103,00		3 012 892	118,37	3 484 438
IT0004907843	BUONI POLIENNALI DEL TES		1 000 000	102,08		1 020 800	101,63	1 019 321
IT0005172322	BUONI POLIENNALI DEL TES		950 000	100,80		957 591	100,15	954 087
XS0546649822	KINGDOM OF MOROCCO		500 000	113,00		565 000	111,04	560 619
XS0206170390	UNITED MEXICAN STATES	-	8 050 000	104,76		8 433 125	111,79	9 384 511
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT		2 725 000	95,32		2 597 400	119,64	3 358 427
XS0282701514	REPUBLIC OF POLAND		1 000 000	98,01		980 090	118,07	1 223 643
XS0852474336	ROMANIA		1 430 000	114,11		1 631 773	109,20	1 572 065
XS0972758741	ROMANIA		1 100 000	113,44		1 247 818	112,48	1 251 860
XS1060842975	ROMANIA		800 000	106,04		848 300	115,50	944 022
XS1129788524	ROMANIA		2 600 000	103,87		2 700 738	110,56	2 887 883
SI0002102984	REPUBLIKA SLOVENIJA		450 000	109,20		491 400	129,90	591 031
SI0002103057	REPUBLIKA SLOVENIJA		450 000	110,58		497 597	109,18	508 582



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

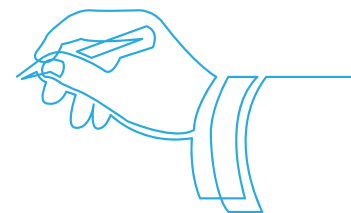
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
SI0002103388	REPUBLIKA SLOVENIJA		780 000	107,60		839 272	110,70	880 617
SI0002103453	REPUBLIKA SLOVENIJA		2 000 000	99,42		1 988 450	110,19	2 238 641
	SUBTOTAL	-	134 756 500			140 364 005		162 267 162
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0232778083	OEBB INFRASTRUKTUR AG		1 000 000	91,09		910 850	110,56	1 112 694
DE0002760980	KFW		2 550 000	92,25		2 352 375	113,19	2 930 722
DE000A0PM5F0	KFW		1 100 000	101,63		1 117 930	123,41	1 407 922
DE000A0SLD89	KFW		425 000	100,67		427 848	102,50	444 845
XS0428962921	INSTITUT CREDITO OFICIAL		1 760 000	104,24		1 834 704	106,41	1 920 554
EU000A1G0BH9	EFSS		1 475 000	100,19		1 477 729	101,03	1 498 016
XS0093667334	EUROPEAN INVESTMENT BANK		7 688 000	100,00		7 688 003	147,02	11 682 032
XS0290050524	EUROPEAN INVESTMENT BANK		1 750 000	96,04		1 680 650	125,34	2 245 113
XS0563498632	CORP ANDINA DE FOMENTO		1 000 000	98,51		985 050	101,13	1 046 496
XS1072571364	CORP ANDINA DE FOMENTO		900 000	99,73		897 543	105,55	960 001
	SUBTOTAL		19 648 000			19 372 681		25 248 395
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0857215346	GLENCORE FIN DUBAI LTD		100 000	103,99		103 990	102,35	102 663
XS0372174689	NATIONAL AUSTRALIA BANK		500 000	116,04		580 200	103,30	533 971
XS0485326085	NATIONAL AUSTRALIA BANK		750 000	101,83		763 703	109,20	849 855
XS0953783239	AUSNET SERVICES HOLDINGS		3 695 000	106,50		3 935 048	105,87	3 950 636
XS0977502110	TRANSURBAN FINANCE CO		830 000	105,83		878 406	105,90	883 803
XS1030143447	AUSNET SERVICES HOLDINGS		910 000	109,60		997 396	113,40	1 056 033
XS1057783174	SYDNEY AIRPORT FINANCE		500 000	99,85		499 225	110,89	563 958
XS1109744778	TRANSURBAN FINANCE CO		1 000 000	104,63		1 046 300	105,78	1 063 257
XS1692332684	COMMONWEALTH BANK AUST		2 000 000	100,00		2 000 000	100,35	2 016 587
BE0119550466	ELIA SYSTEM OP SA/NV		4 975 000	107,59		5 352 805	107,26	5 502 746
XS0802953165	VALE SA		400 000	104,41		417 640	112,55	464 810
XS0340256147	ROYAL BANK OF CANADA		1 100 000	106,83		1 175 152	100,27	1 150 885
XS0951395317	TOTAL CAPITAL CANADA LTD		200 000	99,75		199 500	104,75	211 316
CH0302790123	UBS GROUP FUNDING		430 000	105,76		454 751	105,88	456 226
DE000DB7XJB9	DEUTSCHE BANK AG		1 000 000	101,35		1 013 470	102,52	1 029 149
XS1088129660	CRH FINANCE GERMANY GMBH		830 000	102,88		853 879	104,74	876 061
XS1216647716	VOLKSWAGEN FIN SERV AG		500 000	93,38		466 875	101,53	508 469
XS1692348847	VOLKSWAGEN LEASING GMBH		1 000 000	99,97		999 730	100,21	1 002 750
DK0009510992	NYKREDIT REALKREDIT AS		100 000	101,97		101 967	101,23	101 718
DK0009511537	NYKREDIT REALKREDIT AS		2 500 000	100,58		2 514 410	101,22	2 539 187
ES0312298021	AYT CEDULAS CAJAS GLOBAL		1 200 000	89,06		1 068 720	116,39	1 398 915

\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
ES0312298054	AYT CEDULAS CAJAS GLOBAL		2 500 000	94,95		2 373 750	112,56	2 891 520
ES0413211071	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG		2 000 000	84,04		1 680 840	124,15	2 550 973
ES0413211105	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG		1 000 000	90,21		902 100	110,00	1 108 242
ES0413900129	BANCO SANTANDER SA		7 400 000	85,00		6 290 000	125,15	9 519 348
ES0414950644	BANKIA SA		1 300 000	89,82		1 167 660	128,64	1 713 854
XS0458749826	GAS NATURAL CAPITAL		650 000	114,77		746 005	118,82	777 788
XS0494868630	IBERDROLA FINANZAS SAU		1 000 000	100,22		1 002 200	109,10	1 123 090
XS0872702112	BBVA SENIOR FINANCE SA		2 000 000	105,42		2 108 324	100,16	2 074 832
XS0874864860	TELEFONICA EMISIONES SAU		1 800 000	99,49		1 790 820	116,76	2 169 073
XS0876289652	RED ELECTRICA FIN SA UNI		1 600 000	102,55		1 640 800	114,85	1 895 475
XS0877984459	SANTANDER INTL DEBT SA		1 200 000	107,25		1 287 000	108,18	1 343 181
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU		1 200 000	112,17		1 345 980	112,12	1 381 990
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES		1 700 000	95,93		1 630 779	105,00	1 818 735
XS1557268221	BANCO SANTANDER SA		1 500 000	102,08		1 531 245	103,15	1 565 664
XS0981442931	CRH FINLAND SERVICES OYJ		2 350 000	106,85		2 510 975	106,56	2 517 871
FR0000471930	ORANGE SA		6 550 000	129,25		8 465 745	186,39	12 701 676
FR0000474983	VEOLIA ENVIRONNEMENT SA		2 750 000	100,57		2 765 590	102,26	2 900 460
FR0000475758	ENGIE ALLIANCE GIE		4 800 000	107,03		5 137 575	127,47	6 262 807
FR0010033381	VEOLIA ENVIRONNEMENT SA		6 300 000	108,03		6 805 770	161,16	10 192 499
FR0010261396	VEOLIA ENVIRONNEMENT SA		1 500 000	94,55		1 418 250	112,47	1 690 886
FR0011223205	BNP PARIBAS HOME LOAN CO		1 000 000	99,92		999 200	113,13	1 155 717
FR0012188456	VALLUREC SA		1 000 000	102,07		1 020 670	83,13	837 063
FR0012968931	PERNOD RICARD SA		1 000 000	107,96		1 079 600	107,04	1 075 292
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE		1 200 000	96,42		1 156 992	96,80	1 162 525
FR0013216900	DANONE SA		2 000 000	100,72		2 014 400	100,15	2 004 397
FR0013231743	BPCE SA		3 600 000	99,56		3 584 106	102,46	3 727 320
FR0013241536	ORANGE SA		500 000	99,66		498 300	101,10	506 649
FR0013248465	TELEPERFORMANCE		1 000 000	100,38		1 003 840	101,06	1 021 843
XS0215159731	LAFARGE SA		4 000 000	82,41		3 296 300	110,24	4 557 276
XS0342783692	ELECTRICITE DE FRANCE SA		350 000	110,44		386 540	100,48	367 498
XS0562852375	BNP PARIBAS		1 000 000	97,73		977 300	110,70	1 110 846
XS0791007734	CIE DE SAINT-GOBAIN		1 000 000	97,55		975 500	111,55	1 135 385
XS1014704586	BNP PARIBAS		1 695 000	108,15		1 833 109	106,44	1 841 091
XS1429027375	THALES SA		3 000 000	102,40		3 071 940	101,02	3 043 469
XS1547407830	BNP PARIBAS		1 000 000	98,92		989 200	102,41	1 026 666
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC		2 600 000	99,58		2 589 198	102,20	2 732 351
XS0170798325	NATIONAL GRID PLC		6 280 000	101,26		6 359 139	102,60	6 600 647



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

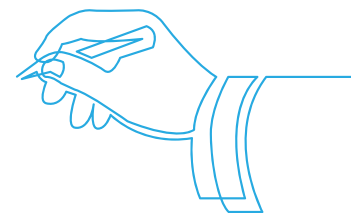
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS0193640629	BANK OF SCOTLAND PLC		3 150 000	99,51		3 134 624	107,36	3 470 753
XS0210237011	UNITED UTILIT WATER LTD		1 875 000	96,72		1 813 508	108,57	2 110 330
XS0213972614	NATIONAL GRID PLC		550 000	81,26		446 925	109,53	621 988
XS0214965534	HBOS PLC		5 075 000	96,00		4 872 048	117,38	6 137 925
XS0222383027	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL		2 600 000	93,82		2 439 330	122,85	3 250 714
XS0353643744	HSBC HOLDINGS PLC		1 000 000	112,70		1 127 000	101,34	1 062 705
XS0454984765	ROYAL BK OF SCOTLAND PLC		425 000	117,09		497 633	109,40	470 761
XS0497187640	LLOYDS BANK PLC		425 000	118,24		502 533	113,96	505 752
XS0526606537	HSBC BANK PLC		1 000 000	98,42		984 170	111,88	1 157 292
XS0527239221	NATIONWIDE BLDG SOCIETY		4 350 000	108,29		4 710 770	116,10	5 181 524
XS0633025977	BP CAPITAL MARKETS PLC		400 000	112,52		450 060	110,04	449 912
XS0858585051	STANDARD CHARTERED PLC		2 900 000	104,02		3 016 558	112,10	3 261 997
XS0944838241	ROLLS-ROYCE PLC		900 000	104,63		941 625	106,44	968 259
XS0969636371	HSBC HOLDINGS PLC		2 000 000	105,11		2 102 140	103,31	2 131 956
XS0995417846	STANDARD CHARTERED PLC		100 000	103,01		103 012	101,62	101 810
XS1052676142	NATIONWIDE BLDG SOCIETY		100 000	103,56		103 560	102,14	103 356
XS1062493934	AON PLC		1 325 000	104,22		1 380 875	111,03	1 495 426
XS1080158535	FCE BANK PLC		1 500 000	104,77		1 571 595	105,07	1 590 728
XS1109741246	SKY PLC		300 000	101,71		305 130	104,41	314 559
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC		350 000	98,53		344 866	102,67	359 745
XS1166160173	SANTANDER UK PLC		1 530 000	99,54		1 523 024	103,05	1 593 238
XS1190973559	BP CAPITAL MARKETS PLC		1 600 000	102,40		1 638 336	103,16	1 666 047
XS1241546420	NATIONWIDE BLDG SOCIETY		500 000	102,62		513 090	103,00	518 253
XS1254428896	HSBC HOLDINGS PLC		750 000	101,44		760 763	111,13	844 881
XS1362349943	FCE BANK PLC		1 560 000	99,57		1 553 339	104,22	1 648 809
XS1379182006	HSBC HOLDINGS PLC		750 000	99,88		749 093	104,78	794 853
XS1418774706	TRINITY ACQUISITION PLC		4 600 000	100,79		4 636 334	105,97	4 933 538
XS1487315860	SANTANDER UK GROUP HLDGS		500 000	100,46		502 295	101,36	508 552
XS1499604905	VODAFONE GROUP PLC		1 000 000	97,38		973 800	98,00	984 633
XS1509003361	AVIVA PLC		2 000 000	100,11		2 002 280	99,86	1 999 399
XS1570260460	SMITHS GROUP PLC		2 000 000	104,91		2 098 240	103,52	2 104 572
XS1652512457	DS SMITH PLC		2 000 000	99,73		1 994 510	100,45	2 021 039
XS1497312295	CK HUTCHISON FIN 16 II		2 600 000	98,38		2 557 955	98,92	2 577 539
XS1696445516	HUNGARY		500 000	98,59		492 960	103,55	519 760
XS0288429532	GE CAPITAL EURO FUNDING		3 950 000	101,31		4 001 584	129,59	5 275 634
IT0004794142	ENEL SPA		1 100 000	108,53		1 193 856	100,68	1 153 759
XS0170343247	ENEL SPA		3 500 000	96,97		3 393 870	102,17	3 668 307

\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS0184373925	TELECOM ITALIA SPA		3 900 000	95,46		3 722 762	105,65	4 313 816
XS0207065110	UNICREDIT SPA		500 000	105,39		526 970	108,93	564 859
XS0258143477	INTESA SANPAOLO SPA		50 000	97,48		48 738	100,16	50 085
XS0306646042	ENEL SPA		1 200 000	100,68		1 208 152	138,06	1 692 546
XS0452166324	INTESA SANPAOLO SPA		2 000 000	110,81		2 216 120	107,73	2 182 057
XS0486101024	TELECOM ITALIA SPA		650 000	106,83		694 415	117,71	795 513
XS0563739696	ENI SPA		500 000	97,48		487 390	100,27	517 513
XS0842828120	INTESA SANPAOLO SPA		1 900 000	102,42		1 945 984	107,82	2 066 406
XS0971213201	INTESA SANPAOLO SPA		2 761 000	99,12		2 736 676	125,57	3 521 975
XS1018032950	INTESA SANPAOLO SPA		800 000	99,87		798 936	111,81	921 278
XS1178105851	TERNA SPA		1 000 000	98,56		985 600	102,36	1 031 589
XS0767815599	GLENCORE FINANCE EUROPE		1 000 000	101,62		1 016 240	101,16	1 046 142
XS1051003538	GLENCORE FINANCE EUROPE		1 000 000	105,65		1 056 500	106,78	1 088 554
XS1202849086	GLENCORE FINANCE EUROPE		450 000	89,25		401 625	101,15	461 419
XS1196173089	TYCO ELECTRONICS GROUP S		2 000 000	102,05		2 040 940	102,38	2 066 064
XS1218788013	PROLOGIS INTL FUND II		1 000 000	101,87		1 018 650	104,35	1 056 762
XS1232098001	SIMON INTL FINANCE SCA		1 730 000	103,84		1 796 415	104,05	1 802 898
XS1255436005	DH EUROPE FINANCE SA		3 000 000	106,53		3 195 840	105,69	3 221 281
XS0699618863	AMERICA MOVIL SAB DE CV		350 000	114,91		402 185	107,42	378 669
XS0161488498	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN		3 325 000	134,72		4 479 395	173,71	6 009 452
XS0162869076	TELEFONICA EUROPE BV		8 510 000	107,23		9 125 170	147,93	13 028 478
XS0166179381	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN		2 000 000	116,07		2 321 398	101,61	2 133 058
XS0168881760	VOLKSWAGEN INTL FIN NV		3 000 000	109,50		3 285 000	102,13	3 162 739
XS0172851650	INNOGY FINANCE BV		3 570 000	103,92		3 709 865	102,97	3 757 199
XS0173501379	BMW FINANCE NV		3 950 000	99,06		3 912 825	103,15	4 154 428
XS0176914579	AIRBUS GROUP FINANCE BV		350 000	113,76		398 143	104,06	369 371
XS0177089298	ENEL INVESTMENT HLDG BV		2 750 000	106,54		2 929 950	126,70	3 521 404
XS0452187916	ENEL FINANCE INTL NV		1 750 000	107,86		1 887 550	122,01	2 161 314
XS0543354236	KONINKLIJKE KPN NV		150 000	94,21		141 312	109,88	166 393
XS0557252417	COOPERATIEVE RABOBANK UA		2 000 000	112,10		2 242 040	109,95	2 209 814
XS0790015548	LINDE FINANCE BV		1 000 000	99,95		999 538	102,70	1 036 765
XS0842659426	ENEL FINANCE INTL NV		400 000	111,70		446 800	123,05	506 026
XS0875343757	GAS NATURAL FENOSA FINAN		1 900 000	100,83		1 915 778	116,41	2 282 182
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINAN		1 200 000	101,71		1 220 526	114,88	1 412 344
XS0933604943	REPSOL INTL FINANCE		100 000	95,15		95 150	105,96	107 531
XS0954910146	COOPERATIEVE RABOBANK UA		1 400 000	99,11		1 387 498	116,42	1 653 621
XS0970695572	EDP FINANCE BV		3 935 000	113,77		4 476 800	112,76	4 494 510



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

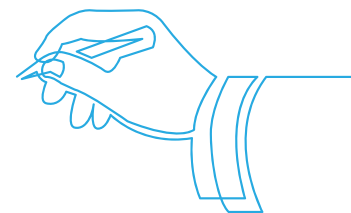
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS0975256685	REPSOL INTL FINANCE		1 000 000	115,78		1 157 800	112,49	1 133 408
XS0982774399	REN FINANCE BV		3 900 000	115,01		4 485 230	113,04	4 447 601
XS0995102695	ING BANK NV		475 000	100,11		475 523	103,05	491 336
XS0995380580	EDP FINANCE BV		530 000	109,63		581 013	111,95	614 072
XS1057345651	EDP FINANCE BV		2 800 000	102,37		2 866 290	103,36	2 946 657
XS1111324700	EDP FINANCE BV		250 000	100,50		251 250	109,08	278 956
XS1116408235	IBERDROLA INTL BV		300 000	103,00		309 000	106,78	321 658
XS1121198094	GENERAL MOTORS FINANCIAL		1 480 000	102,23		1 513 028	103,22	1 533 595
XS1135276332	SHELL INTERNATIONAL FIN		3 000 000	103,94		3 118 140	103,63	3 131 182
XS1211040917	TEVA PHARM FNC NL II		3 500 000	101,73		3 560 395	91,27	3 227 602
XS1222590488	EDP FINANCE BV		1 000 000	106,17		1 061 680	105,65	1 070 408
XS1328173080	CRH FUNDING		300 000	104,26		312 777	105,94	323 324
XS1334225361	REPSOL INTL FINANCE		1 500 000	99,90		1 498 455	105,73	1 587 316
XS1385395121	EDP FINANCE BV		750 000	99,80		748 470	108,66	828 840
XS1411405662	SHELL INTERNATIONAL FIN		2 000 000	102,30		2 045 980	101,25	2 034 642
XS1425966287	ENEL FINANCE INTL NV		1 000 000	102,59		1 025 910	102,12	1 029 230
XS1439749281	TEVA PHARM FNC NL II		1 000 000	99,40		994 010	86,79	870 264
XS1471646965	EDP FINANCE BV		1 000 000	99,37		993 700	101,05	1 020 493
XS1576220484	ING GROEP NV		2 500 000	99,85		2 496 370	101,34	2 548 912
XS0732513972	DNB BANK ASA		750 000	99,10		743 250	116,44	903 721
XS1505890530	CHORUS LTD		4 200 000	100,15		4 206 272	100,64	4 236 492
XS1014674227	SVENSKA HANDELSBANKEN AB		1 500 000	100,90		1 513 500	102,50	1 575 822
XS1019818787	PKO BNK POLSKI (PKO FIN)		1 000 000	100,00		1 000 000	102,37	1 045 528
DE000A1Z6M12	BMW US CAPITAL LLC		1 300 000	101,06		1 313 780	103,37	1 347 963
DE000A1ZZ010	BMW US CAPITAL LLC		500 000	97,03		485 170	101,50	509 674
XS0185490934	CITIGROUP INC		1 900 000	100,41		1 907 863	100,20	1 906 664
XS0191752434	BANK OF AMERICA CORP		700 000	100,69		704 809	101,49	711 641
XS0197646218	CITIGROUP INC		4 775 000	103,72		4 952 603	108,06	5 259 242
XS0213026197	CITIGROUP INC		2 400 000	93,42		2 242 080	117,40	2 904 158
XS0229567440	GENERAL ELECTRIC CO		4 100 000	88,24		3 617 840	130,33	5 391 797
XS0237323943	PROCTER & GAMBLE CO/THE		3 850 000	94,70		3 645 960	112,10	4 326 631
XS0249443879	BANK OF AMERICA CORP		800 000	97,31		778 480	100,10	800 845
XS0270347304	GOLDMAN SACHS GROUP INC		860 000	114,48		984 545	114,90	997 216
XS0298899534	MORGAN STANLEY		4 800 000	94,41		4 531 776	106,72	5 283 088
XS0459410782	GOLDMAN SACHS GROUP INC		400 000	118,88		475 532	109,28	441 039
XS0817639924	WELLS FARGO & COMPANY		1 750 000	100,34		1 755 950	109,98	1 941 948
XS0866310088	AT&T INC		700 000	104,69		732 844	112,04	785 279

\ Anexos às Notas \ 1

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS0883614231	JPMORGAN CHASE & CO		625 000	111,84		699 000	111,22	710 868
XS0925599556	WELLS FARGO & COMPANY		1 820 000	96,20		1 750 840	108,73	2 006 209
XS0954946926	BANK OF AMERICA CORP		2 500 000	99,89		2 497 250	106,18	2 681 612
XS0963375232	GOLDMAN SACHS GROUP INC		2 720 000	103,30		2 809 777	106,53	2 924 073
XS0993145084	AT&T INC		720 000	107,75		775 764	108,35	780 926
XS1032978345	GOLDMAN SACHS GROUP INC		2 200 000	108,51		2 387 250	108,01	2 387 589
XS1050547857	MORGAN STANLEY		1 000 000	106,54		1 065 370	106,86	1 086 549
XS1076018131	AT&T INC		330 000	105,26		347 358	107,93	362 520
XS1115208107	MORGAN STANLEY		1 115 000	106,23		1 184 431	106,07	1 198 525
XS1116263325	GOLDMAN SACHS GROUP INC		580 000	108,74		630 692	106,88	623 026
XS1117296381	MOHAWK INDUSTRIES INC		3 100 000	106,28		3 294 573	105,52	3 330 765
XS1128148845	CITIGROUP INC		1 650 000	101,81		1 679 918	104,15	1 722 545
XS1130067140	WELLS FARGO & COMPANY		1 110 000	101,65		1 128 275	103,16	1 147 228
XS1146282634	VERIZON COMMUNICATIONS		1 695 000	101,95		1 728 085	104,51	1 794 574
XS1148074518	ALBEMARLE CORP		800 000	102,34		818 680	105,11	841 890
XS1196373507	AT&T INC		1 100 000	103,64		1 140 019	102,53	1 132 447
XS1196817156	KINDER MORGAN INC/DELAWA		2 000 000	103,01		2 060 160	103,56	2 095 025
XS1250034276	THERMO FISHER SCIENTIFIC		900 000	104,37		939 330	106,89	970 692
XS1253558388	KRAFT HEINZ FOODS CO		1 000 000	106,44		1 064 350	105,70	1 067 117
XS1265805090	GOLDMAN SACHS GROUP INC		3 000 000	105,77		3 173 090	106,25	3 213 469
XS1292384960	APPLE INC		1 000 000	105,36		1 053 550	105,03	1 063 432
XS1310493744	JPMORGAN CHASE & CO		1 400 000	99,57		1 393 924	105,02	1 474 152
XS1319814577	FEDEX CORP		2 000 000	103,20		2 064 040	101,75	2 054 530
XS1322986537	THERMO FISHER SCIENTIFIC		1 600 000	104,20		1 667 152	103,55	1 658 790
XS1325825211	PRICELINE GROUP INC/THE		1 400 000	100,48		1 406 720	107,24	1 504 355
XS1327027998	MASTERCARD INC		2 500 000	99,79		2 494 825	103,12	2 580 301
XS1362384262	PRAXAIR INC		1 400 000	103,16		1 444 170	103,88	1 469 187
XS1366026679	HONEYWELL INTERNATIONAL		2 500 000	105,52		2 638 095	103,85	2 624 027
XS1379171140	MORGAN STANLEY		780 000	104,94		818 555	104,98	829 940
XS1389996882	NEWELL BRANDS INC		3 320 000	112,74		3 743 100	111,29	3 725 820
XS1405766624	VERIZON COMMUNICATIONS		1 000 000	98,20		982 000	96,72	969 440
XS1405775708	THERMO FISHER SCIENTIFIC		1 000 000	98,24		982 400	97,87	980 961
XS1405784015	KRAFT HEINZ FOODS CO		1 000 000	103,47		1 034 700	102,43	1 037 873
XS1434170426	SYSCO CORPORATION		1 500 000	102,49		1 537 395	102,74	1 551 023
XS1434560642	SOUTHERN POWER CO	-	3 000 000	100,58		3 017 420	101,69	3 066 769
XS1457608013	CITIGROUP INC	-	200 000	99,14		198 280	100,19	200 663
XS1458405898	BANK OF AMERICA CORP		2 000 000	98,09		1 961 779	100,47	2 015 934



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total*
XS1529859321	ECOLAB INC	-	1 000 000	101,16		1 011 640	100,88	1 019 447
XS1531345376	BECTON DICKINSON AND CO		1 000 000	101,58		1 015 780	100,38	1 004 235
XS1533922263	AVERY DENNISON CORP		1 500 000	100,93		1 514 000	100,50	1 523 176
XS1567173809	MCKESSON CORP		2 000 000	100,34		2 006 700	100,74	2 019 405
XS1571341830	PARKER-HANNIFIN CORP		1 000 000	99,85		998 540	101,09	1 020 512
XS1577747782	PRICELINE GROUP INC/THE		1 000 000	101,26		1 012 570	101,27	1 019 190
XS1577962084	BAXTER INTERNATIONAL INC		1 000 000	101,89		1 018 890	101,18	1 019 508
XS1623404412	US BANCORP		3 000 000	100,10		3 003 120	100,58	3 031 782
XS1640492648	FIDELITY NATIONAL INFORM		1 000 000	100,11		1 001 140	99,85	1 000 390
XS1640492994	FIDELITY NATIONAL INFORM		1 200 000	99,99		1 199 916	99,24	1 197 197
	SUBTOTAL		371 526 000			381 049 953		421 423 291
	SUBTOTAL		525 930 500			540 786 639		608 938 848
	SUBTOTAL		531 434 836			545 572 324	-	613 682 804
	2.3 - Derivados de negociação							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	TOTAL		610 314 986			626 065 631	-	703 314 385
	3 - TOTAL GERAL		610 314 986			626 425 631	-	704 317 609

* Inclui o valor dos juros decorridos.

\ Anexos às Notas \ 2,3 e 4

\ ANEXO 2 \

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Valores em euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	4 383 761	1 951 571	1 588 683	-843 507
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença	94 325 937	18 586 049	81 841 214	6 101 327
Incêndio e Outros Danos	10 697 156	6 943 020	5 805 198	2 051 062
Automóvel				
Responsabilidade Civil	77 529 714	31 215 753	38 943 198	-7 370 763
Outras Coberturas	10 195 136	8 541 024	9 428 935	7 774 824
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 904 792	274 837	1 434 533	-195 421
Responsabilidade Civil Geral	809 832	604 642	614 002	408 811
Crédito e Caução	14 240	0	3 191	-11 049
Proteção Jurídica	18 037	2 078	14 678	-1 281
Assistência	178 731	237 050	56 537	114 856
Diversos	0	1 225 335	-1 429 290	-203 954
TOTAL	195 673 576	67 629 789	136 712 197	8 668 410
TOTAL GERAL	200 057 337	69 581 360	138 300 880	7 824 903

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

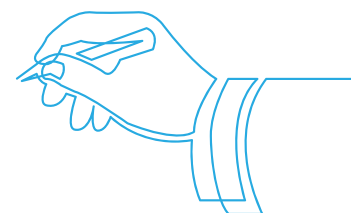
\ ANEXO 3 \

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
Acidentes e Doença	35 458 296	2 876 422	8 709 445	47 044 163
Incêndio e Outros Danos	25 992 936	4 440 331	1 795 175	32 228 442
Automóvel				
Responsabilidade Civil	73 631 286	2 288 637	2 802 094	78 722 016
Outras Coberturas	35 970 650	644 401	3 769 862	40 384 913
Marítimo, Aéreo e Transportes	626 484	82 015	-130 898	577 601

\ Anexos às Notas \ 2, 3 e 4



\ ANEXO 3 \ DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
Responsabilidade Civil Geral	876 763	120 681	183 394	1 180 837
Crédito e Caução	0	2 221	0	2 221
Proteção Jurídica	2 102	15 869	-3 359	14 613
Assistência	804 561	98 473	7 950	910 984
Diversos	0	0	0	0
TOTAL	173 363 077	10 569 050	17 133 663	201 065 789
RESSEGURO ACEITE	-60	0	-11 049	-11 110
TOTAL GERAL	173 363 017	10 569 050	17 122 613	201 054 680

\ ANEXO 4 \ DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Valores em euros

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
Acidentes e Doença	59 023 575	58 701 792	47 044 163	14 293 211	-2 181 734
Incêndio e Outros Danos	66 474 503	66 500 174	32 228 442	28 940 994	-7 990 788
Automóvel					
Responsabilidade Civil	87 089 281	86 469 645	78 722 016	36 191 991	-421 637
Outras Coberturas	63 824 026	62 918 025	40 384 913	10 456 161	-339 736
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 606 339	1 609 726	577 601	696 591	-85 795
Responsabilidade Civil Geral	3 656 896	3 602 292	1 180 837	1 390 633	-281 101
Crédito e Caução	15 487	20 395	2 221	11 357	0
Proteção Jurídica	8 460 331	8 379 492	14 613	1 482 743	-173 117
Assistência	22 197 710	21 914 489	910 984	3 573 905	-13 431 823
Diversos	7 026	6 853	0	2 101	0
TOTAL	312 355 176	310 122 884	201 065 789	97 039 688	-24 905 730
RESSEGURO ACEITE	157	157	-11 110	54	0
TOTAL GERAL	312 355 333	310 123 041	201 054 680	97 039 742	-24 905 730

*Sem dedução da parte dos resseguradores.

1\ Política de Remuneração

A política de remunerações da Liberty Seguros segue o disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, no que se refere aos deveres de divulgação de informação, e na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (futuramente denominada ASF) no que se refere ao governo e conteúdo da política.

A política de remunerações da Liberty Seguros aplica-se:

- \ aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.
- \ aos colaboradores que auferem uma remuneração variável e exercem:
 - \ uma atividade profissional no âmbito de funções-chave, ou seja, das funções que sejam estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, nomeadamente as funções de Gestão de Riscos & Security Officer, de Auditoria SOX & Controlo Interno, de Jurídico & Compliance e de Auditoria Interna.
 - ou
 - \ uma outra atividade profissional que possa ter impacto material no perfil de risco da Liberty Seguros - neste caso consideram-se os colaboradores que possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da instituição, nomeadamente Diretores de Topo.

E procura alinhar os mecanismos de compensação remuneratória com uma prudente e adequada gestão e controlo dos riscos. A Liberty Seguros procura

assim evitar uma excessiva exposição ao risco, evitar potenciais conflitos de interesses e ser coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo, nomeadamente as suas perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.

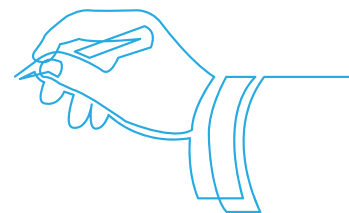
1.1\ POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

a) Aprovação e avaliação anual

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, deve ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, sendo avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Liberty Seguros, a saber Compliance, Gestão de Riscos, Controlo Interno e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária. O relatório incluirá os resultados da análise à luz das recomendações da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Liberty Seguros.

b) Divulgação

A política de remuneração será divulgada no sítio oficial na internet, nos aspetos em que a lei assim o obrigar, assim como constará do Relatório e Contas do Exercício. Ainda de acordo com a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, o Conselho de Administração enviará anualmente à ASF uma declaração sobre a conformidade da política de remunerações da Liberty Seguros, integrada no Relatório da Gestão de Riscos e Controlo



Interno. O documento integral será sujeito a revisões anuais e será publicado no sítio oficial na internet (www.libertyseguros.pt).

c) Política de remuneração

Os membros dos órgãos de administração executivos poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável. Não beneficiam desta remuneração variável os membros do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e os membros da Mesa da Assembleia-Geral.

Quanto à remuneração dos administradores executivos, verifica-se que esta assenta nos seguintes pressupostos:

- \\ na remuneração fixa dos Administradores Executivos ser definida por Assembleia Geral Ordinária;
- \\ no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- \\ na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados antes de impostos da Liberty Seguros;
- \\ no facto da remuneração variável resultar de um Sistema de Avaliação de Desempenho que integra objetivos individuais e objetivos corporativos, com presença em ambos de aspetos quantitativos e qualitativos;
- \\ no facto do órgão competente da Liberty Seguros para aprovar a avaliação de desempenho dos administradores executivos ser a Assembleia Geral Ordinária;
- \\ de uma parte da remuneração variável dos Administradores Executivos ser paga no final de ciclos completos de 3 anos de gestão;

\\ do pagamento da componente variável de ciclos estar sujeito a uma condição de acesso, de forma a que caso se verifique uma deterioração relevante do desempenho da Liberty Seguros esse pagamento ficar sem efeito.

A Assembleia Geral Ordinária, na sua avaliação anual dos membros do órgão de administração, considerará o cumprimento dos objetivos, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados bem como a sua origem e natureza, a sustentabilidade ou ocasionalidade dos mesmos, o risco associado à obtenção daqueles, o cumprimento normativo, o valor acrescentado para os acionistas e a forma como a Liberty Seguros se relacionou com outros *stakeholders*.

A percentagem de cumprimento dos objetivos para efeitos de cálculo do montante global da remuneração variável não pode exceder uma percentagem do resultado do exercício antes de impostos, percentagem a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

A nenhum elemento será atribuído em relação a um exercício findo, a título de remuneração variável, um valor que represente mais do que um determinado número de meses da sua remuneração mensal efetiva fixa em vigor no termo desse exercício, a ser estabelecido em Assembleia Geral Ordinária.

Os administradores executivos da Liberty Seguros beneficiam de outros benefícios não pecuniários, nomeadamente de regimes complementares de pensões, seguros de saúde, seguros de vida e de seguros de viuvez e orfandade.

Em caso de destituição dos membros do órgão de administração executivos é política da Liberty Seguros o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional em virtude do seu estatuto, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes Colaboradores.

Existem administradores da Liberty Seguros que não auferem qualquer remuneração pecuniária no âmbito do seu mandato, nem possuem quaisquer outros benefícios não pecuniários. Os membros do Conselho Fiscal, o Revisor oficial de Contas e os membros da Mesa da Assembleia Geral apenas auferem remuneração fixa.

As remunerações pagas de uma forma agregada e individual aos membros dos órgãos sociais de administração e supervisão, encontram-se divulgadas no Anexo às contas na nota 38.

1.2 \ POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

a) Aprovação e avaliação anual

A política de remuneração dos colaboradores da Liberty Seguros, deve ser aprovada pelo Conselho de Administração, sendo avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Liberty Seguros, a saber *Compliance*, Gestão de Riscos, Controlo Interno e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária.

O relatório incluirá os resultados da análise à luz das recomendações da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Liberty Seguros.

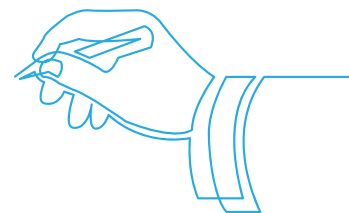
b) Divulgação

A política de remuneração será divulgada no sítio oficial na internet, nos aspetos em que a lei assim o obrigar, assim como constará do Relatório e Contas do Exercício. Ainda de acordo com a Norma Regulamentar n.º 5/ 2010-R, de 1 de abril o Conselho de Administração enviará anualmente à ASF uma declaração sobre a conformidade da política de remunerações da Liberty Seguros, integrada no Relatório da Gestão de Riscos e Controlo Interno. O documento integral será sujeito a revisões anuais e será publicado no sítio oficial na internet (www.libertyseguros.pt).

c) Política de remuneração

Os Colaboradores da Liberty Seguros que auferem uma remuneração variável e exercem a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave ou exercem uma outra atividade profissional que possa ter impacto material no perfil de risco da Liberty Seguros, poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável. Esta remuneração assenta nos seguintes pressupostos:

- \ no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- \ na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados antes de impostos da Liberty Seguros;



- no facto da remuneração variável resultar de um Sistema de Avaliação de Desempenho que integra objetivos individuais e objetivos corporativos, com presença em ambos de aspetos quantitativos e qualitativos;
- no facto da avaliação de desempenho destes Colaboradores ser aprovada pela sua chefia direta, sendo posteriormente revista pelo Conselho de Administração;
- de uma parte da remuneração variável dos Colaboradores que exercem uma outra atividade profissional que possa ter impacto material no perfil de risco da Liberty Seguros ter pagamento no final de ciclos completos de 3 anos de gestão;
- do pagamento desta componente variável de ciclos estar sujeita a uma condição de acesso, de forma a que caso se verifique uma deterioração relevante do desempenho da Liberty Seguros esse pagamento ficar sem efeito;
- no facto do regime complementar de pensões ou de reforma antecipada ser o definido no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador.

A percentagem de cumprimento dos objetivos para efeitos de cálculo do montante global da remuneração variável não pode exceder uma percentagem do resultado do exercício antes de impostos, percentagem a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

A nenhum elemento será atribuída em relação a um exercício findo, a título de remuneração variável, um valor que represente mais do que um determinado

número de meses da sua remuneração mensal efetiva fixa em vigor no termo desse exercício, a ser estabelecido em Assembleia Geral Ordinária.

O processo de atribuição de remuneração variável aos Colaboradores que exercem funções-chave terá em consideração para além do processo anual de avaliação de desempenho, a observância da legislação e de outro normativo, o controlo de diversos riscos inerentes às respetivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos). Desta forma, os objetivos individuais colocados a estes Colaboradores estarão associados às suas funções e dependem da relevância destas, sendo independentes do desempenho das áreas sob o seu controlo.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017.

O Conselho de Administração

José António da Graça Duarte de Sousa
Presidente e Administrador Delegado

Juan Pablo Barahona Flores
Vogal

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni
Vogal

Rogério Paulo Carretero Bicho
Vogal

Ana Paula Caniço Neto Moradias
Vogal

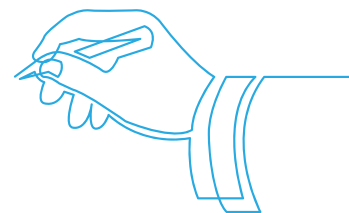


Estar seguro
é querer sempre
mais

\ Relatórios Oficiais \



\ Relatórios Oficiais \



RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
LIBERTY SEGUROS, S.A.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dá o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da LIBERTY SEGUROS, S.A. ("Companhia"), apresentadas pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade e efetuou reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram com a presença da Administradora com o pelouro financeiro e dos responsáveis operacionais da área financeira. Mantivemos igualmente estreito contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, âmbito e natureza e as conclusões das auditorias realizadas. Foi ainda este Conselho Fiscal informado e acompanhou o desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação de informação financeira bem como a revisão aos documentos de prestação de contas.

Fomos informados da comunicação, datada de 4 de dezembro de 2017, emanada do Grupo Liberty Mutual Insurance manifestando a intenção de consolidar as suas operações de seguros em Portugal, Irlanda e Espanha sob uma única entidade, a Liberty Seguros, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A., sediada em Espanha, e atual acionista única da Companhia. Prevê-se neste projeto de fusão a criação de sucursais em Portugal e na Irlanda alegando-se ad hoc que se espera a constituição duma entidade mais robusta e mais eficiente e um melhor serviço a clientes e a agentes, bem como um reforço das melhores práticas e

\ Relatórios Oficiais \



do intercâmbio de conhecimentos entre os três mercados nacionais. A execução desta decisão, obtenção das necessárias autorizações das autoridades de supervisão competentes e a respetiva tramitação legal está prevista ser finalizada durante 2018.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de dezembro de 2017, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, das Variações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa e as notas anexas relativas ao ano findo naquela data, com os quais concordamos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal das Contas, sem reservas, mas com uma ênfase, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem a concordância do Conselho Fiscal.

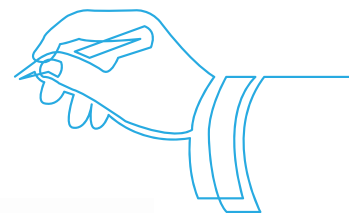
Recebeu ainda do Revisor Oficial de Contas, nos termos do artigo 24º nº2 do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e a Confirmação da Independência, documentos que mereceram cuidadosa análise.

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

PARECER

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2017; e
2. A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Responsáveis das áreas relevantes da Companhia e bem assim do Revisor Oficial de Contas.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante no Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da Companhia.

Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Companhia, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 3 de maio de 2018

O CONSELHO FISCAL


José Milheiro de Oliveira Barbosa – Presidente

Arlindo Dias Duarte Silva


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Liberty Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 797.814.188 euros e um total de capital próprio 156.199.163 euros, incluindo um resultado líquido de 2.944.457 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Liberty Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

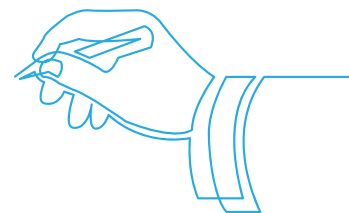
Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 -
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Mantida na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078.



Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado na nota 1 "Informação geral" anexa às demonstrações financeiras, o Grupo Liberty Mutual Insurance ter comunicado no passado dia 4 de Dezembro de 2017 a sua intenção de consolidar as suas operações de seguros em Portugal, Irlanda e Espanha sob uma única entidade, a Liberty Seguros, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. em Espanha ("Liberty Espanha"), a qual é a actual accionista única da Liberty Seguros.

No desenvolvimento desta intenção e sujeito à devida avaliação e aprovação das autoridades de supervisão competentes, esta operação de consolidação de actividades e a subsequente criação de sucursais da Liberty Espanha em Portugal e Irlanda está prevista suceder no decurso do ano 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

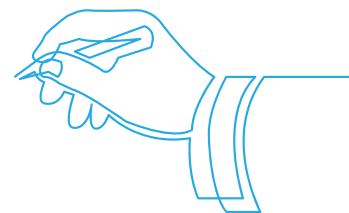
As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas totalizavam 693.703.636 euros e 7.991.338 euros respectivamente, conforme notas 6 e 5, respectivamente, anexas às demonstrações financeiras, representando no total cerca de 88% do total do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.2.6 anexa às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>, cujos valores dependem de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos; ▪ Análise da correcta classificação dos instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39; ▪ Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade; ▪ Testes para avaliar perdas por imparidade; ▪ Confirmação da titularidade dos activos financeiros; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisão para sinistros – Ramos Reais

Em 31 de Dezembro de 2017, a Provisão para sinistros (Ramos Reais), no valor de 212.469.072 euros, representa cerca de 33% do Passivo à mesma data. Deste montante, 101.662.199 euros são referentes às provisões de acidentes de trabalho, conforme nota 17 anexa às demonstrações financeiras.

(i) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho)

O risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, conforme mencionado na nota 2.2.16 anexa às demonstrações financeiras.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

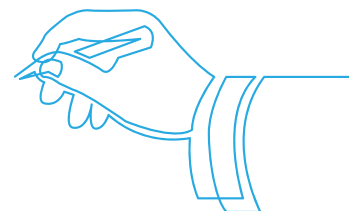
A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Reconciliação do inventário de sinistros com as demonstrações financeiras e verificação para uma amostra da existência dos respectivos processos;
- Testes, os quais compreenderam, entre outros, nomeadamente e para as principais linhas de negócio de Ramos Reais, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros, com o apoio dos nossos especialistas;
- Avaliação, para as restantes linhas de negócio de Ramos Reais, da metodologia e pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros, bem como análise de tendência com o objectivo de identificar inconsistências com períodos anteriores, com o apoio dos nossos especialistas;



	<ul style="list-style-type: none"> Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
<p>(ii) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho)</p>	
<p>O risco</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 2.2.16 anexa às demonstrações financeiras.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros; Reconciliação do inventário de provisões matemáticas com as demonstrações financeiras e verificação para uma amostra da existência dos respectivos processos; Avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos; Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas Ramo Vida e Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascendem a 265.098.775 euros, conformes notas 17 e 18 anexas às demonstrações financeiras e representam, cerca de 41% do passivo.

O risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro, que estão reflectidas nas provisões matemáticas, tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 2.2.16 anexa às demonstrações financeiras.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 2.4.1 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras – Provisões Técnicas. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos;
- Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 20 de Março de 2017, sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como auditores da Entidade ocorreu em 11 de Abril de 2017 para efectuarmos a auditoria às contas do ano findo em 31 de Dezembro de 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

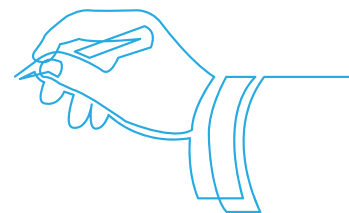
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecido pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

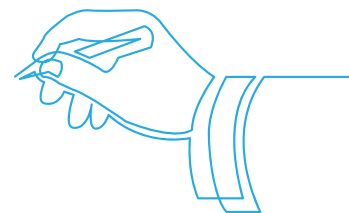
Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 23 de Março de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 3 de Maio de 2018.



- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

3 de Maio de 2018



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



CARTÓRIO NOTARIAL
DE
CARLOS MANUEL DA SILVA ALMEIDA
NOTÁRIO

Avenida Defensores de Chaves, 51 B
1000-112 LISBOA
Telefs. 213 154 585 / 92 - 213 163 620 - Fax 213 154 609



Certifico que a presente pública-forma, extraída neste Cartório, por fotocópia, composta de dezois folhas, está conforme com o original, que é uma acta número CLXI, da reunião de Assembleia Geral da Liberty Seguros, SA, Sociedade anónima.

com / sem selos brancos apostos, que me foi presente e restitui.

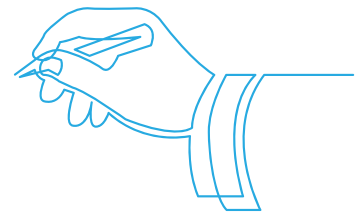
Lisboa, quatro de Maio de dois mil e oitos

01 de Maio de 2018
Silvia Maria Zantedoni
inscrito na O.N. sob o n.º 130/2, autorizado pelo Notário, Carlos Manuel da Silva Almeida, conforme autorização publicada no site da O.N. em 13.02.2013
05.03.2018
SM



Modelo 344-E - 7 de Novembro de 2007 - 2.ª parte

Conta registada sob o n.º 14656018 SO



LIBERTY SEGUROS, S.A.
Avenida Fontes Pereira de Melo, nº6, 11º andar
C.A.E.: 67200 N.I.P.C.: 500.068.658
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Lisboa sob o nº 500.068.658
Capital Social: 24.348.750,69 Euros

Folha 36

1/50
M. R.

Acta número CLXI

Aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, na sua sede social, sita na Avenida Fontes Pereira de Melo, número seis, décimo primeiro andar, freguesia de Santo António, concelho de Lisboa, reuniu-se, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Frederico Pereira Coutinho, secretariado pela Secretária da Sociedade Dra. Marta Pereira da Silva, a Assembleia Geral da **LIBERTY SEGUROS S.A.**, sociedade anónima, com o capital social de vinte e seis milhões quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e noventa Euros e sessenta e nove cêntimos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número de matrícula e de pessoa colectiva quinhentos milhões sessenta e oito mil seiscentos e cinquenta e oito.

Organizada a lista de presenças, verificou-se estar devidamente representada a accionista titular das acções que constituem a totalidade do capital da Sociedade. Encontravam-se igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal e a sociedade de revisores oficiais de contas da sociedade, KPMG & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC, representada pelo Senhor Dr. Fernando Antunes. Encontrava-se também presente a Senhora Dra. Marta Alarcão Troni, vogal do Conselho de Administração. Assistiram ainda à Assembleia Geral, depois de devidamente autorizados por esta, a Senhora Dra. Teresa Carvalho, Directora do Gabinete Jurídico e *Compliance* da Sociedade, a Senhora Dra. Maria João Bencatel, Directora da Auditoria Interna, o Senhor Dr. Pedro Cardoso, Responsável pelo Departamento Controller da Direcção Financeira, o Senhor Alexandre Amaral da KPMG & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC e a Senhora Dra. Inês da Cunha Leão.

Tendo a representante da accionista única da Sociedade manifestado a vontade de que a Assembleia se constituísse e deliberasse sem observância das formalidades prévias, o Senhor Presidente da Mesa considerou que, nos termos do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da Sociedade poderia funcionar válida e legalmente e deliberar sobre os seguintes pontos constantes da ordem de trabalhos:

Ponto Um – Apreciação do Relatório de Gestão, do Balanço e Contas da Sociedade relativas ao exercício de dois mil e dezassete, bem como da Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sociedade, e deliberação sobre os dois primeiros;

Ponto Dois - Apreciação e aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade;

\ Relatórios Oficiais \

LIBERTY SEGUROS, S.A.
Avenida Fontes Pereira de Melo, nº6, 11º andar
C.A.E.: 67200 N.I.P.C.: 500.068.658
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Lisboa sob o nº 500.068.658
Capital Social: 24.348.750,69 Euros

2/8

Folha 37

M. B.

Ponto Três - Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade durante o exercício de dois mil e dezassete;

Ponto Quatro - Qualquer outro assunto que seja submetido à apreciação da accionista única.

O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e no âmbito do **Ponto Um** da ordem de trabalhos pôs à consideração da representante da acionista única, o Relatório de Gestão, o Balanço e Contas da Sociedade relativos ao exercício de dois mil e dezassete, bem como a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. Submetidos à votação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas da Sociedade relativos ao exercício de dois mil e dezassete, foram os mesmos aprovados pela representante da accionista única presente.

Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de trabalhos, foi apreciada e aprovada pela acionista única, através da sua representante, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido positivo do exercício de dois mil e dezassete, no montante de € 2.944.457,73 (dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e setenta e três cêntimos) ser aplicado da seguinte forma: Reserva Legal: € 294.445,77 (duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco Euros e setenta e sete cêntimos)

Resultados Transitados: € 2.650.011,96 (dois milhões seiscentos e cinquenta mil onze euros e noventa e seis cêntimos).

Passando ao **Ponto Três** da ordem de trabalhos, e antes de se entrar na discussão do mesmo, tomou a palavra a representante da accionista única presente a qual, nos termos do artigo trezentos e oitenta e sete, número um, do Código das Sociedades Comerciais, decidiu suspender a presente sessão, ficando agendada a sua continuação para o dia um de Agosto de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, na sede social da Sociedade, sem prejuízo da accionista única, se assim o entender, retomar a sessão em data anterior.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a comparência e participação nesta sessão da Assembleia, tendo de seguida encerrado os trabalhos desta sessão pelas quinze horas e vinte minutos, da qual se lavra a presente acta, a qual, após lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da Sociedade.

